



TERRAS QUENTES CADERNO 10

MAIO 13

EDIÇÕES:

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO
ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS
"TERRAS QUENTES"
E CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO
DE CAVALEIROS







índice

- 005 EDITORIAL
Manuel Cardoso
- 007 SANTO ANTÓNIO
OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS E HERÓI NACIONAL / 1640-1814
Miguel Sanches Baêna
- 015 JANELAS ABERTAS PARA O PASSADO
AS IMAGENS COMO PATRIMÓNIO E COMO IDENTIDADE:
É URGENTE FAZER-SE UM ARQUIVO.
Manuel Cardoso
- 021 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DA "ALDEIA FANTASMA" DE BANREZES
Adriana Ramos, Ana Rita e Sofia Jorge, (FCSH)
- 035 AS "DEVISAS" DE ALJUBARROTA
Miguel Sanches Baêna
- 051 "D'ONDE SÃO AS CEPAS QUE TÃO BOM VINHO DÃO?
SÃO DAS ARCAS E NUZELLOS, VILARINHO DE AGROCHÃO"
Carlos Mendes
- 061 A ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA NO CONCELHO
DE MACEDO DE CAVALEIROS;
UMA RETROSPECTIVA DO SÉCULO XX
Elsa Luís, Jéssica Reprezas e Carlos Mendes
- 075 RESULTADOS PRELIMINARES DA CAMPANHA 10 (2012)
NO SÍTIO DA FRAGA DO CORVOS
(VILAR DO MONTE, MACEDO DE CAVALEIROS) - OS SECTORES A & M
João Senna-Martinez, Elsa Luís e Jéssica Reprezas
- 089 CERÂMICA DO 3º MILÉNIO A.C. EM MACEDO DE CAVALEIROS
UM CASO DE ESTUDO
Elsa Luís
- 101 XAIRES (MACEDO DE CAVALEIROS):
UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO ARTEFACTUAL.
José Ventura; Elsa Luís, Hélder Carvalho; Patrícia Pinheiro.
- 123 EXISTE UMA "IDADE DO FERRO" EM TRÁS-OS-MONTES
ORIENTAL?
O EXEMPLO DA FRAGA DOS CORVOS (VILAR DO MONTE, MACEDO DE CAVALEIROS)
Jéssica Reprezas
- 129 INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO
NA OFICINA DA ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES - ANO 2012.
Joana Afonso
- 141 "O FOGO-DE-SANTO-ANTÃO"
E OS EX-VOTOS DE SANTO ANTÃO DA BARCA
Joana Afonso, Carlos Mendes.







editorial

MANUEL CARDOSO

É com uma enorme satisfação que se escreve um editorial como este, o do décimo número de publicação destes cadernos. Dez anos! Abrindo esta década com uma novidade e vontade de afirmação, todos os volumes até ao de hoje sucederam-se sem trair nem o espírito que esteve no seu início nem a qualidade, intelectual, científica e artística, que sempre fez parte do seu carácter. Ao qual este décimo caderno não foge e mantém uma outra virtude que existiu em cada um deles: o de não se ficar pela rotina dum registo de trabalhos executados. É, por isso, não só com a satisfação referida mas também com o espevitado sentido da curiosidade que se podem folhear as páginas deste volume.

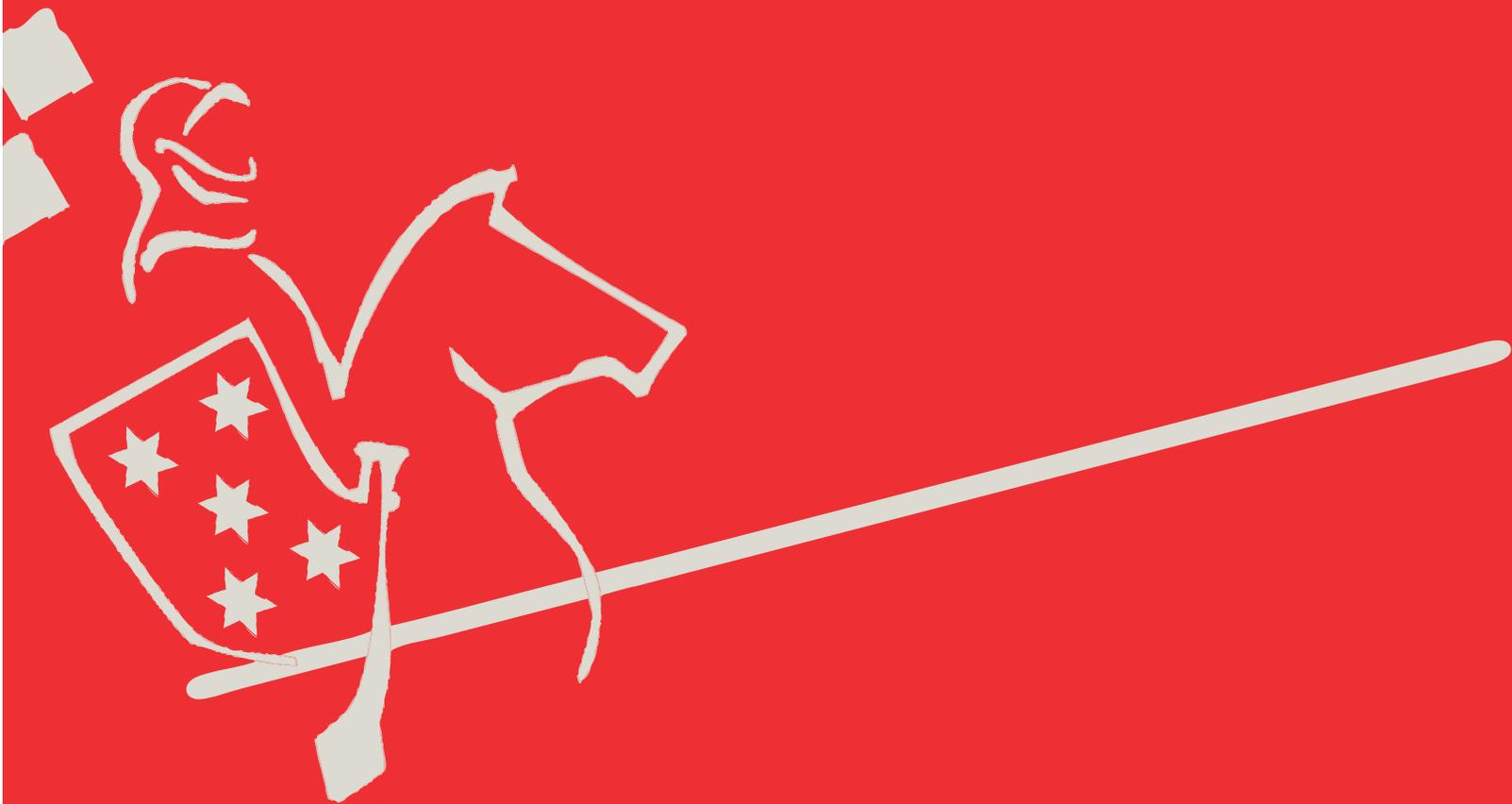
Páginas estas que nos colocam num referencial em que se cruzam algumas das linhas mais importantes da história e da geografia de Macedo de Cavaleiros: Aljubarrota, a batalha de onde emerge a razão de ser da lenda dos cavaleiros da maça, como já há anos a Terras Quentes veio recuperar e provar documentalmente; o vinho, ligação deste espaço à cultura e à civilização do Mediterrâneo; a arqueologia, uma atividade cheia de potencial para o desenvolvimento humano e turístico de Macedo, ainda e incompreensivelmente muito subaproveitada pelas autoridades locais, aliás. A que se juntam as matérias relacionadas com a investigação, conservação e restauro que ampliam a área de intervenção e nos levam até ao vale do Sabor, a Santo Antão da Barca.

A quantidade de autores já publicados nestes dez anos dos cadernos é impressionante, tal como é assinalável o facto dos que aqui têm tido o seu batismo de letras de imprensa. Por isso os cadernos sempre conviveram de forma excelente com a publicação lado-a-lado de nomes consagrados com caloiros iniciantes no estado da arte. A que este número conserva o hábito: João Senna-Martinez, Carlos Mendes, José Ventura, Hélder Carvalho, Elsa Luís, Miguel Sanches de Baêna, Jéssica Represas, Patrícia Pinheiro e Joana Afonso.

Estes dez anos de cadernos ficarão para a história da cultura em Trás-os-Montes, a par do que representaram em termos de exercício no terreno e de realizações palpáveis, de que são o repositório impresso, como um acervo importante conseguido em trabalho multidisciplinar e de equipa. Numa região com um povo tão dado ao individualismo e à desistência, em que os projetos cooperativos normalmente fracassam e em que a permanência e persistência rapidamente sucumbem e são votados ao esquecimento, o ter mantido esta capacidade e produtividade veio colocar a Terras Quentes num lugar importante a que poucos chegaram. O que é um motivo de justo orgulho para todos os que para tal contribuímos. De modo ativo ou meramente participativo.

Terras Quentes, muitos parabéns!







SANTO ANTÓNIO

OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS E HERÓI
NACIONAL // 1640-1814

Miguel Sanches de Baêna

Historiador, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Associação Terras Quentes. Perito em História militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço e autor de vasta obra publicada.

Era um domingo aquele dia 14 de Agosto de 1814. O céu estava limpo e a temperatura quente era entrecortada por uma ligeira brisa vinda do mar. No recinto fronteiro às muralhas da Cidadela de Cascais, as forças do Regimento de Infantaria 19 preparavam-se para prestar homenagem ao Coronel Senhor Santo António, herói nacional e vencedor de inúmeras batalhas contra os franceses. Ali estavam presentes em formidável exibição de força e aprumo militar três companhias de infantaria oriundas do Regimento de Lagos.

Em toda a volta do recinto drapejavam ao vento as bandeiras e os estandartes das nações aliadas. Em redor da tribuna magnificamente decorada, soldados empunhavam a bandeira azul e branca e os estandartes do RI 19 e do Regimento de Lagos.

Ao fundo, em impecável formação, as tropas em parada, com os oficiais a cavalo, emprestavam à parada uma atmosfera de respeito e dignidade. Á retaguarda as formidáveis bocas-de-fogo, negras como tições, ladeadas por homens de barretinas negras. Sob a tribuna, o governador da cidadela, o Ten. General José Maria de Moura rodeado pelo seu Estado-Maior, em que sobressaíam as fardas flamejantes dos oficiais ingleses, pejados de condecorações, eram a verdadeira imagem do aprumo militar e da serenidade. E no comando das tropas em parada, destacava-se o Coronel José António da Silva, bravo entre os mais bravos, veterano das batalhas do Buçaco, Salamanca, Vitória, Nive, Orthez, ferido por diversas vezes em combate e idolatrado pelos seus homens.

De repente, perante um silêncio sepulcral ouvem-se as vozes de comando. Abatem-se as bandeiras; chispam as baionetas das formidáveis “Brown-bess” sob o sol de Portugal; soa o baque surdo do manejo das espingardas; ecoam as caixas de guerra. Era o Coronel Senhor Santo António que dava entrada na parada. Ostentando alguns ferimentos em combate e a medalha de ouro nº 5 da Guerra Peninsular, a imagem do Santo Português transportada num andor aos ombros de quatro militares do RI 19 avança lentamente. Posiciona-se em frente da impressionante formatura e prepara-se para receber a continência das tropas em parada. Silenciam-se os tambores e pelo enorme recinto ecoa um prolongado grito de comando: Coronel Senhor Santo António. E num momento, como que movidos por um único impulso num estertor formidável que ribombou pelas vetustas paredes da cidadela de Cascais, ouve-se o eco de 680 militares: **PRESENTE.**



O SANTO E O MILITAR

Quem era este Santo que simbolizou, impulsionou e magnetizou as forças armadas portuguesas, conduzindo-as corajosamente à vitória nos combates mais difíceis de guerra da Restauração, das campanhas do Rossilhão e na Guerra Peninsular?

Ao que parece, segundo Gastão de Melo de Matos “Santo António alistou-se pela primeira vez no Terço da Câmara de Lisboa, no reinado de D. Afonso VI”. Julga-se que a iniciativa teria partido do próprio rei antes da Batalha de Montes Claros. A comprovar esta afirmação surge-nos um opúsculo da autoria de Sebastião da Fonseca e Paiva, Mestre do Hospital Real, datado de 1665, ou seja, coevo do acontecimento, intitulado *Redondilhas a Santo António alistar-se por soldado na ocasião da Campanha do Além Tejo no anno de 1665*¹.

Trata-se de uma publicação coeva contendo em verso (redondilhas) uma visão popular celebrando a incorporação militar do Santo Português. Pela curiosidade que suscita, aliado ao seu valor como documento, reproduzimos algumas dessas “redondilhas”

*Não façais na guerra falha;
E se eis de ir a batalha
Como assim vos assentais?*

*Se Portugal voz conduz
Ide a ser Português Marte,
Tendo as armas de uma parte
Tendo de outra a cruz.*

*Nesse Terço de Lisboa
Desta vez alisado;
Que um Terço com tal soldado
Seguro pode a coroa.*

*Ide, que sem quebrar votos,
Sereis um rico soldado;
E posto sois recomendado
Nunca nós seremos rotos.*

*Marechais, Alferes divino
Para a batalha animoso;
Pois tremulais vitorioso
Por Bandeira a Deus Menino.*

*Voai qual ligeira seta,
Meu Capitão singular;
E não deixeis de levar
Vosso pagem de ginete.*



“Talvez por vitórias alcançadas por sua intercessão pelo nosso Exército, durante a guerra da Restauração, ou para que ela findasse, como veio a suceder pouco tempo depois em virtude do tratado celebrado entre Portugal e a Espanha em 13 de Fevereiro de 1668”², D. Pedro II por alvará de 24 de Janeiro do mesmo ano determinou que “por tão patriótico serviço” fosse alistado como praça no Regimento de Infantaria de Lagos. Acontecia, porém, que todos os militares que se alistavam tinham de ter um fiador que se responsabilizasse por dívidas contraídas, mas também pelo seu bom comportamento, garantindo “ em como não havia de desertar do seu Regimento, mas pelo contrário se conservaria sempre como bom soldado junto das Bandeiras”. Ao que parece a solução não era fácil. Até por fim, chegaram a uma conclusão; a fiadora seria Nossa Senhora. Tal foi a decisão Real, diga-se de passagem, bem aceite pelo Exército.

Não se sabe a data exacta em que Santo António assentou praça no Regimento de Infantaria de Lagos, mas segundo José Pinto de Aguiar, pode “afirmar-se com segurança que em 1702, ao serem aprovados os estatutos da Irmandade de Santo António do mesmo Regimento, já a guarnição o tinha por padroeiro”³. Durante 15 anos, Santo António serviu o Regimento de Lagos como soldado raso. Mas a 2 de Setembro de 1638, dia em que o Príncipe Regente foi elevado a Rei de Portugal com o nome de D. Pedro II, é concedida a Santo António a promoção a Capitão por “se ter posto à frente dum Destacamento do Regimento que marchava de Juromenha para Olivença e posto em fuga um forte corpo de castelhanos em número quatro vezes superior aos nossos”.

Um militar tem sempre o seu “pré”. Santo António recebia em Lagos o soldo de Capitão, conforme nos é referido nos livros Regimentais de Lagos onde se lê: Vence o Sr. Santo António como Protector do Regimento 10.000 reis. Anos mais tarde, como essa quantia fosse insuficiente e atendendo aos elevados serviços prestados por Santo António, a 25 de Março de 1777, D. Hércules António Carlos Luís Joseph Maria Albuquerque e Araújo de Magalhães Homem, Major Comandante do Regimento de Lagos, lavrava em auto e endereçava à Rainha D. Maria I uma petição para que o Santo fosse promovido a Major “⁴. Reza o auto o seguinte:

“Certifico que não existe alguma nota relativa a Santo António de mau comportamento ou irregularidade praticada por ele: nem de ter sido em tempo algum açoitado, preso, ou de qualquer modo punido durante o tempo que serviu como soldado raso no regimento: Que durante todo o tempo, em que tem sido capitão, vai quase para cem anos, constantemente cumpriu o seu dever com o maior prazer à frente da sua companhia, em todas as ocasiões, em paz e em guerra, e tal que tem sido visto por seus soldados vezes sem número, como eles todos estão prontos para testemunhar: e em tudo o mais tem-se comportado sempre como fidalgo e oficial: e por todos estes motivos acima referidos considero-o muito digno e merecedor do posto de major agregado ao nosso regimento, e de quaisquer outras honras, graças ou favores que aprouver a S.M. conferir-lhe. Em testemunho do que assinei meu nome, hoje 25 de Março do ano N.S.J.C. Magalhães Homem”.

Como Capitão, Santo António recebia de soldo 10.000 reis. Talvez por insuficiência do pedido de Magalhães Homem passou a partir de 1779 a auferir um soldo de 15.000 reis como consta do livro de vencimentos e de diversos mapas do Regimento existentes no Arquivo Histórico Militar.

Curiosamente esta petição é referida por Arthur William Ostingan, “pseudónimo de um certo Diogo Ferrier que veio para Portugal como Capitão de Artilharia, com o Conde de Lippe e que ficou ao nosso serviço, chegando a Brigadeiro em 1775”⁵.

“Segundo o General Foy na sua obra «Histoire de la guerre de la Peninsule sous Napoleon», o Coronel do Regimento de Lagos apresentou à Rainha D. Maria I um pedido de promoção de Santo António ao posto de Major, por este ser o capitão mais antigo do Regimento e inclusivamente de todo o Exército Português. D. Maria I por decreto de 1780 promove honorificamente o Santo de Lagos a Capitão recebendo o soldo correspondente”⁶, apesar de, em 1780 o comandante do Regimento de Lagos ter face a tal “injustiça”, insistido junto da Rainha para que ao seu capitão Santo António fossem pagos os soldos em atraso e ainda (em virtude de o referido Capitão “o mais antigo dos reais exércitos” se achar de há muito preterido na promoção) que o mesmo fosse promovido a Tenente Coronel.



NA GUERRA PENINSULAR

Se o Regimento de Infantaria de Lagos foi berço de Santo António Militar, o Regimento de Infantaria nº 19 (Cascais) foi a sua glória.

Curiosamente, o R.I. 19 constituiu-se a partir de 1704 com três companhias de Infantaria oriundas do Regimento de Lagos ao Regimento da Praça de Cascais. Seriam estes os fundadores do glorioso Regimento de Infantaria 19 (R.I. 19) como passou a ser designado a partir de 3 de Dezembro de 1808 e que esteve aquartelado na cidadela de Cascais. E na sua génese está o culto de Santo António trazido pelos militares de Lagos. O santo oficial, como muitos o apelidavam, atingiu os píncaros da fama durante as Campanhas Peninsulares sendo-lhe atribuído grande parte dos nossos sucessos em combate. A sua imagem transmitia confiança, segurança e coragem, conduzindo a um espírito de corpo absolutamente essencial para os jovens recrutas que nunca tinham tido o baptismo de fogo. É impressionante a forma como imberbes e inexperientes recrutas agiam debaixo de fogo com uma coragem desmedida, quase inconsciente, sabendo que na sua rectaguarda podiam contar com a protecção divina do Coronel Senhor Santo António.

“Na defesa de Ceret”, relata-nos o General Afonso Botelho, “coube ao Regimento de Cascais, actuando ao centro, defender certa posição em perigo. Aí aguentou à baioneta (porque a pólvora estava molhada) os ataques furiosos dos franceses. A luta foi renhida. Os bravos soldados do 19, comandados pelo Tenente Coronel António de Miranda Henriques cobriram-se de louros. E carregavam sobre as tropas napoleónicas bradando: avante bravo 19 que Santo António vai à nossa frente”⁷.

Tal era já então a fama do Santo cabo-de-guerra que, durante a primeira invasão napoleónica, Junot ao examinar os livros de matrícula do Regimento de Lagos, quedou-se de espanto com o Santo Oficial e de imediato ordenou que lhe continuasse a ser pago o devido soldo.

A 27 de Setembro de 1810 travava-se a famosa batalha do Buçaco.

“As águias napoleónicas” narra-nos Ataíde de Oliveira “pairam sedentas de sangue e saque sobre as formosas montanhas. Os clarins fazem ouvir o seu som estridente e marcial. Os nossos soldados, a maioria dos quais eram recrutas, contemplavam o estranho esclarecimento da tempestade”. A 6ª Brigada de Infantaria, da qual fazia parte o R.I. 19 de Cascais, ocupava uma posição de reserva à rectaguarda da Divisão Ligeira de Crawford que, a certa altura, no auge da tempestade, debaixo de uma tremenda fuzilaria, cede perante o ímpeto dos soldados imperiais.

“ Os franceses avançam audaciosos, mas já admirados de não verem os nossos soldados batem em retirada. Alguns dos nossos ficam hesitantes. De repente, vê-se descer do alto da montanha, como impelido por uma força gigantesca e admirável um Regimento de Infantaria. É o bravo 19. Carrega sobre os invasores impelidos por uma força extraordinária. Eles que se julgavam Anjos da Vitória, predestinados a conquistarem o mundo, batem em retirada”. “Mas”, interroga o articulista, “ quem era esse soldado misterioso que à frente do 19 carregava sobre os Franceses? Esse soldado que avançava ao lado dos valentes coronéis Sotto Mayor e Palmeirim, esse ser misterioso era Santo António”⁸.

Não aceitam os franceses a humilhação e, no dia seguinte, no rescaldo da batalha, quando tudo aparentava paz e descanso, o 82º Regimento de Linha da 1ª Divisão do Sexto Corpo do Marechal Ney, sob o comando do Coronel Montferrat decidiu raptar o Senhor Santo António. Destituídos do seu comandante, os portugueses tornar-se-iam mais vulneráveis e indefesos. Pela calada da noite, um grupo previamente escolhido de entre os melhores militares do 82º., comandados pelo famoso capitão Froid, oficial de uma valentia já então lendária, esgueirando-se pela sobra das penedias e aproveitando um dos raros momentos de distração e descanso das tropas portuguesas sobre os louros do combate do dia anterior, aproxima-se, sem serem presentidos, das nossas posições, apoderam-se e raptam o Senhor Santo António.

No dia seguinte, os bravos do R.I. 19 deram por falta do seu Santo Protector e num ímpeto de indignação e raiva incontida três companhias de valentes soldados portugueses carregam à baioneta calada sobre as posições francesas em Santo António de Cantaro. De roldão, pelas encostas e escarpas pedregosas clamando pelo seu Santo Comandante, alcançam os “raptos” do 82º Regimento, que massacram sem piedade. E retornam ao acampamento trazendo orgulhosamente de volta o seu Comandante. Pelo caminho dezenas de corpos lembravam que nada nem ninguém poderia ousar tocar no sagrado oficial enquanto um soldado português fosse vivo.

E de tal forma se houve o R.I. 19 que o Marechal Beresford, Comandante do Corpo do Exército Anglo-Luso em que estavam integrados os homens de Cascais, reconhecendo a valentia de tal feito, na ordem do dia 28 de Setembro, emite o seguinte elogio: “uma boa carga que deram 5 companhias do Regimento de Infantaria 19 debaixo das ordens do Tenente Coronel MacBean merece ser particularizada e foi admirada por todo o Exército”⁹. Cobre-se de glória o R.I. 19 e por onde vá está presente a imagem do seu Santo Patrono e comandante, já então ferido por duas vezes em combate, no Buçaco, na Batalha de Fuentes de Oñono e durante a notável retirada em quadrado debaixo das ordens do então Comandante Major João Tavares.

Feita a paz começam os exércitos a retirar. Por onde passou deixou o 19 de Infantaria bem vincada a sua conduta. E numa carta notável dirigida ao Brigadeiro Palmeirim, o Tenente General Dalhousye diz abertamente: “... não me é possível expressar-vos o quanto a vossa brigada me tem encantado, durante o tempo que tenho tido a honra de a comandar: na presença do inimigo, assim como nos quartéis, o seu comportamento tem sido perfeitamente valoroso, obediente e humano. Eu não cessarei jamais de admirar a Nação Portuguesa em todo o tempo e lugar me lembrarei com o maior prazer do 2º de Caçadores, dos Regimentos 7 e 19 e dos Generais Lecor e Palmeirim”. E como homenagem aos seus feitos heroicos durante a Guerra Peninsular, em particular na Batalha do Buçaco, o Príncipe Regente D. João, no seu decreto de 26 de Junho de 1814 e carta patente datada de 31 de Agosto do mesmo ano, promove o Santo António a Tenente Coronel.

“D. João, por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. faço saber que aos que esta minha carta patente virem, que sendo da minha particular devoção o glorioso Santo António a quem o povo desta corte incessantemente e com a maior fê dedica os seus votos, e tendo o céu abençoado os esforços dos meus Exércitos com a paz que dignou conceder à Monarquia Portuguesa, crendo eu piamente que a eficaz intercessão do mesmo Santo tem concorrido para tão felizes resultados.

Hei por bem se eleve ao posto de Tenente-Coronel de Infantaria, e com ele haverá o respectivo soldo que lhe será pago na forma das minhas reais ordens, pelo que o Marechal de Campo Ricardo Xavier Cabral da Cunha, que na qualidade de Ajudante-General é encarregado interinamente do comando das armas desta corte e capitania, assim o cumpra: e o soldo referido se assentará nos livros a que pertencer, para lhe ser pago em seus devidos tempos.

Em defesa do que lhe mandei passar carta por mim assignada e selada com selo grande das minhas armas. Dada nesta cidade do Rio de Janeiro aos 31 do mês de Agosto do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1814 – o Príncipe com Guarda – Gaspar José Mattos Ferreira e Lucena – José Caetano de Lima – Por decreto de S.A. Real de 26 de Junho de 1814 e 22 de Agosto do mesmo ano – Pedro Vieira da Silva Telles a fez escrever. António José Pinto a fez – Registada a fl 46 no L. 6º de patentes”¹⁰.

A fama do Coronel Senhor Santo António transbordava as fronteiras portuguesas e nas suas memórias, o General francês Maximilian Foy, que tão bem conhecia o nosso país por ter servido durante largos meses debaixo das ordens napoleónicas, refere este notável episódio da nossa história.

“This story passed for fact during the reign of Jhon V Doubts began to be thrown upon it in Pombal’s administration. The Saint nevertheless retained his rank. On the accessiion of Queen Mary, the Colonel of the Regiment os Lagos stated in a memoir, supported by documents that St. Anthony was the oldest captain, not only in nthat corps, but in whole army, and in fact, he had then been a captain ninety years. After such a length of servisse, he thought the least that could be done was to appointmhim major: but the court did more, and by a royal decree of

the month of January 1780, St Anthony of Padua received a commission of general officer. This promotion was purely honorary. The general's name remained inscribed in the list of Regiment Lagos as a captain, and his annual pay of three hundred thousand reais (about 801. Sterling) as fixed by Don Pedro II, continued to be received in his name. This sum was expended on Portugal by the French in 1807, General Junot desired to a statement of the brevets, commissions, and services of St. Anthony. He was determined not to be less generous to him than the sovereigns of Portugal had been; the pay of the old captain of Lagos to him scrupulously delivered to colonel at the moment when, by the new organization of the Portuguese army the Regiment ceased to exist"¹¹.

BATALHAS DA GUERRA PENINSULAR EM QUE PARTICIPOU O CORONEL SENHOR SANTO ANTÓNIO

Buçaco // 27 de Setembro 1810
Fuentes de Oñono // 5 de Maio de 1811
Salamanca // 22 de Junho de 1812
Victória // 21 de Junho de 1813
Pirinéus // 28 a 30 de Junho de 1813
Nivelle // 10 de Novembro de 1813
Nive // 9 a 13 de Dezembro de 1813
Orthez // 27 de Fevereiro de 1814



OUTROS FEITOS VALOROSOS

- Combate de Santo António do Cantaro no dia seguinte à grande Batalha do Buçaco.
- Assédio de Badajoz.
- Assalto geral do Forte de S. Cristóvão
- Assédio e tomada do Forte del Retiro, em Madrid.
- Combate da ponte de Valladolid.
- Tomada da Praça de S. Sebastião: e outros combates até Hastingné, em 23 de Fevereiro de 1814.

Perdas que teve o Exército Português na Guerra Peninsular em mortos e ferido ou extraviados:

- Oficiais; 986
- Praças de "pret": 20.155
- Total: 21.141 homens.



PRESENÇA DE SANTO ANTÓNIO MILITAR EM OUTROS LOCAIS

A fama de Coronel Santo António era tal e o seu prestígio junto das nossas tropas tão acentuado que se estendeu a outros cantos de Portugal e às ex-colónias.

Peniche:

Sabe-se que também o Regimento de Infantaria de Peniche teve como padroeiro Santo António, mandado até erguer em sua honra, uma ermida próximo da Cidadela. Por uma provisão de D. Pedro II e a pedido dos Oficiais e Soldados do Regimento, foi concedido a Santo António o posto de Alferes, com o respectivo soldo mensal de 6.000 réis.

Açores:

Mas não foi só da Infantaria que Santo António foi protector, como demonstram os “anais da Ilha Terceira” onde se lê:

“O grande patriota que foi o Cipião de Figueiredo Corregedor e Governador das Ilhas dos Açores, depois da conquista de Portugal por Filipe II de Espanha e tendo em vista a experiência de Salgo em 1581, mandou aumentar o poder bélico desta Ilha Terceira para resistir às Esquadras do D. Filipe, construindo na parte leste do Monte Brasil, um forte a que deu o nome de Santo António, em honra de D. António Prior do Crato que os Terceirenses haviam aclamado por seu Rei, não reconhecendo a autoridade de D. Filipe, sendo construído na parte exterior da Casa da Guarda que servia este forte, um nicho ainda hoje em bom estado de conservação, com a imagem de Santo António que por muitos tempos foi conhecido pelo nome de Santo António dos Artilheiros, por os Soldados de Artilharia que ali fazem guarda até cerca de 1887 tomaram o nicho a seu cuidado enfeitando-o e iluminando-o com o produto das ofertas dos visitantes.



Macau:

Santo António assentou Praça em Macau no ano de 1783, devido à “grande necessidade q. havia presentemente da protecção deste Santo”¹². Foi promovido a Capitão da Cidade, recebendo o respectivo soldo.

Goa:

Santo António também esteve alistado em Goa, onde atingiu o posto de Alferes. Vários locais de culto foram erguidos em seu nome, dos quais se destaca a Capela de Santo António da Praça de Rachol, em Salsete.

Angola:

Em Angola foi Capitão de Infantaria. O Conde do Lavradio, Governador e Capitão-General da Província, em carta datada de 28 de Julho de 1749, comunicava a El-Rei D. João V que: “achara naquela Cidade de Luanda o Sr. Santo António com Praça de Alferes que tinha havido muitos anos depois de ter sido soldado, e era tão grande a fé nos milagres do mesmo Santo que a ele se atribuíam todas as vitórias alcançadas contra o gentio; o próprio gentio – prossegue o Governador – não conhecendo ainda a Deus venerava Santo António e os do Congo chamavam-lhe Deus sendo raros os que não traziam a sua imagem ao pescoço”. A seguir, na carta, o Conde propõe, alegando os feitos atrás descritos, a sua promoção ao posto de Capitão.

De facto, logo nos primeiros meses do seu reinado, D. José, em 16 de Setembro, deferiu a proposta do Governador.



Moçambique:

Na província de Moçambique, Santo António foi Capitão Fuzileiro ao mesmo tempo que outros Santos foram igualmente alistados.

Brasil:

Reinava em Portugal Filipe II, quando a Câmara da Cidade da Baía, escolheu Santo António como padroeiro da Cidade e lhe mandou assentar Praça como soldado na Fortaleza da Barra. Começa assim a carreira militar do Santo no Brasil, durante a restauração “houve luta acesa” com os Holandeses tendo o Santo um papel fundamental. Sabe-se que a 27 de Janeiro de 1654 por decisão da Câmara da mesma Cidade, houve festa solene em honra de Santo António, em virtude de ter sido restaurada a soberania Portuguesa em Pernambuco, até aí em poder dos Holandeses. Tendo em atenção os relevantes serviços prestados pelo Santo durante a ocupação estrangeira, mandou o Governador da Baía, D. Rodrigo da Costa, conceder-lhe a patente de Capitão da Fortaleza da Barra, determinando ao mesmo tempo que o respectivo soldo fosse entregue ao Síndico do Convento de S. Francisco. Foi graduado em diversos postos no Rio de Janeiro onde foi agraciado com a Grã-Cruz de Cristo por decreto de 13 de Agosto de 1814.

Importa referir que várias vezes e por diversas razões lhe suspenderam o soldo, acabando sempre por lhe voltar a pagar, umas vezes por protesto das ordens religiosas, outras por protestos dos próprios militares. No entanto, parece que para terminar com as desavenças, teve lugar um despacho de um presidente do Conselho, nos princípios da República, do qual se cita o seguinte: O Coronel António de Pádua, vai quase em 3 séculos de serviço. Nomeio-o General e ponho-o na reserva”¹³.

-
- 1 Este opúsculo foi impresso nesse ano na oficina de Henrique Valente de Oliveira
 - 2 Matos, Gastão de Melo de: Notas sobre Santo António Militar, págs. 149 e seg.
 - 3 Aguiar, José Pinto: Santo António de Lisboa – Oficial do Exército e Herói Nacional
 - 4 Caetano, João Torres; Lagos Militar
 - 5 Aguiar, José Pinto: Op. Cit., pág. 32
 - 6 Aguiar, José Pinto: Op. Cit, Pág 35
 - 7 Botelho, General Afonso: Os regimentos de Cascais – VI Centenário da Vila de Cascais. Edição da Câmara Municipal de Cascais.
 - 8 Oliveira, Ataíde de: Revista militar, de 1985. O R.I. 19 contava nesse dia com 1200 homens e dois batalhões sob o comendo do Coronel Xavier Palmeirim
 - 9 Aguiar, José Pinto; op. cit
 - 10 Aguiar, José Pinto; op. Cit p. 41-42
 - 11 Foy, Maximilian: History of the war in the Peninsula Under Napoleon, 1827, p. 238
 - 12 Aguiar, José Pinto: op. Cit. P. 7
 - 13 Aguiar, José Pinto: op. cit. Pág 87.

Referências Bibliográficas:

Aguiar, José Pinto; (MCMLII). Santo António de Lisboa – Oficial do Exército e Herói Nacional, Lisboa.
Botelho, General Afonso; (1964). Os Regimentos de Cascais – VI Centenário da Vila de Cascais, Edição da Câmara Municipal de Cascais.
Centeno, João Torres; Lagos Militar
Escrivanis, Augusto Carlos de Sousa; Investigações Históricas sobre o Regimento de Infantaria nº 19.
Formosinho, J. R., Director do Museu Dr. José Formosinho, (1994). Igreja de Santo António, Câmara Municipal de Lagos.
Lima, Henriques de Campos Ferreira; (1939). Santo António Militar, Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol IX, Lisboa
Matos, Gastão de Melo de; (1940). Notas sobre Santo António Militar, vol. X, Arquivo Histórico Militar.
Miranda, Jorge; (1995). Presença de Santo António no Concelho de Cascais, (Palestra proferida no Museu Condes de Castro Guimaraes, em Cascais, a 22 de Junho de 1995, no quadro das comemorações dos “800 Anos do Nascimento de Santo António”).
Vieira, Afonso Lopes; (1932). Santo António, Jornadas do centenário.



JANELAS ABERTAS PARA O PASSADO

AS IMAGENS COMO PATRIMÓNIO E COMO IDENTIDADE:
É URGENTE FAZER-SE UM ARQUIVO DE IMAGEM

Manuel Cardoso

Escritor, sócio da Terras Quentes.

1 A imagem é uma das coisas que mais interesse desperta como documento histórico. Escreva-se um texto com uma história dum evento ou duma terra: meia dúzia de pessoas o lê, tanto em suporte papel como eletrónico. Mas publique-se ou exponha-se uma imagem: toda a gente a mira e remira, quiçá identificando pessoas e locais, estabelecendo diferenças e comparações, rebuscando a memória e evocando o passado. Na imagem reside o sucesso de muitas publicações conhecidas como é o caso da “Lisboa Desaparecida” da Marina Tavares Dias ou, entre nós e muito mais modesto, o caso do esgotado “Macedo de Cavaleiros Rua a Rua”. Daí, e não só por isso, que a imagem seja uma importante fonte de informação e de difusão da informação.

A conservação da memória dum povo é algo de interesse transcendente. Não é por acaso que os povos que perdem a memória deixam de existir. E não é por menos acaso que os povos que a conservam permanecem no tempo, atravessando séculos e vicissitudes, evoluindo na sua geografia mas conservando a sua identidade. A conservação da memória é uma tarefa imperiosa e fundamental para que nós possamos afirmar e manter a nossa identidade. A conservação dos documentos históricos está a cargo dos arquivos e dos museus mas não devemos ser redutores e interpretá-la como apenas isso. Todos nós temos a missão de contribuir, de um modo ou de outro, para essa conservação. A constituição dum arquivo, independentemente de ter um edifício físico em que funcionar, é algo que hoje se torna premente para determinado tipo de documentos e realidades, tal a velocidade dos acontecimentos e da evolução do progresso humano. E para conservar documentos históricos ou, pelo menos, uma cópia de documentos, nem se precisa dum edifício nem de grandes equipamentos: com um bom scan, um computador e um bom programa de tratamento de texto e imagem já muito pode ser feito.



Olhando à nossa volta, vemos que já muito foi feito para a preservação da memória e para o seu estudo, nos últimos anos. Mas há uma coisa que pode e deve ser feita desde já, desde “aqui e agora”, a criação dum arquivo documental de imagem, que pode ser um simples computador instalado na biblioteca municipal. Com a redundância de haver cópias de segurança, discos externos ou outra forma, que permita obviar a uma destruição de ficheiros do original.

Arquivo de que imagens?

De todas as que possam contribuir para a conservação da nossa identidade. Cartas, fotografias, desenhos, de tudo um pouco, de tudo que tenhamos em nossas casas, por vezes sem lhes atribuir qualquer valor mas que, à luz do que é conservação da nossa memória coletiva, se torna em documento para a posteridade. Tem em sua casa fotografias antigas? De casamentos, de festas, de tudo? Cartas que tenha recebido ou escrito? Aerogramas do Ultramar? Slides antigos? Velhos negativos? Faça deles documentos históricos e deixe que eles se transformem num testemunho para a posteridade. Copiá-los em suporte eletrónico e coloca-los à disposição de quem os quiser ver é uma homenagem a todos os que os protagonizaram.

Para todos os que assim o desejarem e não queiram desfazer-se dos originais, o arquivo pode perfeitamente limitar-se a fazer as cópias e a conservá-las em suporte informático.

2 As fotografias que hoje aqui publicamos são documentos notáveis e raros. As que se seguem foram tiradas em Fornos de Ledra em 1938. Fotógrafo: Carolino Augusto Dias. É uma cena de vindima, de um fim de vindima. Todo o grupo e cada um dos seus elementos é uma lição de história e de antropologia cultural. As atitudes, o vestuário, o calçado (ou a ausência dele), as expressões. Fotografias destas são autênticas pérolas, sobretudo com esta qualidade de imagem, na nossa zona. Por isso o seu valor é múltiplo como documento de época. Ainda por cima não é anónima: Na foto 1; Ilda do Nascimento, no centro da foto, sentada no chão, descalça, mãe da senhora em casa de quem descobri esta foto numa minha ida a Fornos, há anos, para uma consulta duma vaca!



FOTO 1 // CENA DE VINDIMA EM FORNOS DE LEDRA, 1938



FOTO 2 // CENA DE VINDIMA EM FORNOS DE LEDRA, 1938

Carolino Augusto Dias era natural de Fornos de Ledra, onde nasceu em 2 de Outubro ou em 5 de Dezembro de 1899, à uma da tarde, sendo batizado na igreja paroquial de Nossa Senhora dos Reis de Lamalonga em 7 de Janeiro de 1900, filho de António Augusto Dias e de sua mulher Maria de Jesus, negociantes, ele de Bragança e ela de Fornos. Família numerosa, era o mais velho de sete irmãos. Espertíssimo e cheio de vontade de aprender, foi para Chaves trabalhar num estabelecimento comercial e, anos depois, para o Brasil.



FOTO DE CAROLINO AUGUSTO DIAS



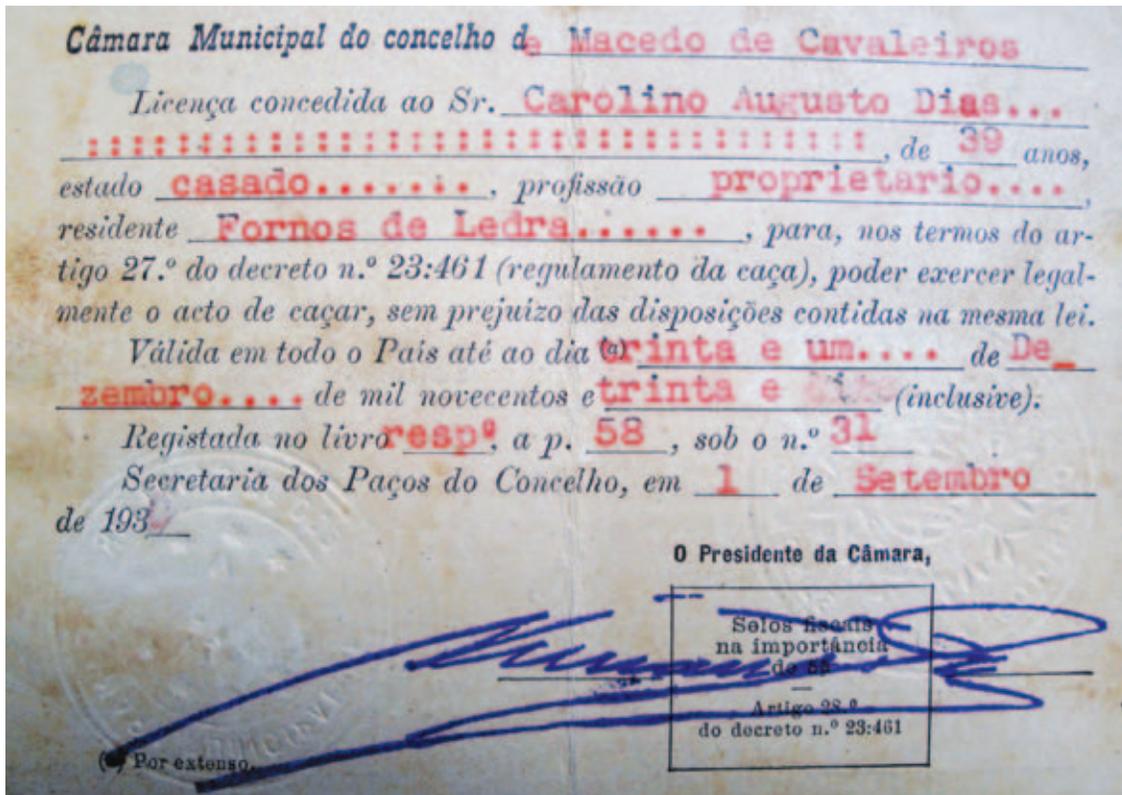
Daqui emigrou para a República Centro Africana, Bangui, onde trabalhou para a Companhia Proprietária do Kouilou-Niari. Regressou em meados da década de trinta, aparentemente por motivos de saúde, e construiu a casa, que ainda hoje existe, em Fornos de Ledra, onde viveria o resto da vida. A construção desta casa terminou em 20 de Agosto de 1935. Enquanto tratava da construção da casa, pediu em casamento Maria Amélia Chiotte, de trinta e três anos, professora do ensino primário elementar, solteira, nascida em Freixo de Espada à Cinta e residente em Lamalonga, sobrinha e afilhada do Padre Acácio Chiotte. Casaram em 20 de Abril de 1935 e tiveram dois filhos, que aparecem na fotografia da vindima, um rapaz que morreu menino e Maria Isabel Chiotte Dias, nascida em Lamalonga em 1936 e mais tarde casada com João Maria Ruivo, da Torre de D. Chama, com geração. Maria Amélia morreu em 2 de outubro de 1972 em Fornos. Carolino Augusto Dias morreu no Porto, na Ordem de S. Francisco, em 5 de Dezembro de 1972, mas o seu funeral foi em Fornos, havendo uma enorme multidão a prestar-lhe uma última homenagem. A fotografia foi um hobby que trouxe de África. Contam algumas pessoas da aldeia que andava muitas vezes de máquina na mão e fotografava cenas comuns e episódios familiares ou bucólicos. Não foi possível ainda saber do paradeiro das fotografias ou dos negativos que poderão ainda existir. Algumas que aqui também se publicam são reproduções amavelmente cedidas pela sua neta Maria Alice Dias Ruivo. Mas a simples divulgação das poucas que aqui se reproduzem, muito significativas, é um modo simples de registar a sua existência e de chamar a atenção para a sua importância.



A CASA DE CAROLINO AUGUSTO DIAS, REPRODUÇÃO A PARTIR DE ORIGINAL PROPRIEDADE DE MARIA ALICE DIAS RUIVO



CASA E FAMÍLIA EM FORNOS DE LEDRA. REPRODUÇÃO A PARTIR DE ORIGINAL PROPRIEDADE DE MARIA ALICE DIAS RUIVO



REPRODUÇÃO A PARTIR DE ORIGINAL PROPRIEDADE DE MARIA ALICE DIAS RUIVO



REPRODUÇÃO A PARTIR DE ORIGINAL PROPRIEDADE DE MARIA ALICE DIAS RUIVO

3 Publicamos também uma fotografia propriedade de Malta Gomes, conhecido fotógrafo de Macedo de Cavaleiros, de autor desconhecido, já difundida na net mas que é um extraordinário e significativo testemunho duma época, duma profissão e toda ela passível de uma leitura que nos transporta imediatamente para a década de vinte do século XX. Recorro às palavras que sobre ela me escreveu Malta Gomes, numa troca de mails: “Conheço esta imagem há mais de 20 anos..., sempre tive por ela uma admiração especial. Não só porque o meu avô está em primeiro plano (sempre foi alfaiate em toda a vida dele!), mas também pelo que ela nos transmite, pois a alfaiataria de então, era riquíssima em pormenores que “falavam” da costura! Todos os adereços que compõem este espaço de corte e costura estão soberbamente enquadrados com o objetivo da alfaiataria. Ali não falhou nada na decoração do espaço. Impressionante! Qual patrão de há décadas em Macedo de Cavaleiros, tinha a melhor noção do empreendedorismo de que hoje tanto de fala... O espaço é uma obra de arte, e a imagem também. Tecnicamente é perfeita! Tem tudo o que uma obra de arte deve ter. Hoje esta alfaiataria seria uma alfaiataria de luxo! Em relação às pessoas, elas estão todas identificadas. Sei que o patrão, Sr. Zé Ribeiro foi com o filho para o Brasil, e não deixaram família em Macedo de Cavaleiros. (...)”

As pessoas que aparecem na fotografia são, da esquerda para a direita: Armando Brás, Maria do Poço, Jorge Mascarenhas, Arminda Patrício, Zeca Ribeiro e Manuel Maria Malta.



FOTO 3 // ALFAIATARIA EM MACEDO DE CAVALEIROS

Estes breves exemplos de imagens do passado ficam aqui como uma tentativa de despertar interesse em que não se percam e sirvam para nos dar a sensação de que com elas é o mesmo de estarmos à janela a viajar no tempo. Qualquer uma destas fotografias merece só por si um artigo, e para isso trabalhamos, tendo já bastante informação muito interessante sobre cada uma delas e que um dia se dará a conhecer. Mas desde já aqui ficam sem mais demora. Como se fossem chaves para se olhar para o passado e de onde o passado estivesse a olhar para nós. É indispensável que se conservem para que com elas se conserve a nossa identidade. Com um enorme respeito pelo enorme conteúdo humano que significam e testemunham.

Créditos fotográficos: Os originais das fotografias inclusas no texto foram amavelmente cedidas por Malta Gomes, fotógrafo de Macedo de Cavaleiros.



BANREZES

(MACEDO DE CAVALEIROS)
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA “ALDEIA FANTASMA”

Adriana Ramos, Ana Rita Calvário, Sofia Jorge

Licenciatura de Sociologia // Temas Sociológicos Contemporâneos

INTRODUÇÃO

No âmbito da unidade curricular Temas Sociológicos Contemporâneos, no ano lectivo de 2011/2012, foi-nos proposto, pela docente, a elaboração de um ensaio. Deste modo, optámos por ter como temática central as “aldeias fantasma” de Portugal. A escolha deste tema surgiu da curiosidade em perceber por que razão o nosso país apresenta taxas de despovoamento elevadas no interior, visível através dos valores da variação da densidade populacional entre os anos 1950/60 e 2000/09¹. Após uma breve pesquisa sobre esta temática, constatámos que o despovoamento ocorre com tanta intensidade que, por vezes, surgem casos de aldeias completamente desertas. Como efeito desta pesquisa, obtivemos conhecimento do caso da aldeia fantasma de Banrezes, que não tem habitantes desde os anos 60. A questão que nos propomos a abordar é “o que significa para a população natural de Banrezes o facto de a aldeia se encontrar fantasma?”. Assim, os nossos objectivos centrais, que decorrem desta questão de partida, são os seguintes: conhecer as representações sociais da população natural de Banrezes, antes do abandono da aldeia e depois; mas também perceber por que razão/razões a população não voltou e não volta para reabitar a aldeia, uma vez que se pensa que a origem do abandono seja uma epidemia ou a contaminação das águas. Apesar de estes dados não serem comprovados, sendo apenas memórias da população natural de Banrezes, ao longo deste trabalho iremos abordar a causa de a aldeia estar despovoada como consequência da epidemia e da contaminação das águas.

Neste ensaio serão tidos em conta alguns conceitos que nos propomos a explorar, de acordo com a nossa temática e com os objectivos do nosso trabalho, nomeadamente os conceitos de “aldeia fantasma” e de representações sociais. Para tal, tivemos por base autores de referência como João Ferrão, nomeadamente na abordagem ao primeiro conceito, o de “aldeia fantasma”; mas também Moscovici, Jodelet e C. Purkhardt, para a exploração das representações sociais. Como metodologia para a exploração desta temática optámos pela qualitativa, a qual descreveremos posteriormente.⁴

¹ Ver anexo 1, onde se pode verificar a variação da densidade populacional, entre 1950/60 e 2000/09, em Portugal.



ESTUDO DE CASO SOBRE A “ALDEIA FANTASMA” DE BANREZES

Uma vez que o nosso trabalho se focaliza numa aldeia em particular, a de Banrezes, decidimos explorar um pouco a sua história. A aldeia de Banrezes (sendo que existem várias formas de a designar) situa-se na margem direita do rio Azibo, pertencente à freguesia de Vale da Porca, município de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança². Cronologicamente é difícil precisar a origem desta aldeia, mas há a possibilidade de o povoado poder ter evoluído a partir de uma antiga ocupação iniciada durante a romanização, dado às condições naturais do local, com excelentes potencialidades agrícolas e o seu posicionamento em relação ao povoado fortificado da Terronha. Contudo, há certeza de que a passagem e/ou fixação humana pela região remontam a épocas bastante mais recuadas para além do reinado de D. Sancho II (1223-1248). Foi no século XIX que se deu o progressivo abandono da aldeia, tendo tido o seu termo no séc. XX, após a saída dos últimos dois moleiros resistentes. Apesar de actualmente estar despovoada, a existência deste lugar será perpetuada pela população natural e/ou seus descendentes que possuem o apelido Banreses ou Banrezes, derivação do nome da aldeia, e provável evolução do apelido Banreza. A designação de “Banrezes” mantém-se ao longo dos documentos do séc. XVIII, surgindo como “Baurezes” a partir de 1842, data da transferência do município de Bragança para o de Chacim, topónimo reforçado no “Diccionario Geographico” de 1853 ou no “Portugal Antigo e Moderno” de 1873. Contudo, na “Chorographia Moderna” de 1874 aparece, de novo, como “Banrezes”. Ainda sob a designação de “Baurezes”, passa a integrar o novo município de Macedo de Cavaleiros em 1855, regressando a Chacim em 1867 como Paróquia Civil da Eclesiástica de Salselas para voltar, definitivamente, ao município de Macedo de Cavaleiros a partir de 1878 (Associação Terras Quentes³, e-mail enviado às autoras, 24 de Novembro, 2011). Sendo que a aldeia foi habitada até aos anos 60, no local ainda é possível avistar a antiga estruturação urbana, nomeadamente as ruínas da Igreja, algumas estruturas de habitação e ainda alguns sistemas de produção como o moinho e o lagar de azeite⁴. Segundo a Associação Terras Quentes, em 1758, viviam apenas 37 pessoas na aldeia, correspondendo a 12 fogos. No que diz respeito ao abandono desta aldeia, relatam-se duas hipóteses: a primeira correspondente a epidemias de febre tifoide e paludismo, e a segunda à lavagem da urna funerária comunitária e a posteriores contaminações da água, segundo memórias da população⁵. Deste modo, a população viu-se obrigada a abandonar a aldeia, mudando-se para as povoações vizinhas de Vale da Porca, Limãos, Salselas, e de Olmos⁶, deixando para trás as casas e os equipamentos colectivos, agora em ruínas. No que diz respeito às actividades da aldeia, estas destacam-se na agrícola e na pesca. Da agricultura fazem parte os frutos da terra, sendo que os mais importantes eram “algum centeio e trigo, castanhas e linho, pouco azeite” (Idem, 24 de Novembro, 2011), no entanto, parecia haver ausência de batata. As culturas deveriam ficar afastadas das águas do rio Azibo porque, segundo a população, corriam por terras áspers e sítios fundos, não se devendo assim cultivar nas suas margens. A pesca era outra das actividades em destaque devido à grande abundância de peixe, sendo que esta era realizada através de “armadilhas, chumbeiras, anzóis, redes em partes” (Idem, 24 de Novembro, 2011).

Depois de salientar alguns aspectos históricos da aldeia que nos propomos estudar, achámos pertinente explorar o nosso conceito principal, o de “aldeia fantasma”. Pelas dificuldades encontradas quanto à informação existente sobre este conceito, nomeadamente no que diz respeito a trabalhos de outros autores, decidimos construir a nossa própria definição de “aldeia fantasma”, de acordo com os objectivos do nosso estudo. Para tal, recorreremos à definição de espaço rural do autor João Ferrão (2000). Este refere quatro aspectos que compõem o mundo rural: produção de alimentos como principal função; agricultura como actividade económica dominante; a família como 6 grupo social de referência; e o equilíbrio entre os ecossistemas natural e humano, que caracteriza o tipo de paisagem. Deste modo, a nossa definição de “aldeia fantasma”, que tem como base os aspectos referidos pelo autor, diz respeito a um espaço onde não há actividade agrícola, bens e serviços e população. Acrescentamos ainda que pode haver um motivo para o facto de a aldeia estar fantasma, sendo que os que destacados foram: migrações e emigrações, forte atractividade do litoral, fecho de uma mina/fábrica, empobrecimento dos solos, entre outros. De acordo com a pergunta de partida da nossa investigação e os nossos objectivos, definimos o conceito de

2 Ver anexo 2, que contém a localização espacial do lugar de Banrezes.

3 Ver anexo 3, com informação acerca da Associação Terras Quentes (Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros) que nos disponibilizou dados históricos da aldeia.

4 Ver anexo 4, que contém imagens das ruínas da aldeia.

5 Ver anexo 5, onde consta uma citação de uma antiga habitante da aldeia de Banrezes.

6 Ver anexo 6, que contém os censos de 1960 e 2001 da população do município de Macedo de Cavaleiros, e das freguesias de Vale da Porca, Salselas e Olmos.



representações sociais, que nos remeterá para os significados da população natural de Banrezes acerca do facto da aldeia se encontrar fantasma. “O conceito de representação social é, antes de mais, um conceito orientado para a descrição dos significados de que são investidos os objectos pertinentes para uma comunidade” (Ordaz & Vala, 1997: 848). A autora Susan Caroline Purkhardt (1993) associa ao conceito um conjunto de funções desempenhadas pelas representações sociais, das quais destacamos três por serem as que fazem sentido para o nosso estudo. Em primeiro lugar, constroem e moldam a realidade - exercem um papel fundamental na construção desta, pois estabelecem sentidos e significados de objectos e acontecimentos. Estas fornecem uma ordem estabelecida em que as pessoas podem interpretar e entender os seus mundos, social e material, podendo tornar-se actores ou participantes efectivos na vida social. As representações sociais indicam como encontrar os efeitos e como escolher as causas; o que é que deve ser explicado e o que constitui uma explicação. Também fixam um acontecimento no contexto de um sistema de relações com outros acontecimentos (Purkhardt, 1993: 9). No caso da aldeia em questão, esta função diz respeito à maneira como a população natural de Banrezes constrói o significado/representação que a aldeia tem para estes. Partindo do princípio de que a água é um bem essencial, não era possível esta população continuar a sua vida na aldeia. Para além de um bem essencial, a água representava para esta população o meio de subsistência, visto ser uma população que tinha como principais actividades a pesca e a agricultura, logo estas actividades precisam incondicionalmente de água. Os acontecimentos da epidemia com a agravante da contaminação das águas podem ou não ter mudado as representações que a população natural de Banrezes tem sobre a aldeia. O facto de se encontrar fantasma, para a população natural, pode estar relacionado com a epidemia e da contaminação das águas, transformando estes acontecimentos num certo mito. Em segundo lugar, constituem elementos básicos da socialização – como formas de conhecimento, são partilhadas ao longo do processo de socialização dos indivíduos, inserindo-os nas tradições culturais de um grupo sendo que as representações sociais desse grupo são inscritas na personalidade dos próprios indivíduos (Idem, 1993: 11). Uma vez que as representações sociais estão na base da socialização, é possível que as representações da população natural de Banrezes, o significado que atribuem ao facto de a aldeia estar fantasma, tenham ou não se alterado depois da epidemia e da contaminação das águas. Uma outra hipótese pode ser o facto de as representações da população natural de Banrezes terem-se modificado depois da sua socialização com a população residente das aldeias dos arredores, onde os primeiros se fixaram. A aldeia para a qual a população se mudou, terá dado origem a novos hábitos e costumes aos quais os indivíduos tiveram que se adaptar. Por último e, de acordo com a autora, “uma das mais importantes funções das representações sociais é transformar o estranho em familiar” (Idem, 1993: 11). As representações sociais já conhecidas e interiorizadas ajudam a construir as novas representações sociais, logo, a dotar aquilo que é novo e desconhecido de significado. Ora, apesar da epidemia ou da contaminação das águas poderem estar presentes nas representações que a população natural de Banrezes tem sobre a aldeia, o facto de esta se encontrar fantasma foi algo que se tornou familiar, dotado de um significado. Ou seja, esta população poderá não ver como algo anormal o despovoamento da aldeia, uma vez que poderá ter presente certas representações que fazem com que o seu despovoamento e a não reabilitação sejam encarados como algo normal, o que poderá não acontecer com outros indivíduos que tenham representações diferentes sobre a aldeia, que lhe atribuam um significado diferente, não entendendo o porquê da sua situação actual. Este facto é explicado através de uma citação da autora Purkhardt (1993), em que esta afirma que o desconhecido se transforma familiar através da sua rerepresentação dentro do contexto das relações e dos significados que compreendem as representações. O processo de interacção social e de comunicação tornam o desconhecido em familiar através do seu uso em conversa entre os membros do grupo. Assim, o desconhecido torna-se definido e estável porque lhe é atribuído significado e valor no domínio das relações sociais, tornando-se parte da realidade social (Idem, 1993: 12). Ainda de acordo com esta última função enunciada, é pertinente, para o estudo das representações sociais, a compreensão dos processos que estão envolvidos na sua construção e utilização social, nomeadamente no que diz respeito à ancoragem e objectivação. Para tal recorreremos à teoria de Moscovici (1961) sobre os processos envolvidos na construção de representações sociais, enunciados anteriormente. A ancoragem é a transformação do estranho em algo familiar, ou seja, ancoramos o que é novo, ou desconhecido, numa rede de representações que já possuímos. Moscovici descreve-a como um processo de “domesticação da novidade” sob a pressão dos valores dos grupos de pertença (Moscovici, 1961: 170). A objectivação corresponde à forma como se organizam os elementos que constituem uma dada representação e ao “percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural” (Vala, 2000: 465). Segundo Moscovici (1961), o processo de objectivação envolve três momentos: a construção selectiva ou contextualização da informação –



num primeiro momento as informações acerca do objecto da representação são seleccionados pelos indivíduos de acordo com as suas referências (crenças e valores próprios e grupais), mesmo que isso implique uma utilização parcial da informação disponível; a esquematização estruturante – esta segunda etapa da objectivação implica a organização das informações retidas na construção selectiva num “padrão de relações estruturadas” (Vala, 2000: 466), ou seja, numa estrutura unificada e coerente que se relaciona com outros conhecimentos e representações; e, a naturalização – a transformação destas imagens em elementos ou categorias naturais da realidade. Os processos de objectivação e a ancoragem decorrem em simultâneo na construção de representações sociais que, uma vez minimamente estabilizadas, são veiculadas através das redes de comunicação que ligam os indivíduos e os grupos de uma dada sociedade. Na sua investigação sobre as representações da psicanálise presentes na imprensa escrita em França, Moscovici observa três modalidades diferentes de comunicação: a difusão, a propagação e a propaganda (Moscovici, 1961: 292). A característica fundamental dos sistemas de difusão é dirigir-se a vários públicos, ignorando as diferenças sociais e adoptando gramáticas comuns; a propagação, por sua vez, dirige-se a um público particular e ao seu quadro específico de referências que fundam a especificidade desse grupo; a propaganda tem um carácter instrumental, é parcial, visa a persuasão, e coloca a sua ênfase nas diferenças entre grupos. Para o nosso estudo, no que diz respeito a estas modalidades de comunicação, importa perceber se as representações sociais que a população natural de Banrezes tem sobre a aldeia são apenas algo intrínseco a este grupo selecto de pessoas ou, se pelo contrário, existe uma difusão das mesmas, para com outros grupos, nomeadamente a população das aldeias dos arredores, em que se fixaram as pessoas que abandonaram Banrezes. A metodologia qualitativa foi a escolhida para este estudo, uma vez que o objectivo geral da investigação é conhecer e compreender “o significado que os indivíduos atribuem à situação dos fenómenos que viveram” (Fortin, 2009:74). Dentro desta metodologia optámos por um estudo de caso, que consiste num “exame detalhado e completo de um fenómeno ligado a uma identidade social (Idem, 2009:241), neste caso, à população natural de Banrezes. As suas vantagens surgem no que diz respeito à informação detalhada mas também à possibilidade de relações entre variáveis e formulação de hipóteses; as desvantagens dão-se quanto aos limites deste estudo, nomeadamente ao facto dos resultados não poderem ser generalizados mas também à possibilidade dos dados serem em número insuficiente ou dificilmente comparáveis entre si (Idem, 2009). Uma vez que a aldeia não tem qualquer população, iriam ser utilizados dois métodos para chegar à nossa amostra: por conveniência e “bola de neve”. Visto que temos informação de que a maioria da população migrou para os arredores da aldeia (Vale da Porca, Limãos, Salselas e Olmos), começaríamos por contactar o município de Macedo de Cavaleiros e as respectivas Juntas de Freguesia e aldeias, com o intuito de recolher informação sobre a respectiva população residente, filtrando apenas os contactos da população natural de Banrezes (método por conveniência). Por ser um grupo restrito, usaríamos ainda o método “bola de neve”, pois através dos contactos que obtivéssemos no método anterior, tentaríamos alargar o nosso universo empírico, uma vez que poderão ser mencionados novos contactos que não estejam inseridos na nossa área de investigação (Município de Macedo de Cavaleiros).

No que diz respeito ao nosso universo empírico, queríamos apenas as pessoas que além de naturais, tivessem residido em Banrezes durante um período de tempo suficiente (cerca de 5 a 10 anos) para construir uma opinião sobre a aldeia antes do seu despovoamento. Quanto ao número de entrevistados, este não está previamente definido uma vez que ainda não estão disponíveis dados concretos sobre a população. Deste modo, as entrevistas iriam ser realizadas até atingirmos a saturação da informação. É de salientar que, para além da população natural, seria pertinente, uma vez que alargaria o nosso universo empírico, realizar algumas entrevistas à própria população das aldeias onde os primeiros se fixaram para, como já foi referido anteriormente, compreender se as representações da população natural de Banrezes se difundiram com as da população das aldeias vizinhas mas também perceber como é que esta população recebeu os oriundos de Banrezes. O tipo de entrevista a ter em conta para este trabalho designa-se por entrevista formal (ou semi-directiva), sendo esta utilizada principalmente em investigação social e nos estudos de tipo qualitativo, dado que o objectivo é compreender qual o significado que os entrevistados dão a certos acontecimentos ou fenómenos vividos (Idem, 2009: 376). A designação que lhe é atribuída advém do facto de este tipo de entrevista não ser totalmente aberto nem ter um grande conjunto de questões precisas já que, normalmente, o investigador está munido de um guião, onde estão expressas um conjunto de questões relativamente abertas, sobre as quais é necessário reter informação para a investigação em causa (Quivy, 2008: 192). Faz parte do trabalho do investigador, no que diz respeito a este tipo de entrevistas, deixar que o entrevistado fale abertamente sobre o tema em questão, o que por vezes leva a que a ordem das questões possa ser modificada.



Assim, o investigador tem que ter presente o facto de tentar recolher a informação necessária e pertinente para o seu estudo, reencaminhando a entrevista para os seus objectivos e fazendo questões caso o entrevistado não tenha ainda mencionado informação necessária (Idem, 2008: 193). Este tipo de entrevista assemelha-se, no geral, a uma conversa que tem como intuito obter o máximo de informação sobre o tema a tratar. É necessário destacar ainda que “a entrevista deve ser precedida de uma qualquer forma de contacto com a pessoa” (Fortin, 2009:378), querendo isto dizer que se deve realizar um primeiro contacto com o entrevistado, com o intuito de o precisar sobre os objectivos da investigação, de indicar como foi realizada a selecção dos participantes, de garantir a confidencialidade das informações e de obter o seu consentimento (Norwood, 2000, citado em Fortin, 2009: 378), mas também comunicar desde logo o local de encontro e a hora, assim como a possível necessidade de gravação da entrevista. É de realçar que, durante a entrevista, o entrevistador deve tentar manter um ambiente susceptível ao aumento da motivação do entrevistado; o conteúdo pode ser gravado em formato áudio e o entrevistador deve anotar as expressões que considere importantes mas de forma a não distrair o entrevistado (Idem, 2009: 379). Neste sentido, e atendendo ao objectivo geral do estudo, dever-se-á fazer uma entrevista em profundidade, uma vez que o objecto de estudo já está formalizado; quanto ao grau de directividade da entrevista, será uma entrevista semi-dirigida, uma vez que a temática já estava predefinida e há, também, um guião onde estão inseridas questões, relativamente abertas, sobre esse mesmo tema, pois poderá servir de apoio no caso de a entrevista estagnar ou estar a caminhar para outra temática (Flick, 2005: 89). É também importante referir que o próprio tom de voz, a expressão facial ou até uma hesitação na resposta podem revelar informações que através de uma resposta escrita não seriam transpostas. Quanto às vantagens deste tipo de entrevista, estas passam pelo nível de profundidade quanto à informação recolhida; e também a flexibilidade e a pouca directividade, o que vai de encontro aos próprios quadros de referência dos entrevistados, nomeadamente, no que diz respeito à linguagem e às suas categorias mentais (Quivy, 2008: 194).

Assim, para o efeito da entrevista realizámos um primeiro esboço de um guião de entrevista, para a população natural de Banrezes, onde constam algumas questões sobre a aldeia, de acordo com aquilo que pretendemos saber ⁷. É ainda necessário precisar que, no decorrer deste plano de metodologia, seriam utilizadas fontes, nomeadamente fotografias da aldeia, enquanto habitada, que pudessem alargar a informação e também enriquecê-la. Ainda um outro aspecto a salientar seria o confronto dos relatos da população em questão, nomeadamente das suas memórias, com a história/acontecimentos que estão historicamente comprovados. Para tal, recorreríamos ao Instituto Nacional de Estatística, para termos noção da evolução do número de nascimentos da população de Banrezes, solicitando os valores da população residente para perceber como se deu o abandono da aldeia, ou seja, como evoluiu o número de residentes. Com o objectivo de verificar se houve uma diferença significativa quanto ao número de óbitos, num ano específico, para perceber se houve realmente um factor causador destas mortes, acederíamos ao Arquivo Distrital de Bragança e às memórias paroquiais⁸ que possuem registos de nascimentos, óbitos e baptizados do lugar de Banrezes e faríamos essa contabilização. Com o objectivo de aprofundar ainda mais a questão da suposta ou real epidemia que ocorreu na aldeia, tentaríamos contactar com o Ministério Nacional de Saúde, com o antigo médico da aldeia e tentar ainda ter acesso às demais informações que possam existir e que nos ajudariam a ter mais consistência na ideia da epidemia. Estes registos normalmente estão disponíveis para consulta na Torre do Tombo. Seria nesta etapa da metodologia que iríamos comprovar se, de facto, esta aldeia, Banrezes, foi despovoada devido a uma epidemia, ou se não passa de um mito da população, que poderá ter confundido acontecimentos pontuais que aconteceram na aldeia por coincidência nessa altura, por exemplo uma “onda de mortes”, e que depressa se espalhou um mito de que seria uma epidemia mortífera.

No decorrer deste trabalho deparámo-nos com algumas dificuldades quanto à informação disponível sobre o conceito de “aldeia fantasma”, uma vez que para além de não existirem muitos estudos sobre o tema, não houve apoio por parte das autarquias e Juntas de Freguesia com quem contactámos, somente por parte do Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e, posteriormente, da Associação Terras Quentes, a qual nos cedeu toda a informação histórica sobre a aldeia. No que diz respeito ao acesso ao terreno, perspectivamos que possam haver dificuldades quanto ao acesso à população natural de Banrezes, em relação aos seguintes aspectos: cedência de contactos da população natural de Banrezes, por parte das Juntas de Freguesia e Município de Macedo de Cavaleiros; o facto de a população estar muito envelhecida e poder ser difícil realizar as entrevistas; e ainda a possibilidade de a população menos envelhecida poder encontrar-se fora do perímetro em análise, sendo

⁷ Ver anexo 7, que contém o esboço do guião para as entrevistas!

⁸ Ver anexo 8, onde constam as memórias paroquiais de 1758, do município de Bragança..



que, neste caso, teríamos que recorrer ao método da “bola de neve” já referido anteriormente, sendo este método mais complexo uma vez que não depende directamente da nossa informação mas da que será cedida pelo nosso universo empírico inicial. Concluindo, este ensaio levou-nos a perceber que é possível realizar esta investigação, tendo em conta os nossos objectivos, tendo sempre em mente que irão surgir dificuldades no seu decurso. Para a exploração deste tema focámo-nos nas representações sociais, por, através das mesmas, poderemos chegar ao que as pessoas pensam da aldeia e assim, averiguar por que razões não repovoaram a aldeia – se foi por causa do mito da epidemia e da contaminação das águas ou se há outra razão para tal.

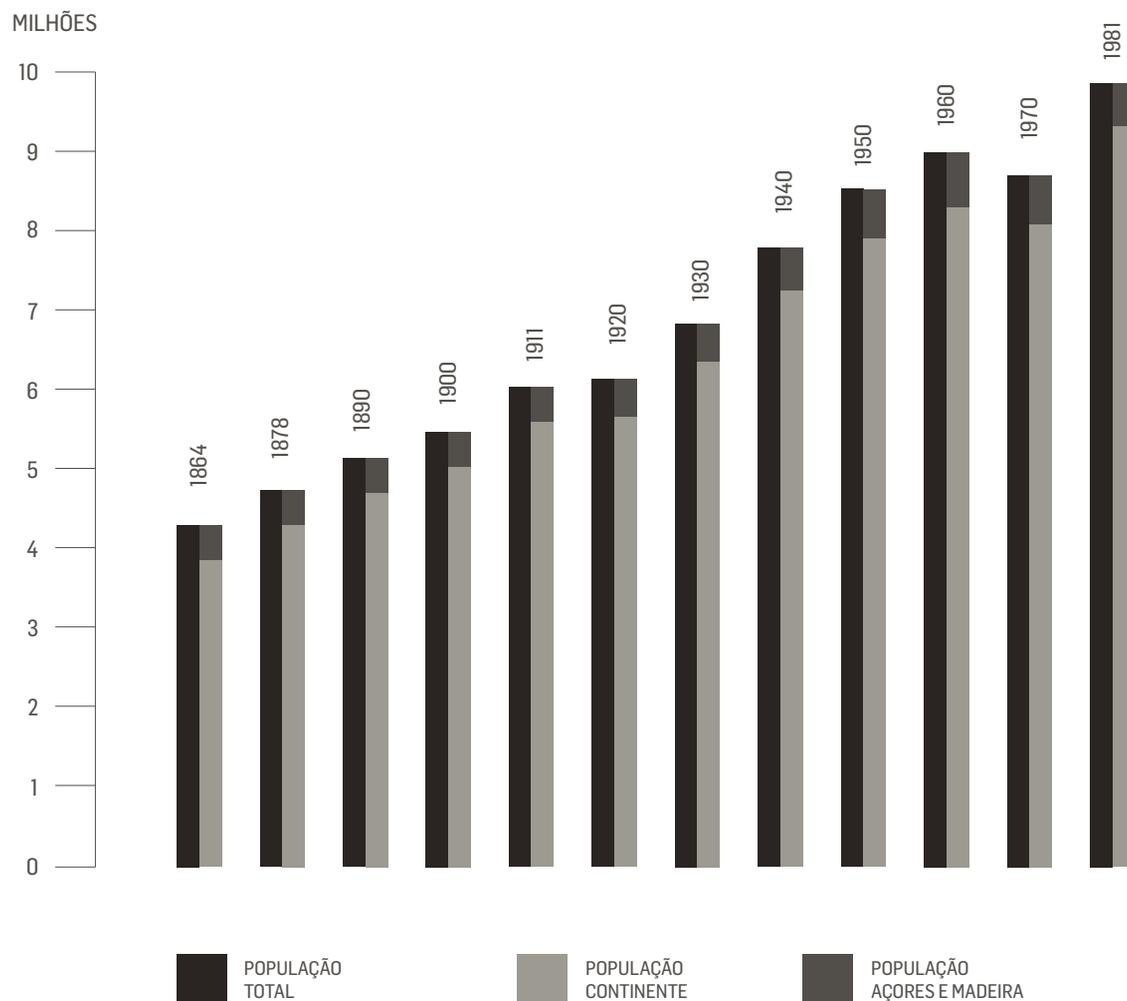
Bibliografia

- Ferrão, J. 2000. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. EURE (Santiago). Vol.26. N.º 78;
- Flick, U. 2005. Métodos Qualitativos na Investigação Científica. Lisboa: Monitor. pp. 89;
- Fortin, M. F. 2009. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta. pp. 74; 241-243; 376-379;
- Jodelet, D. 1989. Les représentations sociales. Paris: PUF;
- Moscovici, S. 1961. La psychanalyse, son image, son public. Paris: PUF;
- Ordaz, O. e Jorge Vala. 1997. "Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita." *Análise Social*. pp. 847-874;
- Quivy, R. e LucVan Campenhoudt. 2008. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva. pp. 192-194;
- Pais, C. e Bruno Gomes. 2008. "O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O caso do Pinhal Interior". Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra. Acedido a 25 de Novembro de 2011. http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20VI/6_2.pdf;
- Purkhardt, C. 1993. Transforming Social Representations: A Social Psychology of Common Sense and Science. London: Routledge;
- Vala, J. 2000. "Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano", em Vala, J. e Monteiro, M. B. (orgs.), *Psicologia social*, Lisboa: Gulbenkian. pp. 457-501.

Fontes

- Biblioteca Digital Camões. 2010. "A Evolução Demográfica Portuguesa". Acedido a 7 de Dezembro de 2011. http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=57&Itemid=69;
- "Freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758". s/d. Acedido a 16 de Dezembro de 2011. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11884/1/BRAGAN%2B%C3%A7A%20Livro%20Mem%20Paroq.pdf>;
- Google. 2011. "Google Earth". Acedido a 10 de Dezembro de 2011. <http://www.google.com/intl/pt-PT/earth/index.html>;
- INE. 2011. "A expressão territorial dos destinos turísticos, da sustentabilidade demográfica e da produção industrial – 2009". Acedido a 11 de Novembro de 2011. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107454798&DESTAQUESmodo=2;
- INE. 2007. "População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Censos - séries históricas". Acedido a 16 de Dezembro de 2011. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000972&contexto=bd&selTab=tab2;
- INE. 1964. "X Recenseamento Geral da População". Acedido a 16 de Dezembro de 2011. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1960;
- Panoramio. "Fotos de Luís A. D. Liberal". Acedido a 25 de Novembro de 2011. http://www.panoramio.com/user/1410311?with_photo_id=54800140;
- Sandra Canteiro. 2009. "Epidemia banii Banrezes do mapa" in *Jornal Nordeste*. Acedido a 15 de Novembro de 2011. <http://www.jornalnordeste.com/noticia.asp?Action=noticia&id=12577&idEdicao=284&idSeccao=2559>;
- Terras Quentes. 2005. "Arqueologia – Toponímia Rústica do Concelho de Macedo de Cavaleiros". Acedido a 9 de Novembro de 2011. <http://www.terrasquentes.com/pt/content.aspx?id=62>.

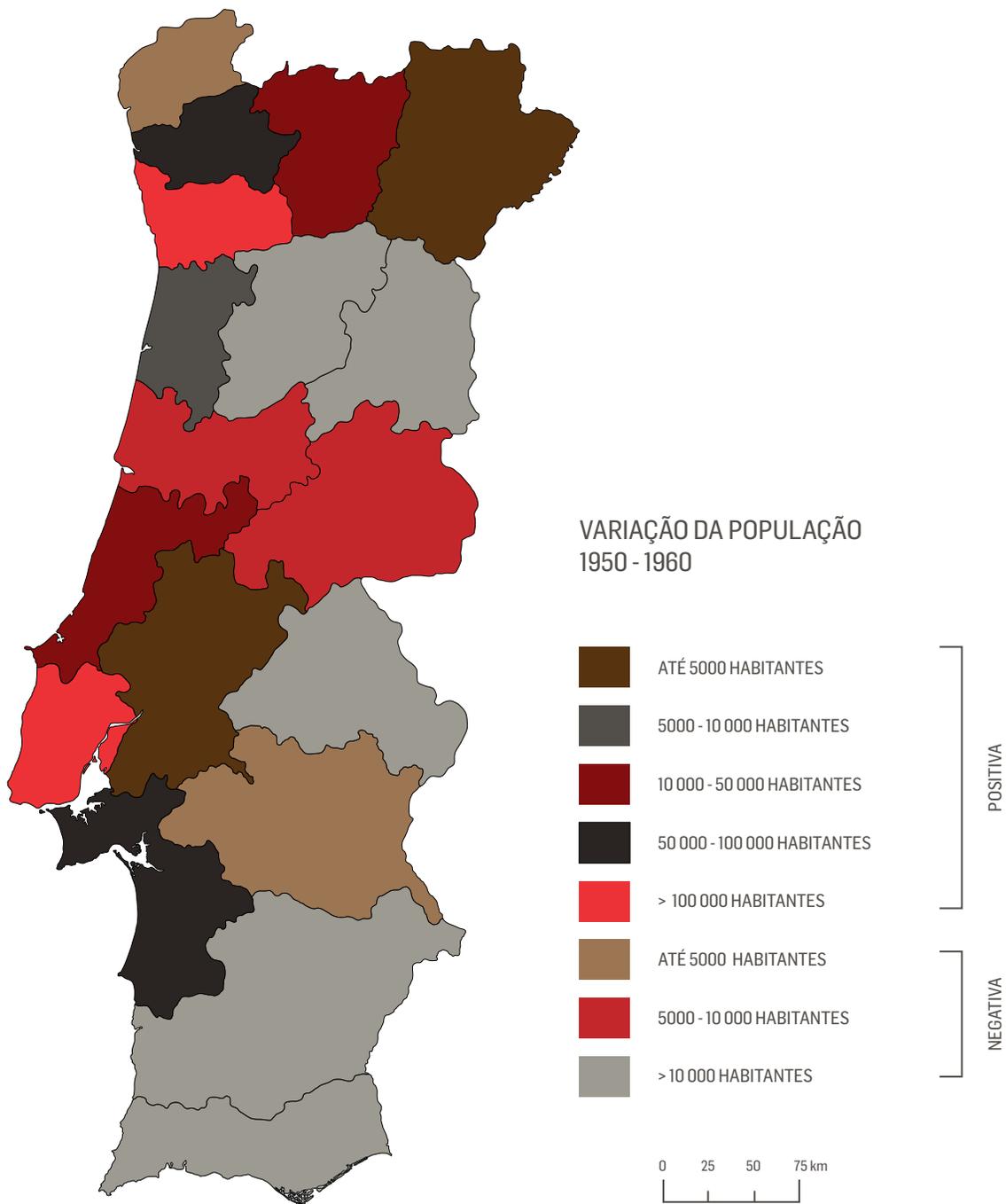
ANEXOS



ANEXO 1 // CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ENTRE 1864 E 1981

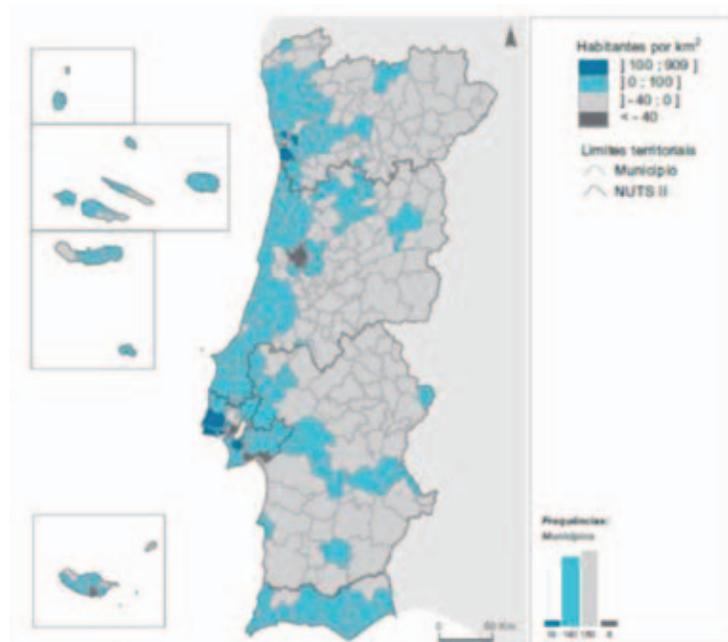
Gráfico 1. Fonte: A Evolução Demográfica Portuguesa - reflexos e perspectivas

Através deste gráfico, podemos constatar que a população portuguesa tendeu a aumentar entre 1864 e 1981, sendo que em 1970 decresceu devido às emigrações que tiveram início em 1950 e tiveram o seu auge em 1970. Com a observação deste gráfico, surgiu-nos a questão de como é que a população que cresceu, durante estes anos, não se distribuiu de forma equilibrada pelo território nacional, verificando-se uma discrepância entre a população residente no interior e no litoral.



VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO (1950-1960)
MAPA 1. FONTE: A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA - REFLEXOS E PERSPECTIVAS 19





MAPA 2. VARIÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL, POR MUNICÍPIO, 2000/2009
FONTE: INE I.P., ESTIMATIVAS ANUAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE. INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS

Comparando ambos os mapas, que apresentam datas distintas, podemos constatar que o interior do país, no geral, apresenta valores negativos de variação da população. É de salientar que, no caso do distrito de Bragança, no Mapa 1, os valores da variação são positivos mas débeis (até 5000 habitantes), sendo que no Mapa 2 o mesmo distrito apresenta valores negativos. Ou seja, tendo em conta a diferença de aproximadamente 5 décadas, verifica-se a tendência de despovoamento para este distrito.



ANEXO 2. LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DA ALDEIA DE BANREZES
FONTE: GOOGLE EARTH, 2011 21.



Anexo 3

A Terras Quentes - Associação de Defesa do Património Arqueológico Terras Quentes, com sede no Núcleo Central do Parque Natureza do Azibo, é uma Associação Cultural e Científica, sem fins lucrativos e foi fundada por escritura pública no dia 20 de Dezembro de 2002.

Apenas em Agosto de 2005 foi aprovada por unanimidade em Sessão de Câmara do Interesse Público da Associação Terras Quentes. Em Setembro de 2005 foi solicitado à Presidência do Conselho de Ministros o reconhecimento do Interesse Público da Associação Terras Quentes. Só em Dezembro de 2005 foi reconhecida como Instituição de utilidade pública.

A Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros tem por objectivos: Promover o estudo, preservação, defesa e divulgação do património cultural, sobretudo o património arqueológico, paisagístico, artístico, etnográfico, industrial e ambiental;

Fomentar e apoiar a formação e a valorização cultural dos seus associados. Participar em escavações arqueológicas e levar a efeito trabalhos de inventariação do património, estudos sobre a história regional e local do concelho de Macedo de Cavaleiros, propostas de classificação, restauro e aproveitamento de imóveis de interesse local regional e nacional;

Cooperar com os poderes instituídos em tudo o que seja consentâneo com os fins da Associação. Editar livros e revistas para a divulgação de trabalhos de reconhecido valor no âmbito dos objectivos da Associação;

Promover e organizar acções de esclarecimento, junto de escolas e poderes constituídos, visitas de estudo, congressos, conferências, palestras, seminários, colóquios e cursos de formação no âmbito da defesa, valorização e divulgação do património cultural e natural. Organizar uma biblioteca e um arquivo,

Conceptualizar espaços expositivos, dando tratamento museológico ao espólio existente.

É de salientar que, nesta Associação, fazem parte os seguintes técnicos e colaboradores, que se encontram envolvidos nos projectos:

22	ARQUEÓLOGOS	1	ENGº ZOOTÉCNICO
6	HISTORIADORES DE ARTE	1	ENGº AGRÁRIO
2	ANTROPOLOGIA SOCIAL	1	ENGº INFORMÁTICA
1	ANTROPOLOGIA FÍSICA	1	ENGº DO AMBIENTE
2	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	1	TÉCNICOS DE AMBIENTE
2	HISTORIADORES	120	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NACIONAIS
1	ARQUITECTURA PAISAGISTA	15	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ESTRANGEIROS
1	SOCIÓLOGOS	10	ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MACEDO
1	VETERINÁRIOS	6	TRABALHADORES NÃO ESPECIALIZADOS



A média anual de participantes no projecto Terras Quentes é cerca de 194 colaboradores.
Fonte: Terras Quentes, 2005



Anexo 5

Relato de Helena Cavalaria, antiga residente da aldeia de Banrezes:

“Ouvi contar que, como morria muita gente, o caixão era comunitário. Decidiram, então, ir lavá-lo numa fonte onde corria muita água. As pessoas diziam que foi de terem lavado lá o caixão que os populares começaram a morrer e como tinham medo que fosse da água, foram todos embora”.

Fonte: Jornal Nordeste, edição de 22-09-2009



ANEXO 6. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1864 E 1960

MUNICÍPIO E FREGUESIAS	ANOS DOS RECENSEAMENTOS									
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960
Macedo de Cavaleiros	16653	17901	18825	19200	20917	18376	19781	22765	25204	26199
Olmos	392	468	787	454	544	525	546	611	609	513
Salselas	660	684	739	866	861	704	835	916	1052	1019
Vale da Porca	368	367	405	411	491	501	494	501	580	526

LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2001)	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2001); DECENAL
	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS
	2001
	N.º
PORTUGAL	10 356 117
CONTINENTE	9 869 343
NORTE	3 687 293
MACEDO DE CAVALEIROS	17 449
OLMOS	247
SALSELAS	480
VALE DA PORCA	349

POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2001); DECENAL - INE, CENSOS - SÉRIES HISTÓRICAS

Comparando estes dados é possível constatar que tanto o município de Macedo de Cavaleiros, como as freguesias de Olmos, Salselas e de Vale da Porca perderam habitantes entre 1960 e 2001. Apesar de entre 1864 e 1960 a evolução da população ter sido positiva, no geral, excluindo algumas exceções, é de notar um declínio da população em 1960, para todas as freguesias. No ano de 2001, observa-se uma redução da população, comparando os dados com o ano de 1960: o município de Macedo de Cavaleiros passou de 26199 habitantes, em 1960, para 17449 habitantes, em 2001, havendo uma perda de cerca de 8750 habitantes, em 41 anos; Olmos contabilizou, em 2001, 247 habitantes, quase metade da população que tinha em 1960, 513 habitantes; Salselas tinha, em 1960, 1019 habitantes e, em 2001, contabilizou cerca de 480, ou seja, houve uma redução de 539 pessoas em 41 anos; por último, Vale da Porca que tinha, em 1960, cerca de 536 habitantes, passou em 2001, para um lugar com cerca 349 habitantes

Anexo 7

Representações Sociais sobre a aldeia de Banrezes
FCSH-UNL

GUIÃO DE ENTREVISTA

Antes de mais, agradecemos a sua disponibilidade para participar nesta entrevista, ajudando-nos assim a realizar a nossa investigação no âmbito da cadeira de Temas Sociológicos Contemporâneos, do departamento de Sociologia da FCSH.

Esta entrevista destina-se a conhecer melhor as imagens e significados que a população natural de Banrezes tem sobre a aldeia fantasma. Esta entrevista não tem como objectivo avaliar o que quer que seja, mas apenas a conhecer melhor o que pensa deste assunto. A entrevista terá, no máximo, 40 minutos, e o seu conteúdo vai ser gravado.

PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- Tem recordações da altura em que viveu na aldeia? Que actividade fazia?
- Por que razão abandonou a aldeia?
- Em que medida a noção de aldeia fantasma faz sentido para si? Qual o significado que a aldeia agora fantasma de Banrezes tem para si?
- A que “termos” associa o despovoamento da aldeia?
- Por que razão não voltou para reabitar a aldeia?
- Porque acha que outras pessoas não a reabitam?

ANEXO 8				
FREGUESIAS	FOGOS, VIZINHOS, MORADORES, CASAIS	PESSOAS COM SACRAMENTOS	OUTRAS SITUAÇÕES	NOTAS
TOTAL FREGUESIAS		POR LUGARES		
BANREZES	12	-	37 (a)	(a) PESSOAS
LIMÃOS	70	-	200 (a)	(a) PESSOAS
OLMOS	70	-	176 (a) / 35 (a)	(a) PESSOAS DE CONFISSÃO E COMUNHÃO; (b) PESSOAS DE CONFISSÃO SOMENTE
SALSELAS	60	-	163 (a)	(a) PESSOAS DE AMBOS OS SACRAMENTOS
VALE DA PORCA	60	-	200 (a)	(a) PESSOAS
CONCELHO	FOGOS, VIZINHOS, MORADORES, CASAIS	PESSOAS COM SACRAMENTOS	OUTRAS SITUAÇÕES	NOTAS
TOTAL FREGUESIAS		POR LUGARES		
MACEDO	150	-	410 (a) / 36 (b)	(a) PESSOAS / (b) MENORES





AS "DEVISAS"

NO TEMPO DE ALJUBARROTA

Miguel Sanches de Baêna

Historiador, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Associação Terras Quentes. Perito em História militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço e autor de vasta obra publicada.

O ENIGMA

O meu saudoso amigo, D. Luís de Lencastre e Távora era uma daquelas figuras que, apesar da sua simplicidade, respirava fidalguia por todos os poros. Dotado de uma simpatia contagiante, o "meu Marquês", como eu ternamente o apelidava, falava com todos e a todos atendia com a mesma leveza de trato, ignorando o "sangue azul" que lhe corria nas veias. Era, em suma, hum homem encantador: um verdadeiro fidalgo. Mas, para além do culto dos valores que lhe pautava a vida, o senhor D. Luís possuía uma cultura ímpar e por todos era considerado como um expoente na área da heráldica e da sigilografia. Incansável e consagrado investigador, com uma vasta obra internacionalmente reconhecida e um espírito sempre atento, D. Luís estava sempre pronto a "acudir" às coisas da cultura e tratá-las como só ele o sabia fazer.

Lá por volta dos anos sessenta, o senhor D. Luís começou amiúde a reunir, em sua casa, uma plêiade de investigadores e interessados pela História, Armaria e Heráldica, à laia de curiosíssimas tertúlias que eram a delícia de todos quanto nela participaram. Por lá passaram grandes nomes de conceituados investigadores da nossa praça e até mesmo estrangeiros que até altas horas da madrugada cavaqueavam em serões inesquecíveis.

Apesar de muito jovem – frequentava eu então os primeiros anos da Universidade – o senhor D. Luís, insistia amiúde para que frequentasse as tão afamadas tertúlias, dando-me uma importância que, diga-se de passagem, estava longe de merecer. Mas a sua simpatia e simplicidade acabaram por me convencer. E em boa hora o fiz. Hoje estou convencido que grande parte da minha formação assentou nos debates que ouvia e nos quais tive o privilégio de participar, orientados por pensamentos de espíritos superiores, sem nunca esquecer os agradáveis momentos que então vivi.

Um belo dia, encontrava-me eu a sós com o meu anfitrião em sua casa, falando sobre banalidades quando, de repente, o senhor D. Luís me atirou de chofre: - Você interessa-se tanto por questões históricas que me proponho



fazer-lhe um desafio. Trata-se de um desafio assaz complexo já que assenta num enigma com que ainda hoje ando às voltas sem atinar com o norte. Mas como você é um estudioso e investigador destas matérias, julgo que talvez seja uma boa oportunidade de dar um contributo para a nossa história. Confesso-lhe que não sei porque ponta lhe pegar, apesar de ter feito algumas aproximações, embora todas elas inconclusivas.

Perante o meu ar atónito e ao mesmo tempo admirado e curioso, o Marquês de Abrantes rematou com um ar complacente:

-Não se afobe que não se trata de nada que você não seja capaz de descortinar. É preciso somente um pouco de paciência e naturalmente persistência. – Concluiu refastelando-se no “maple” de tecido já gasto pelo tempo. E, debruçando-se para a frente fixou-me com o seu olhar penetrante, pôs as mãos sobre os joelhos à laia de apoio e rematou: - Trata-se, meu caro amigo, do enigma do famoso colar dos SS. Calculo que para si esta palavra não venha a encontrar para já a carga que merece, mas posso-lhe garantir que se trata de um dos mais importantes elementos de ligação da história luso-britânica da segunda metade do século XIV. Arrisco mesmo a dizer-lhe que no quadro da crise de 1383-1385 – que o meu amigo tão bem conhece – o enigma do colar dos SS representa um sólido contributo para a causa portuguesa e, naturalmente, também para a história britânica. Mas mais importante do que isso – atalhou o Marquês inclinando-se na minha direcção -, bem mais importante, foi que essa divisa terá tido em Portugal. Será que os portugueses criaram pendentés análogos? É aqui que você deve centrar as suas atenções. Deixo nas suas mãos este mistério. Acho que você, melhor que ninguém, saberá como cuidar dele.

Durante cerca de duas horas, o senhor Marques de Abrantes falou ininterruptamente esclarecendo-me tudo o que sabia sobre o misterioso enigma, as fontes que o tinham orientado e os trabalhos já efectuados, conversámos amiúde sobre o que havia e não havia para se conversar. Especulámos em detalhe sobre o tema e com a maior das paciências e sabedoria, o senhor D. Luís ia respondendo, o mais detalhadamente possível, a todas as questões que, paulatinamente, lhe ia colocando. Quando olhei para o relógio era já noite alta. Despedi-me agradecido por aquela prova de confiança e prometi-lhe não deixar morrer o desafio sem lhe dar uma solução.

Agora o relógio do tempo marca mais de quarenta anos passados sobre tão memorável noite, acho que chegou a altura de desvendar o mistério: o enigma das “divisas” no tempo de Aljubarrota.

AS PRETENSÕES AO TRONO DE PORTUGAL E DE CASTELA

Para compreendermos todo este processo, temos que recuar ao tempo em que os tronos de Portugal e de Castela enfrentavam graves problemas.

Com a morte de Afonso XI, em 1350, subiu ao trono D. Pedro I, filho legítimo do rei castelhano e de D. Maria, filha de Afonso IV de Portugal.

Ora, no seio da realeza sobrepunham-se duas linhagens rivais: a de D. Pedro, o herdeiro legítimo e a de D. Henrique (conde de Trastâmara), filho bastardo de Afonso XI e Leonor de Gusmão.

Quando subiu ao trono, D. Pedro, cognominado o “cru” ou “cruel”, tratou de desenvolver uma política de reforço do poder real, criando um clima de desavenças e fomentando a guerra civil. Perseguido e ameaçado, Henrique de Trastâmara viu-se obrigado a refugiar-se em França.

Entretanto D. Pedro, cimentara relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, casando sua filha D. Constança, com John of Gaunt, filho de Edward III e Philippa of Hainault. Foi com esse reforço que, com o “apoio inglês protagonizado pelo célebre Príncipe Negro (Edward, Duque da Aquitânia, irmão de John of Gaunt) – assim cognominado por utilizar sempre uma armadura negra – que D. Pedro I conseguiu derrotar na batalha campal de Nájera



o seu meio-irmão, Henrique da Trastâmara, apoiado por tropas francesas interessadas em colocar no poder um novo monarca castelhano para dele se servirem no contexto da guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra”¹. Apesar desta vitória, D. Pedro acabaria, dois anos mais tarde, assassinado às mãos de Henrique de Trastâmara que ascenderia ao trono como Henrique II.

Todo este processo se torna fundamental para entendermos a gênese do mistério dos SS, já que John of Gaunt, casado com uma filha de Pedro I se entendia também com direitos ao trono de Castela e Leão.

Ora, Portugal não ficou imune à guerra civil e às divergências de nobreza castelhana. Para cá convergiu parte da grande fidalguia de Castela, partidários de Pedro I e Henrique de Trastâmara que aqui continuaram a digladiar-se, constituindo-se como fortíssimos partidos, aliando-se ou emprestando a coroa portuguesa em função dos interesses em curso. É no quadro desses interesses que devemos situar a morte de Inês de Castro e o domínio quase senhorial da família Teles de Meneses.

Todo este drama criou, naturalmente, desinteligências entre a coroa portuguesa e a castelhana, da qual emergiu uma guerra sem quartel. Torna-se evidente que, perante este cenário de guerra latente com Henrique II e seus partidários, tivesse havido uma aproximação da coroa portuguesa aos interesses ingleses, estes também opositores a Henrique II. Perante o perigo castelhano, não hesitou, por isso, o monarca português D. Fernando em fazer jogo duplo. A necessidade a tal obrigava. Não é de estranhar, por isso, que três meses após o tratado firmado no dia 19 de Março de 1373, em Santarém, para pôr fim à guerra com Castela² D. Fernando tivesse enviado secretamente a Inglaterra o chantre de Braga, Vasco Domingues, para concluir na Catedral de St. Paul uma nova aliança luso-britânica. O tratado de 1373 com Henrique II fora, no dizer de João Gouveia Monteiro, uma verdadeira capitulação que se seguia a uma humilhante derrota militar.

Por outras palavras: D. Fernando, cômico da fragilidade da realidade portuguesa, nada pôde fazer senão cumprir as duras exigências do adversário. “Por um lado Fernando comprometia-se a apoiar o eixo Castela-França na guerra dos cem anos através do envio de galés armadas e da recusa de acolher os ingleses nos portos de Portugal. Por outro lado, o monarca português aceitava expulsar do reino, no prazo de um mês todos os exilados castelhanos e galegos partidários de D. Pedro I que aqui haviam encontrado guarida”³.

Mas D. Fernando tinha absoluta consciência de que a situação tal como estava era insustentável, podendo até mesmo acabar de forma desastrosa. Não hesitou, por isso, em se apoiar na diplomacia para reforçar e garantir a sua autoridade.

A morte de Henrique II, em Maio de 1379 e a subida ao trono do primogénito e herdeiro D. Juan I, obrigou de novo o monarca português a negociar diplomáticas fictícias com Castela⁴ de forma a conseguir estabilidade e tempo, enquanto encarregava João Fernandes de Andeiro⁵ de “cumprir no Castelo de Estremoz uma secreta e algo rocambolesca missão, ratificando os tratados luso-britânicos anteriores e programando com D. Fernando uma intervenção militar inglesa na Península Ibérica, liderada por Edmund de Cambridge, filho do próprio monarca de Inglaterra”⁶.

Aconteceu uma vez mais que, entre 1381 e 1383, D. Fernando, já então gravemente doente, foi perdendo gradualmente, controle da situação política interna. E, neste processo, a aliança com Inglaterra nem sempre foi devidamente respeitada, o que acabou por desagradar imensamente aos nossos aliados.

Em 1383 morre D. Leonor, mulher de D. Juan I e de imediato é proposto ao monarca viúvo o casamento com D. Beatriz, filha única de D. Fernando. O monarca castelhano aceita e em 2 de Abril de 1383 é ratificado, em Salvaterra de Magos, um acordo luso-castelhano, “onde se previa que, à morte de D. Fernando, sem filho varão de Leonor Teles, transitaria a coroa para o descendente masculino que viesse a resultar do casamento entre D. Juan I e D. Beatriz”⁷. E os esponsais tiveram lugar em meados de Maio, primeiro em Elvas e depois em Badajoz. Doente, impotente para travar a velocidade imprimida aos acontecimentos pelo partido pró-castelhano e na eminência do trono de Portugal poder vir a cair em mãos castelhanas, D. Fernando “nada mais pode fazer senão



enviar a Inglaterra uma embaixada com um pedido de desculpas ao Rei Ricardo II e ao Duque de Lancaster pela descarada violação dos diversos acordos luso-britânicos”⁸.

A 22 de Outubro de 1383 morre D. Fernando com 53 anos de idade. A crise que se instalou em Portugal logo após a sua morte é o nítido reflexo de todo um confuso processo e tensões que ensombravam a coroa de D. Fernando e Leonor Teles.

Havia que colmatar as brechas e atenuar os ânimos. O reino estava dividido entre os vários pretendentes ao trono e estava-se perante a eminência da coroa poder passar para Castela. Viviam-se momentos difíceis. A crise instalara-se fortemente e para os descontentes que se uniram em torno do partido do Mestre de Avis a única saída possível, a única hipótese de vencer a guerra e manter a coroa portuguesa era a aliança com a Inglaterra.

Ora “a guerra dos Cem Anos continuava rija e os ingleses precisavam de quem os ajudasse a contrabalançar o poder naval franco-castelhano”⁹. Em 1384 o Mestre de Avis envia dois embaixadores à corte inglesa com o fim de obter auxílio militar. Mas a experiência negativa de 1382 levou a que os ingleses recusassem esse auxílio. Em apuros, D. João de Avis envia, três meses mais tarde, dois novos embaixadores – Lourenço Anes Fogaça e o Mestre de Santiago, Fernando Afonso de Albuquerque - junto da corte britânica com novos argumentos. Desta feita o pedido resultou tendo finalmente Ricardo II dado autorização para recrutar tropas inglesas destinadas a auxiliar o Mestre de Avis.

ENTRE INGLESES

Em 1380, o Conde de Cambridge é enviado pela coroa britânica para Portugal no âmbito do tratado assinado em Estremoz, em 1379, destinado a apoiar a causa portuguesa contra as pretensões castelhanas.

Mas os objectivos ingleses eram bem mais exigentes. De facto, a intenção real do desembarque de Sir Edmund of Langley (irmão de John of Gaunt) no nosso país era apoiar as pretensões ao trono de Castela do seu irmão, Duque of Lancaster, casado como tivemos ocasião de ver, com D. Constança, filha de Pedro I de Castela.

A postura de D. Fernando em relação ao auxílio inglês faz gorar esta expedição, obrigando John of Gaunt a aguardar melhor oportunidade. Esta apresentou-se-lhe com a revolução Joanina à morte de D. Fernando, em Outubro de 1383. Dando balanço à sua situação política e estratégica e não a encontrando segura deu instruções, como já vimos, aos seus embaixadores, Lourenço Anes Fogaça e D. Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de Santiago, para oferecerem fortes argumentos, lembrando ao duque de Lancaster e ao Rei Ricardo II, seu sobrinho (filho do seu irmão Edward), que as más circunstâncias políticas de D. Juan de Castela ofereciam probabilidades de êxito para a realização das pretensões do Duque. É que a sua subida ao trono de Castela era o que convinha não só a Inglaterra como a D. João I, pois nele encontraria um vizinho pacífico e amigo, que podiam sempre contar com o apoio militar do Rei de Portugal. Vimos, também, que esta segunda embaixada ¹⁰ foi coroada de êxito, tendo o Rei Ricardo II, o Parlamento Inglês e o Duque de Lancaster acusado as propostas portuguesas. Foi este acordo que esteve na génese do famoso tratado de Windsor, assinado a 9 de Maio de 1386. Começaram, então, os preparativos para a nova expedição.

A 9 de Julho de 1385, o Duque de Lancaster zarpu de Plymouth escoltado por uma esquadra portuguesa debaixo do comando de Afonso Furtado de Mendonça, composta de “*decem navis mirabilis magnitudinis et VI galeae magnae et robustae et virorum fortium manu bene refertae*”¹¹. Catorze dias depois, a 25 de Julho, dia de Santiago, desembarcou na Corunha.

Dali, por conselho do Alcaide, Fernão Pires de Andrade, seguiu para Compostela, capital da Galiza que ocupou “*vinde para elle muitos cavaleiros galegos e castelãos, prometendo-lhes as vilhas e lugares que tinham beijando-lhe as mãos por senhor*”¹². Ao tomar conhecimento do seu desembarque, D. João I enviou-lhe uma proposta de encontro que veio



a realizar-se nos primeiros dias de Novembro em Ponte de Mouro, cerca de Monção, da qual resultou em troca o almejado casamento político de D. João com a filha do Duque de Lancaster – escolha que este fez na sua filha Filipa – e um outro tratado pelo que se concertaram as suas condições políticas e militares desta aliança, comprometendo-se D. João a prestar auxílio *mann militari* a Lancaster, este a conceder-lhe larga fatia de Castela na fronteira oriental portuguesa do Douro ao Guadiana e se concertaram os planos de invasão conjunta daquele país.

Esse plano consistia em invadir Leão por altura de Bragança, atravessando o rio Mação em direcção a Zamora, dar batalha campal, se possível, ao exército castelhano e cair em Burgos. Para tal ficou combinado que os dois exércitos, inglês e português, se viessem a concentrar cerca de Bragança pelos princípios de 1387. Isto feito, John of Gaunt retirou-se para Orense e ali aguardou, com impaciência, notícias da mobilização das forças portuguesas. Para esse efeito, D. João I enviou o Condestável D. Nuno Álvares Pereira ao Alentejo para ali levantar o maior número de tropas que pudesse. Ele próprio seguiu para aquela comarca, pouco depois para “*dar aguça ao ajuntar das gentes*”, na expressão de Fernão Lopes.

Terminadas as suas diligências, D. João I e o condestável regressaram ao Porto para celebrar o casamento régio ajustado e as forças colhidas no Alentejo seguirem pela Beira em direitura à Régua para ali atravessarem o rio douro, a caminho de Bragança. Celebrado o casamento (14.2.1387), D. João I logo iniciou a sua marcha em direcção ao combinado ponto de concentração e foi aposentar-se no Mosteiro de S. Bento de Castro de Avelãs, cerca de quatro quilómetros de Bragança aguardando a chegada do resto das suas forças. Próximo daquela cidade, vindo de Orense, por Chaves, Valpaços e Mirandela já se encontrava o seu sogro acampado junto da aldeia de S. Julião, distante, dezoito quilómetros. D. João I deslocou-se até lá para com ele se avistar, regressando porém ao Mosteiro Beneditino. Pelos fins de Março, o Rei, todavia, julgando-se afastado em demasia, transferiu o seu arraial para Babe, meia légua apenas de S. Julião, a fim de estar mais próximo do se aliado¹³.

O arraial inglês primava pelo luxo. Tendas reais de ricas tapeçarias alojavam o Duque de Lancaster e os ricos homens da sua comitiva. Ali se encontravam John Norfolk, o tesoureiro; William Aston, chanceler Ducal; John Holland, o condestável, agora com-cunhado de D. João I por ser casado com uma irmã de Filipa de Lancaster; Juan Gutierrez, Leão de Segóvia, promovido a Bispo de Dax, na Aquitânia; Richard Burley, Marechal, o infatigável chanceler de John of Gaunt para os assuntos de Castela e os seus negócios estrangeiros, e os próceres castelhanos, sobretudo galegos, D. Fernando de Castro, Men Rodriguez de Seabra, Fernando Afonso de Samora, Juan Afonso de Baeça, Lopo Gomez de Lira, entre muitos outros. Pendões garridos e balsões galhardos flutuavam à aragem daquela incipiente Primavera. Flamejavam ao sol as cores gritantes das guardrapas armoadas dos cavaleiros entre uma floresta de lanças ensarilhadas, bestas, escudos, espadas, peças de armadura e armas de toda a ordem. Os ferreiros, espadeiros e alfagemes faziam retinir as armaduras brunidas e corrigidas nas suas bigornas, enquanto que, no ar soavam os toques das trombetas e atabales.

No arraial português, onde se encontrava Nuno Álvares, o Prior do Hospital, Martim Vasques da Cunha, Gonçalves Vasques Coutinho e Rui Mendes de Vasconcelos, nomeados para comandarem as duas alas do exército real “com outros fidalgos que iam em sua quadrilha”¹⁴ imperavam as cores garridas das bandeiras, flâmulas, balsões, chispavam ao sol as armas e armaduras “brancas” enquanto mística bandeira de Nun’Álvares, o pendão da cruz vermelha dos cavaleiros de Cristo (sem o seu mestre, enfermo), os coudéis brancos com a cruz rubra da peonagem e algumas cotas de armas dos cabos de guerra mais apurados, como o veirado e contraveirado dos Vasconcelos e as cinco estrelas douradas dos Coutinhos, denunciavam a presença dos grandes senhores no arraial Real. E como que a destoar do colorido e riqueza circundante, a tenda real era marcada por “*hu grande prumão em hua lança darmas*”¹⁵ já que D. João I se recusava a usar bandeira “desde que for preso com o Prioll do Crato em Torres Novas”¹⁶.

No meio de toda esta azáfama cirandavam de um arraial para o outro os oficiais de armas ingleses arautos e passavantes, ocupados afanosamente em tomar nota, tal como nas justas e torneios, dos brasões de armas dos cabos de guerra, em advertir os ignorantes dos signos distintivos dos capitães das hostes combatentes (não se estabelecesse confusão entre amigos e inimigos), aprovando-as aqui, reprovando-as acolá, aconselhando, criando-as em caso de emergência com mira, quiçá, aos emolumentos que lhes eram devidos pelos seus serviços, os proes e percalços do seu ofício, prontos a registar, como era seu dever, as efemérides de ocasião, a marcha dos



acontecimentos, os assédios, os feitos de armas, como cronistas que igualmente eram, além de mensageiros diplomáticos¹⁷. Um desses mensageiros havia já enviado a Zamora encarregado de intimar D. Juan de Castela a abrir mão do seu reino para entregar à sua legítima senhora, a Princesa D. Constança de Castela, Duquesa de Lancaster¹⁸. John of Gaunt detinha ao seu serviço todos estes oficiais. Todos os príncipes da cristandade os possuíam, quanto mais ele, Grão-Duque de Lancaster e Rei que se reclamava de Leão, Galiza e Castela¹⁹.

Aliás, a presença destes oficiais d'armas ingleses em Portugal já vinha de trás. O Conde de Cambridge trouxera consigo, em 1380, Sir Thomas Symond, arauto de Lancaster²⁰ que também desempenhava as funções de Alferes-Mor. Não era o primeiro que de Inglaterra vinha a Portugal ou a Castela: já outro do mesmo título, Henry o Leicester viera dois anos antes, em 1379, enviado por John of Gaunt em certa missão diplomática²¹. À Península, senão a Portugal, também viera já anteriormente o Arauto Derby e Chandos, Arauto também, acompanhara o Príncipe Negro a Castela em 1367, quando este viera em auxílio de D. Pedro e por ele fora expedido a Inglaterra a dar da vitória de Nájera, da qual deixou um relato em versos de má qualidade.

Não foram também os últimos por aqueles tempos, pois da correspondência da nossa Rainha, D. Filipa de Lancaster se insere que esteve ao seu serviço o Arauto Arundel (Sir John Wilshire?), que certa vez veio de Inglaterra com presentes do Bispo de Norwich²².

Paira ainda na nossa Heráldica a sombra de outro oficial de armas inglês, por cá chamado “arrieta”, que esteve durante largos anos ao serviço de D. João I.

Como se fizera em Ponte de Mouro, trocaram-se finezas: um dia foi El-Rei e a Rainha D. Filipa cear com seu pai e sogro: ao outro, o Duque e a Duquesa com a sua filha e genro; acompanharam um e outros as respectivas comitivas “muitos e honrados da sua casa” como diz Fernão Lopes.

Mas as demonstrações de amizade não haveriam de ter ficado apenas por aqui. Era hábito trocaram-se presentes entre os príncipes e estes concediam-nos aos membros da comitiva e cabos de guerra seus aliados na forma de d'ídivas em dinheiro, joias, fazendas preciosas, armas, quando não especiais mercês concessões de terras, brasões de armas ou nelas acrescentamentos honrosos²³.

Sabemos que D. João I enviou o condestável a terras do Alentejo com o fito de levantar tropas enquanto ele próprio intimou o concurso dos seus cabos de guerra que mais próximo estavam do escolhido ponto de concentração: eram não só os Barões de Entre-Douro-e-Minho, como muito especialmente os daquela comarca transmontana. Certo é ter D. João I apresentado ao Duque, com palavras de apreço próceres tão valiosos e importantes. O Duque, por sua vez certamente que haveria de procurar a boa graça dos portugueses, como há muito o vinha fazendo dos galegos, biscainhos e castelhanos. Além de boas palavras, não lhes poderia todavia proporcionar muito mais, já que o seu tesouro não abarrotava porque o subsídio votado pelo Parlamento fora parco e as promessas de realização duvidosa, uma vez que dependiam da sorte das armas. Restava-lhe a moeda barata das honrarias. Ao que parece o Duque tê-las-ia já prodigalizado aos seus partidários galegos e castelhanos, à falta de melhor, na forma de acrescentarmos honrosos nos seus brasões de armas pessoais, tanto ao gosto dos ingleses.

Com efeito, julgamos encontrar em alguns brasões de armas desses fidalgos algo do que avançamos. Que as rosas vermelhas que se encontram em vários brasões de armas municipais da Guipúzcoa devem ser concessão de Lancaster, já o anunciou D. Javier del Val Sanjurjo numa sua nota publicada na “Hoja informática” do Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica (ano XI, n. 224). Mas, para além disso, há lendas por lá correntes da sua origem que as liga com a passagem dos ingleses por aquelas bandas em 1367, embora deturpada dos prováveis factos reais²⁴. A despeito dessas lendas aquilo que se nos afigura mais lógico é que essas rosas tenham sido um acrescentamento honroso concedido a esses “ayuntamentos” por John of Gaunt, como honrosos foram os acrescentamentos pessoais concedidos pelo Duque – a bordadura de prata com rosas vermelhas das armas dos “emperogilados” bascos os Ortizes de Garay, ou como o chefe de rosas das armas do Arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente que fora à Galiza, a Celenova, receber de John of Gaunt a ratificação do tratado de Ponte de Mouro, ou mesmo como o esquartelado de rosas de Rui Cravo, agente diplomático por várias vezes, entre D. Fernando e o



Lancastre e encarregado por D. João I de obter de Ricardo II a ratificação do tratado de Windsor²⁵.

Outro “badge” los Lancastre foram os crescentes²⁶. Esses podemos encontrar, porventura, nas armas de João Afonso da Baeza, um dos mais importantes fidalgos do Lancastre. Mas, para além deste, o cadeado (felterlock) parece ter sido outro “badge” bem nítido nas armas dos Soutos e no mantelado dos Radas, ambas famílias galegas, da mesma maneira que as plumas de avestruz do Príncipe Negro se encontravam nas armas dos Peñalosas de Segóvia²⁷ ou no timbre dos Guedes, Senhores de Murça, em Trás-os-Montes.

A “ARMA SECRETA”

Acrescentamentos honrosos nas armas

– obra dos oficiais de armas inglesas – eram coisa de pouca substância. John of Gaunt dispunha de algo de mais peso.

Uma espécie de insígnia honorífica sua, pessoal:

o seu famoso colar dos SS



PENDENTE DE UM COLAR DOS SS FEITO EM PRATA, DATADO, PROVAVELMENTE, DOS FINAIS DO SÉCULO XIV, DESCOBERTO EM INGLATERRA.

De uma forma geral, os portugueses têm a tendência de ligar a ideia de Ordem Honorífica às Ordens monástico-militares que ajudaram e estiveram na génese da reconquista e das navegações²⁸, análogas, por sua vez, às velhas Ordens das Cruzadas, o Templo, a Teutónica e a do Hospital, que eram corporações autónomas e cujas insígnias não eram propriamente honoríficas, mas meros sinais de confraternidade. A Europa Central e Insular dos séculos XIV e XV desconheceu a criação dessas ordens monástico-militares que eram de criação hierosolimitana, palestinas, dos cruzados e, por extensão, peninsulares onde também se combatia contra os infiéis.

Ora, acontece que nesses países onde não existem Ordens monástico-religiosas, imperava, todavia, a voga, nos adornos masculinos, de grandes colares de ourivesaria, simples ou esmaltados, recamados, por vezes com pedraria lançados pelos ombros e pendentes sobre o peito e costas²⁹.

Os príncipes tiraram daqui partido para com eles criarem Ordens Honoríficas das quais estes colares uniformizados seriam insígnias privativas. Tratavam-se no fundo, não de insígnias de honra ou mesmo colares de ordens particulares – como o colar da Ordem de Garter ou o colar da Ordem de Golden Fleece – mas veneras que simbolizavam uma aliança ou até mesmo uma investidura e com as quais os grandes senhores, lisonjeando a vaidade humana, criavam, reconheciam ou asseguravam fidelidade por vezes com juramento obrigatório à sua pessoa. Eram quase como que uma moeda de recompensa – pouco onerosa – pelos serviços a eles prestados³⁰. Foi efectivamente no século XIV que as insígnias particulares foram criadas, como medida, política pela qual os príncipes se conciliavam com a nobreza. Todas estas encontravam grande favor entre fidalgos e deram origem a uma moeda profundamente enraizada.

Não é por acaso que Eduardo II de Inglaterra cria em 1348 a Ordem da Jarreteira; Alberto III, Duque da Áustria a do Trancelim; João o Bom, Rei de França a de Estrela em 1352; a Rainha de Nápoles a do Espírito Santo, em 1352; Amadeu VI, Duque de Sabóia a de Anunciata, em 1364; Alberto, Duque da Baviera, a de Santo Antão



em 1382: Segismundo da Hungria, a do Dragão, em 1387, entre muitas outras que então passaram a despontar. A criação e doação de Ordens honoríficas passou então a ser apanágio não só de príncipes, mas também dos grandes senhores que dispunham quase de uma dimensão real ³¹.

Desta moda (ou talvez expediente) se prevaleceu o príncipe plantageneta John of Gaunt, Duque de Lancastre, cujo poder e influência na política do seu tempo se igualou quase à de um rei. Com o intuito de garantir seguidores criou, como reza a firma tradição inglesa, um colar composto de fuzis de cadeia em forma de SS entrelaçados, a que os ingleses deram o nome de “Livery Collar” ou Colar da Aliança³². Na Igreja de São Paulo, em Londres existia um vitral encomendado por John of Gaunt ostentando as suas armas rodeadas por esse colar. Infelizmente o vitral desapareceu num incêndio da antiga igreja de São Paulo, hoje substituída pela catedral do mesmo nome. Ficou-nos contudo, o registo num desenho antigo que se conserva no Museu Britânico.

Todavia, a mais antiga referência documental escrita ao colar dos SS aparece na “wardrobe account” de Henrique Earl os Derby – que mais tarde viria a ser Henrique IV – datada de 1491-1 que reza o seguinte:

“Por I Coler auri facti pro domino Henrico Lancastrie comite Derby. Cum XVIIJ literis de S ad modum plumarum cum rotulis et scripturis in eisdam cum signo in torecto ejusdem”

Antes dessa data não temos dúvida em referir que a mais antiga iconografia conhecida de um colar dos SS se encontra na estátua jacente de Sir John Swinford (f.13761) reconhecido adepto de John of Gaunt.

Pelo que toca ao aspecto físico do colar dos SS, não é fácil apontarmos um modelo fixo já que o seu aspecto variava conforme o fabricante ou a riqueza da peça. Apesar de, até há pouco tempo só termos conhecimento destes colares através da pintura, esculturas ou descrições escritas, foi recentemente descoberto no rio Tamisa um exemplar que se encontra em exposição no Museu de Londres.

O que esses SS pretendiam significar é ainda hoje um enigma.

No entender de alguns arqueólogos os SS seriam as iniciais de St. Simplicius, uma Ordem que teve a sua origem na Alemanha dedicada àquele Santo. Em nosso entender esta tese é destituída de realidade já que não há qualquer ligação deste santo com Inglaterra. Outra opinião tratar-se da primeira letra da palavra Signna, que em inglês se podia interpretar como “badge”. É contudo mais uma hipótese também vaga e não fácil de aceitar.



PORMENOR DE UM “LIVERY COLLAR”
DOS SS EM ESTÁTUA JACENTE

Uma outra explicação que pode ter alguma base de veracidade sugere que os SS derivam da alma da divisa “Souvent vous de moy” cujo corpo seria o miositis “Forget me knot”, na língua inglesa – empresa que averiguadamente foi usada por seu filho, o Rei Henrique IV possivelmente herdade de seu pai. Albert Hartshorne no “Archaeological journal”, vol. XXXIX defende a teoria baseada no facto de que muitas vestes sagradas da época eram semeadas de SS representativas da primeira letra da palavra “salvator” ou, talvez antes, “sanctus” do triságio evangélico. E alude ao facto de haver referências no testamento de John of Gaunt a um colar onde se encontrava o Santo nome de Deus lavrado de uma parte e de outra³³.

Contudo a hipótese que nos parece mais consistente foia defendida por Sir Samuel Rush Meyricke no seu livro Antient Armour, publicado em 1824 e reeditado em 1846, cuja tese mereceu a atenção de John Hewitt no livro de Charles Alfred Stothard’s Monumental Effigies of Great Britain. Segundo Meyricke, John of Gaunt criou o ordem quando reivindicou o trono de Castela Leão em 1372/89. E seu filho Henrique manteve-a durante as



pretensões ao trono de Inglaterra. Neste contexto o S simbolizaria a palavra “soberano”. Esta hipótese é tanto mais sólida quanto sobre o túmulo de Henrique IV, na Catedral da Cantuária a palavra “soberano” aparece em explosiva evidência.

Seja qual for o significado dos SS o certo é que este colar tem a sua máxima expressão entre 1370 e 146. A partir daí quando a dinastia de York sobe ao trono depois da batalha de Towton (1461), o colar desaparece sendo substituído por outro, cujos motivos eram o sol e a rosa.

Mas afinal o que era o colar dos SS, também conhecido por “Livery Collar”? Não era, como já vimos, uma Ordem de Cavalaria propriamente dita, nem uma ordem privada mas uma insígnia pessoal – a que o nosso Fernão Lopes deu o nome de uma “devisa” – além de um adorno que John of Gaunt teria distribuído aos seus adeptos e à casa de Lancaster, tal como o seu filho, el-rei Henrique IV averiguadamente fez com ela, e com largueza, do que há testemunhos documentais e arqueológicos.

É certo que não se conhecem concessões especiais deste colar em sua vida por parte de John of Gaunt, mas conhecem-se jacentes com o mesmo colar, do seu tempo: Sir John Swinford, em Stratton, Norhants (f.1371) reconhecido partidário do Duque de Lancaster; Sir Thomas de Arden em Elford (f.1391); Sir Edmund de Thorpe em Ashwell Thorpe (f.1417), o de Lady Thorpe (mulher de Sir Edmund), na mesma localidade; de Sir Richard Vernon (f.1451) em Tong; e tantos outros como os jacentes de Staindrop ou Harewood. O próprio conde de Arundel, genro de D. João I ostenta no seu jacente o mesmo colar.

Estes são os registos iconográficos que tivemos conhecimento e, por isso, ocasião de visitar. Estamos, no entanto, certos de que uma pesquisa mais apurada nos iria conduzir a resultados surpreendentes.

Do que parece não haver dúvidas algumas é que o colar dos SS funcionou como testemunho de reconhecimento ou elemento de captação do Duque de Lancaster, que se proclamava rei de Castela e Leão³⁴, para com aqueles que mais se aproximavam dele ou melhores serviços lhes prestavam. Um dos castelhanos-leoneses mais leais ao Duque foi Mem Rodrigues de Senabria. Não lhe teria ele conferido o colar dos SS? É muito provável que sim se atentarmos nas armas dos Seabras, de vermelho com um S de ouro coroado do mesmo, sustido por dois leões batalhantes o que pode ser considerado como uma figuração expressiva do denodado apoio daquele leonês ao príncipe inglês. Dos portugueses, o capitão do mar Afonso Furtado de Mendoça – que comboiou o Duque de Plymouth à Corunha e dali infligiu séria derrota à esquerda castelhana na próxima ria galega de Betanzos para apoiar o seu desembarque. Talvez por isso, as armas dos Mendoças ostentem os SS nos dois quartéis de ouro do seu franchado e não cadeias como em Espanha³⁵.

Acesso ao Duque de Lancaster tinha com toda a probabilidade também no cabo-de-guerra transmontano Vasco Pires de São Payo. Em face das sua alta importância militar e administrativa regional, tendo o Duque atravessado o seu importante concelho de Mirandela onde, muito provavelmente, por ordem de Vasco Pires lhe teria prestado todo o agasalho, não lhe teria o Duque de Lancaster para lhe agradecer e ao mesmo tempo captá-lo, concedido o seu colar dos SS? É muito provável que isso tenha acontecido, tanto mais que Vasco Pires tomou honrosa parte na expedição que o Duque fez a Castela. Sendo assim, ou lhe teria concedido a insígnia como simples acrescentamento honroso ou, o que nos parece mais evidente, e nada o impugna, o próprio colar que, em boa heráldica deveria ter passado a apenas circundar o escudo por fora como aliás o próprio Duque mandara representar nas suas armas representadas na igreja de St. Paul.

É certo que não podemos saber com precisão as personalidades portuguesas agraciadas por John of Gaunt. Estamos convencido que a fidalguia possuidora de armas já consagradas não se deixaria lisonjear com tal distinção. Para já, os elementos de que dispomos são escassos e não deixam margem de manobra para grandes especulações e, muito menos, certezas. Seja como for o que não podemos é deixar de reconhecer o peso histórico, até hoje praticamente desconhecido que o colar dos SS assumiu nos finais do século XIV em Portugal. E esse significado é tanto maior quanto, como defende Samuel Meyricke, o colar teria sido concebido em função das pretensões do Duque of Lancaster ao trono de Leão e Castela e criado na altura da sua vinda à Península.



A DESCOBERTA

Quando me comecei a interessar por este tema e reunir elementos que me permitissem chegar às peças de tão intrincado “puzzle” estava longe de imaginar a aventura que me esperava. A minha investigação estava avançada, possuía vasta documentação recolhida em Portugal e Inglaterra que, aparentemente, poderia ser uma base fundamental para uma síntese final. Mas faltava-me o essencial: a prova insofismável do “Livery Collar” em Portugal e, se possível, a demonstração factual de que os portugueses, talvez inspirados pelas criações britânicas tivessem idealizado “devisas” próprias, ou melhor, um “Livery Collar” genuinamente português. Sentíamos que se tratava de um facto real mas, no estágio actual, tinha de ser encarado como uma mera hipótese se enveredarmos por uma análise crítica. Sabíamos que em história, como noutras ciências, as hipóteses são um recurso lícito na falta de conhecimentos positivos e tem sido sempre frutuoso ponto de partida para investigações posteriores. Mas a nossa convicção começou a dirigir-se num sentido em que talvez pudesse ser possível transformar as hipóteses em certezas.

Acontece que um dia, estando à conversa com um grupo de amigos, veio à baila as minhas investigações.

Uma das pessoas que estava presente, também interessado por tudo quanto se relacionasse com a história, ouvia-me atentamente com um semblante sério, como se tivesse concentrado em algo distante. Quando a conversa acabou veio ter comigo e rematou de chofre *“Ouvi com muita atenção e interesse a sua história do “Livery Collar”. Guardo em minha casa um exemplar que sinto poder ter alguma coisa a ver com as suas investigações e que foi descoberto por meu avô no quintal da nossa casa em Alcobaça. Vou enviar-lhe uma fotografia ou um desenho. Espero que isso possa contribuir em alguma coisa para a sua investigação”*.

Fiquei, como se calcula, com todos os sentidos apurados. Seria que iria aparecer o pendente de um colar dos SS? Ou ainda melhor: uma versão portuguesa do tão almejado “Livery Collar”?

Aguardei em expectativa até que, poucos dias depois, recebo por um amigo comum o tão almejado medalhão. Fiquei estupefacto, pregado ao chão. Não era o pendente dos SS, mas sim algo muito mais importante do que a “badge” inglesa. Naquela altura tive a intuição que estava perante algo de envergadura que talvez ajudasse a compreender melhor todo este intrincado “puzzle”. Senti que a minha meta começava a tomar forma.

Tratava-se de um pendente circular feito em chapa de cobre, com 5 cm de diâmetro, tendo ao centro um Y (de Yoannus – João) atravessado por aquilo que se afigurava ser um rolo de pergaminho. À volta ostentava uma inscrição que, depois de devidamente analisada, apareceu com o seguinte teor: «Leal amor esta roda».

As palavras estavam separadas por fuzis em forma de S. Era uma descoberta extraordinária. E, naquela altura, comecei a sentir que, provavelmente, tinha encontrado o elo de ligação que há muito procurava alcançar, entre a divisa inglesa e uma criação genuinamente portuguesa.

Uns meses mais tarde, também por obra de um mero acaso, chegou-me às mãos um segundo pendente também com um Y ao centro atravessado por uma espécie de pergaminho enrolado nas pontas, tendo no topo superior aquilo que, na altura, interpretei como um anagrama da Cruz dos Pereiras. Mais tarde, após ter sido devidamente analisado, deduzi tratar-se de uma cruz floreada. Não possuía qualquer inscrição e o formato não era em redondo, mas rosáceo recortado em 6 lobos semi-circulares, com um furo em cada lobo. Em tudo o mais, material, peso e técnica de gravação era idêntico ao anterior medalhão dos Y. Tinha em mãos o elo de ligação que me faltava. Agora talvez já pudesse dar corpo a toda uma tese que durante muito tempo envolveu a criação de uma “devisa” genuinamente portuguesa.



O COLAR DOS Y

Como sabemos John of Gaunt, veio para a Península Ibérica com o intuito de reclamar o trono de Castela e Leão tendo criado e trazido consigo uma insígnia privada destinada a recompensar e deste modo cativar seguidores para a sua causa. Fernão Lopes dá a esse tipo de insígnia, como já vimos, o nome de “devisa”³⁶. Este modo de recompensa estava muito em voga na época e era altamente apreciado por toda a Europa, já que para além do adrono em si podia propiciar os acrescentamentos honrosos às armas da nobreza.

Não é de admirar que muitos nobres se deixassem seduzir por tal honraria ainda praticamente virgem na Península.

Perante esta situação D. Juan de Castela entendeu também ele criar uma “devisa” própria, um “livery collar” com que pudesse premiar e garantir a fidelidade dos seus partidários.

Depois das cortes de Guadalfajara, onde toda a nobreza do reino esteve presente, el-rei”... *e imaginou e fez hua devisa para dar a certos cavalleiros a qual era hum colar feito com raio de ssoll e em elle hua pomba bramqua por representaçom do Espirito Santo. E quando veio o mês de Julho, em dia de Samtiaguo, na cidade de Seguovea, na igreja cathedrall deila, disse el Rey presentes todos que elle ordenava trazer esta devisa, o quoall entam mostrou em huu livro de certas comdições que avia daver quem tal colar ouvesse. E tomou ho entam de sobre o altar e deu o a certos cavalleiros de sua casa*³⁷.

Tudo isto se passou na era de 1426 (1388) ou seja, à data em que o Duque se encontrava na Península ao lado dos portugueses, em busca de oportunidade para se assenhorear do trono de Castela-Leão e numa altura de grandes revezes para as armas castelhanas. Desta descrição ressalta-nos, basicamente, o facto de também D. Juan de Castela ter criado com a mesma finalidade o seu próprio “livery collar”: o colar do Espírito Santo. Embora a simbologia fosse diferente D. Juan procurou fazer frente ao famoso colar dos SS com um outro este sagrado pela Santa Igreja.

Mas não se ficou por aqui o rei de Castela-Leão. Tornava-se necessário atrair à sua causa o maior número de adeptos possíveis. Não só os nobres mas também aqueles que, num futuro próximo haveriam de ser nobres. Por isso entendeu D. Juan I criar “... *outra devisa que chamavam da Rosa para dar a certos escudeiros com certas comdições e de provar seus corpos em feitos darmas. E todo esto era fumdado de os fazer ardidos e atemder per fforça os medos omde quer que lhe aviessem, caa nem embarguando o que lhe acomtecera aimda elle tinha outra vez vomtade de vir comtra o regno de Portugal*³⁸”

Do colar do Espírito Santo e da Rosa, creio não se conhecer exemplar algum. Investigadores posteriores vieram, todavia, demonstrar que as crónicas de Fernão Lopes eram absolutamente exactas. Tudo aponta nesse sentido. No testamento do fidalgo espanhol Lope Gutiérrez, alcaide mor da cidade de Córdoba, recentemente trazido à luz é mencionado, a breve trecho, o seguinte:

“E mándole mas al dicho Martin Alfonso, mi fijo, el mi estoque guarnecido, que me dio y e de que fizo merced el rey don Enrique visabuelo del rey dom Juan quando me dio la banda”.

Banda neste caso, seria sinónimo de divisa. Não nos podemos esquecer que muitos desses colares eram tão grandes que os nobres os ostentavam a tiracolo cruzado do ombro direito à anca esquerda, ficando a divisa pendente à laia de banda.

Ora D. João I não podia ficar indiferente nem alhear-se desta realidade. Perante as honrosas benesses que começaram a ser prodigamente distribuídas pelos ingleses e castelhanos, mais não restava ao rei de Portugal senão criar a sua “devisa”: o colar dos Y. O pendente que adiante retratamos teria pertencido a um colar já desaparecido e é disso testemunho. E para que se firmasse o juramento de lealdade, ostenta na bordadura a seguinte inscrição: «Leal Amor Esta Roda», ou seja, leal amor a este símbolo. Neste caso a roda mais não é do que o símbolo de João



(Yoannus) retratado pelo Y ao centro. Os fuzis que separam as palavras em forma de SS eram correntes na época, mas não deixa de ser curioso apontar o formato e a eventual ligação que poderia haver com os SS da insígnia dos SS. O Y de Yoannus está atravessado por uma filactera de extremidades enroladas o que bem pode traduzir a ideia da aclamação real em cortes e, logo a sua legitimidade. O facto deste pendente ter sido encontrado em Alcobaça não deixa de ser sintomático.

A semelhança das duas divisas é tal que pode perfeitamente conduzir-nos à hipótese de serem a mesma venera, mas feita em oficinas diferentes por artistas diferentes.

Qualquer destes pendentes deveria fazer parte de um colar infelizmente já desaparecido.

ENIGMA SOLUCIONADO OU INÍCIO DE UM MISTÉRIO

Um celebrado escritor francês costumava dizer que “pas de documents, pas d’histoire”. Cabe-me então perguntar: e se não houver documentos, não há história?

É óbvio que há. Pode não ser nítida. Pode ter de ser reconstituída e as peças do puzzle, por mais intrincadas que sejam, ajustadas pouco a pouco. Agora que a história continua a existir, com documentos ou sem eles, é um facto que não deve ser posto em causa.

Quando agarrei no enigma do colar dos SS, assumi que a minha tarefa seria decifrar aquele mistério e conotá-lo com a nossa história. Havia dados, embora pouco nítidos que nos levavam a considerar a importância desta investigação. Tornava-se por isso importante clarifica-los e, se possível, trazer a lume provas irrefutáveis. Foi esta tarefa que me propus levar a cabo.

Mal eu sonhava o mundo misterioso que me esperava.

É que o colar dos SS era somente a ponta visível de um “iceberg” que tinha feio história na Península tardo medieval. Agora o mistério abrangia não só a figura de John of Guant e o famoso colar dos SS, mas também D. João I e o colar dos YY, bem como D. Juan de Castela e Leão e o colar do Espírito Santo e da Rosa. Para já, aquilo que nos interessa saber por ser esse o nosso objectivo, é o colar dos YY.



MEDALHÃO DOS YY DE ALCOBAÇA

DESCRIÇÃO DA PEÇA

NOMENCLATURA: pendente de colar. tem no topo vestígios da argola que o fixava ao “toret ring”

FORMATO: circular.

DIMENSÕES: 50 mm de diâmetro

MATERIAL: chapa de cobre batido

PESO: 22,03 gramas.

GRAVAÇÃO: a gravação foi aberta a buril. no círculo interior ostenta um Y com “cauda de peixe” em tudo idêntico ao do Real Branco, cunhado no reinado de D. João I. Ao centro uma filactera de extremidades enroladas em forma de pergaminho.

EPIGRAFIA: entre os dois círculos desenvolve-se uma inscrição onde se pode ler: “Leal Amor Esta Rode”(roda). as palavras estão separadas por fuzis em forma de s em tudo idêntico aos fuzis do “livery collar” de John of Gaunt que podem ser apreciados em algumas estátuas jacentes na Grã-Bretanha.

ESTADO: o estado geral é muito bom, estando os sulcos quase à flor do cunho o que permite uma leitura perfeita.

DATAÇÃO: aparenta ser uma composição dos finais do século XIV ou início do século XV.

ANÁLISE CONJECTURAL: trata-se de uma peça com algumas qualidades sendo que há indícios do interior do Y ter sido cheio a ouro. é muito provável que os sulcos abertos tenham recebido tinta ou esmalte para realçar a mensagem. torna-se possível que esta peça tivesse sido elaborada em território nacional.



MEDALHÃO DOS YY
PROVENIÊNCIA DESCONHECIDA
(COLEÇÃO PARTICULAR)

DESCRIÇÃO DA PEÇA

NOMENCLATURA: pendente para colar. Tem no topo uma argola que o fixava ao "toret ring".

FORMATO: Em "rosácea", isto é circular com o bordo recortado em 6 lobos semi-circulares, com 16 mm de diâmetro, cada um deles com um orifício ao centro, separados por outros tantos com 6 mm de diâmetro. Tem-se avançado com as mais diferentes hipóteses sobre a razão de ser dos furos numa peça que se destinava a estar pendurada num colar. Já ouvi e li as hipóteses mais absurdas em pendentes do género. A razão destes furos é simples. Sendo objectos de prestígio e ao mesmo tempo de distinção é natural que acompanhassem o seu senhor nos campos de batalha. A cavalo ou a pé com os solavancos ou com o movimento do corpo, o pendente acabava sempre por estar a bater na cara, tornando-se um estorvo. Para evitar que isso acontecesse coziam os orifícios ao tecido do loudel ou da tabardilha fixando assim o pendente. Era muito pouco provável que o pregassem à panceira ou ao peitoral já que por cima era geralmente envergado um loudel ou outra qualquer vestimenta de tecido. Se assim fosse, o colar e o pendente ficavam escondidos.

DIMENSÕES: 51,03mm

PESO: 23,05 gramas

GRAVAÇÃO: Foi aberta a buril. A rosácea interior que acompanha o feitio externo do medalhão ostenta um Y, com cauda de peixe, em tudo idêntico ao medalhão da Alcobaça. Este Y é atravessado ao centro por uma filactera de extremidades

enroladas em forma de pergaminho, no interior do qua se podem ver outros 3 YY. Por cima da filactura, entre as pernas do Y, um anagrama daquilo que pode ser interpretado com ponta de cruz dos Pereiras, ou simplesmente uma cruz.

Acompanhando o Y em toda a sua volta, quadrados ornamentais com uma cruz no seu interior.

EPIGRAFIA: Anepígrafo.

ESTADO: O estado geral é bastante bom o que permite uma fácil leitura do conjunto.

DATAÇÃO: Aparenta tratar-se de uma composição. Dos finais do século XIV ou início do século XV.

ANÁLISE CONJECTURAL: Trata-se de uma peça com alguma qualidade embora seja inferior ao pendente de Alcobaça. É muito provável que pertença à mesma família do "medalhão" de Alcobaça. O tema é quase idêntico e até mesmo a filactera com as pontas enroladas é praticamente iguais as anteriores. Somente `destituído de epigrafia.

À semelhança do pendente de Alcobaça os sulcos destes foram preenchidos com tinta ou, muito provavelmente, esmalte. O interior o Y deve também ter sido dourado. Torna-se provável que este medalhão tenha sido uma produção nacional.

SÍNTESE FINAL

Qual a ligação entre si dos "medalhões" dos YY? Poderemos ou não considera-los como um "livery collar" português? Se assim for qual a sua eventual relação com o colar dos SS? A melhor maneira de abordarmos esta e outras questões é compararmos as peças e procurarmos elos de ligação entre si.

A análise intrínseca e histórica dos medalhões II conduziram-nos desta forma a conclusões surpreendentes.

A metodologia que nos propusemos seguir assentou em três pressupostos de fundo:

I – Análise intrínseca e comparativa entre os medalhões dos YY "de per si" (para demonstrar que ambas as peças pertencem com nitidez a uma mesma família.)

II – Vínculo histórico dos medalhões dos YY (Para demonstrar que estes se inserem na linha do medalhão dos SS, completamente distinta do "livery collar" de D. Juan I de Castela)

I – Análise intrínseca dos medalhões dos YY “de per si”.

Cada uma das peças dos YY foi cuidadosamente analisada e posteriormente comparadas entre si. Dessa análise sobressaem as seguintes conclusões:

Análise intrínseca:

- Análise espectrográfica e metalográfica: através destas análises conclui-se que ambos os medalhões são abertos em chapa de cobre de idêntico teor e composição análoga, o que à partida, pode pressupor que estarmos a lidar com materiais da mesma região ou, senão, de regiões muito próximas.

- Análise iconográfica: Se analisarmos em detalhe os medalhões dos YY, o primeiro aspecto que nos salta aos olhos é a existência de uma simbologia absolutamente idêntica: um Y atravessado por um pergaminho enrolado nas pontas. À primeira vista o significado parece-nos evidente: o Y atravessado por um pergaminho pode bem simbolizar a legitimidade de D. João I como a sua proclamação como rei. Repare-se que estamos a falar da simbologia principal, isto é, da essência e da razão de ser do “medalhão”. Tendo proveniências diferentes, teremos que assumir que não pode ser por acaso que isso acontece. Para além disso, ambas as peças são abertas em chapas de cobre com idêntica composição com os elementos iconográficos abertos a buril.

Em ambos os medalhões o interior do Y detém vestígios de ter sido preenchido com ouro e as aberturas dos restantes motivos pintados ou também preenchidos com esmalte ou com uma tinta desse tipo, o que nos leva a concluir que se tratam de peças de qualidade. O peso é praticamente igual e as dimensões são as mesmas. Somente um é de formato redondo e o outro em rosácea – com seis lobos – o que acontecia sempre que se pretendia procurar os lobos para fixar ou cozer o pendente ao loudel para que não batesse na cara com os movimentos do cavaleiro.

Embora um dos medalhões seja anepígrafo, o outro (de Alcobaça) detém uma legenda suficientemente expressiva para entendermos a sua intenção. “ Leal Amor Esta Roda” pretende assumir o juramento de fidelidade àquele símbolo. Como o símbolo principal era o Y de Yoannus, a inscrição sugere-nos haver em ambos os casos o objectivo de “mostrar” aqueles que se encontravam ao lado de D. João I.

Sendo que o elemento principal era o Y a epigrafia de um dos medalhões é nítida em relação aos objectivos de qualquer destes “livery collar”. As “nuances” entre os medalhões podem ser propositadas ou o mais certo será a de derivarem de oficinas e artistas diferentes.

II - Vínculo histórico do medalhão YY

Quando nos propusemos abordar o colar dos SS, bem longa estávamos de nos apercebermos das reais dimensões dessa “devisa” e da maneira como tocou de perto os reinos da Ibéria. A nossa intenção era, centrando as atenções no “livery collar” dos SS, procurar provas reais, concretas, da sua ligação com Portugal. Nessa altura ignorávamos ainda a existência de um “livery collar” genuinamente português.

A descoberta ocasional de dois pendentes que assumimos fazerem parte de um “livery collar” português e a que demos, talvez incorrectamente, o nome de medalhão dos YY, mais não é do que a adesão a uma “moda” que vigorava por quase toda a Europa, então a braços com uma gravíssima crise social e económica, no meio de uma guerra (guerra dos 100 anos) que parecia não ter fim e de epidemias mortais quase endémicas, a braços com alterações coma Nobreza sempre ciosa dos seus pergaminhos e prerrogativas e em linha de colisão com uma burguesia crescente.

É neste cenário caótico de mudanças sucessivas e bruscas e alterações dos quadros tradicionais que vão aparecer as “devisas” como lhe chamava Fernão Lopes, ou seja, elementos simbólicos de coesão e distinção a que os ingleses deram o nome de “livery colar”. Tratava-se no fundo, como já vimos, de uma forma barata que os reis e



os príncipes encontraram para cativar seguidores para as suas causas distinguindo-os com um símbolo pessoal: o seu símbolo.

Ora, neste quadro, compreende-se que os portugueses, também a braços com uma enorme crise, não pudessem de todo eximir-se nem ignorar a situação externa, tanto mais que o nosso principal rival, o rei de Castela e Leão, reconhecendo a sua importância, tratou de criar não uma, mas duas distinções próprias suficientemente importantes para merecerem a atenção de Fernão Lopes que a elas se refere com bastante pormenor. Foram, como já vimos, o colar do Espírito Santo e o colar da Rosa.

A descoberta de dois medalhões “devisas” dos YY sintetiza a ideia de que também os portugueses criaram o seu próprio “livery collar”: o colar dos YY. Mas aqui põe-se uma questão. Como é que sabemos que o Y é a inicial do D. João I e não de D. Juan de Castela? A resposta é simples e assenta sob duas certezas:

1 - A epigrafia de um dos medalhões é escrita em português e não em castelhano

2 - D. Juan de Castela e Leão possuía duas ordens próprias que havia expressamente criado: a do Espírito Santo e a da Rosa, que procurou desenvolver como “devida” própria. Ambas deveriam ter como tema central um desenho próprio ligado com a figura que lhe deu o nome: uma pomba e uma rosa.

EPÍLOGO

Estará o enigma das “devisas” em Portugal ao tempo de Aljubarrota totalmente solucionado? Julgamos que, parcialmente está. Mas só parcialmente. No fundo, pensamos ter conseguido alcançar aquilo que à partida nos propusemos: demonstrar que Portugal acompanhou o pensamento europeu no quadro das profundas alterações que a todos os níveis se começaram então a fazer sentir. E disso nos restam provas materiais na forma do colar dos YY. Mas a dimensão deste mistério afigura-se-nos suficientemente grande para exigir trabalho de maior e mais profunda envergadura. Sentimos que fomos capazes de trazer à tona e apresentar com nitidez um contorno ainda baço do nosso passado. Demos um passo em frente. Mas na longa caminhada da história muito há ainda por descortinar. Talvez por isso recordo com a maior ternura o meu saudoso amigo D. Luís de Lencastre e Távora que, naquela memorável conversa, alta noite em sua casa, me aconselhava sabiamente: “Não se afobe com os mistérios. Vá em frente, vá em frente...” Por isso prometemos que no próximo número dos Cadernos Terras Quentes voltaremos ao assunto das “devisas”.

Nota da redação: Artigo parcialmente reproduzido do livro “Grandes enigmas da História de Portugal, Vol. I. da pré-história ao século XV, pp 345 a 368. Editora Esquilo, com as devidas autorizações autorais e editoriais.

Notas

- 1 Monteiro, João Gouveia: Aljubarrota, a batalha real, Tribuna da História, pág. 12
- 2 Nesse tratado, D. Fernando comprometia-se a apoiar o eixo Castela-França na guerra dos Cem Anos, através do envio de galés armadas e da recusa de acolher os ingleses nos portos de Portugal. Por outro lado, o monarca português aceitava expulsar do nosso reino, no prazo de um mês, todos os exilados castelhanos e galegos partidários de D. Pedro I que aqui haviam encontrado guarida. Além disso, “o formoso” prometia em casamento a D. Sancho de Albuquerque (irmão do monarca castelhano) a sua única filha, D. Beatriz (cf. Gouveia Monteiro, op. cit).
- 3 Monteiro, João Gouveia, op. Cit
- 4 D. Fernando, esforçando-se por manter aparências, negociou o casamento de sua única filha, D. Beatriz, com o recém-nascido D. Henrique, o primogénito e herdeiro do novo monarca castelhano (D. Juan I). Paralelamente tomava partido ao lado da França e de Castela por Clemente VII, o Papa de Avinhão, no cisma que se opunha a Urbano VI, de Roma, apoiado pela Inglaterra.
- 5 Todo este processo se conclui em 1380.
- 6 Monteiro, João Gouveia: op. Cit. Pág 20
- 7 Idem, op. Cit. Pág 22
- 8 Idem, op. Cit, pág. 22
- 9 Idem, op. Cit. Pág 23



- 10 A primeira embaixada que teve lugar em 1384 não obteve os intentos desejados, tendo os ingleses negado qualquer auxílio face aos insucessos em 1382.
- 11 Chronicon Henrici Knigton, apud. P. Russel. A intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos Cem Anos. I.N.C.M. (ed. Orig. Oxford, Clarendon Press 1955).
- 12 Lopes, Fernão; Crónica de D. João I, parte II cap. LXXXVII.
- 13 Russel, op. Cit. Cap. XVIII.
- 14 Lopes, Fernão, idem. Op. Cit.
- 15 Lopes, Fernão; Idem ibidem, cap. XCIX.
- 16 Fernão Lopes alude por duas vezes (cap. XCIX e CXII) ao facto de D. João I ter substituído a sua bandeira por plumas montadas numa lança d'armas. Trata-se de um facto extremamente curioso e, de certa forma, inédito na história militar medieval europeia.
- 17 Wagner, Heralds and Heraldry in the Middle Ages (Oxford, 1956), cap. V e VI.
- 18 Russel, op. cit, pág. 435
- 19 Idem, op. Cit.
- 20 Russel, op. Cit, Pág 302
- 21 Idem. Ibid, pág. 298
- 22 Profs Entwiatle e P, E. Russel, Congresso do Mundo Português, vol. III, pág. 344.
- 23 Um dos presentes que John of Gaunt ofereceu a D. João I foi um relógio mecânico de ponteiros do tipo "Lantern-clok" feito por um artífice inglês chamado Colin. Este aparelho fez as delícias dos portugueses que habituados aos relógios de sol e às clepsidras, nunca tinham visto nada do género. Sobre este particular v. Maria Helena da Cruz Coelho, in D. João I, círculo dos leitores; Alexandre Herculano in O Monge de Cister. A.H. de Oliveira Marques, 1987, pág. 78
- 24 Como em todo o lado, a realidade vai, por vezes, dando lugar à ficção que acaba por prevalecer. Neste caso e no que respeita, por exemplo, à vila de Aizorrotz a lenda conta que as rosas (que ostenta o seu brasão de armas), famosa "badge" da casa dos Lancaster, comemoram a recuperação, pelos cavaleiros da terra de uma imagem da virgem daquela vila quando por lá passaram no seu regresso da Batalha de Nájera.
- 25 Russel, op. Cit.
- 26 Planché, The Pursuivante of arma, pág. 235 e seg.
- 27 Rui Fernandes de Peñalosa foi mordomo-mor da Rainha de Castela. D. Catarina de Lancaster, irmão de D. Filipa de Lancaster.
- 28 Na realidade, as ordens Honoríficas Portuguesas são muito recentes. A Torre e Espada e Nossa Senhora da Conceição datam do reinado de D. João VI, embora se tivessem chamado Ordens Militares como as antigas tradicionais e as restantes de El-Rei D. Carlos e da República.
- 29 Esta voga perdurou até ao século XVIII. Os colares chegaram por vezes a tomar dimensões tais que se usaram a tiracolo.
- 30 Esta atitude está na base das modernas condecorações.
- 31 Um caso típico foi o Duque de Orleans que fundou a Ordem do porco-espinho.
- 32 O termo aliança é uma tradução livre por nós encontrada para denunciar a verdadeira intenção desta "divisa". Na realidade a palavra "Livery" é utilizada para significar posse ou investidura.
- 33 Cfr. Arthur Gardner, Alabaster Tombs (Cambridge University Press, 1940); Hartshore, Recumbent Effigies in Northamptonshire sobre o colar dos SS v. Archeological Journal vol, XXXIX.
- 34 O título completo por que se proclamava John of Gaunt era Roi de Chastille et de Leon, de Toledo, Galize, Sibille, Cordove, Muraye, Jahen, Algerbe et de Algesire et Seignouso de Moline.
- 35 Na heráldica Navarro-galaico-castelhana, as cadeias foram uma moda introduzida apenas nos meados do século XV. As armas dos Mendoças são anteriores e as dos São Payo também-
- 36 Fernão Lopes, Crónica de D. João I, vol. II cap. CXLI, pág. 306, Livraria Civilização Editora.
- 37 Idem, vol II, cap. CXLI, pág. 306, Livraria Civilização Editora.
- 38 Fernão Lopes, op. Cit. Vol. II, cap. CXLI, Pág 306.



VINHO DAS ARCAS

“D'ONDE SÃO AS CEPAS QUE TÃO BOM VINHO DÃO?
SÃO DAS ARCAS E NUZELLOS, VILARINHO DE AGROCHÃO”

Carlos Mendes

Licenciado em arqueologia, mestre em História Regional e Local, Presidente da Associação Terras Quentes.

SOBRE O VINHO

Bebida alcoólica proveniente do sumo das uvas fermentado – esta é a fórmula encontrada em qualquer dicionário para descrever o vinho.

Numa abordagem, ao que poderíamos chamar arqueologia da vinha e do vinho, é habitual dizer-se que, a difusão do vinho e das suas técnicas de produção, se devem aos contactos com as culturas da metade oriental da bacia do Mediterrâneo, pertencendo ao domínio romano o incremento significativo dos vinhedos e das produções víquicas entre as populações do espaço hoje Português¹. Contudo, a arqueologia através da paleobotânica, dos registos polínicos dos macro-restos e, também, pelos vestígios de materiais de armazenamento, odres, talhas, ânforas, etc., remete-nos para tempos muito mais remotos.

No campo da simbólica, do mito e da tradição, são vastíssimas as referências e interpretações; São Bernardo só vê no vinho o temor e a força, para Dioniso, da antiga Grécia, o vinho substituía-se ao sangue representando a imortalidade; na tradição semítica ele é o símbolo do conhecimento e da iniciação devido à embriaguez que provoca indo no mesmo sentido nas tradições Orientais como o Taoísmo ou nas sociedades secretas chinesas, o vinho (de arroz) misturado com sangue, na altura do sacrificio, proporcionava a imortalidade.

Mais a ocidente, para os Hebreus, também é elemento de sacrificio. Na tradição bíblica o vinho é, primeiramente, sinal e símbolo de alegria pelas dádivas que Deus faz aos homens mas, também, entendido na eucaristia como “o significado do Cálice do Sangue de Cristo” que tende a transmitir o sacrificio supremo. Mas o vinho, causador de embriaguez, é ainda o símbolo da loucura que Deus provocou nos homens e nas nações infiéis e rebeldes, para melhor as castigar. (Jeremias, 25.15 s.27 s.)²

¹ Fabião, Carlos. “O vinho na Lusitânia; reflexões em torno de um problema arqueológico, pp. 170 e 171

² Chevalier, Jean e Cheerbrante, Alain; Dicionário dos Símbolos, pp. 694 e 695



Continuando na mesma linha de embriaguez, verte do dicionário dos sonhos que sonhar “ter um vinhedo grande” é abundância, por outro lado, sonhar “receber vinho de presente”, a decepção é certa, “tomar vinho branco” é sinónimo de felicidade mas, com cuidado já que “se o entornar”, alguém será ferido e perderá muito sangue. Haverá com certeza, para todos os gostos e situações, o importante é sonhar.

O modo de vida do mundo rural, a sua organização e paisagem, são marcadas de forma estrutural pela actividade agrícola da cultura da vinha sendo que, o valor económico da vinha e do vinho são, para Portugal, verdadeiros elementos fundamentais da sua identidade cultural.

Há época (século XIX), temos como referências abalizadas, entre poucos outros autores) na área da vitivinicultura portuguesa; António Augusto Aguiar; Visconde de Vilarinho de S. Romão e 2º Visconde de Vila Maior, sendo este natural de Cabeça Boa, Torre de Moncorvo, grande conhecedor da região, onde era proprietário de um grande espaço vinícola. Sobre obras de suas autorias retirámos os ensinamentos sobre a produção do vinho na região de Macedo de Cavaleiros, mormente, Arcas, Lamalonga, Vilarinho de Agrochão, Nozelos e Vilarinho do Monte: *A pandemia na cultura da vinha a partir de meados do século XIX na região duriense*

A partir de meados do século XIX o país é devastado na sua grande parte vinhateira, por uma praga, “a filoxera”. António Augusto de Aguiar, nas suas célebres conferências realizadas em 1875 que constituíram um relatório muito pormenorizado da situação da vinha no país afirma que, a mini-região vinícola constituída pelas freguesias de Arcas, Lamalonga, Vilarinho do Monte, Nozelos e Vilarinho de Agrochão, **não teria sido muito castigada por esse flagelo.**

A devastação verificada na viticultura a partir de 1856 estará no imaginário colectivo que o flagelo se deveu ao insecto “a filoxera”. De facto foram várias as doenças que infestaram as vinhas nacionais a partir de meados do século XIX: Oídio, filoxera, míldio, maromba, antracnose, etc.)³.

Esta pandemia far-se-á sentir sobretudo na região Duriense. Será o oídio que irá provocar quebras drásticas nas produções vinícolas durienses. A situação foi de tal forma dramática que se encarou a cultura do tabaco como uma cultura economicamente viável em substituição da vinha no Douro. Mas (como nos diz Martins, pg 70), será o oídio que irá provocar um momento de viragem da viticultura portuguesa, pois, as manifestações físicas que o oídio irá provocar nas cepas, leva a convencer os agricultores ao arranque das cepas, o que se veio a verificar sobretudo a partir de 1867, onze anos após o aparecimento da filoxera.

A situação veio originar fortes mudanças culturais, nomeadamente as relacionadas com a plantação das cepas em linha, com maior espaçamento entre baceiros, as podas, com as cavas etc. Desenvolveu-se o estudos sobre a fitonomia das cepas e a patologia das doenças da vinha que levaram ao apuramento de castas mais resistentes ao oídio. No quadro geral da produção vinícola nacional verifica-se que no ano de 1848 a produção é de 3371 hl atingindo o ponto mais baixo no ano de 1862 com 1005hl, isto é, uma baixa de produção de 2/3 sendo que somente no final da década de 1870 ainda se verificam grandes estragos no panorama vitivinícola duriense quando nas províncias a sul já patenteava grandes alterações.

A CONFERÊNCIA DE 30 DE SETEMBRO DE 1875

A nona conferência, realizada em 30 de Setembro de 1875 no salão nobre do Teatro da Trindade, em Lisboa, é toda ela dirigida à situação da vinha em Trás-os-Montes mormente á referida mini região Macedense.

O químico, vitivinicultor e estadista António Augusto de Aguiar refere-se á província de Trás-os-Montes como uma província pouco conhecida no país, sob vários aspectos, completamente privada de melhoramentos materiais, comparando com os que têm sido concedidos “em nossos (seus) dias” às outras províncias. A sua comunicação sobre o estado da vinha na província de Trás-os-Montes (como afirma o autor) é baseada, sobretudo, nos conhecimentos do Sr. Visconde de Villa Maior.⁴

³ Martins, Conceição Andrade; A era de progresso da viticultura Nacional pp69-87; in Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS, Manuel Villaverde Cabral (coord) Imprensa das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008

⁴ O Sr. visconde de Villa Maior, no seu tratado de Viticultura, compendiou com extrema clareza a melhor doutrina sobre a estruturação da vinha. É um livro moderno ao alcance de todos. Recomendamo-lo (nota do autor)

Os dados técnicos sobre a produção de vinhos nesta região são ilustrados de maneira generosa, pelo autor, informando-nos que os dois distritos que formam a província Vila Real e Bragança, com uma população de 369.244 almas produzia, anualmente, 330.000 hectolitros de vinho excluindo, nesta avaliação, a parte da província que se acha compreendida na região vinícola do Douro. Sendo que a produção média por hectare está estimada em 20 hectolitros. Muitos dos seus vinhos seguem caminho de Espanha ou descem o rio Douro para chegarem ao mercado do Porto, destinando-se algum para temperar os vinhos do Porto.

No que respeita ao seu carácter os vinhos de Trás-os-Montes são, em geral, descobertos, macios, aromáticos, mais ou menos acidulos, secos e alcoólicos, sendo menos frequentes os vinhos cobertos, taninosos e densos, sobretudo se não seguirem os processos do Douro.

No que respeita ao seu preços, há quem admita 15 a 20 tipos distintos, vendendo-se os de primeira qualidade a 30\$000 réis a pipa de 500 litros e, os mais inferiores, a 12\$000 réis a mesma medida.

A uva chega a uma boa maturação, “dosêa” de 24 a 28 de açúcar, o que corresponde a 13,58% de álcool absoluto em peso, sendo o limite inferior da riqueza sacarina entre os 20 e os 21%.

A força alcoólica máxima dos vinhos de Trás-os-Montes oscila entre os 16,7 graus de Gay-Lussac e a mínima de 11,7 graus. A natureza geológica dos terrenos da província, é pouco variada, derivando todos eles em geral dos xistos. Por outro lado a “acidentação” do solo, variedade de exposição, etc., tornam todos os terrenos em geral muito aptos para a cultura da vinha.

“Alguns dos vinhos desta província são ainda pouco conhecidos para que se possam agrupar de um modo definitivo e outros podem variar de feição quando se aperfeiçoam os processos. Os mais finos e generosos no estado actual, entram no consumo interno ou externo com o nome de vinho do Porto e os outros, se não entram, é porque os comerciantes os não querem ainda admitir com este nome, já que a vontade de o fazer não falta aos seus donos e proprietários. A tendência de todos é para a confusão, não se ocupando ninguém de os tornar bem visíveis e manifestar o seu carácter distintivo. Toda a classificação que hoje se faça deve pecar pela base e tem de ser reformada mais tarde”.⁵

Cultivam-se muitas uvas cujos nomes principais são;⁶ abelhal, alvaraça, alvarelhão, agudelho, bastardo, bastardeira, códega, carnal, cornifesto, castello, casculho, cerval, D. Branca, donzelinho, farinheira, gouveio, Gonçalo Pires, lameira, malvasia, moscatel, moreto, mourisca, pé de perdiz, rabigato ou rabo de ovelha, sousão, tinta Francisca, tinto cão, tourigão, tinta carvalha, trincadeira, vèozinho, etc.

Os pontos da província de Trás-os-Montes mais próximos do alto Douro, tem os vinhos, com os desta região, notável analogia, nos mais afastados, ainda por vezes se encontram vinhos finos e generosos que lhes podem ser rivais. No concelho de Macedo de Cavaleiros, citam-se por exemplo três povoações nesta situação; Arcas, Lamalonga e Vilarinho de Agrochão, e também Nozelos da freguesia das Arcas.⁷ Continua, o autor, (António Augusto de Aguiar) no enaltecimento da qualidade dos vinhos das Arcas; Conta-se, que no tempo da guerra peninsular, os vinhos das Arcas, cuja bondade está muito acima, decerto, da beleza dos verso que o povo inventou para cantá-los, foram provados por alguns oficiais Ingleses, em casa de um proprietário daquela freguesia (possivelmente no Solar dos Pessanhas) e, a tal ponto gostaram deles, que os levaram consigo para Inglaterra.

**“D’onde são as cepas que tão bom vinho dão?
São das Arcas e Nuzellos, Vilarinho de Agrochão”⁸**

A fortuna que então parecia querer sorrir àqueles vinhos, fez o milagre de os transportar a Londres na bagagem dos nossos fiéis aliados, (sem se haverem perdido no caminho), para figurarem em um jantar a que assistiram muitas notabilidades apreciadoras do divino licor.

Pouco tempo depois choviam no Porto as encomendas do Vinho das Arcas mas, como é costumeira nossa e balda antiga, nunca foram satisfeitas. Havia, até certo ponto, uma desculpa para isso, porque o vinho não era conhecido no Porto. E querem então os vinhateiros que nós os teóricos, nos não escape coisa nenhuma do que se passa em

⁵ Aguiar, António Augusto, Conferências sobre Vinhos, p. 370 / ⁶ idem, ibidem, p. 369 / ⁷ idem, ibidem, p. 372

⁸ Cardoso, Manuel, in: http://adriveinmycountry.blogspot.pt/2007_10_01_archive.html: conta uma lenda antiga que, certa vez, levado um pipó com as primícias desse ano para Braga, ao Arcebispo, então senhor destas terras do leste do seu território, este terá perguntado: “D’onde são as cepas que tão bom vinho dão? São das Arcas e Nuzellos, Vilarinho de Agrochão”

suas propriedades, quando eles e os seus amigos negociantes não conhecem o que existe de bom a dois passos sequer do lugar onde vivem.

Alguém que dispunha de bastante influência tentou em nossos dias introduzir e acreditar no Porto os vinhos mais finos das Arcas. Porém, nada conseguiu porque os negociantes dali o venderam sempre como vinho do Douro e, a pessoa a quem me refiro, não pôde sozinho, apesar da sua influência, tratar directamente com os Ingleses.⁹

PROCESSO DE FABRICO

António Augusto de Aguiar, continuando a sua exposição dá-nos conta dos processos de fabrico do generoso vinho das Arcas, afirmando; O granjeio da vinha nos pontos mais próximos do alto Douro faz-se nesta região á medida que nos afastamos dela vai o processo sendo modificado, e as vinhas que viramos podadas e empadas pelo sistema de vara alta, tornam-se baixas e rasteiras, sendo a cepa amanhada em cabeça á flor da terra, podada em galheiros com 4 ou 5 talões de três olhos e às vezes ainda com dois rastões, que se carregam com bastantes cachos, quando o chão é vigoroso.

Começam as vindimas geralmente depois do meado de Setembro, e fazem pisa e fermentação tumultuosa em lagares de pedra. Os vinhos que saem doces desta fermentação, recebem em cada pipa de 636 litros, 152 litros de aguardente de prova; os secos 10 a 30 litros. A qualidade do vinho varia com extrema facilidade em pequenas distâncias, em virtude da variedade de climas locais e mudanças súbitas da orografia da província, contudo, os vinhos dos vales abrigados ou das vertentes dos rios são mais finos, em geral, que os das faldas ou abas das serras ou de elevadas colinas. A pisa dura um dia e a fermentação de 2 a 8 dias, doseando os vinhos comuns 13% de álcool, costumam alcoolizá-los.

Os vinhos das Arcas, Vilarinho do Monte, Vilarinho de Agrochão e Lamalonga, constituem, como já disse e de novo repito para completar o mais possível esta rápida descrição, uma pequena região vinícola, que fica situada entre a cabeça do concelho de Macedo de Cavaleiros e a Torre de D. Chama, não hesitando o Sr. visconde de Villa Maior em equipará-los aos melhores vinhos do Douro, considerando-os de incontestável superioridade, tão finos e generosos como eles¹⁰. Estão as vinhas assentadas no solo produzido pelos xistos argilosos do período siluriano, que é idêntico ao das ladeiras do Douro. Debruçadas sobre encostas de rápido declive e expostas a sul, encontram todas as condições que contribuem para o apuramento dos cachos. Dá nozes a quem não tem dentes, é o que se observa naquela região, onde até as colheitas costumam ser abundantes sem perder a qualidade. Pena é que nem sempre haja vasilhas e lagares em número suficiente para as operações da vindima, que se fazem com a maior irregularidade.

Salienta o autor que os vinhos desta região (Arcas), são fabricados pelo processo do Douro e, como especialidade, os brancos, que são os melhores; os tintos, corados em demasia e de muito corpo, são em menor quantidade. Uns e outros são adubados com aguardente.

Termina a sua conferência dizendo: *é certo também, que podeis ajuizar da vinificação de Trás-os-Montes pelo que desta província vos disse hoje. Os defeitos gerais na região são provenientes da falta de lagares e vasilhas, de trabalhadores, de carros, de bois, de adegas, de estradas, etc., em toda a parte se veem as consequências de uma pobreza franciscana, na alma e no corpo..*

Os vinhos de Trás-os-Montes mediamente aguardentados e genuínos, satisfizeram os provadores na exposição de Londres, lembro-me bem, que o delegado húngaro Sr. Schieffner, que fez destes vinhos, exame especial, encontrou bastantes amostras dignas da sua atenção¹¹.

O autor refere-se á mostra de vinhos realizada em Londres em 1874, onde estiveram presentes os vinhos da mini-região, pertencente ao Concelho de Macedo de Cavaleiros.

⁹ Opus cit., pp. 372 e 373.

¹⁰ Opus cit., pp. 376

¹¹ Opus cit., pp. 377



O VISCONDE DE VILLARINHO DE S. ROMÃO

Da obra do Sr. Visconde de Villarinho de S. Romão “Viticultura e Vinicultura” citada na bibliografia, extrai-se informação referente a castas existentes na região, mormente da quinta do Cachão. Assim, dá-nos conta das castas; Rupestris du Lot; Riparia Grand glabra; Aramon-Rupestris; Avesseiro, Mourisco, sendo que, estas duas espécies após tratamento pelo sulfureto de carbono, (uma prática de mais de quatorze anos), são as mais pujantes de toda a região, resistindo e atravessando incólumes a invasão da filoxera. Foram ainda adoptadas na região as seguintes castas. Tintas; Touriga, Tinto-cão, Cornifesto, Mureto, Tinta-Amarela, Tinta-Carvalha e Tinta-Francisca. Nas brancas; Rabigato, Cerceal (da madeira), Malvasias e Moscatel. Este autor dá-nos conta que, todas as plantações estão distintamente orientadas segundo os raios solares, apresentando extensíssimos alinhamentos sendo, grande parte dos vidonhos, erguidos em bardos de arame, sustentados por postes de pedra.¹²

O visconde de Villarinho de S. Romão, dá-nos uma panorâmica, sobretudo dos aspectos construtivos envolventes ao fabrico do vinho da região, salientando que as casas e lagares deste domínio (referindo-se à quinta do Cachão mas, podendo sem grande margem de erro transpor para o ambiente regional) estão em harmonia com a importância e valor dos seus produtos, não sendo ainda hoje excedidas pelas mais modernas e luxuosamente construídas (o que contraria as informações de António Augusto de Aguiar), conjuntamente com a adega separadas por grossas paredes, estas casas de lagares, todas de cantaria, pavimentadas em nível muito superior ao da adega. Possuindo largas janelas, em frente de cada lagar, e pelas quais os carros, conduzindo as uvas, para nela as lançarem, comunicando com a adega, por ampla porta, e para ela se descendo, por bem lançada escada.

Os lagares são assentes ao longo da parede interior, são todos construídos de escolhido e bem trabalhado granito, tendo cada um em frente do seu roda-vinho uma lagariça, com a capacidade de 5 pipas e de um único bloco de granito construído.

O vinho saído do lagar, cai na respectiva lagariça, de onde por declive natural é conduzido por encanamentos de pedra, para umas goteiras de granito, artisticamente trabalhadas e na parede divisória da adega, colocadas sobre uma varanda de pedra que corre toda a parede, por tubos metálicos é lançada a respectiva vasilha.

A adega de com dimensões anormais e grandiosas é uma das mais bem construídas que no país conhecemos, possuindo todas as condições que estas instalações na região exigem, para a perfeita conservação de seus especialíssimos produtos.

Sendo como o autor diz, a quinta do cachão, uma das melhores da região, refere que os seus vinhos ganharam as seguintes medalhas; Medalha de cobre na exposição de Filadélfia em 1876, (de referir que a casa dos Pessanhas, na freguesia de Arcas esteve também presente nesta exposição mundial de Filadélfia, tendo sido premiada com a mesma distinção), seria ainda premiada, com a medalha de ouro nas exposições de Paris em 1878 e Chicago em 1884 e ainda com a medalha de prata na exposição de Lisboa, realizada no ano de 1888.¹³ Refere o visconde de Villarinho de S. Romão, na sua obra a páginas 544 que, a protecção a outras culturas constituiria poderoso auxiliar para a regeneração económica da região, evitando mesmo os graves inconvenientes sempre observados em todas as regiões que, uma única cultura, (vinha) possuem.

VISCONDE DE VILLA MAIOR

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Villa Maior, obra já referenciado pelos outros autores é sem dúvida quem nos dá a melhor e mais detalhada panorâmica da cultura da vinha no Concelho de Macedo de Cavaleiros¹⁴.

Diz Oliveira Pimentel na página 131 da sua obra citada: “No concelho de Macedo de Cavaleiros existe uma pequena região vinhateira geralmente ignorada, onde se produzem vinhos de superior qualidade, que na opinião de homens muito competentes n’esta matéria rivalizam com os melhores do Douro. Compreende esta região os vinhagos das Arcas, Villarinho

¹² Visconde de Villarinho de S. Romão, Viticultura e Vinicultura, pp. 540 e 541

¹³ opus cit. p. 543 e 544

¹⁴ Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira, 2º Visconde de Villa Maior, Preliminares da Ampelographia e oenologia do Paiz Vinhateiro do Douro, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865.



do Monte, Villarinho de Agrochão e Lama Longa, que formavam o antigo termo de Nuzellos. Esta última terra é uma antiga povoação, hoje em completa decadência; mas chorographicamente podemos considera-la como centro desta região, ficando-lhe as Arcas a leste, Villarinho do Monte ao sul e Villarinho de Agrochão ao Norte. Toda esta região fica situada entre a ribeira de Macedo e outra que vem da povoação de Ferreira, tendo ambas os seus mananciais na serra de Bouzende”

Da sua produção:

O autor dá-nos pormenorizadamente conhecimento da produção vinícola desta mini-região. Calcula o autor que a área plantada seria de 325 hectares com 7.075 cepas por hectare produzindo regularmente essa área 32 hectolitros numa produção total de 10.400 hectolitros, sendo que dois terços desse vinho são de vinho branco e a outra terça parte de vinho tinto. Os brancos são os vinhos, que se apresentam maduros, alcoólicos, doces, aromáticos e de cor topázio brilhante. Afirma que os melhores são os vinhos das Arcas e os do Nozelos. Numa amostra analisada pelo autor do vinho tinto de Lamalonga da colheita de 1864, era um vinho de primeira qualidade inteiramente análogo aos melhores do Douro, no género de vinho doce. Conclui o autor a sua página 132; “A superfície ocupada nesta excelente região pela vinha será apenas a quarta parte daquela que se lhe poderia consagrar, porém a falta de população e de capitais, e mais que tudo a carência absoluta de vias de comunicação e o completo abandono administrativo em que se acha esta região limitam forçosamente da riqueza pública e o progresso de todas as coisas úteis.”

É longa a sua explanação sobre a vinha desta região, refere-se ao método antigo da plantação e a necessidade de se adoptar novas técnicas de plantio na generalidades das áreas ocupadas, referindo-se ao par do reino Manuel Pessanha (das Arcas) que teria sido o primeiro a adoptar o emprego de plantação moderna das suas vinhas.

Refere que a poda se faz na região desde o princípio de fevereiro até aos fins da primeira década de abril. O método utilizado merece quanto ao autor especial menção por se apartar das práticas usuais do nosso país. Conservam a cepa muito baixa fazendo-a bifurcar a 0,22m da superfície da terra e deixando em um dos ramos uma longa vara de vide, no outro um polgar do qual deve sair a vara do anno seguinte.



FIGURA 1 (RETIRADA DA PÁG. 135 OPUS CIT)

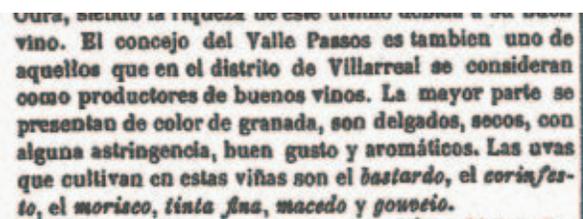
A pág. 134 o 2º Visconde de Vila Maior dá-nos a relação das castas que mais avultam nos vinhedos da região:

Castas Brancas: *Verdelho ou Gouveio; codeça ou malvasia grossa (a mais resistente à filoxera) mourisco branco e o terrantez do Douro (também chamada Pedro Godal, que segundo o abade de Lamalonga é das melhores castas que se cultivam na região por ser de muita produção, muito doce e das que mais resistem ao oídio.*

O signatário ao longo das suas investigações encontrou várias referências à existência de casta de vinho denominada Macedo¹⁵ (vinho branco) muito utilizada no concelho de Macedo até Valpaços, a qual desaparece dos registos a partir do início do século XX. As últimas notícias dão conta de uma migração e miscigenação dessa casta “Macedo” com outras castas para a região do vinho verde (Minho).

Castas Tintas:

“Bastardo; uva rei, que é o mourisco preto do Douro e que nas vinhas do concelho de Macedo produz escassamente; Mourisco preto que é uma casta diferente da que tem este mesmo nome no Douro, dá uva grossa, pouco doce e frutifica muito; tinta chamada bastardeira, que é a mesma do Douro e dá muito bom vinho; e poucas mais variedades de tintas”.



REFERÊNCIA À UVA BRANCA “MACEDO” EM PUBLICAÇÃO ESPANHOLA¹⁶

¹⁵ Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria; Boletim da Direcção Geral de Agricultura nº 5 Maio de 1889, pág. 396; Imprensa Nacional, 1889, Lisboa
^{15/2} Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral de Agricultura, Serviços Ampelographicos, Viticultura e Vinicultura, Traz os Montes – Alto Douro pelo Visconde Villarinho de S. Romão, pág. 498, Imprensa Nacional, 1896, Lisboa
^{15/3} Visconde de Villa Maior, Manual de Viticultura Pratica, Ernesto Chardron editor, 1881, Porto, pág. 508. ^{15/4} Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, Pág 2335 mac.

¹⁶ El Restaurador Farmaceutico, Don Quintin Chiarlone (dir) (tomo XXIV 1868, Imp Ducazcal, Madrid -Figura 1 Pág 135 opus cit.

A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DA VITIVINICULTURA PARA O CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS NO 3º QUARTEL DO SÉCULO XIX.

A este respeito Oliveira Pimentel a pág. 137¹⁷, transmite-nos as seguintes informações: *“As qualidades dos vinhos das Arcas e cercanias são tão excelentes que apesar das extremas dificuldades e riscos de transporte e de ser ainda pouco conhecida esta região pelo comércio, contudo os seus vinhos sustentam um preço elevado...O que sobrecarrega demasiado o preço destes vinhos e torna difícil o seu comércio e impossível o progresso da sua produção são as dificuldades do transporte até ao ponto de embarque na foz do sabor a cerca de 50km. O preço deste transporte é de 10\$000 réis por pipa ao qual se deve ainda adicionar uma quantia que representa os riscos provenientes de avaria sempre iminentes e da falta de moralidade dos condutores que não é menor”.*

Apesar de todos estes condicionalismos o concelho de Macedo de Cavaleiros, olhando os números das produções vinícolas, tendo em conta a média dos últimos cinco anos, anteriores a 1866, é o concelho do distrito de Bragança com, não só, a maior produção vinícola mas também o maior exportador.

QUADRO DA PRODUÇÃO DE VINHO NO DISTRITO DE BRAGANÇA EM 1866:

CONCELHOS	PRODUÇÃO / PIPAS	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	PREÇO P/PIPA DE 636 LITROS
Alfândega	2.237	309	1.928	27\$000
Bragança	5.760	1.014	4.746	38\$000
Carrazeda	6.493	425	6.068	34\$000
Freixo	1.150	237	913	26\$500
Macedo	7.737	636	7.101	36\$500
Miranda	540	339	201	27\$000
Mirandela	1.041	621	420	43\$000
Mogadouro	1.014	517	497	28\$500
Moncorvo	3.872	502	3.370	28\$500
Vila Flor	1.512	349	1.163	28\$500
Vimioso	459	374	83	27\$500
Vinhais	5.954	718	5.236	34\$000
Totais	37.763	6.051	31.726	34\$540

Produzia-se em todo o distrito de Bragança nos idos de 1866, 37.763 pipas de vinho, contendo cada uma 636 litros, isto é: 24.017.268 milhões de litros, exportando-se 84,01% da produção ou seja 19.860.476 milhões de litros que a um valor médio de 34\$540 mil reis a pipa de 636 litros, equivaleria em moeda actual a 72.652,540 milhões de euros.

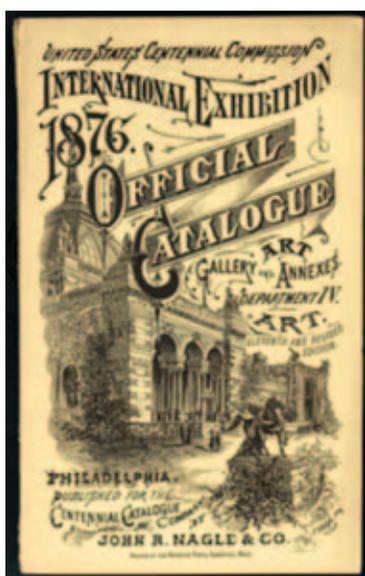
Se focarmos a nossa atenção somente ao Concelho de Macedo de Cavaleiros, temos uma produção no ano de 1866 de 7.737 pipas de vinho, que a preços actuais seriam: $(7.737 \text{ pipas} \times 2.290,00\text{€}) = 17.717.730$ milhões de euros o que equivaleria a 69,32% do PIB actual (2011) do concelho de Macedo de Cavaleiros¹⁸.

¹⁷ Opus cit.

¹⁸ Em 1837 foi adoptado o sistema decimal para as denominações de moedas, com as primeiras notas emitidas pelo Banco de Portugal em 1847. Em 1854, Portugal passou a um padrão-ouro de 1000 réis = 1,62585 gramas de ouro fino. Este padrão manteve-se até 1891; [http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_\(moeda_portuguesa\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_(moeda_portuguesa)). PORDATA: <http://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+rendimentos+per+capita-534> - Ano de 2011 = 16.201,00€ per capita. 15.776 Habitantes concelho de Macedo de Cavaleiros (CENSOS 2011) - Total PIB Macedo Cavaleiros: $15.776 \text{ hab} \times 16.210,00\text{€} = 25.557.120$ Euros. $7.737 \text{ Pipas} \times 2.290,00\text{€} = 17.717.730$ milhões de euros o que equivaleria a 69,32% do PIB do concelho de Macedo de Cavaleiros. Cotação do ouro (Janeiro 2013) Com base no Fixing de Londres em USD - A.M. "Gold Bullion" X Euros por 1 onça troy: 1.266,982€/onça

CONCLUSÃO

Este artigo baseou-se, parcialmente, em linhas de investigação que o signatário começou por sustentar num seu artigo publicado no livro “Macedo de Cavaleiros Cultura Património e Turismo – Contributos para um programa integrado” págs. 148 a 159, de 2006, tendo sido acrescentado com informação recolhida mais recentemente. Pensamos, que com o que atrás ficou dito, pela importância que, por vezes, a lembrança histórica dos factos tem, mormente comparados e aplicados á situação social e económica actual é merecedora de algum palimpsesto. Assim; a cabeça norte do concelho de Macedo de Cavaleiros, constituída pelas actuais freguesias de Lamalonga, Vilarinho do Monte, Vilarinho de Agrochão e Arcas, baseavam a suas expectativas agrícolas na excelência do “bom” vinho que produziam. Como exemplo, para além do que atrás ficou dito as produções do Solar dos Pessanhas, foram merecedoras da distinção com **uma medalha de cobre na exposição mundial de Filadélfia em 1876.**



POSTER ANUNCIADOR DA FEIRA INTERNACIONAL DE FILADÉLFIA ONDE OS VINHOS DAS ARCAS FORAM PREMIADOS

Toda esta pujança poderá ter sido sustentada, por um lado, pelo trânsito comercial verificado (mesmo que tenha sido efectuado de forma sub-reptícia e com elevados custos, devido às inexistentes condições mínimas de vias de comunicação, exportando para o Porto e sendo o seu vinho vendido como vinho do Porto se tratasse), não tendo por essa razão alcançado a visibilidade que merecia e, por outro, para além das dificuldades de mão-de-obra apontadas por António Augusto de Aguiar, notamos que a maior evolução demográfica na freguesia das Arcas se verificou exactamente durante a segunda metade do século XIX, época que tentámos retratar.

A evolução demográfica da actual freguesia das Arcas:

ANO	1862	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	PERDAS 2001/11
POP.	529	770	819	571	570	521	506	583	673	710	640	571	440	389	262	32,65%

Todos os indícios enumerados vão no sentido de afirmar que a mini-região vinhateira que hoje engloba as freguesias das Arcas, Vilarinho de Agrochão, Lamalonga e Vilarinho do Monte perdeu, com o tempo, uma mais-valia económica e social enorme, para si e para todo o concelho de Macedo de Cavaleiros, talvez valendo a pena aos proprietários e aos decisores locais, aproveitarem-se desta memória histórica para procederem á inversão de sentido da desertificação e despovoamento que a região está aceleradamente a tomar o que passará, eventualmente, pela recuperação de antigas técnicas e antigas castas, pois, pensa-se que as condições geológicas e climáticas se mantêm. O Decreto-Lei n.º 212/2004 de 23 de Agosto e Portaria n.º 1204/2006 de 9 de Novembro, delimita a área geográfica de produção da chamada “Denominação de Origem Trás-os-Montes” que inclui na sub-região de Valpaços o concelho de Macedo de Cavaleiros e as freguesias de Arcas, Cortiços, Lamalonga, Sesulfê, e Vilarinho de Agrochão. Pensamos que, esta mini-região, (como já lhe chamavam os especialistas e os autores, que referimos, no século XIX.) vinhateira que acabamos de tratar, reúne condições únicas para ir muito mais além.



Bibliografia

Aguiar, António Augusto

Conferências sobre Vinhos, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1876

Chevalier, Jean e Cheerbrant, Alain

Dicionário dos Símbolos, Teorema, Lisboa, 1994

Costa, Américo.

Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular, Tipografia Azurara, Villa do Conde, 1930

Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, Pág 2335 mac.

Fabião, Carlos

O Vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico, Revista Portuguesa da arqueologia, volume 1, número 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 1998

Martins, Conceição Andrade;

A era de progresso da viticultura Nacional pp69-87; in Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS, Manuel Villaverde Cabral (coord) Imprensa das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008

Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria; Boletim da Direcção Geral de Agricultura nº 5 Maio de 1889, pág. 396; Imprensa Nacional, 1889, Lisboa

Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral de Agricultura. Serviços Ampelographicos, Viticultura e Vinicultura, Traz os Montes – Alto Douro pelo Visconde Villarinho de S. Romão, pág. 498, Imprensa Nacional, 1896, Lisboa.

Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira, 2º Visconde de Villa Maior;

Preliminares da Ampelographia e oenologia do Paiz Vinhateiro do Douro, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865.

Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira, 2º Visconde de Villa Maior;

Manual de Viticultura Pratica, Ernesto Chardron editor, 1881, Porto, pág. 508.

Visconde de Villarinho de São Romão;

Viticultura e Vinicultura, Traz os Montes – Alto Douro Central, Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria (Direcção Geral de Agricultura) Imprensa Nacional, Lisboa, 1896

Zolar.

Dicionário dos Sonhos, Nova Era, 31ª edição, revista, Rio de Janeiro, 2002

Entradas electrónicas:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_\(moeda_portuguesa\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_(moeda_portuguesa))

<http://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+rendimentos+per+capita-534>

<http://www.bportugal.pt/ptPT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/EstatisticasCambiais/Paginas/CotOuroBarra.aspx>







A ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA

NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS;
UMA RETROSPECTIVA DO SÉCULO XX

Elsa Luís Mestre em Arqueologia, Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), elsavluis@gmail.com

Jessica Represas Mestre em Arqueologia, jessicarepresas@gmail.com

Carlos Mendes Licenciado em Arqueologia e História; Mestre em História Regional e Local, Presidente da Associação Terras Quentes, carlm@sapo.pt

“ (...) Trás-os-Montes, província vasta, muito importante e muito interessante, nomeadamente para o archeologos, porque alli abundam monumentos e vestígios da mais remota ocupação”. (Ferreira, 1895, p. 47).

A publicação da 10ª edição dos Cadernos Terras Quentes motivou, nesta equipa lisboeta envolvida com a paisagem transmontana, o ensejo de produzir balanços, e de colocar a nossa própria actividade em perspectiva. Enquadrá-la no panorama da “História da Arqueologia”, foi, talvez, um objectivo ambicioso, conquanto fazemos parte dela - o exercício pretendido obriga a um distanciamento de que talvez não sejamos totalmente capazes. O Concelho de Macedo de Cavaleiros goza hoje da iniciativa da Associação Terras Quentes, para cujos elementos o património se vislumbra num projecto regional integrado, comprometido com o objectivo de divulgar e promover

o conhecimento do passado também localmente, e não apenas nos circuitos científicos fechados. Nesta perspectiva, pareceu-nos pertinente compilar uma retrospectiva da actividade arqueológica no Concelho, dando a conhecer os seus principais ciclos e agentes. A Arqueologia portuguesa tem-se desenvolvido numa dinâmica muito própria, que não é alheia ao enquadramento internacional, mas naturalmente influenciada pelas conjunturas políticas e económicas internas. Trás-os-Montes inscreve-se nesta história, pautada por ritmos particulares, e encabeçada por actores concretos, que procuraremos aqui sistematizar.



1. ANTECEDENTES - DA "IDADE DE OURO" À "IDADE DAS TREVAS" DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

"Rasgou-se um horizonte quase completamente desconhecido; a civilização moderna achou as suas origens, e o homem o seu precursor natural".

(Vasconcellos, J. L., 1885, p. 4)

Para falar do século XX, é necessário recuar um pouco no tempo, e começar a história ainda na segunda metade do século XIX.

Esta centúria é marcada, nas mais diversas áreas do conhecimento, por viragens assinaláveis nas concepções pré estabelecidas. O ânimo positivista, a progressiva "credibilização" da Ciência e da Razão, do Homem enquanto objecto de estudo, lentamente liberto dos cânones bíblicos no que concerne ao seu auto conhecimento, impregna progressivamente toda a prática científica. A Pré-história ganha lugar nas agendas dos investigadores, alargando o espectro de interesses da Arqueologia para além das grandes "civilizações históricas". A recolha exaustiva de dados torna-se *praxis*. A Arqueologia era uma actividade exercida por intelectuais¹, oriundos de elites esclarecidas, de cuja iniciativa pessoal emanava toda a dinâmica científica, e Portugal inscrevia-se de forma activa nos circuitos científicos europeus. É um período de assinalável pujança científica, de protagonismo do artefacto, da memória material, do passado remoto, que importava agora conhecer, inventariar, divulgar.

Apesar da renovada atenção dispensada às questões relacionadas com o património arqueológico um pouco por toda a Europa, a Arqueologia é ainda totalmente dependente desta iniciativa pessoal, muitas vezes sem qualquer tipo de enquadramento institucional, e das relações estabelecidas entre estes homens.

A iniciativa regional foi particularmente florescente na "época de ouro" da arqueologia portuguesa, graças à acção individual de algumas destas personalidades. Regiões como a de Alcobaca ou o Algarve, gozaram da acção de homens como Vieira Natividade e Estácio da Veiga (respectivamente), numa época em que mais do que uma história das instituições arqueológicas, é pertinente traçar a história das personalidades arqueológicas. O Norte de Portugal é disso exemplo, colocado nos circuitos científicos graças ao papel de estudiosos como Martins Sarmiento, cujos interesses relacionados com a génese da identidade portuguesa, motivaram o grande investimento dedicado ao mundo castrejo. Assim, todas as regiões do país eram agora mananciais inesgotáveis de informação sobre o Homem em épocas remotas, dados à estampa com bastante regularidade.

"É muito avultado o número de revistas portuguesas, no decorrer do século XIX é este primeiro quartel do XX, bastante mais do que poderia deixar supor a pequenez do país e a grande percentage de analphabetos (...)"

(Figueireido, 1925, p. 5).

Este tipo de relação com o passado surge, à luz da arqueologia profissional e institucional do séc. XXI, como uma actividade lúdica, contemplativa, dependente do rigor que cada investigador pretendia imprimir aos seus trabalhos. Foi, apesar disso, uma época de intensa produção bibliográfica e identificação de sítios, lançando-se inexoravelmente as bases para a definição do conceito de Património.

A literatura, concretamente o caso paradigmático do Arqueólogo Português, permite-nos rastrear a atenção nacional dispensada a determinadas regiões portuguesas, e Trás-os-Montes é, desde cedo, identificada como um território de grande potencial. Abundam, em toda a primeira série da publicação, entradas como títulos como "*notícias archeologicas de Trás os Montes*" ou "*Archeologia trasmontana*".

"Em nenhuma das nossas províncias talvez se encontrem tantos vestígios e tantos monumentos da idade da pedra, como na provincial trasmontana".

(Ferreira, 1895, p. 48).

¹ Importa observar que estes intelectuais se dedicavam a diversas áreas do conhecimento, e não exclusivamente à Arqueologia.

“Oxalá os nossos governos se dignem a olhar a sério para estas análogas construções das antigas civilizações. Se um dia assim suceder, Trás os Montes de certo há-de ministrar grande e variado contingente de preciosidades pré-históricas para a formação de um grande museu acheológico. Que Portugal desperta da sua lethargica prostração, e neste ponto siga ao lado das outras nações civilizadas – é o meu maior desejo”

(Tavares, 1895, p. 109).

Nas entradas da primeira série do Arqueólogo Português relativas a Trás-os-Montes, destacam-se diversas notícias relativas a achados no Concelho de Macedo de Cavaleiros e zonas vizinhas, bem como a repescagem de informação sobre sítios, lendas e tradições locais nas Memórias Paroquiais de 1758 e outras fontes documentais. Nos meandros destas nótulas encontramos referências a sítios arqueológicos e achados avulsos no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Recolhida das Memórias Paroquiais, por exemplo, encontramos referência a uma torre de pedra na freguesia de Chacim (Azevedo, 1897, p. 199). Neste âmbito, encontramos também, recolhida do “Diccionario Geographico” de Cardoso, a notícia, em Curujas, de um “monte chamado Caunha” com vestígios de uma Fortaleza (Figueiredo, 1897, p. 286). Macedo de Cavaleiros surge também no exercício de fixação escrita de lendas e histórias, como por exemplo a “chave de S. Pedro” de Macedo de Cavaleiros (Azevedo, 1900, p. 159).

Na freguesia de Lamalonga, estão referenciados o “lagar dos mouros”, a “Fraga dos sete zorros”, e o “Alto do Cercado”, onde Albino Pereira Lopo afirma ter identificado restos de um castro, bem como várias fragas com “covinhas” Estes vestígios são atribuídos à “obra do homem em ephoca muita remota”. (Lopo, 1897, p. 287). Em Villa Nova de Dona Chama, também no concelho de Lamalonga, referencia-se, na Fraga da Moura, um “lagar dos mouros” (Lopo, 1905, p. 239),

“(..) a erudição historicista com (...) raízes oitocentistas, tão divulgada por todo o Portugal, (...) fez emergir em cada localidade ou região um erudite ou sábio de assuntos da área geográfica em que nascera, ou à qual se encontrava profundamente vinculado.”

(Soeiro, 2000, p. i).

“N’O Transmontano, de 13 de Novembro de 1902, leio também o seguinte: “Fomos sempre de accordo com a civilizadora ideia da fundação de um Museu Municipal, em Moncorvo. Mas é necessario accentuar bem que a sua criação é da exclusive iniciativa do nosso chefe político, que de ha muito tem pugnado por que ella se torne efectiva.””

(Vasconcellos, 1903, p.283).

bem como dois marcos miliários desenterrados “no adro de uma capelinha de S. João”. (Lopo, 1907, p. 163). Existem também relatos de descobertas epigráficas, como a ara votiva de Lamas, “metida numa das paredes” de uma capela abandonada (Lopo, 1900, p. 293), a de Malta, freguesia de Olmos, consagrada ao deus Aerno (Alves, 1908, p. 184), ou ainda a ara funerária de Pinhovelo (Lopo, 1920, p. 240).

Reportamo-nos, como já foi dito, a uma época em que a Arqueologia dependia em grande medida da acção individual de intelectuais. (Imagem 1) A personagem que terá dispensado maior atenção ao Concelho de Macedo de Cavaleiros foi o militar Albino Pereira Lopo. Nascido em 1860, em Estevais (Mogadouro), foi responsável pela identificação de diversos sítios arqueológicos no Norte de Portugal, bem como pela criação do Museu de Bragança, legado mais tarde herdado pelo Abade de Baçal (e renomeado, em 1935, Museu Regional do Abade de Baçal).

Este renovado gosto pelo passado, pelo resgate da memória colectiva das regiões e do seu património cultural, material e imaterial, foi o mote para a criação, em diversas latitudes do país, de museus locais/regionais. O Museu Arqueológico de Moncorvo foi o primeiro museu arqueológico de Trás-os-Montes, exemplo do tipo de iniciativas de cariz regional, em oposição ao centralismo lisboeta (Fabião, 1999, p. 110).



IMAGEM 1 – FOTOGRAFIA DE ALBINO PEREIRA LOPO, RETIRADO DE [HTTP://MOGADOURENSE.BLOGSPOT.PT/](http://mogadourense.blogspot.pt/)

Apesar da relativa atenção dispensada ao espaço transmontano nesta época, a verdade é que o tipo de Arqueologia aqui praticada não ultrapassa os limites da referência, da acumulação paulatina de notícias e achados isolados, não existindo escavações propriamente ditas. Em comparação com, por exemplo, as intervenções nos castros minhotos, nos concheiros de Muge ou nos monumentos megalíticos dos arredores de Lisboa, não encontramos um real investimento em projectos consequentes desenvolvidos neste território, nem tão pouco com projecção internacional. Leite de Vasconcellos tece, no preâmbulo do seu *Portugal Pré-Histórico* (1885), um resumo significativo do panorama da Arqueologia pré histórica no final do século XIX – a par com os grandes nomes da Arqueologia estremenha, alentejana e algarvia (Pereira da Costa, Nery Delgado, Gabriel Pereira

ou Estácio da Veiga), os trabalhos desenvolvidos a Norte dignos de referência resumem-se àqueles produzidos pelo “*infatigável archeologo sr. dr. Martins Sarmiento, [que] desenterra cidades mortas.*”

Assim, Macedo de Cavaleiros (e Trás os Montes, de uma forma geral), não é um território desconhecido da Arqueologia, mas está ainda longe de ser alvo de estudos verdadeiramente significativos.

O início do século XX, com o desencadear do conflito internacional, e internamente, o advento da 1ª República portuguesa, instala-se na franja intelectual da sociedade um desânimo pelo progresso alicerçado na ciência positivista, e uma renovada necessidade de afirmação nacional.

“É no sentido de fazer parar todo o processo civilizacional oriundo do desenvolvimento mal orientado da industrialização e da ciência oitocentista que o Abade [de Baçal] espera que seja esse próprio desenvolvimento técnico-científico desencadeado e ligado à arte bélica a por fim a esta civilização calamitosa, propondo, desta forma, um retorno a um estado mítico original puro (...)”

(Jacob, 2000, p.XXXII)

De um ponto de vista estritamente ideológico, as circunstâncias políticas do início do século XX ditaram de algum modo uma viragem nos objectivos da investigação científica. A arqueologia é amplamente utilizada como alicerce para discursos historiográficos

dirigidos para a afirmação do sentido patriótico e nacionalista das nações europeias (nomeadamente Portugal). Assiste-se, assim, no primeiro quartel do séc. XX, a um abrandamento significativo da actividade arqueológica.

“(...) os grandes projectos existentes (...) estiveram activos enquanto existiram os seus fundadores; a morte destes ou o seu afastamento de Portugal (...) acabaram por conduzir ao abandono dos projectos que dirigiam.”

(Rocha, 2005, p. 47).

As clivagens entre grandes vultos da intelectualidade, de índole pessoal e concernentes à natureza das suas agendas científicas, tiveram também um severo impacto na produção científica, e promoveram uma acentuada polarização dos meios académicos. De facto, a relação entre a Lisboa cosmopolita e o resto do país não foi sempre pacífica. Como Carlos Fabião sublinha, as boas relações entre a esfera do Norte e o centro lisboeta foram perturbadas por atritos que, em última instância, também ditaram o abandono de algumas linhas de investigação e de relações académicas proficuas (1999). Este afastamento entre o centro e a periferia eventualmente triunfou, circunstância comprovada também pelo virtual desaparecimento das paragens transmontanas e do Norte Português dos índices da segunda série do *Arqueólogo Português*, já sob a alçada de Manuel Heleno. Esta publicação passa a ser reservada quase

exclusivamente à investigação no âmbito geográfico centro- sul, exacerbando esta compartimentação da Arqueologia portuguesa. Paradigmático é o texto de Manuel Heleno, intitulado “*Um quarto de século de investigação arqueológica*”, onde faz um apanhado do “*estado da Arqueologia portuguesa, quando 1929 tomei conta do Museu*”. Discorrendo sobre os sucessivos períodos arqueológicos, deixa bem patente a primazia deste território meridional.

A *Portugalia – revista de cultura, tradição e renovação nacional*, surge exactamente neste contexto, enquanto reacção ao primado do Arqueólogo Português (Rocha, 2005) dotada de um âmbito temático mais variado. No entanto, nos seus índices encontramos artigos dedicados à música, ao teatro, e a questões do foro político na ordem do dia, enquanto conteúdos relacionados com o património arqueológico são

1 Importa observar que estes intelectuais se dedicavam a diversas áreas do conhecimento, e não exclusivamente à Arqueologia.



virtualmente inexistentes, e espelham o esmorecer da ciência de âmbito “universalista”, substituída por conteúdos de nacionalista.

É ainda no final do século XIX que Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) (Imagem 2) se dedicou à compilação da sua monumental obra *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, sendo Trás-os-Montes o alvo de todas as suas atenções científicas. A obra materializa um gigantesco corpo de informação inventariada sobre a região, abrangendo todas as épocas históricas, e de temática muitíssimo variada. A Arqueologia propriamente dita surge de forma tímida, indestrinçável dos interesses históricos, etnográficos e políticos do Abade. O primeiro volume é publicado em 1910, e os restantes durante toda a primeira metade do século XX (é, no entanto, ainda em 1908 que encontramos as suas primeiras referências a Macedo de Cavaleiros). No primeiro tomo, reflecte-se sobre temáticas históricas variadas, baseadas em fontes documentais medievais e modernas, bem como outros temas do quotidiano trasmontano. O Segundo tomo é de natureza eclesiástica, com textos dedicados a figuras e monumentos da igreja local. Os, terceiro, quarto e oitavo tomos são dedicados à publicação exaustiva de um monumental acervo documental relativo à região, enquanto o quinto visita as minorias étnicas instaladas no distrito. Todo o sexto tomo é dedicado à genealogia regional, e o sétimo aos Notáveis. Nos, nono, décimo e décimo primeiro volumes, “*estamos fundamentalmente perante uma*

última colecção de adendas que nos remetem para os mais variados encabeçamentos de todos os outros volumes, singelamente ordenadas por ordem alfabética.” (Soeiro, 2000, p. ii); uma compilação de factos algo caótica e que se regia pelo princípio, nas palavras do Abade de Baçal, de “*publicar tudo o que por qualquer forma dissesse respeito ao distrito de Bragança, fosse qual fosse o campo temático abordado, a cronologia ou o tipo de fonte a utilizar*” (Idem). A obra constitui um extensor depósito de dados, muitas vezes avulsos, do qual a temática arqueológica pura está apartada. Assim, e mais uma vez, o Concelho de Macedo de Cavaleiros está votado à referência pontual, concernente a achados isolados.

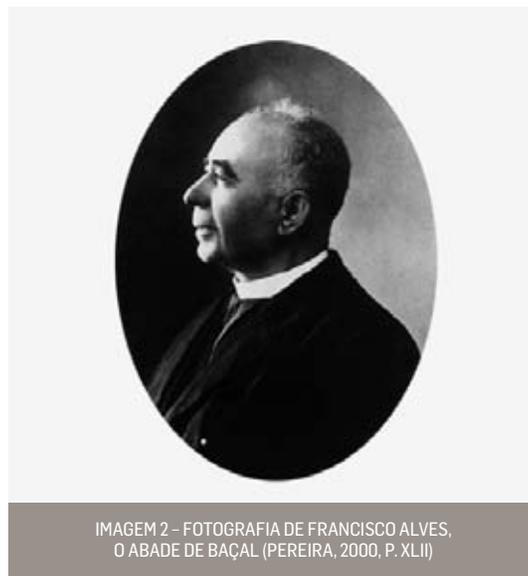


IMAGEM 2 - FOTOGRAFIA DE FRANCISCO ALVES, O ABADE DE BAÇAL (PEREIRA, 2000, P. XLI)

2. O ESTADO NOVO

A nova ordem política, centralizadora e repressora, deixou duras marcas na actividade arqueológica sua contemporânea. A profícua busca de conhecimento levada a cabo por vários investigadores/curiosos/primeiros arqueólogos nos últimos 50 anos tende a perder continuidade e a “plataforma de comunicação laboriosamente construída pelos eruditos oitocentistas, esta rede de troca de informação e saber, vai dissolver-se nos anos cinzentos do Estado Novo” (Lemos, 2001, p.22). A construção do conhecimento é agora regida segundo uma necessidade ideológica muito clara, a do enaltecimento da Nação Portuguesa e a reafirmação da identidade nacional.

Neste sentido, tal como se verificou, a maior escala, nas ditaduras europeias, o discurso sobre o património cultural tende a ser centralizado. Caso paradigmático neste particular é o do Museu Nacional de Arqueologia que assume agora funções e

responsabilidades de chefia dos trabalhos arqueológicos produzidos em Portugal, assinalada no decreto-lei 21117 de 18/IV/1932 que “atribui ao director do Museu Nacional de Arqueologia a competência de autorizar, fiscalizar e mesmo suspender as escavações arqueológicas efectuadas por outrem” (Fabião, 1999, p. 122) deixando sob os ombros de Manuel Heleno (director entre 1929 e 1966) a responsabilidade de incentivar e dinamizar a arqueologia portuguesa, de que terá ficado muito aquém. Na realidade, o isolamento de Manuel Heleno associado a conflitos mais ou menos exacerbados com os seus pares contribuiu para que a arqueologia portuguesa se fechasse cada vez mais sob si própria ficando distanciada das correntes e novidades científicas internacionais.

Com a suspensão d’O Arqueólogo Português entre os anos 20 e 50, a maior plataforma de publicação de notícias e trabalhos arqueológicos nacional, e o seu retorno em moldes completamente distintos do



anterior, com as rivalidades crescentes, como já foi referido, entre a “arqueologia central de Lisboa” e os trabalhos de Mendes Corrêa no Minho, as menções a Trás-os-Montes na literatura especializada tendem a rarear. Poucos são os investigadores que se dedicam aos estudos transmontanos e estes raramente assumem uma divulgação nacional.

Será já nos anos 60/70 que começam a surgir trabalhos e publicações mais desenvolvidos sobre realidades de Trás-os-Montes.

Sob a alçada da revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, associada ao Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, estudos sobre materiais e sítios arqueológicos são agora publicados e divulgados. De facto, esta revista, com uma periodicidade bastante regular e abrangendo informação sobre o norte de Portugal mas também sobre outros pontos do país, constituiu o contraponto ao *Arqueólogo Português* do “museu de Lisboa”. As referências a Trás-os-Montes começam a ser frequentes nos anos 60, mas sobretudo nos anos 70 e 80. Um dos primeiros trabalhos incide sobre materiais metálicos da Idade do Bronze publicado por Carlos Teixeira e Maria da Soledade de Castro Fernandes em 1963 “Machados planos de Montalegre”; em 1968 são publicados dois estudos também sobre Montalegre, o “Castro de S. Vicente da Chã” por Osvaldo Freire e “Quatro lanças de bronze de Lama Chã” por J. R. Santos Júnior. Nos finais dos anos 70 será este último investigador, Santos Júnior (1901-1990) (Imagem 3), professor jubilado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que mais se dedica ao estudo de determinadas realidades transmontanas. O seu gosto incidu especialmente sobre os famosos berrões da Idade do Ferro que se encontram descritos, fotografados, desenhados e comentados com ampla frequência. Escreve, em 1975, “A cultura dos berrões no nordeste de Trás-os-Montes” não qual “estudámos e publicámos um total de 49 berrões proto-históricos, encontrados em Trás-os-Montes e na Beira Douro confinante [...] levou-nos a emitir a hipótese de se poder considerar a cultura dos berrões como uma notável manifestação espiritual de veneração zoolátrica, com remotas e fortes raízes implantadas nos castros transmontanos...” (Santos Júnior, 1977, p. 5). Em 1977 publica o estudo “Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes” com elementos provenientes de Freixo-de-Espada-à-Cinta e de Chaves e ainda, em colaboração com Adolfo Magalhães e Adérito Medeiros Freitas os resultados das campanhas de escavação no “castro de Curalha”. Em 1978 publica estudos sobre “as gravuras rupestres do Outeiro Machado” em Chaves e sobre a “Estação

arqueológica do Olival das Fragas” em Moncorvo no mesmo volume em que António Maria Mourinho publica “Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no nordeste Transmontano”.

A regularidade de publicação sobre realidades arqueológicas (e etnográficas) transmontanas continua pelos anos 80, de que falaremos mais à frente.

Fora do campo de acção de Santos Júnior e da “sua” Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia são realizados poucos trabalhos no território aqui considerado, sobretudo tendo projecção nacional. Destaca-se aqui a escavação da Gruta de Dine em Vinhais por Carl Harpsoe em 1964 e o estudo de Martin Höck e Luís Coelho “Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade de Baçal em Bragança” publicado no *O Arqueólogo Português* (1972, p. 219-250) no qual são referidas as alabardas de tipo “Carrapatas” provenientes de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros. Também o conhecido investigador da época, Fernando Russel Cortez, entre outros interesses, se dedicou ao estudo de algumas realidades transmontanas, com a publicação da monografia “Novos materiais para o estudo da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e Alto-Douro” (1949) e subsequente publicação da síntese deste trabalho no V Congresso Arqueológico do Sudoeste em Almeria (1950), no qual faz uma breve referência às já mencionadas alabardas “Carrapatas” de Macedo de Cavaleiros.

No entanto e comparativamente com outras regiões do país, a informação é ainda pontual e decorrente de estudos de colecções antigas sem que haja grande investimento em escavações de novos sítios. Denota-se igualmente um maior investimento das áreas de Trás-os-Montes Ocidental, ficando o interior reservado para as décadas seguintes...



IMAGEM 3
RETRATO DE JOAQUIM SANTOS JÚNIOR,
RETIRADO DE SIGARRA.UP.PT

3. A ACTUALIDADE

As últimas três décadas trouxeram uma alteração sem precedentes no que diz respeito ao tratamento e gestão do património arqueológico a nível nacional, com notórias repercussões em Trás-os-Montes e, em particular, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Por um lado, multiplicaram-se os projectos de investigação associados, maioritariamente mas não só, às universidades com cursos de Arqueologia, que implicaram várias campanhas de escavação e prospecção em praticamente todas as áreas do país. Teses de doutoramento inspiraram linhas de investigação nos anos 80, novas problemáticas científicas foram desenhadas e desenvolvidas integrando equipas cada vez mais diversificadas. Hoje multiplicam-se investigadores, centros de investigação, protocolos institucionais, pontes com as “ciências duras” numa óptica transdisciplinar, teses de mestrado e doutoramento, sínteses e monografias de sítios arqueológicos, projectos de investigação plurianuais, etc. Ainda que com dificuldades, sobretudo no que toca a financiamentos, a investigação arqueológica no plano nacional tem vindo a proliferar resultados e novas problemáticas.

Os anos 80/90 foram igualmente o período das grandes “revoluções” metodológicas, em que se estabeleceram regras e métodos de acção de campo e de tratamento de materiais ao mesmo tempo que escolas de investigadores se formaram. Foi tendencialmente a partir dos anos 80 que a arqueologia portuguesa começa a absorver as novidades internacionais na investigação arqueológica e se observa um “boom” de escavações e publicações rigorosas sobre inúmeros sítios em todo o país.

Em Trás-os-Montes foram pioneiros os trabalhos desenvolvidos por Susana Oliveira Jorge centrados nas áreas de Chaves e Vila Pouca de Aguiar (1986), de Francisco Sande Lemos na área de Trás-os-Montes Oriental (1993) e de Maria de Jesus Sanches no Planalto Mirandês (1992; 1997), que lançaram importantes linhas de trabalho para o futuro e abriram as paisagens transmontanas à comunidade científica nacional. Estes trabalhos implicaram em primeiro lugar uma redescoberta do território e do potencial informativo que este detinha, através de campanhas de prospecção, de inventariação de sítios,

de realocização e verificação de informação legada pelos antigos estudiosos como Abade de Baçal ou Joaquim Neto. Nos casos de S. Oliveira Jorge e M. Jesus Sanches foram promovidas várias campanhas de escavação em vários sítios arqueológicos que se materializaram em publicações nas revistas científicas da época, como os já referidos Trabalhos de Antropologia e Etnologia ou a recente criada Arqueologia da Universidade do Porto. Ainda que dedicados a períodos cronológicos específicos e a problemáticas científicas muito concretas estas duas investigadoras tiveram o mérito de criar escolas de investigação, de estabelecer bases e linhas de trabalho, dialogar com as autoridades locais e com elas promover o património local através da criação de museus e outras acções, veículos essenciais na preservação e divulgação dos resultados da investigação.

Ao mesmo tempo Santos Júnior e as suas equipas continuam os seus trabalhos, tendo as suas publicações cada vez mais referências a sítios transmontanos, situados em Freixo de Espada-à-Cinta; Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro, Bragança, Mogadouro, etc., mas aparentemente sem qualquer referência a Macedo de Cavaleiros (cf. Santos Júnior, 1975).

Os projectos de investigação no concelho de Macedo de Cavaleiros centram-se já no século XXI fomentados pela Associação Terras Quentes (Vide Infra).

Por outro lado, toda uma nova forma de fazer arqueologia foi ganhando terreno nas últimas décadas e é hoje a maior “máquina” de intervenção junto do património arqueológico em todo o país.

Referimo-nos à Arqueologia de Emergência/Salvamento, muitas vezes designada (pela sua profunda associação a empresas particulares) de Arqueologia Privada. Este facto resulta da carência de uma estrutura que pudesse fazer frente às necessidades de protecção do património arqueológico posto à vista e, na maioria das vezes, destruído, através da acção de intervenções no subsolo nomeadamente pela construção de infra-estruturas públicas e privadas de desenvolvimento nacional. Os casos mais paradigmáticos e mediáticos foram sem dúvida, por um lado, o projecto de construção de barragem

no vale do Côa que, como nos lembramos, alertou para a descoberta de um dos maiores campos de arte rupestre paleolítica da Península Ibérica (e da Europa?) e a necessidade de proteger o que é hoje, felizmente, património mundial; e por outro, o grande empreendimento da barragem do Alqueva que acarretou transformações sem igual na arqueologia portuguesa. Este último caso foi fundamental para a constituição de métodos de trabalho em contexto de obra; para a criação de muitas empresas de apoio a trabalhos arqueológicos, para a visibilidade da classe profissional e também para a necessidade de estudos completos e rigorosos aquando da fundamental “preservação pelo registo científico” do património que inevitavelmente irá ser destruído. Paradoxalmente com o caso do Côa, o Alqueva constitui um exemplo paradigmático em que uma grande obra permitiu não só recolher mas também financiar a intervenção nas áreas afectadas, resultando na compilação de um acervo de dados sem precedentes.

A legislação torna-se aqui incontornável como protecção do património cultural e também do próprio trabalho dos agentes culturais: arqueólogos, antropólogos, arquivistas, etc. Após várias reformulações a legislação actualmente em vigor é de 2001, a Lei de 107/2001 de 8 de Setembro, que “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, estando o património arqueológico considerado nos artigos 74 a 79, que considera que todos os “bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional” (Art. 74, n.º 3) e que “aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico” (Art. 75, n.º 1). Encontra-se igualmente consagrado que “os promotores das obras ficam obrigados a suportar, por meio das entidades competentes, os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos” (Art. 79, n.º 3).

Neste sentido, todos os projectos públicos e privados que pressuponham a intervenção no subsolo ou em áreas de elevado interesse patrimonial têm obrigatoriamente que incluir medidas de protecção e salvaguarda do património, ou seja, um conjunto de procedimentos a seguir consoante as necessidades de cada projecto: integração em Estudos de Impacte

Ambiental (reconhecimento, com base em bibliografia e, sobretudo, prospecção da área de afectação da obra, do potencial arqueológico de determinado local; registo de vestígios de superfície ou de património edificado/etnográfico na área de afectação); escavação de sítios arqueológicos dentro das áreas de afectação e que virão a ser destruídos, sempre que o justifique; acompanhamento integral das fases de obra que impliquem remoção/remeximento do subsolo e alteração/destruição de ocorrências patrimoniais à superfície e ou de património edificado.

No entanto, estes trabalhos são muito desiguais, e na maioria dos casos trata-se de apenas uma identificação sumária das ocorrências patrimoniais, com fotografia e descrição sintética e por vezes sem integração na literatura arqueológica. Noutros casos, as ocorrências decorrem de Estudos de Impacte Ambiental que pressupõem uma prospecção exclusiva da área de afectação da obra e não para além dela, impedindo visões de conjunto e considerações mais profundas sobre cada caso. Menores são os casos de escavação, elaboradas quando um sítio vai ser destruído. É obrigatória a entrega de um relatório dos trabalhos à tutela em que, por razões de diversa índole, raramente há espaço para a digestão da informação e a integração dos dados no questionário científico. Trata-se, portanto, de um manancial de informação em bruto que importa estudar.

Neste contexto, vários foram os projectos que permitiram a identificação, relocalização e preservação de património arqueológico em Macedo de Cavaleiros: Trabalhos Arqueológicos na Necrópole medieval de Bornes, Macedo de Cavaleiros (1992); EIA (Estudo de Impacte Ambiental) IP2 – Macedo de Cavaleiros/Vale Benfeito (1997); Relocalização, identificação e inspecção de sítios pela Extensão do IPA – Macedo de Cavaleiros (2000); EIA – Parque Eólico de Pombares (2001); EIA - IP2 Vale Benfeito/Junqueira/ Ponte do Sabor (2002); EIA – Parque Eólico de Bornes, Macedo de Cavaleiros/Alfândega da Fé (2003); EIA – Circular à Cidade de Macedo de Cavaleiros (2005); EIA – Ampliação da Pedreira de Cernadela – Macedo de Cavaleiros (2006); EIA – Ramal da Linha Mogadouro-Valeira para a Subestação de Olmos, a 220kV (2006); EIA – Subestação de Valpaços (antiga sub estação Chaves B) (2007); Subconcessão do Douro Interior – Lote



10, Sub-troço Macedo de Cavaleiros/Vale Benfeito (2009).

Estes trabalhos aliados aos projectos de investigação permitiram que, à data, estejam inventariadas 117 ocorrências patrimoniais na base de dados nacional de património arqueológico (Endovérico) de livre acesso. Estão catalogados sítios desde a pré-história das sociedades camponesas, mais concretamente desde o neolítico/calcolítico, até à Idade Média, ainda o conhecimento relativo às sucessivas épocas seja bastante desigual.

Contribuiu de forma significativa a acção, desenvolvida a partir de 2003, da Associação Terras Quentes, pois foi, em grande parte, resultante dos seus trabalhos de rastreamento arqueológico efectuado entre os anos de 2004 e 2006 ao concelho de Macedo de Cavaleiros, que se passou da existência de 67 sítios registado na base de dados do ex-Instituto Português de Arqueologia, em 2004, para as actuais 117 ocorrências.

4. A ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES

A Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes”, instituição de utilidade pública e sem fins lucrativos, foi fundada em 2002 actuando desde então em várias valências: Arqueologia, História, História de Arte,

Antropologia, Conservação e Restauro. As acções de arqueologia de investigação começaram no ano de 2003 tendo de forma consistente e continuada, concretizadas acções em todos os anos subsequentes até ao momento.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INTERVENIONADOS

1 - Fraga dos Corvos, Povoado da 1ª Idade do Bronze, intervenionado desde 2003 até ao ano de 2012, com 10 Campanhas.



FASE DOS TRABALHOS SECTOR "M" FRAGADOS CORVOS





ARA ROMANA ENCONTRADA NUMA CASA PARTICULAR DE PINHOVELO

- 2 - Fraga dos Corvos, Abrigos do Bronze Final, intervencionados nos anos de 2003 até ao ano de 2007, com 5 campanhas.
- 3 - Terronha de Pinhovele, Povoado romanizado, intervencionado nos anos de 2004, 2005 e 2006, com 3 campanhas.
- 4 - Caramanchão, Povoado romanizado, intervencionado nos anos de 2003, 2004 e 2006, com 3 campanhas.
- 5 - Fraga da Pegada, Estação de Arte Rupestre, intervencionada no ano de 2006, com 1 campanha.
- 6 - Mamoia de Santo Ambrósio, Monumento funerário, intervencionado nos anos de 2003, 2004 e 2005, com 3 campanhas.
- 7 - Povoado da Idade do Ferro/Romano do Bovinho, intervencionado nos anos de 2003 e 2005, com 2 campanhas.
- 8 - Poço de mineração do Bovinho, Intervencionado nos anos de 2003, 2004, e 2005, com 3 campanhas.



FASE DE TRABALHOS "SECTOR C" DO CRAMANCHÃO



ASPECTO DA MURALHA DA IDADE DO FERRO DO POVOADO DO BOVINHO



POÇO DE MINERAÇÃO DO BOVINHO

9- Necrópole Medieval do Sobreirinho, intervencionada nos anos de 2003, 2004 e 2006, com 3 campanhas.

10- Santuário de Nossa Senhora do Campo, intervencionado no ano de 2003, com 1 campanha.

11- Forno Romano de Salselas, intervencionado nos anos de 2003 e 2004, com 2 campanhas.

12- Estação do Cabeço da Anta de Salselas, Intervencionada nos anos de 2003 e 2004, com 2 campanhas.



VISTA FRONTAL DO FORNO ROMANO DE SALSELAS

13- Povoado Calcólico de Xaires, intervencionado nos anos de 2008, 2009 e 2010, com 3 campanhas.

14- Forno de telha contemporâneo do Pradinho, intervencionado no ano de 2003, com 1 campanha.

15- Prado de Cavaleiros, acompanhamento de obras de saneamento, intervencionado no ano de 2007, 1 campanha.

16- Detecção da Via Romana XVII (Vias Augustas), intervenção realizada no ano de 2006, 1 campanha.





TROÇO DO BUGIO (PARCIAL) DA VIA ROMANA XVII

- 17-Detecção do campo militar do Pereiro (Prospecção) intervenção realizada nos anos de 2007, 2008 e 2009, 3 campanhas.
- 18-Real Filatório de Chacim, intervenção realizada no ano de 2006, 1 campanha.
- 19-Azenha da Marta, prospecção, intervenção realizada no ano de 2007.
- 20-Fornos da Cal de Vale da Porca e Salselas, intervenção realizada nos anos de 2005 e 2006, com 2 campanhas
- 21-Forno da Velha, estação de pintura rupestre, realizada nos anos de 2006 e 2009, 2 campanhas.
- 22-Levada Velha, Estação de Arte Rupestre, prospecção, intervenção realizada no ano de 2009 com 1 campanha.

Destas vinte e duas intervenções nos arqueossítios referidos e que se realizaram entre os anos de 2003 e 2012, foram efectuadas 53 campanha tendo, de todas elas, emergido os respectivos relatórios técnicos entretanto aprovados pela tutela. Estiveram engajados nestes trabalhos cerca de 1.500 alunos dos cursos de arqueologia das seguintes Universidades Portuguesas: Universidade de Lisboa; Universidade Nova de Lisboa; Universidade de Coimbra; Universidade do Porto; Universidade do Minho; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Universidade de Évora; Instituto Politécnico de Bragança; Instituto Politécnico de Tomar. Das Universidades Estrangeiras tivemos até ao momento alunos enviados da Universidade de Valladolid; Universidade de Salamanca; Universidade de Vigo; Universidade Complutense de Madrid; Universidade de Paris; Universidade de S. Paulo – Brasil; e Universidade de Louisville - USA, bem como alunos da escola secundária de Macedo de Cavaleiros. Por protocolo celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de



Arqueologia (Uniarq) a Associação Terras Quentes, e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, foi possível certificar-se academicamente este “campus”. Arqueólogos responsáveis: João Carlos Senna-Martinez; Carlos Mendes; José Ventura; Hélder Carvalho, João Tereso, Helena Barranhão, Miriam Arranz Gonzalo; Lúcia Miguel; Jessica Reprezas; Elsa Luís; Helena Barranhão; Sofia Figueiredo, Fátima Bento; Nathalie Antunes-Ferreira; Liliana Pereira; Raquel Henriques; João Nunes; Rui Caetano; Fernando Madeira; Catarina Alves; Carla Matias; Márcia Diogo; Clareana Marques; Joana Resende; Olga Antunes; Andreia Carvalho, Nídia Santos; Cíntia Maurício.

A fim de dar conta aos seus associados e público em geral, a Associação Terras Quentes tem levado a público, com periodicidade anual, (no último sábado do mês de Maio de cada ano) os seus Cadernos Terras Quentes. Em 2012, viu a luz do dia o número 9. Por outro lado tem realizado também com essa regularidade as suas “Jornadas da Primavera”, tendo realizado no ano de 2012 as suas 10ª jornadas. Publicitam-se, também, todos os resultados das intervenções arqueológicas no seu site: www.terrasquentes.com.pt, onde se encontra, “on-line”, todos os números dos cadernos atrás refer-

idos nos quais de podem encontrar os resultados das escavações arqueológicas realizadas. Por essa razão não parece racional, no âmbito deste artigo, estar a referir resultados de qualquer intervenção.

Por outro lado, os resultados da investigação potenciados pela acção da Associação Terras Quentes têm vindo a ser associados a projectos de investigação universitários, alguns deles financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, integrando problemáticas científicas e fornecendo dados para a compreensão de vários períodos cronológicos, nomeadamente a Idade do Bronze, a Idade do Ferro e o período Romano. Assim, a informação respeitante ao actual concelho de Macedo de Cavaleiros tem sido incorporada em publicações científicas nacionais e, em alguns casos, em prestigiadas revistas de arqueologia internacionais.

Com a inauguração em 2006, da sala museu de arqueologia, no Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo foi encontrado outro modo de visibilidade aos trabalhos arqueológicos realizados pela Associação Terras Quentes no concelho de Macedo de Cavaleiros. Prevê-se a sua ampliação, passando a museu municipal de arqueologia, com inauguração prevista para o final do verão de 2013.

5. CONCLUSÃO

Ao contrário de outras regiões portuguesas e apesar do interesse intermitente de alguns investigadores, Macedo de Cavaleiros, só começa a ser alvo de estudos arqueológicos sistemáticos nos inícios do século XXI.

Estão hoje, com a acção da Associação Terras Quentes por um lado, e os levantamentos efectuados pela “Arqueologia Privada” por outro, lançadas

as bases para a caracterização da ocupação humana do actual concelho de Macedo de Cavaleiros desde tempos mais remotos. Neste sentido, este território é hoje um reconhecido manancial de informação que importa recolher e estudar, de modo a construir uma visão mais completa da história do concelho, mantendo e ampliando o seu lugar no debate científico actual.



Bibliografia

- ALVES, F. M. (1908) - Monumento inédito ao deus Aerno. *O Arqueólogo Português*, série I, 13, p. 184-186.
- AZEVEDO, P. (1887) - Extractos archeologicos das "Memórias parochiaes de 1758". *O Arqueólogo Português*. Série I, 3, p. 101-106.
- AZEVEDO, P. (1900) - Extractos archeologicos das "Memórias parochiaes de 1758". *O Arqueólogo Português*. Série I, 5, p. 26-31.
- CORTEZ, F. R. (1949) - Novos materiais para o estudo da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Régua: Imprensa do Douro (Publicações do Museu Etnológico do Douro, 1).
- CORTEZ, F. R. (1950) - Nuevos materiales para el estudio de la Edad del Bronce de Trás-os-Montes y Alto-Douro (Portugal). I Congreso Nacional de Arqueologia/V Congreso Arqueológico del Sudeste (Almería 1949). Crónica. Cartagena: Papelería Española, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (1999) - Um Século de Arqueologia em Portugal - I. Al-Madan, II Série, 8, p. 104-126.
- FERREIRA, P. (1895) - Antiguidades de Trás-os-Montes. *O Arqueólogo Português*. Série I, 1, p. 47-48.
- FIGUEIREIDO, A. (1887) - Informações archeologicas colhidas no "Diccionario Geographico de Cardoso. *O Arqueólogo Português*, série I, 3, p. 218-223.
- FREIRE, O. S. (1968) - O Castro de S. Vicente da Chã (Montalegre). Campanhas de Escavações de 1965 e 1966. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE*. 20: 3-4, p. 368-375.
- HELENO, M. (1956) - Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Série II, 3, p. 221-237.
- HÖCK, M.; COELHO, L. (1972) - Materiais metálicos da coleção arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança. *O Arqueólogo Português*. Série III, 6, p. 219-251.
- JACOB, J. (2000) - O Abade de Baçal, a vida e a obra. In PEREIRA, G. (ed.) *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Bragança: C. M. Bragança/ I.P.M. / Museu Abade de Baçal, Tomo I, p. vi-xli.
- JORGE, S. O. (1986) - Povoados da Pré-História Recente (III^a - Inícios do II^a milénios A.C.) da Região de Chaves - V^a P^a de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental). Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 3 vols.
- LEMOS, F. S. (1993) - O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Policopiado.
- LEMOS, F. S. (2001) - Para a História da Arqueologia Portuguesa; Leite Vasconcellos e a Arqueologia Transmontana. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 19, p. 13-28.
- LOPO, A. (1887) - Notícias de Lamalonga - vestígios archeologicos e tradições das pedras. *O Arqueólogo Português*, série I, 3, p. 287-288.
- LOPO, A. (1900) - Archeologia trasmontana. *O Arqueólogo Português*. Série I, 5, p. 290-295.
- LOPO, A. (1905) - Fraga da "Moura" em Villa Nova da Torre de D. Chama. *O Arqueólogo Português*, série I, 10, p. 239-241.
- LOPO, A. (1907) - Dois miliarios ineditos. Trajecto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga. *O Arqueólogo Português*, série I, 12, p. 162-164.
- LOPO, A. (1920) - Um monumento funerário de Pinhovel, concelho de Macedo de Cavaleiros. *O Arqueólogo Português*, série I, 24, p. 240-241.
- MAGALHÃES, A.; FREITAS, A.; SANTOS JÚNIOR, J. R. (1977) - O Castro da Curalha. Quarta campanha de escavações. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE* 23: 2-3, p. 267-277.
- MOURINHO, A. M. (1973) - Ponte romana sobre o rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no Nordeste Transmontano. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 23 (2-3), Porto, p. 279-288.
- PEREIRA, G. (ed.) (2000) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Bragança: C. M. Bragança/ I.P.M. / Museu Abade de Baçal.
- ROCHA, L. (2005) - Origens do megalitismo funerário - a contribuição de Manuel Heleno. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1968) - Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE*. 20: 3-4, p. 339-347.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1975) - A Cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE*. 22-4, p. 353-516.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1977) - Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1978) - As gravuras rupestres do Outeiro Machado (Vale d'Anta-Chaves). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23, 2-3, p. 207-234.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1978) - Estação arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Teresinha, Vilarça, Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23, 2-3, p. 235-251.
- SANCHES, M. J. (1992) - Pré-história recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos. (Monografias arqueológicas; 39).
- SANCHES, M. J. (1997) - Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O Abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional), 2 vol., Textos, 1, SPAE, Porto.
- SOEIRO, T. (2000) - Francisco Manuel Alves, etnógrafo das terras bragançanas. In PEREIRA, G. (ed.) *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Bragança: C. M. Bragança/ I.P.M. / Museu Abade de Baçal, tomo X, p. i-xiii.
- TAVARES, J. A. (1895) - Archeologia do distrito de Bragança. *O Arqueólogo Português*, Série I, 1, p. 107-109.
- TEIXEIRA, C.; FERNANDES, M. S. C. (1963) - Machados planos de bronze de Montalegre. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 19:2, p. 169-173.
- VASCONCELLOS, J. L. (1903) - Notícias várias. *O Arqueólogo Português*, série I, 7, p. 283-288.
- VASCONCELLOS, J. L. (1885) - Portugal Pré-Histórico. Lisboa.
<http://mogadourense.blogspot.pt/>
<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=home>



CAMPANHA 10

RESULTADOS PRELIMINARES DA CAMPANHA 10 (2012)
NO SÍTIO DA FRAGA DO CORVOS (VILAR DO MONTE, MACEDO
DE CAVALEIROS) – OS SECTORES A E M.

Jessica Represas Mestre em Arqueologia, jessicarepresas@gmail.com

João Carlos Senna-Martinez Centro de Arqueologia (Uniarq), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
1600-214 Lisboa, Portugal. smartinez@fl.ul.pt

Elsa Luís Mestre em Arqueologia, Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), elsavluis@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende destacar os principais resultados, ainda que preliminares, dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos durante o mês de Agosto de 2012 no já conhecido sítio arqueológico da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). Nesta campanha foram continuados os trabalhos nos Sectores A e M (a decorrer desde 2003 e 2011, respectivamente).

A intervenção neste sítio arqueológico enquadra-se no âmbito do protocolo entre a Associação Terras Quentes (Macedo de Cavaleiros), a Câmara Municipi-

pal de Macedo de Cavaleiros e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq). A continuidade do estudo arqueometalúrgico deste sítio enquadra-se ainda no âmbito do Projecto EarlyMetal (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008), financiado pela FCT.

Os trabalhos foram co-dirigidos pelos três signatários do presente artigo, apoiados por uma equipa em regime voluntário, composta pelos seguintes elementos:

ALEJANDRO MARTÍNEZ (ALUNO DA U. VIGO)

JOÃO MIGUEZ (ARQUEÓLOGO, FLUL)

MARÍA AGUILAR (LIC.ª EM HISTÓRIA, MÁLAGA)

NIREIDE TAVARES (ALUNA DA FLUL)

NUNO MONTEIRO (ALUNO DA FLUL)

PATRÍCIA CASTANHEIRA (ALUNA DA FLUL)



Tal como em campanhas anteriores, o alojamento, a alimentação, os transportes e o equipamento de campo foram assegurados pela Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “TERRAS QUENTES”, com apoio financeiro da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

O espólio será provisoriamente depositado nas instalações do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, sendo, após estudo, devolvido às instalações da Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros para depósito definitivo.

2. LOCALIZAÇÃO

O sítio arqueológico da Fraga dos Corvos localiza-se num esporão rochoso situado na vertente noroeste da Serra de Bornes, freguesia de Vilar do Monte, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança. As suas coordenadas são 99 122,194 de Longitude e 203 403,721 de Latitude GAUSS, a 870,856m de Altitude (fig. 1). Para caracterização mais detalhada veja-se Senna-Martinez et. al. (2011).



FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO DA FRAGA DOS CORVOS NA CARTA MILITAR DE PORTUGAL 1/25000, FOLHA 78

3. RESUMO DOS RESULTADOS ANTERIORES

3.1. SECTOR A

O habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 em resultado de trabalhos de desmatção que o puseram em perigo e que justificaram uma primeira intervenção (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2004).

O espaço em que tem vindo a ser possível identificar níveis e estruturas correspondentes a esta etapa de ocupação constitui uma plataforma em declive suave, correspondente à parte noroeste do topo do cabeço, enquadrada a ocidente pela escarpa e a oriente por afloramentos que a separam do estradão que atravessa o “Monte do Vilar”, formando a área que designámos como Sector A.

No final da nona campanha (2011), o Sector A apre-

sentava já uma área total aberta de 137m², dos quais 36m² correspondem à Sondagem 3, escavada entre 2003 e 2005 (Senna-Martinez, et al. 2010), enquanto 101m² correspondem à Sondagem 2 em continuidade de intervenção desde 2003. As evidências recuperadas configuram parte de um habitat evidenciando restos de diversas estruturas, incluindo 18 cabanas sub-circulares ou elipsoidais, distribuídas por 6 a 7 fases de ocupação.

As cabanas identificadas, pertencentes às três primeiras fases, apresentam diferentes diâmetros, podendo ser agrupadas em 2 grandes conjuntos. O primeiro (Cabanas 2, 3, 7, 8, 9, 10 e 12) apresenta cerca de três metros de diâmetro, sendo as cabanas delimitadas



por 13 a 14 buracos de poste perimetrais e um central, de maior diâmetro; o segundo engloba as de tipo elipsoidal (Cabanas 4 e 5), portanto maiores, como é o caso da Cabana 4, com eixos de 4m por 3,2m, delimitada por 20 buracos de poste perimetrais, apresentando também um central, equivalente aos das demais cabanas, e o da Cabana 5, aparentemente a maior de todas, com eixos que poderão ter atingido 4,6m por 4,3m e limitada por 21 buracos de poste perimetrais e seis interiores, apenas foi totalmente definida na campanha de 2006.

Nas fases quatro a sete – correspondentes aos estratos U.Es. [287, 151, 467/623 e 627], além de estruturas negativas que os cortam e respectivos preenchimentos – embora se tenham reconhecido buracos de poste e fossas/lareiras que se detectam a partir das suas interfaces superiores, estes não permitem definir plantas de algo que se possa designar como “cabana”. Nas duas últimas fases, a utilização de pedra para estruturar lareiras e buracos de poste (formando calços) configura uma sequência estratigráfica mais complexa (cf. Luís, Reprezas e Senna-Martinez, 2012).

3.2. SECTOR M

Como já foi enunciado no relatório prévio (trabalhos no Verão de 2011), a sondagem “M” foi implantada na plataforma artificial definida pela muralha em talude com o objectivo de caracterizar o povoamento associado a essa mesma estrutura, a sua cronologia, e a sua relação com o Sector A. Assim, o objectivo primeiro da campanha de 2011 pautou-se pelo diagnóstico da potência estratigráfica conservada, facto que determinou a delimitação de duas áreas fisicamente independentes; uma sobranceira à muralha propriamente dita, e uma outra mais a Norte, numa área relativamente central da plataforma. A

De particular importância resulta a confirmação de que o espaço original de estabelecimento, instalado directamente sobre o substrato rochoso, parece ter sido cuidadosamente limitado por dois “muros” de pedra vã empilhada, separando a área habitada respectivamente: (1) a oeste o muro U.E. [624] interpondo-se em relação às fragas que limitam desse lado o espaço ocupável e provavelmente permitindo conter e desviar para a vertente norte águas de origem pluvial; (2) a norte o muro U.E. [679] define um soalco na vertente constituindo o limite entre as U.Es. [151] e [157]. Os factos de: (1) a U.E. [151] recobrir parcialmente este muro e assentar directamente sobre os xistos desagregados do substrato; (2) enquanto a vala de fundação do muro U.E. [624] é definida a partir da interface superior da U.E. [627] (ou seja, a edificação desta estrutura foi elaborada num momento em que este piso já se encontrava colocado) permitem associar a construção destas estruturas aos momentos iniciais de estabelecimento no local.

Em 2011 ficava ainda por esclarecer a sequência estratigráfica do topo norte da área da Sondagem 2, ou seja a sul do muro U.E. [679].

compreensão do potencial estratigráfico conservado motivou, posteriormente, o investimento em área no Sector M, e a identificação de várias unidades estratigráficas, positivas e negativas, que se puderam agrupar em três grandes “fases”, que dirão respeito aos momentos finais da Idade do Bronze e, eventualmente, o arranque da Idade do Ferro. A importância estratégica do Sector M prende-se exactamente com a possibilidade de compreensão do Bronze Final e, concretamente, desta fase transicional, muito obscura no panorama regional.

4. RESULTADOS DA PRESENTE CAMPANHA

4.1. RESULTADOS GLOBAIS DO SECTOR A

As intervenções de 2011 e 2012 vieram permitir resolver alguns problemas de interpretação estratigráfica, na Sondagem 2, que se vinham a por no seu limite norte desde o início do estudo deste arqueossítio.

A questão central era a das relações entre as U.Es. [151] e [157] uma vez que, ao longo do que viemos a verificar ser o topo da U.E. [679], não era clara uma interface de contacto entre ambas uma vez que aí a



espessura da U.E. [151] era diminuta. Foi esta uma das razões por que, juntamente com a necessidade de abordarmos esta área numa frente larga, desde 2004 mantivéramos esta área sob reserva, para a escavarmos apenas quando a área a sul do muro U.E. [679] estivesse clarificada, o que apenas se verificou em 2011.

Assim tornou-se claro em 2011, o que a intervenção de 2012 mantém, que para sul da U.E. [679] se encontra a U.E. [582], ou seja, apenas a desagregação do substrato geológico, enquanto para norte podemos confirmar a presença uma sequência estratigráfica pelo menos em parte claramente antrópica.

Em primeiro lugar, a U.E. [157] – delimitada a sul pelo “muro” U.E. [679] e a norte por um outro muro de contenção de terras, já identificado em 2004 como a U.E. [50] – é afectada por uma raiz de castanheiro que destruiu parcialmente esta unidade numa área de cerca de 2m² (quadrados O/P/14 –

U.Es. [645/646]). Da U.E. [646], junto a raízes secundárias, provêm uma ponta (de punhal?) em ferro (FCORV-A 4052), um fuzilhão de fibula (FCORV-A 4092) e um anel metálicos (FCORV-A 4093).

A U.E. [157] foi integralmente escavada, revelando uma nova camada, a U.E. [651], em cuja interface superior se abre uma fossa de grandes dimensões U.E. [652/653] apoiada no muro [679]. Do seu preenchimento apenas recuperámos dois fragmentos de olaria.

Sob esta camada surge novo estrato, a U.E. [678] (Figura 2) a partir de cuja interface superior se define a vala de construção – U.E. [683] – do muro U.E. [50] (Figura 3). Da U.E. [678] provêm uma agulha de bronze (?) de grandes dimensões (FCORV-A 4051) e do enchimento da vala – U.E. 684 – provêm outra agulha (FCORV-A 4122) e o pé de uma fibula (FCORV-A 4139), aparentemente em bronze.

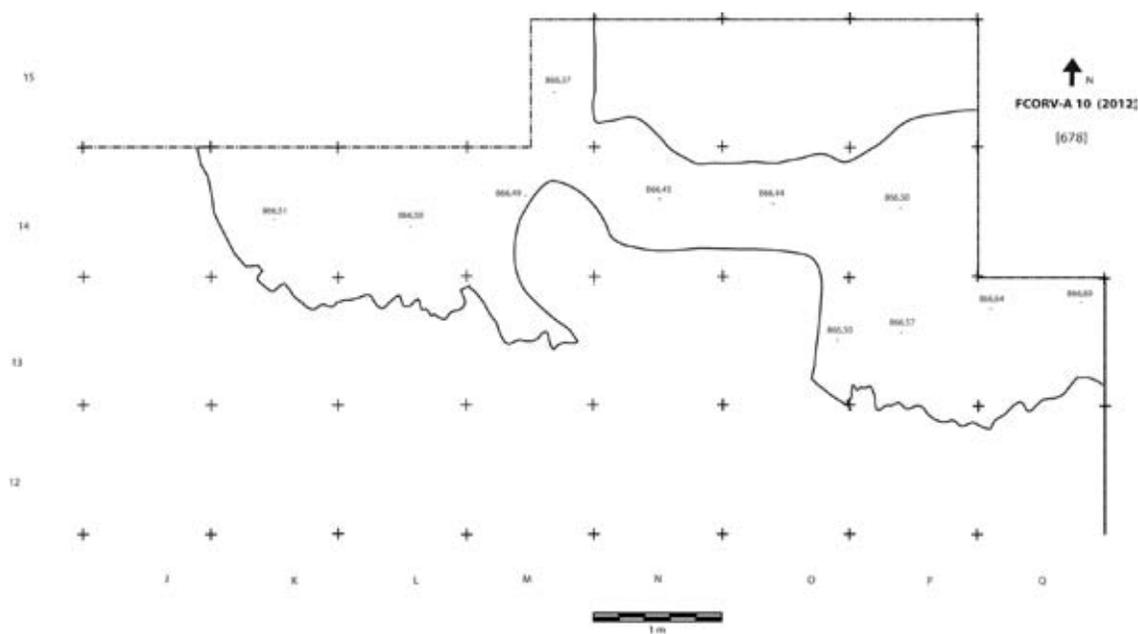


FIGURA 2 – PLANTA DA U.E. [678], SECTOR A.

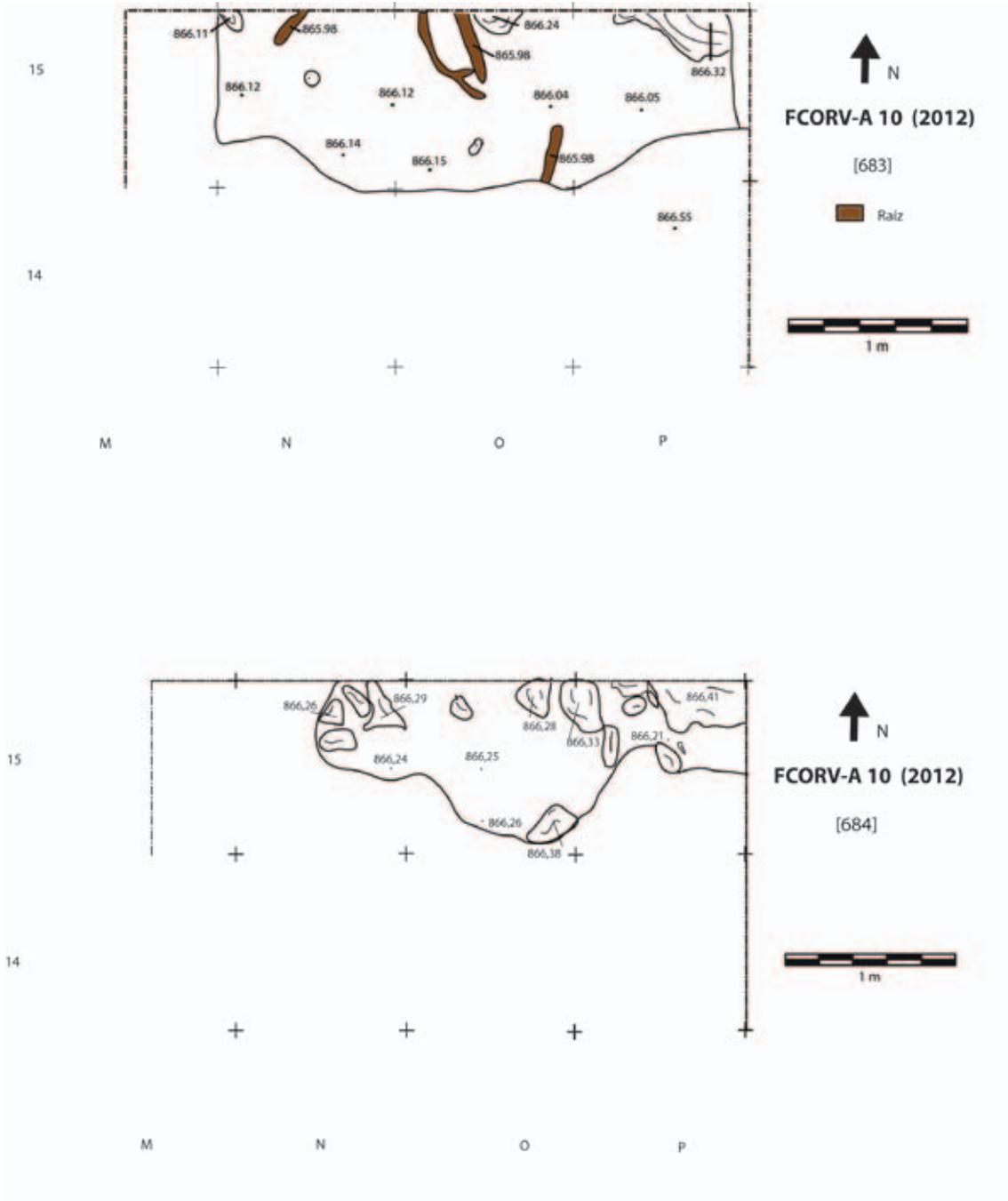


FIGURA 3 - PLANTAS DAS U.E.S [683/684], SECTOR A - VALA E RESPECTIVO ENCHIMENTO.



Sob a U.E. [678] surge novo estrato – U.E. [685] – igualmente afectado pela vala de construção do muro [50]. Dele provêm uma terceira agulha (FCORV-A 4150) e uma barrinha metálica (FCORV-A 4149 – (Figura 4).

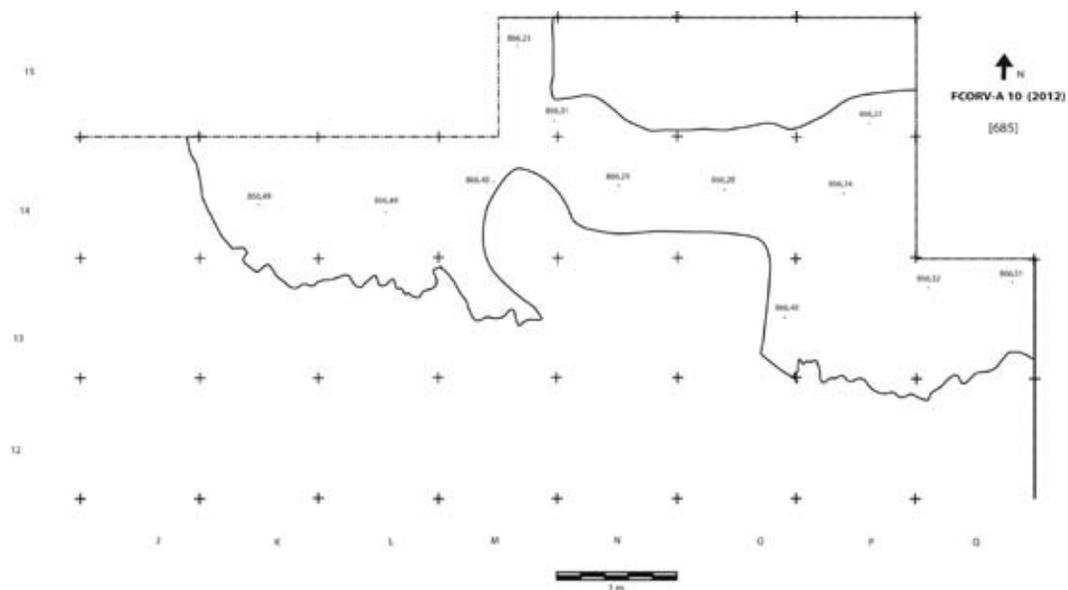


FIGURA 4 - PLANTA DA U.E. [685], SECTOR A

Sob a U.E. [685] detectou-se nova camada – U.E. [686] – cuja escavação não foi concluída tendo sido apenas desenhada a planta da sua interface superior (Figura 5).

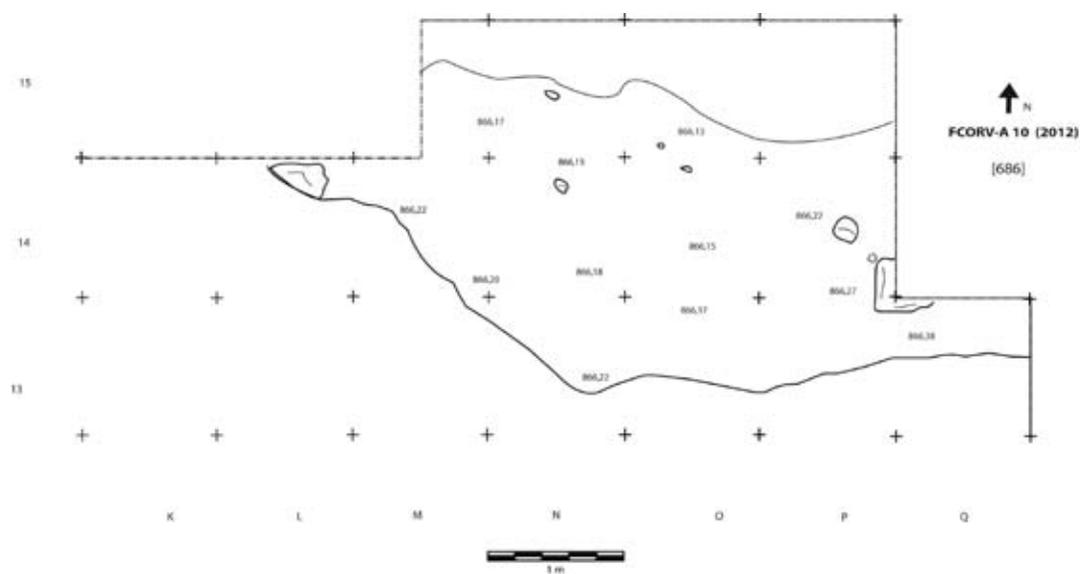


FIGURA 5 - PLANTA DA U.E. [686], SECTOR A.

O estudo, em curso, dos materiais dos estratos [157, 651, 678, 684, 685] sugere uma reinterpretação do conjunto de buracos de poste que, atravessando a U.E. [157], configuram o que designámos de “Cabana 1”. As terras que sobrepunham a U.E. 157 apresentavam baixa consistência (incluindo evidências de erosão superficial) e uma fraca potência, que não ultrapassava os 5cm desaparecendo nos quadrados 14/L/I. Pensámos inicialmente tratar-se da U.E. [109] que se apresentava mais compacta e preservada no que viemos a verificar ser a área a sul do muro U.E. [679]. Dado que apenas a partir de 2011 foi claro o papel estruturador do espaço desempenhado por esta última estrutura, só então foi possível por em questão tal atribuição estratigráfica. Estamos em crer agora que estas terras podem provir de níveis conservados a sul do muro e que a erosão arrastou vertente abaixo e que passaremos a designar U.E. [687].

A análise em curso, incluindo a revisão de materiais recuperados em 2003/2004, dos fragmentos cerâmicos provenientes desta sequência de estratos veio revelar que um fragmento de bordo de uma “taça Cogeces” (FCORV-A 5) recolhido em 2003 na U.E. [687], cola com outro (FCORV-A 755) proveniente da interface entre as U.Es. [151/152], pelo que a própria lei da gravidade implica a forte possibilidade de ser o primeiro que se encontra deslocado. Acresce que, respectivamente das U.Es. [157] e [651], provêm dois outros fragmentos (respectivamente FCORV-A 3335 e 3892) que podem pertencer à mesma peça. Configura-se, assim, uma longa história de escorrências que parecem ter ajudado a constituir em época já avançada, a ter em conta os materiais metálicos do Bronze Final ou mesmo já Idade do Ferro, os estratos depositados a norte do muro U.E. [679].

O facto do muro U.E. [679] se configurar cada vez mais como o revestimento de uma escarpa do afloramento de base coloca-nos a questão de não podermos saber, pelo menos no estado actual da intervenção, se a sua construção precede o estabelecimento mais antigo ou se representa uma alteração na configuração do espaço em momento posterior, eventualmente do Bronze Final/Idade do Ferro.

4.1.2 Materiais do Sector A

Os materiais arqueológicos exumados na campanha de 2012 apresentam notórias e significativas diferenças face ao já conhecido para o Sector A e constituem o factor essencial para uma revisão da atribuição cronológica da área intervencionada a norte do muro U.E. [679], como acima mencionado.

São essencialmente os artefactos metálicos que enunciaram uma cronologia mais recente para a área norte do Sector A, que ainda se encontram em estudo. Deste conjunto fazem parte quatro agulhas (três inteiras e uma fragmentada), dois anéis ou espátulas dobradas, um é de uma fibula e uma barrinha, todos provavelmente em bronze e ainda uma ponta (de punhal?) em ferro. A tipologia destes artefactos é incompatível com ambientes de Bronze Médio, cronologia avançada para toda a restante área do Sector A; são, no entanto, plausíveis de colocar em relação com a ocupação mais tardia do cabeço, associável ao sector M – Bronze Final/Idade do Ferro. Só com uma análise mais exaustiva e com a procura de paralelos destes materiais se poderá mais seguramente integrá-los no seu contexto crono-cultural.

No que diz respeito ao espólio cerâmico, as considerações aqui tecidas são preliminares na medida em que este ainda se encontra em processamento. Foram exumados 99 fragmentos de recipientes cerâmicos, entre os quais fragmentos de bordos, bojos decorados, bases e carenas. Todos apresentam fabrico manual e, à primeira vista, pastas depuradas e com bons acabamentos (Figura 6).



FIGURA 6 – FOTOGRAFIA DO FRAGMENTO FCORV-A 4148, TAÇA CARENADA.

No que pudemos observar, os motivos decorativos são extremamente escassos apresentando, também estes, relações estreitas com os motivos já conhecidos para o Sector M. Destaca-se assim o fragmento FCORV- A 4201, com decoração elaborada através



FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DO FRAGMENTO FCORV-A 4201, BOJO DECORADO.

da técnica “penteada” (Figura 7); e o fragmento FCORV-A 4174 com motivo elaborado através da impressão de uma matriz circular (provavelmente uma cana) sequencial ao longo da pança do recipiente (provavelmente) (Figura 8).



FIGURA 8 - FOTOGRAFIA DO FRAGMENTO FCORV-A 4174, BOJO DECORADO.

Foram igualmente recolhidos dois artefactos cerâmicos, redondos e com perfuração no centro, tradicionalmente considerados como cossoiros ou como contas (devido ao seu pequeno tamanho). Um deles apresentava decoração no topo, pequenos pontos impressos acompanhando a circunferência da peça.

Resta acrescentar que, tal como em campanhas anteriores, o espólio lítico é tendencialmente escasso, sendo composto por seixos rolados, fragmentos de granito (alguns com vestígios de polimento) e um fragmento de pedra polida com uma perfuração.

4.2 RESULTADOS GLOBAIS – SECTOR M

Como já foi referido anteriormente, a Campanha de 2012 foi significativamente mais curta que a precedente, o que obrigou a um reajuste dos objectivos inicialmente estabelecidos. Estas limitações temporais, aliadas à relativa escassez de recursos humanos, obrigaram à adopção de novas estratégias de intervenção, nomeadamente a interrupção da escavação da totalidade dos depósitos pela ordem inversa à sua deposição em toda a área da sondagem. Foram, assim, definidos três blocos independentes de escavação, para que se pudesse rentabilizar o trabalho no tempo e com os meios disponíveis.

Assim, foi delimitada uma área a Norte, onde se prosseguiu com a escavação das U.E.s sobre [10026],

[10073] e [10076], que correspondem a possíveis pisos relacionados com a última fase de ocupação da plataforma.

Iniciou-se a remoção de [10026], a partir de Sul, até ao limite da zona a Norte individualizada. Confirmou-se a sua sobreposição relativamente a [10043], e foram postas a descoberto novas realidades estratigráficas, estruturais e sedimentares, nomeadamente [10078], [10079] e [10080], aglomerados pétreos possivelmente estruturados. Foi, ainda, entre [10078] e [10079], identificada a U.E. [10077], depósito muito escuro e humoso, com materiais arqueológicos abundantes (Figura 9).

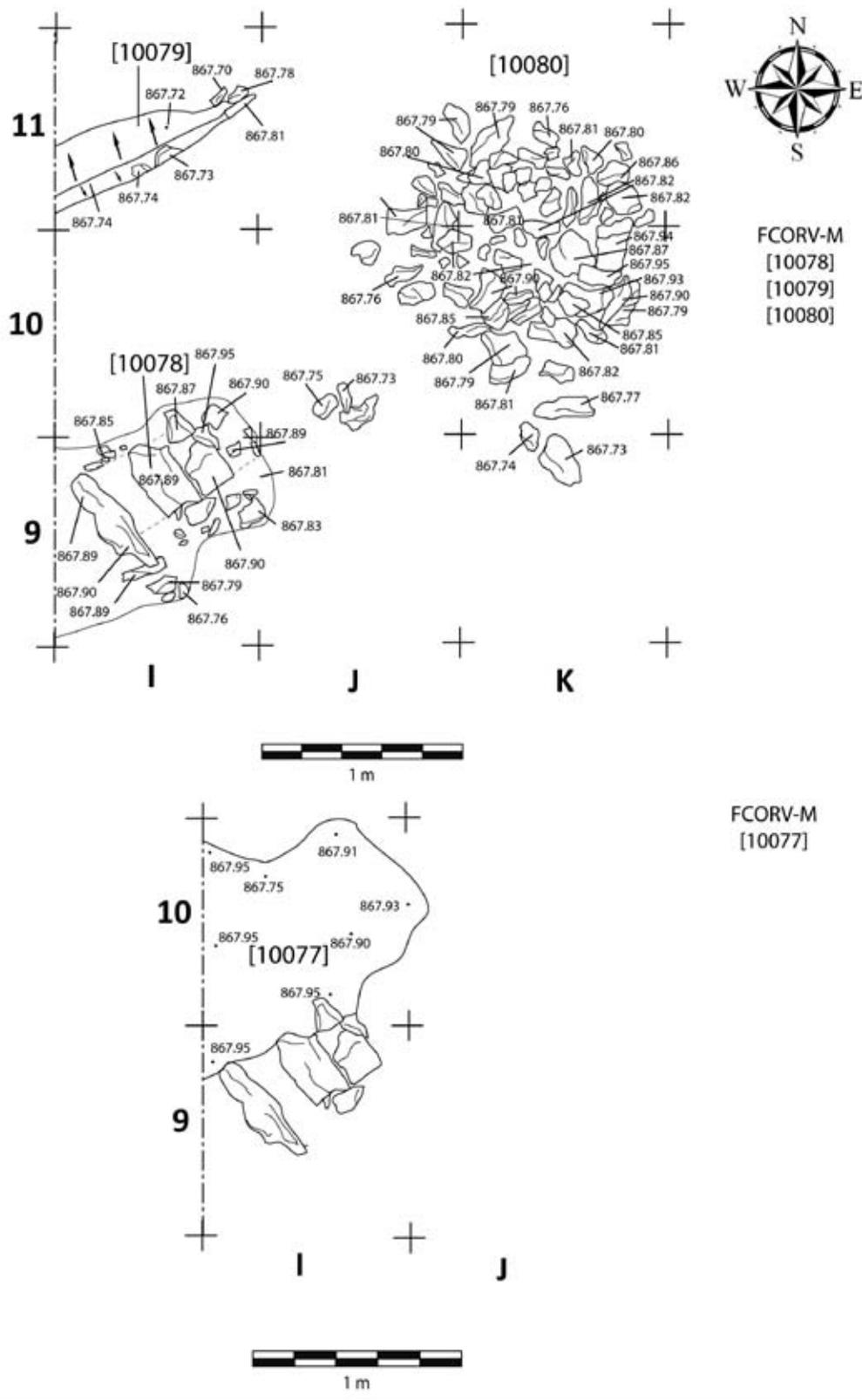


FIGURA 9 – PLANTA DAS U.E.S [10077; 10078; 10079; 10080], SECTOR M



Foi, após a remoção de [10026], delimitada uma outra área a Sul - 10m², nos quadrados I5, I6, J5, J6, K5, K6, L5, L6, M5 e M6, onde se iniciou a escavação de [10043], cuja relação estratigráfica com as unidades precedentes estava perfeitamente estabelecida. A limpeza e escavação desta U.E. permitiu compreender que as estruturas negativas identifica-

das em 2011 - [10017], [10023] e [10049] - correspondem a uma única vala, resultante das actividades de plantio já descritas (Figura 10). Foram as irregularidades do seu topo que resultaram na errada definição de valas múltiplas. Confirmou-se a abundância de material osteológico que caracteriza este depósito.

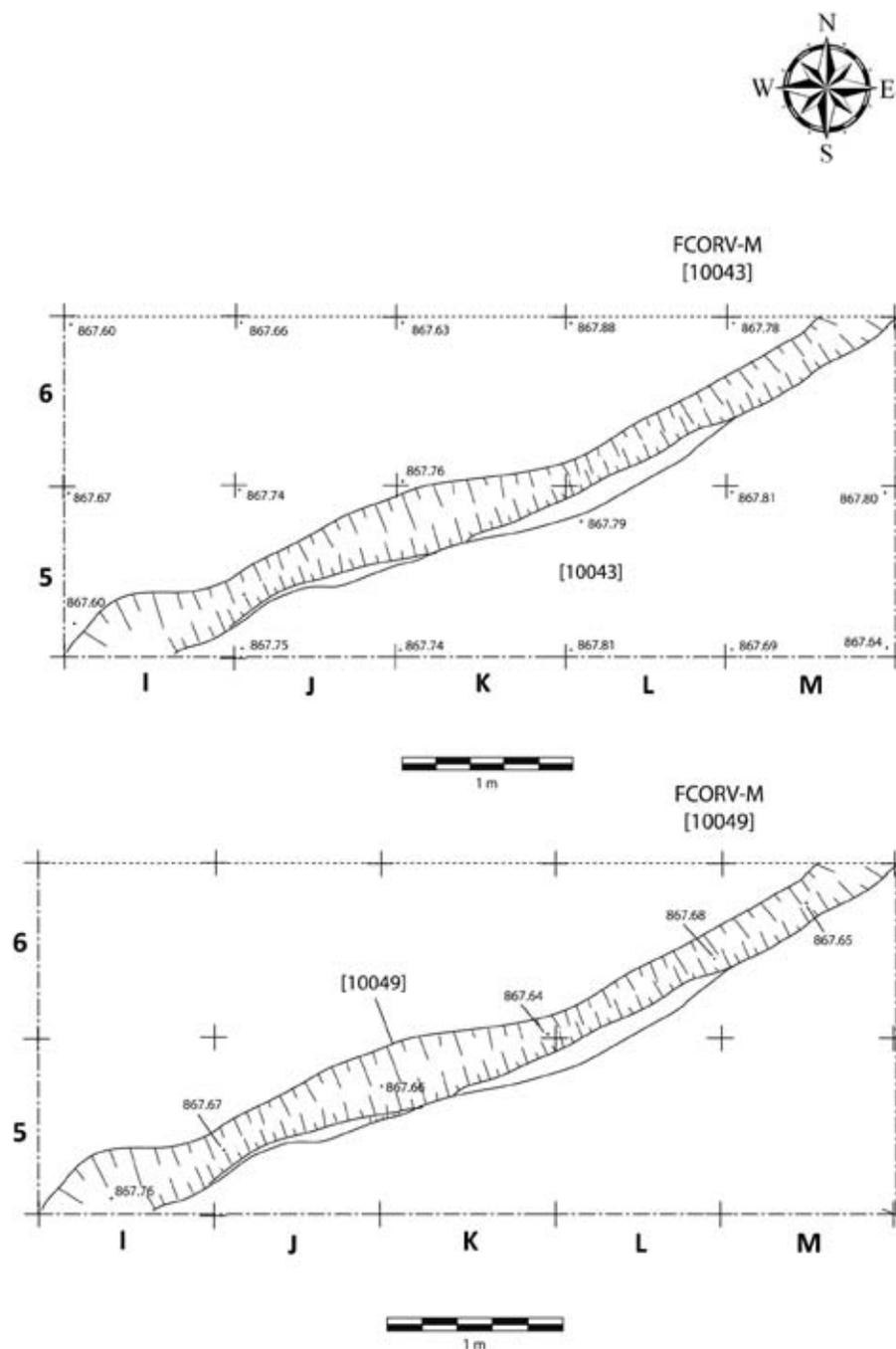


FIGURA 10 - PLANTA DAS U.E.S [10043; 10049], SECTOR M.



Assim, para além do progresso na escavação das U.E.s anteriormente identificadas, a campanha de 2012 confirmou a existência, sob [10026], de realidades ocupacionais complexas perfeitamente conservadas, que importa averiguar no futuro. O abundante

espólio, cerâmico, metálico e osteológico, e a evidência do recurso à pedra na estruturação do espaço, levam-nos a crer que aflorámos agora o topo da mais expressiva fase de ocupação da plataforma do Sector M (Figura 11).



FIGURA 11- ASPECTO GERAL DOS TRABALHOS NO SECTOR M.

4.2.1 MATERIAIS DO SECTOR M

Os materiais recolhidos no decorrer desta Campanha não diferem do panorama artefactual já traçado na Campanha de 2011.

O conjunto cerâmico exumado é na sua totalidade de produção manual, com características formais e de

fabrico com assinaláveis continuidades relativamente ao Sector A. No que diz respeito às produções “de excepção”, destaca-se a recuperação de novos fragmentos com decoração “penteada”, muito frequentes no panorama do Bronze Final / Ferro Inicial da Meseta¹ (Figuras 12, 13, 14).

¹ A importância desta ocorrência será oportunamente discutida noutro lugar.





FIGURA 12- FOTOGRAFIA DO FRAGMENTO FCORV-A 4201, BOJO DECORADO.



FIGURA 14- FOTOGRAFIA DO FRAGMENTO FCORV-A 4201, BOJO DECORADO.



FIGURA 13 - FOTOGRAFIA DO FRAGMENTO FCORV-M 11233, BORDO DE RECIPIENTE DE GRANDES DIMENSÕES.





Quanto ao espólio metálico, importa destacar a recuperação de dois novos fragmentos de fibulas, um é e arco completos de tipo Acebuchal de pequenas dimensões e uma mola bilateral, morfológica-mente semelhantes ao restante conjunto recuperado anteriormente, e que compreende objectos de fabrico aparentemente local (Senna-Martinez, et al., no prelo); adaptações de modelos mediterrânicos. Foi ainda exumado, da U.E. [10026], um punção de ferro aguçado nas duas extremidades.

É também de sublinhar a quantidade assinalável de espólio osteológico (fauna), recuperado da U.E.

[10043], a partir do qual se poderá traçar, no futuro, um quadro ilustrativo dos hábitos alimentares destas comunidades humanas, bem como proporcionar datações radiométricas do Sector M.

As características do espólio recuperado durante a Campanha de 2012 permitem manter o intervalo cronológico anteriormente proposto para este Sector (séculos VIII - VI / V a.C.), recobrindo eventualmente, em termos “históricos” regionais, a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro.

5. CONCLUSÕES

No final da décima campanha de intervenção neste sítio de habitat podemos dar por terminada a escavação do Sector A no que respeita à sua ocupação mais antiga, estando assim em condições para produzir num futuro próximo um respectivo volume monográfico.

Outra situação é a que respeita a ocupações posteriores à Primeira Idade do Bronze. Inicialmente com vestígios identificados perifericamente em contextos

secundários no Abrigo 2 e no Sector A, a abertura do Sector M e a intervenção no topo Norte do Sector A veio revelar o enorme potencial de resposta deste arqueossítio face a questões sobre o Bronze Final e início da Idade do Ferro regionais.

Assim perspectiva-se para 2013 a conclusão da intervenção no topo norte do Sector A e a continuação do esforço principal agora definitivamente dirigido para as realidades detectadas e a detectar no Sector M.

Bibliografia

- LUÍS, E.; REPRESAS, J.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A Campanha 9 (2011). Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final? Cadernos Terras Quentes, 9, p. 15-53.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. e CARVALHO, H. A. (2004) – A Fraga dos Corvos: Um Caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros. Cadernos Terras Quentes. 1, p.32-58.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site. In: MARTINS, C.; BETTENCOURT, A. M.S.; MARTINS, J. I. F.P. & CARVALHO, J. (eds.) Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe. Proceedings of the First International Congress, Braga, 10th December of 2010. Braga: CITCEM, APEQ, p.377-390.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2010) – «Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. p.111-117
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; REPRESAS, J.; LUÍS, E.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; GOMES, S.; ARAÚJO, M.F. e SILVA, R.J. (no prelo) – Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): A First Appraisal. O Arqueólogo Português. 2012.







CERÂMICA

DO 3º MILÉNIO A.C. EM MACEDO DE CAVALEIROS
– UM CASO DE ESTUDO.

Elsa Luís

Doutoranda em Arqueologia; Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). elsavluis@gmail.com

ABERTURA

O Alto da Madorra foi identificado através do Estudo de Impacte Ambiental para a construção do IP2 em 1996, tendo sido posteriormente sujeito a uma intervenção de emergência em 1997 por uma equipa da empresa Arqueohoje, dirigida por Luís Gomes.

Dessa intervenção resultou uma publicação de síntese dos trabalhos com apresentação da estratigrafia e estruturas encontradas bem como algumas considerações preliminares sobre o espólio recolhido (Car-

valho et. alli, 1997).

Os materiais foram, mais tarde, entregues à guarda da Associação Terras Quentes. Um primeiro estudo foi elaborado por Bruno Rebelo, em 2011, incidindo sobre uma pequena amostra dos materiais cerâmicos no âmbito de um trabalho de final de licenciatura, também esse publicado (Rebelo, 2011).

Pretende-se aqui elaborar um estudo mais detalhado sobre o conjunto cerâmico, procurando caracterizar o sítio em termos cronológicos e culturais¹.

LOCALIZAÇÃO DO ALTO DA MADORRA

O sítio do Alto da Madorra está localizado na freguesia de Carrapatos, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, com as seguintes coordenadas: 41° 30' 49" Lat. N. e 02° 08' 49" Este de Lisboa (Figura 1). Situa-se no “topo e encosta sul/sudeste de

um pequeno monte, de perfil cónico, cuja cota máxima é de 563,2 m, possuindo um razoável domínio visual, sobretudo para sul e sudeste” (Carvalho et al., 1997, p. 97).

¹ O estudo aqui publicado foi apresentado, em termos sumários, nas II Jornadas de Jovens Investigadores em León, Outubro de 2012. Nas actas desse congresso publicaremos um estudo mais detalhado sobre os motivos decorativos e suas problemáticas regionais.



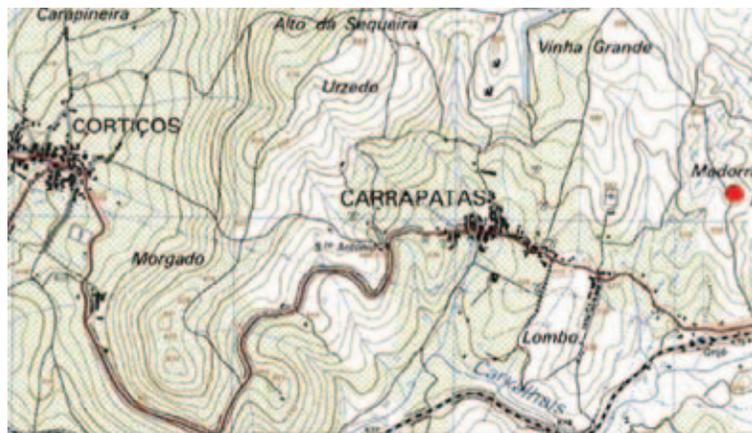


FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO NA CARTA MILITAR DE PORTUGAL, 1:25000, FOLHA 77, ADAPTADO DE REBELO (2011).

ALTO DA MADORRA – ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

O Alto da Madorra foi identificado no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental para o Projecto de Execução do IP2-EN216 – Vale Pradinho/EN 102 – Vale Benfeito, classificado na altura como Madorra 1 e 2 – povoado e monumento funerário (mamao) de aparente cronologia pré-histórica. Este último, segundo os autores, ou não existiu ou já se encontra completamente destruído. Quanto ao povoado, por se encontrar na área directa de afectação do referido IP, foi alvo de uma campanha de escavação que minimizasse o impacto do referido projecto neste sítio arqueológico.

Atendendo à acentuada dispersão dos achados de superfície foram abertas várias sondagens ao longo do cabeço, de modo a avaliar o estado de conservação do sítio e determinar a sua extensão. Desde logo se verificou que os níveis superiores se encontravam remexidos pela intensa actividade agrícola, mas que ainda se conservavam níveis arqueológicos de fraca potência estratigráfica.

Foram consequentemente demarcados dois sectores de intervenção nas áreas que revelaram níveis arqueológicos, designados de A e B (Carvalho et al, 1997, p. 98).

O Sector A apresenta fraca potência estratigráfica e é de difícil caracterização devido à acumulação

de elementos pétreos que delimitam depressões no afloramento. Foram identificados dois sulcos escavados no solo que foram interpretados como uma possível estrutura de contenção de ventos; e ainda uma camada de ocupação. Neste sector foram exumados fragmentos cerâmicos e utensílios de pedra polida, bem como vários nódulos de barro de revestimento (Idem, p. 99-101).

O sector B revelou níveis arqueológicos melhor preservados, nomeadamente estruturas e uma estratigrafia com vestígios antrópicos. Na área oeste foi identificada uma estrutura de combustão de planta sub-elipsoidal inserida numa depressão do afloramento rochoso e delimitada por blocos pétreos de média dimensão de xisto e quartzo. Encontravam-se associados a esta estrutura vários artefactos, “cerca de uma centena de fragmentos cerâmicos, correspondentes a cerca de uma dezena de recipientes, bem como a dois polidores e um fragmento de movente” (Idem, p. 101) e duas concentrações de carvões. Estas amostras antracológicas cobrem alguns elementos pétreos e recipientes cerâmicos partidos no local, que levam os autores a avançar com a possibilidade da existência de uma estrutura de madeira que terá ardido e ruído, destruindo esta área do povoado (Idem, p. 102). É ainda indicada a possibilidade de esta área de combustão apresentar duas zonas distintas de utilização – uma área doméstica e outra de despejo de detritos.



"AS PEDRAS COMO UTENSÍLIOS" – BREVE APROXIMAÇÃO

Não sendo o foco essencial deste trabalho, parece-nos pertinente elaborar uma breve sùmula dos artefactos líticos provenientes do Alto da Madorra. Assim, fazem parte do conjunto 21 artefactos de pedra polida estando completamente ausente a pedra talhada. Os artefactos em pedra polida encontra-se genericamente bem preservados e, em alguns casos, completos. Identificaram-se, em termos de categorias morfológicas: um machado, duas enxós e um mar-

telo, normalmente associados a trabalhos agrícolas e de madeiras; cinco dormentes e cinco moventes, componentes de mós manuais para transformação de alimentos; oito seixos rolados, quatro dos quais com as superfícies lisas que poderão ter servido como polidores/alisadores.

A matéria-prima mais frequente é o anfibólito, mas também se assinalou a presença de granito e xisto.

"NO MEIO DOS CACOS" – TÉCNICA, POTES E ESTILOS

O conjunto é constituído por 137 fragmentos classificáveis num universo de cerca de 1100 fragmentos, provenientes de recolhas de superfície e de contextos de escavação dos dois sectores acima enunciados. Vários fragmentos de bojo permitiram colagens, in-

clusivamente possibilitando reconstituir grande parte da pança ou, num caso, reconstituir praticamente todo o recipiente² (Figura 2), o que sugere boas condições de preservação e que os recipientes, depois de fragmentados, foram deixados no local.



FIGURA 2 – RECIPIENTE EM PROCESSO DE RESTAURO (OFICINA RESTAURO ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES)

² Este recipiente encontra-se em processo de restauro na Oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes. Agradecemos ao Mestre Carlos Mendes e à Dr^a Joana Afonso.

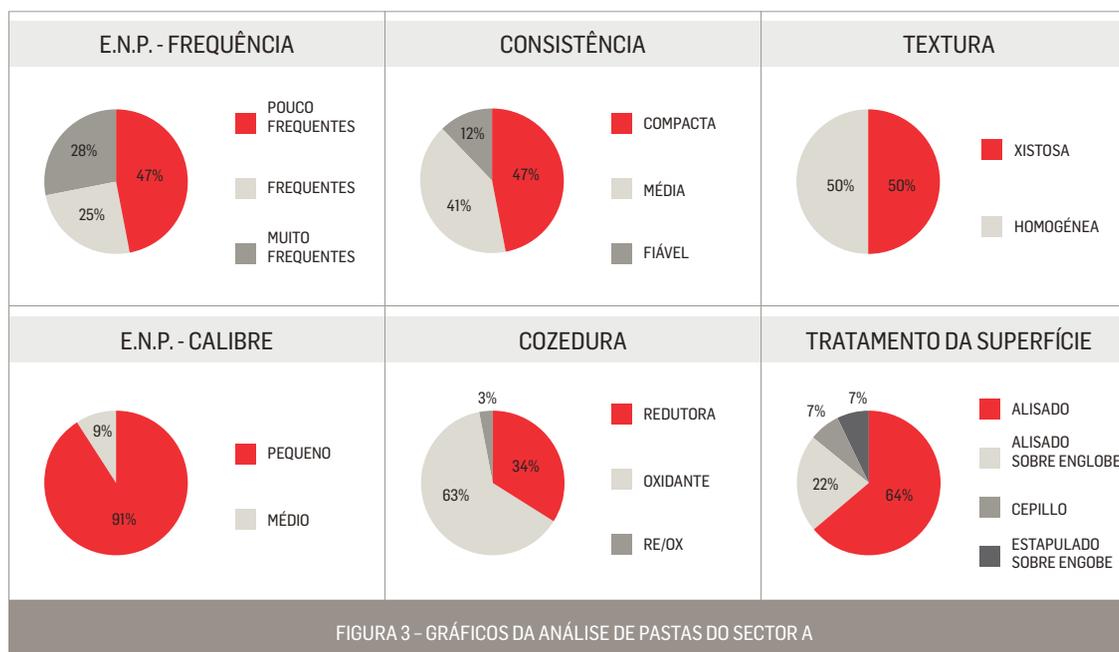


O conjunto irá ser analisado por sectores, uma vez que a estratigrafia indica uma fase de ocupação para cada um deles.

Os critérios de análise tecnológica utilizados encontram-se discriminados num trabalho anterior (Luís, 2010), apenas com adaptações pontuais adequadas a este conjunto. A tabela de formas foi construída com base nos protótipos enunciados por Senna-Martinez (1989), adaptados em Luís (2010).

O **Sector A** forneceu 72 fragmentos passíveis de classificação, dos quais se contabilizou um mínimo de 32 recipientes (Número Mínimo de Indivíduos).

Os recipientes apresentam pastas tendencialmente bem depuradas, com a presença maioritária de elementos não plásticos pouco frequentes de pequeno calibre (Figura 3). Em um quarto dos casos estes elementos são frequentes e em 28% são muito frequentes mas, ainda assim, associáveis a uma esmagadora maioria de pequeno calibre (91%).

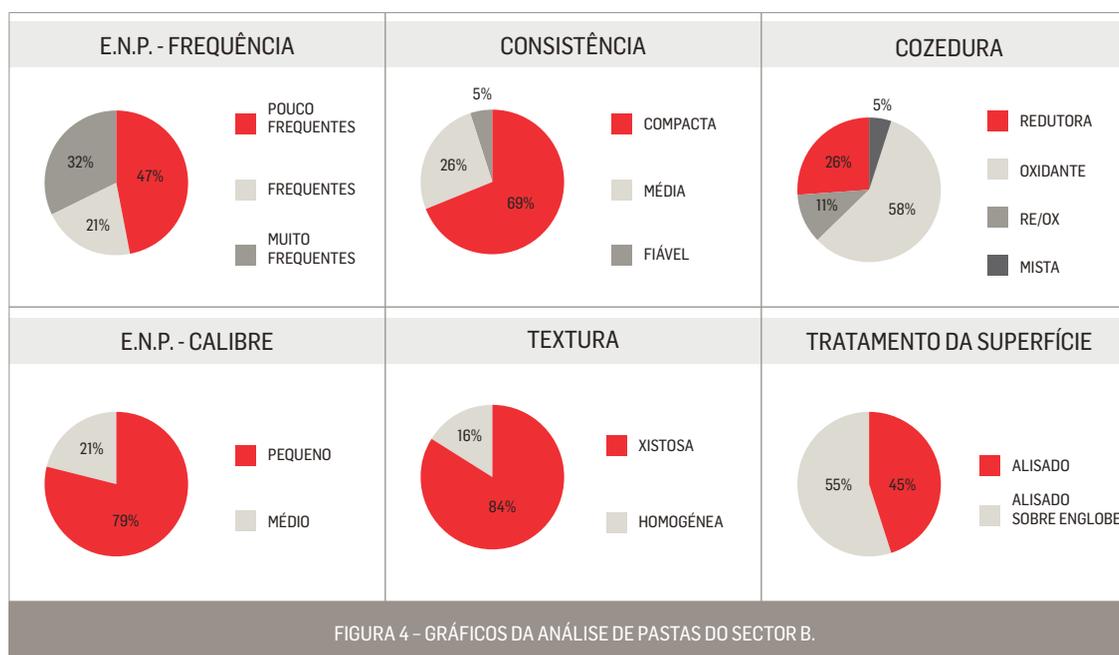


As pastas são normalmente compactas, mas revelam uma presença significativa de consistências médias; as texturas distribuem-se de forma igualitária entre xistosas e homogéneas. Há uma notória preferência por cozaduras oxidantes, ou seja, com tonalidades alaranjadas, em muitos casos em tons de laranja bem vivos. Os tratamentos de superfície são de difícil aferição atendendo ao fraco estado de conservação das superfícies, mas em vários casos foi possível determinar alisado simples, que predomina, conferindo um acabamento mais liso e uniforme aos recipientes; alisado sobre engobe, normalmente consistindo numa aguada vermelha que produz uma fina capa de impermeabilização; um caso de cepillo ou escovado; e um caso de espatulado sobre engobe. A maioria dos

fragmentos não apresenta sinais de rolamento, mas o estado de conservação das superfícies é mediano ou mau, o que parece indicar a sua preservação perto ou no local de abandono mas em condições pouco favoráveis, de que poderemos destacar a acidez dos solos xistosos associada ao elevado grau de erosão da superfície do cabeço (Carvalho et al., 1997, p. 97). Foram recolhidos, no sector B, 48 fragmentos classificáveis, com um número mínimo de 19 recipientes. Nos que diz respeito às pastas, os recipientes do **Sector B** exibem consistências predominantemente compactas e de textura xistosa. Os elementos não plásticos são na maioria pouco frequentes, mas com percentagens significativas de frequentes e muito frequentes; e de pequeno tamanho. Os fragmentos ten-

dem a apresentar colorações alaranjadas, reveladoras de uma cozedura tendencialmente oxidante, ou redutora com arrefecimento oxidante. Neste sector, apenas foram identificados dois tipos de tratamento de superfície, alisado simples em 45% dos casos e ali-

sado sobre engobe, sempre aguada vermelha, em 55 % dos casos. À semelhança do sector A, a maioria dos fragmentos apresenta-se sem vestígios de rolagem e com um estado de conservação regular e mau (figura 4).



Face ao exposto, os materiais provenientes dos dois sectores acima sintetizados não apresentam significativas diferenças de produção técnica. Apenas se regista uma maior diversidade de tratamentos de superfície no sector B, mas que pode estar simplesmente relacionado com condicionamentos de preservação, atendendo a que esta é a variável mais sensível e mais facilmente “camuflada” por fenómenos pós-depositivos.

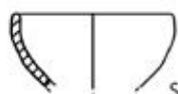
A percentagem de reconstituição de formas é relativamente baixa no conjunto, cerca de 23%, a que contribui o elevado grau de fragmentação dos recipientes. Em termos gerais, e tendo em perspectiva o

conjunto como um todo, a tabela de formas é pouco diversificada, como se pode verificar na (Figura 5), consistindo em recipientes abertos, as taças, com os subtipos 2.4 (taça hemi-elipsoidal funda) e 2.5 (taça em calote); e recipientes fechados, esféricos (forma 5), globulares (forma 6, subtipos 6.1 globular de colo vertical, 6.4 globular de colo estrangulado), esféricos achatados (forma 8) e vasos fundos tipo saco de paredes rectas (forma 13). O subtipo correspondente a esta última forma – 13.3 - foi identificado por Rebelo (2011) que o descreve como “[...]forma funda tipo saco mas com um bordo de perfil redondo exvertido” (Idem).

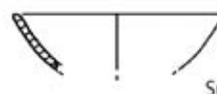
TABELA DE FORMAS - ALTO DA MADORRA

Formas Abertas

Taças (forma 2)



Subtipo 2.4



Subtipo 2.5

Formas fechadas

Esféricos (forma 5)



Subtipo 5.1

Globulares (forma 6)



Subtipo 6.1



Subtipo 6.4

Esféricos Achatados
(forma 8)

Subtipo 8.1

Vasos fundos tipo
saco (forma 13)

Subtipo 13.3

FIGURA 5 - TABELA DE FORMAS DO ALTO DA MADORRA.

No sector A apenas 12 fragmentos permitiram reconstituição morfológica, atendendo, uma vez mais, ao grau de fragmentação do conjunto e ao pequeno tamanho dos bordos. As formas abertas são aqui claramente minoritárias, representadas exclusivamente por dois exemplares das taças em calote. Dentro das formas fechadas sobressai o subtipo 5.1 dos esféricos com cinco exemplares e o subtipo 6.1 dos globulares com quatro exemplares. Além destes resta um exemplar de globular de colo estrangulado. Praticamente todos os fragmentos permitiram o cálculo de diâmetros do bordo, compreendidos genericamente entre os 14 e os 22 cm, podendo assim, representar recipientes de maior capacidade e,

consequentemente, não adequados ao consumo de alimentos, mas eventualmente ao seu armazenamento e produção. Uma das taças em calote apresenta um diâmetro de 5,6cm, podendo ser indicada para o serviço e consumo de alimentos.

Tal como no sector A, no sector B só 11 fragmentos permitiram reconstituição de forma. Estão presentes as taças (um recipiente de cada subtipo); os esféricos (três recipientes), os globulares (dois recipientes de cada subtipo) e um vaso fundo tipo saco. Parecem, aqui também, prevalecer as formas fechadas relativamente às formas abertas. Os diâmetros calculados para os recipientes deste sector seguem igualmente o

já apurado no sector A – maioria de bocais largos, entre os 13 e os 21 cm. Um dos esféricos apresenta um diâmetro excepcional, com 30 cm, sendo, portanto, um recipiente de grandes dimensões (a sua pança apresenta como diâmetro máximo 35,6 cm).

Gostaríamos, no entanto, de sublinhar que as considerações acerca da funcionalidade dos recipientes são, à falta de indicadores mais concretos, apenas atribuições genéricas baseadas no senso comum (“o que existe habitualmente num espaço doméstico”) e na tradição etnográfica e arqueológica, não esquecendo que muitos dos recipientes poderiam ser multifuncionais.

Estamos, aqui, a extrapolar tipos morfológicos tendo como base essencialmente a forma do bordo e seu desenvolvimento para a pança do recipiente. Excepcionalmente as formas simples, recorrendo à esfera e a segmentos de esfera como conceito mental e geométrico

do oleiro, raramente conseguimos, neste tipo de conjunto muito fragmentado, reconstituir integralmente os recipientes. Resulta difícil a identificação fragmentos de base por si só, na totalidade ou na maioria convexas e por isso facilmente confundíveis com partes de parede, e particularmente árduo associa-las a bordos. No espólio cerâmico em discussão apenas foram recuperados três fragmentos de base, duas convexas aplanadas e uma plana; que constituirão a exceção no conjunto pelas razões enunciadas.

Foram recuperados 89 fragmentos com decoração (40 no Sector A e 33 no Sector B), sempre elaborada no lado exterior do recipiente; apenas um único exemplar apresenta decoração no lábio. Estes motivos decorativos foram elaborados utilizando alguma variedade de técnicas, em alguns casos recorrendo a mais que uma no mesmo recipiente: incisão simples; impressão simples; incisão e impressão; incisão penteada; boquique; incisão e boquique. (Figura 6)

TÉCNICAS DECORATIVAS

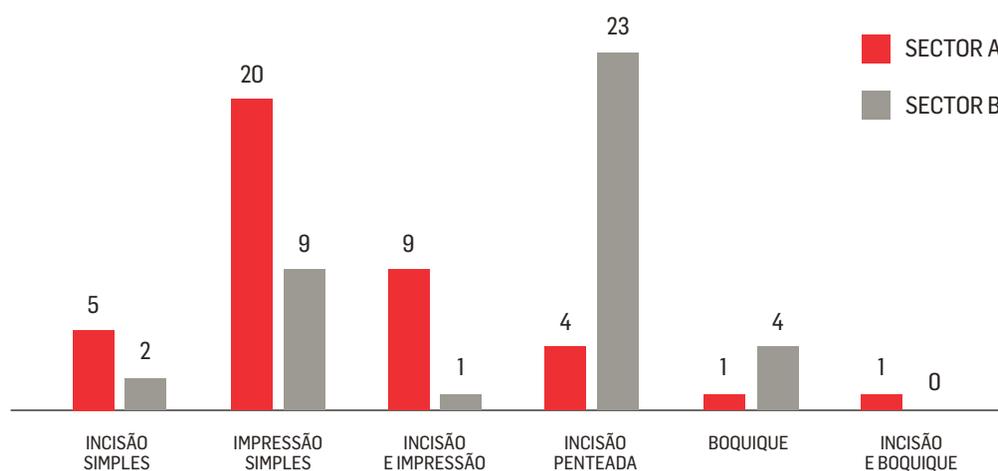


FIGURA 6 – GRÁFICO COMPARATIVO DAS TÉCNICAS DECORATIVAS POR SECTORES.

No sector A predomina claramente a impressão simples, seguida do recurso conjunto à incisão e impressão; as restantes técnicas são minoritárias. O sector B apresenta dados diferentes, sendo aqui maioritária a incisão penteada, seguida da impressão simples, estando complexamente ausente a incisão e o boquique no mesmo fragmento.

A análise dos motivos decorativos permitiu a criação de três grupos principais atendendo a dois critérios

fundamentais – a técnica de execução e o “ar de família” (ou semelhanças estilísticas) dos próprios motivos (Figura 7). Assim, o primeiro grupo de motivos decorativos é constituído pelos “penteados” que aparecem sob quatro formas genéricas: semicírculos concêntricos (1-a); linhas irregulares (1-b); bandas de linhas paralelas onduladas, só numa banda junto ao bordo ou em várias bandas ao longo do recipiente (1-c) e ainda bandas de linhas horizontais paralelas (1-d).

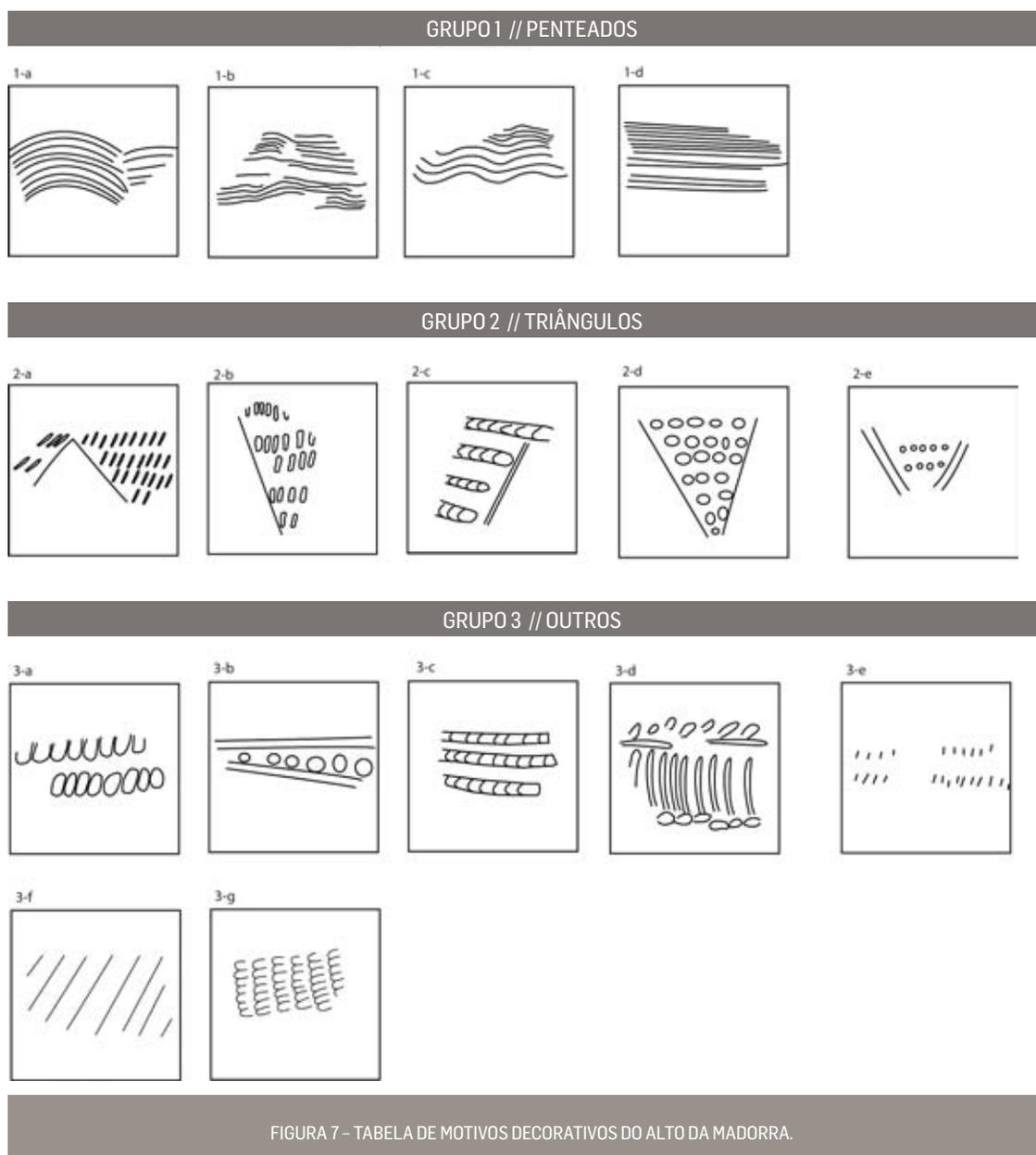


FIGURA 7 - TABELA DE MOTIVOS DECORATIVOS DO ALTO DA MADORRA.

O segundo grupo é estruturado em torno de um motivo nuclear, o triângulo. Os triângulos são definidos por duas linhas incisas e preenchidos com recurso a diferentes técnicas e utensílios criando assim distintos motivos/estilos –impressões oblíquas a punção lateral, dispostas em linhas paralelas (2-a); impressões subrectangulares/subquadrangulares colocadas em linhas paralelas (2-b); linhas horizontais a boquique (2-c); impressões circulares em linhas paralelas (2-d); impressões de pequenos pontos, em linhas paralelas (2-e).

O terceiro grupo de motivos decorativos engloba motivos variados que raramente se repetem, nome-

adamente: impressões subrectangulares de cantos arredondados, colados uns aos outros (3-a); duas linhas incisas (pequenas caneluras?) com impressões circulares entre elas (3-b); linhas paralelas a boquique ou formando métopas (3-c); pequenos puncionamentos arredondados acima de uma banda de incisões verticais finas, por sua vez, acima de novos puncionamentos arredondados irregulares (3-d); pequenas impressões finas em linhas paralelas, por vezes em métopa (3-e); linhas incisas oblíquas (3-f); bandas de impressões a pente lateral interrompidas por brunimento, formando métopas (3-g). Estes motivos podem fazer parte do preenchimento de triângulos, simplesmente, atendendo ao pequeno tamanho da



maioria dos fragmentos não os pudemos identificar. No sector A estão presentes os motivos 1-b; 1-c; 2-a; 2-b; 2-d; 2-e; 3-a; 3-b; 3-c; 3-d; 3-e. Predominam claramente os motivos à base da impressão simples, 3-a (que poderão eventualmente constituir parte do preenchimento de um triângulo semelhante a 2-b), e, em menor número, 3-e. Os triângulos estão também representados com 9 fragmentos.

No sector B o grupo de motivos decorativos dominante é o primeiro, das cerâmicas decoradas a pente; no qual é absolutamente preeminente o motivo 1-c com 15 exemplares, mas também se assinalam os motivos 1-a; 1-b e 1-d. Os triângulos são aqui pouco expressivos, apenas com 3 fragmentos. Estão ainda presentes as organizações 3-c e 3-e, com três fragmentos cada (Figura 8).



FIGURA 8 - EXEMPLOS DE FRAGMENTOS DECORADOS - TRIÂNGULOS E "PENTEADOS".

"PÔR CACOS EM CONTEXTO"

O conjunto cerâmico do alto da madorra pauta-se, pelo exposto, pela simplicidade do repertório formal, recorrendo a formas abundantemente reproduzidas em vários contextos neo-calcolíticos. São formas construídas à base de esferas e segmentos de esferas e apenas recorrendo a formas compósitas no caso dos globulares. Por estas razões constituem fracos marcadores cronológicos e culturais.

O repertório de técnicas e motivos decorativos não é muito abundante mas denota-se uma intenção de variar técnicas dentro de estilos conseguindo assim obter diferentes motivos decorativos. O conjunto pauta-se pela forte presença das cerâmicas pentea-

das, especialmente no sector B, a par da assinalável presença de triângulos preenchidos e diferentes arranjos com impressões de diferentes matrizes. Estes três elementos compõem indicadores de uma comunidade humana integrável no terceiro milénio a.C., a que a presença de cerâmicas penteadas parece "arrastar" para meados ou até para a sua segunda metade.

Trás-os-Montes, oriental especificamente, apresenta ainda lacunas quanto ao conhecimento do povoamento e das dinâmicas de interação cultural entre comunidades no terceiro milénio. Estão identificados vários sítios, atendendo aos habituais fós-



seis directores cerâmicos – “penteados”, triângulos – mas poucos são os escavados e sobretudo, escassos os que apresentam uma diacronia de ocupação e/ou datações radiométricas. Neste contexto, surge como excepção Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela), um dos sítios chave para a compreensão da diacronia das comunidades pré-históricas regionais. Este sítio forneceu uma sequência estratigráfica com vários momentos de ocupação entre o neolítico antigo e o calcolítico com os respectivos elementos da cultura material e com várias datações por radiocarbono (Sanches, 1997). Por estas razões e pela proximidade geográfica com o sítio aqui em discussão, considera-se pertinente atentar aos materiais cerâmicos deste abrigo em primeiro lugar. O nível de ocupação que apresenta mais semelhanças com o nosso conjunto é o nível I, a última fase de ocupação, “vocalionada para o armazenamento, o qual invade todo o espaço interior do abrigo, à excepção de uma área limitada” (Idem, p. 126). Neste nível predominam as decorações elaboradas com recurso à incisão penteada, tal como no sector B do Alto da Madorra; mas encontram-se bem representadas as impressões simples e os triângulos. Neste sentido, identificam-se semelhanças entre os motivos do Alto da Madorra e as organizações decorativas I1-g, métopas, neste caso através de puncionamento arrastado (Sanches, 1997, vol. II, p. 132); II1-d, e, triângulos com vários tipos de preenchimento (Idem, p. 133); III2, sequências de punçionamentos (Idem, p. 134); V2- a, b, c, d, e, incisão penteada utilizada para formar linhas paralelas, bandas de linhas ondulantes e semicírculos concêntricos (Idem, p. 135); e, finalmente, V3, vários tipos de métopas a incisão penteada (Idem, p. 136). No Alto da Madorra estão completamente ausentes as formas e estilos decorativos de imitação campaniforme que ocorrem, em menor percentagem, no nível I do Buraco da Pala. Igualmente ausentes são outros tipos de organizações mais complexas e de carácter simbólico conhecidos neste nível ocupacional (Idem, p. 137-138). As datas obtidas para este contexto situam-no entre cerca de 2800 e 2500 a. C. (Sanches, 1997, p. 126).

O Crasto de Palheiros (Murça) apresenta uma ocupação intensa durante o terceiro milénio, materializada na construção de complexas estruturas arquitectónicas (taludes, plataformas, estruturas em materiais perecíveis etc.), distribuídas por várias fases (re) construtivas, em conjunto com o aproveitamento das excepcionais condições naturais do sítio, conferem-lhe visibilidade e monumentalidade (Sanches,

2008). Constitui, assim, em termos nucleares, um sítio completamente distinto da ocupação simples, com estruturas igualmente simples, do Alto da Madorra. No entanto, parece importante destacar a presença de uma grande diversidade de organizações decorativas “penteadas” – em bandas lisas e onduladas e métopas; organizações de triângulos preenchidos com linhas incisivas, sequências de pontos; e ainda sequências de impressões com várias matrizes – circulares, subrectangulares, pontiagudas e a puncionamento arrastado (Sanches, 2008, p. 182-183). A panóplia decorativa deste sítio é, à semelhança do nível I do Buraco da Pala, muito mais rica e diversificada do que aqui se salienta, apenas se sublinham os pontos comuns com o que se apresenta para o Alto da Madorra. As cerâmicas penteadas são aqui as mais frequentes, enquanto “as organizações do fundo calcolítico mais antigo e mais frequente em Trás-os-Montes oriental: II (triângulos) III1 e III2 sobretudo realizados a punção (incisão e/ou não impressão não penteada), mantêm uma certa representatividade em ambos os recintos” (Idem, p. 127).

Já fora da área transmontana que aqui se vem mencionando, mas numa das áreas regionais vizinhas, o núcleo de sítios enquadráveis no terceiro milénio de Fornos de Algodres pode contribuir para esta discussão (Valera, 2007). A presença conjunta de cerâmicas decoradas com incisão penteada e triângulos preenchidos ocorre no sítio da Malhada, com alguma diversidade dos segundos e menor dos primeiros, sendo no entanto minoritário um outro tipo de organizações decorativas estruturadas em torno de espinhados (Idem, p. 144-149). Estão aqui igualmente presentes vários tipos de sequências de impressões e de métopas semelhantes ao Alto da Madorra. A fase de ocupação com estes artefactos está datada por C14 e termoluminescência de meados do IIIº milénio (aproximadamente 2800-2300 a.C.) (Idem, p. 163). O sítio da Fraga da Pena apresenta uma panóplia de motivos decorativos pouco diversificada, mas na qual inclui “espinhados”, “triângulos” e “penteados”, tal como na Malhada, mas apresenta já alguns recipientes e motivos decorativos de tipo campaniforme (Idem, p. 234-243). As datas obtidas para a Fraga da Pena, enquadram-na em finais do terceiro milénio ou já na transição para o segundo (Idem, p. 252).

É difícil e até arriscado associar totalmente o conjunto do Alto da Madorra a qualquer um dos contextos aqui mencionados. Provavelmente a sua ocupação



encontrar-se-á em meados ou mesmo já segunda metade do III^o milénio atendendo às datas do Buraco da Pala, do Crasto de Palheiros e da Malhada. Uma cronologia mais fina não é, por ora, possível.

A descoberta, em meados do século XX, de duas alabardas de tipo Carrapatas (habitualmente integradas no Bronze Inicial) na freguesia que lhes deu nome (Bártholo, 1959) tem permitido pensar na possibilidade de, por um lado, fabrico local e de, por outro, estes artefactos poderem estar relacionados com um povoamento local. A localização do povoado da Madorra na freguesia e, segundo fontes locais, em local próximo do sítio de descoberta das alabardas, elevou o interesse relativamente ao povoado. Não possuímos, como vimos, nenhum indício de que o Alto da Madorra possa ter ultrapassado a fronteira do milénio. Nem há, que se tenha preservado ou reconhecido, nenhum indício de produção metalúrgica. O Alto da Madorra, pelos dados actualmente disponíveis, não veio esclarecer ou contribuir para a discussão sobre as comunidades produtoras deste tipo de artefactos. Os contextos de Bronze Inicial, nesta e em outras áreas transmontanas ainda se encontram por caracterizar. Esperemos que investigação futura possa vir progressivamente a iluminar esta questão.

O Alto da Madorra enuncia um tipo de povoado simples, de carácter doméstico, mas integrado no circuito das “grandes modas” artefactuais regionais. Ocupa um cabeço pouco destacado na paisagem mas com algum controle do território envolvente, onde provavelmente estariam os seus terrenos agrícolas. Mais fica por dizer. Olhámos, neste espaço, somente para o panorama da tecnologia e do estilo cerâmico, deixando para outras oportunidades reflexões mais extensas em torno do povoado/povoamento e de potencialidades económicas e culturais. Estabelecemos aqui comparações com contextos bem distintos entre si, uns de utilização/funcionalidade bem complexa, bem diferentes do Alto da Madorra. Mas, por ora, encontra-se dentro do possível.

Pretendeu-se, aqui, simplesmente focar um dos mais tradicionais veículos de aproximação ao passado, os vestígios materiais, ou se for permitido dizê-lo, e numa acepção funcionalista simplificadora, dos restos, até lixo, doméstico, mas que têm sempre uma história para contar. Este trabalho deve assim ser encarado como um ponto de partida.

Bibliografia

- BÁRTHOLO, M.L. (1959) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Vol. I, p.431-39.
- CARVALHO, P. et alii. (1997) – Os habitats pré-históricos do Alto da Madorra e Urreta de Mós (Macedo de Cavaleiros/Bragança). Em Busca do Passado, 1994/1997. Lisboa: Junta Autónoma das Estradas, p. 92-108.
- LUÍS, E. (2010) – A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: o Conjunto Cerâmico da Sondagem 2 do Sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- REBELO, B. (2011) - Os recipientes cerâmicos do sítio do Alto da Madorra. Cadernos Terras Quentes, 8, p. 55-62.
- SANCHES, M. J. (1997) – Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional. Porto: SPAE, 2 vols.
- SANCHES, M. J. (coord.) (2008) – O Crasto de Palheiros, Fragada do Crasto, Murça. Murça: Câmara Municipal.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- VALERA, A. (2007) - Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3^o milénio A.C. (Fornos de Algodres, Guarda). Fornos de Algodres: Câmara Municipal / Associação de Promoção do Património de Fornos de Algodres.







XAIRES

(MACEDO DE CAVALEIROS): UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO ARTEFACTUAL

José Manuel Quintã Ventura Mestre em Pré-História e Arqueologia pela F.L.U.L., Investigador do Projecto Terras Quentes. jmqtventura@yahoo.com

Elsa Luís Doutoranda em Arqueologia, UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) elsavluis@gmail.com

Patrícia Andreia Pinheiro Mestre em Arqueologia pela F.L.U.L., Investigadora do Projecto Terras Quentes. patricia.pinheiro@ist.utl.pt

1. LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE

O sítio arqueológico de Xaires localiza-se numa elevação de suave declive, com o topo aplanado onde se encontra o marco geodésico de Xaires, a cerca de 1,5 Km a SSE da povoação de Talhas (Cf. Figura 1). O local apesar de não apresentar, aparentemente, condições naturais de defesa, possui um bom domínio visual da paisagem. Parte da elevação encontrava-se lavrada, nomeadamente devido ao plantio de oliveiras e de searas.

Os solos são constituídos maioritariamente por xistos anfibolíticos, situando-se o sítio na bacia hidrográfica do rio Sabor, que se situa a cerca de 1,5 Km a Este em linha recta. Administrativamente, pertence à freguesia de Talhas, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, e cujas coordenadas são 6° 46' 46'' W e 41° 25' 34'' N (folha 79 da CMP 1:25000). Foi identificado pela primeira vez em 2004, no âmbito dos trabalhos de prospecção realizados para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, por uma equipa dirigida por Hélder Carvalho (Cf. Mendes, 2005: 48).

Foram então recolhidos, sobretudo na área aplanada a Leste do marco geodésico, muitos fragmentos de cerâmica manual, elementos de moagem, percutores em quartzo, entre outros.



FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE XAIRES NA CMP 1:25000, FOLHA 79.LOS E "PENTEADOS".



Posteriormente entre 2005 e 2007, foi o arqueossítio revisitado para se deprender o seu estado de conservação e potencial arqueológico, tendo sido então recolhidos mais alguns artefactos, dos quais salientamos: uma goiva, um machado e uma enxó, todos eles em anfíbolito polido, para além de vários fragmentos de cerâmica manual entre os quais, vários bordos e bojos decorados.



FOTOGRAFIA 2 - VISTA DO ARQUEOSSÍTIO EM FEVEREIRO DE 2006

2. AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

O arqueossítio foi intervenção em três campanhas consecutivas realizadas entre 2008 e 2010. Em 2008 realizou-se uma primeira intervenção com vista a determinar o estado de conservação, e a potência estratigráfica do arqueossítio. Na sequência destes trabalhos foi possível identificar um fundo de cabana em bom estado de conservação, bem como um conjunto de artefactos que permitiram a sua inserção cultural num Calcolítico regional (Cf. Carvalho, Ventura & Pinheiro, 2009).

Nas seguintes campanhas (2009 e 2010), continuou-se a definir os pisos de habitat anteriormente detectados, um dos quais associado possivelmente a um

negativo de buraco de poste. Estas estruturas assentavam – pelo menos no que diz respeito à área intervenção – em parte directamente sobre os xistos de base, ou então sobre um “empedrado”, o que denota desde já uma preparação prévia do solo. Infelizmente não foi possível determinar se estamos perante um único momento de ocupação, ou se existiram vários níveis de ocupação. É assim indubitável estarmos perante um espaço habitacional, com estruturas perenes baseadas em pisos de terra batida, e paredes e tectos de ramagens, consubstanciada pela recuperação de fragmentos de “barro de cabana” (XAIRES-1 67/09 e XAIRES-1 111/09) (Cf. Carvalho, Ventura & Pinheiro, 2009).

3. O CONJUNTO CERÂMICO

O conjunto cerâmico aqui apresentado é constituído por 172 fragmentos identificáveis: fragmentos de bordo, bordo decorado, colo, colo decorado, bojo decorado, base e colher. Em termos gerais, são fragmentos de pequeno tamanho com evidências de rolamento das arestas, indicando, por um lado, um elevado grau de dispersão dos materiais e, por outro, fracas condições de preservação dos recipientes. A esta afirmação não será alheia a forte presença de materiais de superfície – 113 fragmentos em 172 (65%).

Atendendo a que estamos provavelmente perante uma única fase de ocupação optámos por apresentar os resultados como um único conjunto. Foram

considerados os materiais de superfície no mesmo conjunto por dois motivos – uma fase de ocupação; a erosão e as destruições que o sítio sofreu foram trazendo à superfície vários artefactos.

A análise de pastas e de formas incidiu sobre o Número Mínimo de Indivíduos, num total de 64, do qual apenas 9 provêm de estratos arqueológicos conservados (unidades estratigráficas além da U.E. 0).

Os critérios de análise aqui utilizados encontram-se descritos e justificados em Luís (2010); a tabela de formas foi criada a partir de modelos já previamente publicados (Senna-Martinez 1989; Luís, 2010).

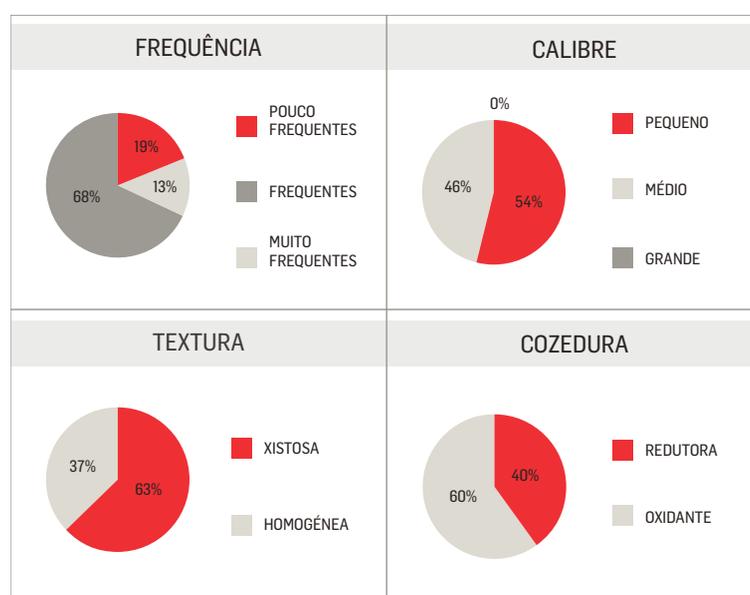
A. A PRODUÇÃO TÉCNICA

Os recipientes cerâmicos de Xaires são genericamente pouco diversificados no que diz respeito às pastas. O seu estado de conservação é genericamente regular mas com uma percentagem significativa de mau estado.

Apresentam elementos não-plásticos frequentes de pequeno e médio calibre, com consistências exclusivamente compactas; texturas predominantemente xistosas, mas percentagem significativa de homogénea. Há um equilíbrio de tipos de cozedura, ainda que com ligeira maioria de cozeduras oxidantes, sendo que estas últimas exibem tonalidades vivas

alaranjadas, contrastando com os tons cinzentos e bege escuro das redutoras.

O elevado grau de corrosão das superfícies dos fragmentos, provavelmente decorrente das adversas condições pós-deposicionais a que estiveram expostos, dificulta, senão impossibilita, a correcta aferição dos tratamentos de superfície. Apenas dois fragmentos preservam vestígios desses acabamentos, nomeadamente, no lado exterior, alisado sobre aguada vermelha e, no interior, alisado com aguada vermelha ou espatulado com aguada bege.



B. O REPORTÓRIO FORMAL

O conjunto exhibe uma baixa percentagem de reconstituição de formas, apenas 15,6% do NMI – 10 fragmentos, o que se deverá, mais uma vez, ao estado de conservação dos materiais. Esta baixa representatividade formal torna uma comparação estatística e percentual pouco fiável, de maneira a que passamos apenas a enunciar quais as formas e os subtipos presentes e respectiva frequência absoluta.

As formas abertas estão exclusivamente representadas pelas taças, forma 2, com os subtipos 2.4 (taça hemi-elipsoidal funda) – 2 exemplares; e 2.5, taça em calote – 3 exemplares; com um total de 5 recipientes. As formas fechadas reúnem os globulares, forma 6, com os subtipos 6.1 (globular de colo vertical) - 1

fragmento; e 6.4 (globular de colo estrangulado) – 3 fragmentos, num total de 4 recipientes; e ainda um fragmento da forma 8, esféricos achatados, subtipo 8.1 (esférico achatado). Neste sentido, verifica-se igual representatividade de formas abertas e fechadas (cf. Estampa II: Tabela formas)

Das formas recuperadas, só um fragmento tem contexto de escavação (exclui-se a U.E. 0), proveniente da U.E. 31, uma taça em calote.

Dos 10 fragmentos que permitiram a atribuição de forma, apenas 4 permitiram a reconstituição do diâmetro de bocal, o que se deve ao pequeno tamanho dos bordos e também à irregularidade do lábio.

Assim, um único fragmento da forma 2 apresenta diâmetro calculável, de 16,6 cm; da forma 6 foram calculados diâmetros de 14,8 e 17,8 cm; da forma 8 um diâmetro de 16,2 cm. Trata-se, portanto, de recipientes com diâmetros bocais grandes que sugerem alguma capacidade volumétrica. Associando estes dados às espessuras máximas medidas, entre 0,7 e 1 cm, pensamos que estes recipientes não se adequariam ao “serviço de mesa” mas sim a outras tarefas domésticas, como armazenagem quotidiana, transporte

e armazenagem de líquidos, sobretudo no caso dos globulares, etc.

Este conjunto morfológico é, assim, associado a tarefas domésticas, de produção e manipulação de alimentos, sendo os globulares especialmente indicados para a manipulação de líquidos. Não foram identificadas marcas de fogo nem quaisquer outros vestígios de utilização pelo que as inferências de funcionalidade são, essencialmente, especulativas.

C. AS DECORAÇÕES – TÉCNICAS E MOTIVOS

As gramáticas decorativas constituem um dos vetores de análise de recipientes cerâmicos com maior potencial informativo. Se por um lado, traduzem e reproduzem modas, estilos e gostos de determinada comunidade, por outro, são fortes veículos de comunicação cultural. O mapeamento dos motivos decorativos identificados em vários sítios arqueológicos pode fornecer informações fundamentais para a integração cronológica desses mesmos sítios, para o conhecimento das redes de contacto e de circulação entre comunidades mais ou menos próximas no espaço. A decoração é, na maioria dos casos, elemento imprescindível para a integração cultural de determinado sítio arqueológico.

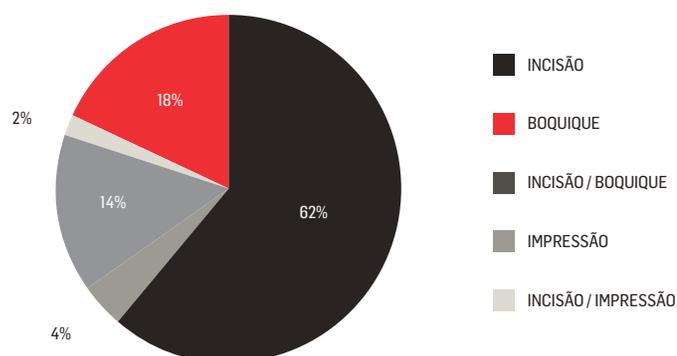
Estão, contudo, documentados casos de decoração no colo e no bordo dos recipientes, áreas de boa visibilidade para quem os manipula. A decoração não é elaborada somente nos recipientes de pasta fina e cuidada, mas também, e frequentemente, em recipientes de paredes mais espessas (cerca de 1cm aproximadamente) com pastas mais rudes, com elementos não-plásticos de médio e grande calibre, frequentes e muito frequentes.

A relação decoração – tipo morfológico é escassa no conjunto preservado, apenas tendo sido identificada em 3 taças e 2 globulares.

O sítio de habitat de Xaires conservou 119 fragmentos cerâmicos com decoração. Dentro do universo dos recipientes individualizados, 16 apresentam decoração o que perfaz 25% do total. Os motivos localizam-se quase exclusivamente na superfície externa sendo difícil identificar assertivamente o local concreto da decoração na medida em que se trata na maioria de fragmentos de pequeno tamanho.

Estão presentes as técnicas decorativas mais comuns, incisão simples, impressão simples, boquique (ou puncionamento arrastado) e a utilização conjunta de incisão e impressão e de incisão e boquique. Domina, neste particular, a impressão simples, com 63% das ocorrências; a incisão simples e a incisão/impressão são também frequentes, deixando o boquique uma presença quase vestigial.

TÉCNICAS DECORATIVAS





Os motivos decorativos foram organizados numa tabela síntese com os seguintes critérios – organizações decorativas/motivos compostos e técnicas decorativas nos motivos simples (cf. Estampa III: Motivos decorativos)

O grupo 1 sintetiza os motivos compostos, estruturados em torno da figura que cremos central, o triângulo preenchido. Estes são sempre representados com o vértice voltado para baixo como parece ser a norma nos fragmentos que permitem orientação (colo/bordo) em Xaires e em outros sítios arqueológicos de Trás-os-Montes. Não excluímos, no entanto, a possibilidade de estes terem apresentado outra orientação. Os triângulos são sempre delimitados por linhas incisivas convergentes num vértice e preenchidos com recurso a diferentes técnicas e motivos que constituem os subtipos por nós considerados: 1-a sequência, horizontais e paralelas de pontos impressos; 1-b sequências horizontais e paralelas de impressões sub quadrangulares e sub rectangulares; 1-c sequências horizontais e paralelas de impressões oblíquas a punção lateral; 1-d linhas incisivas paralelas; 1-e linhas horizontais paralelas a boquique.

No grupo 2 estão representados os restantes motivos compostos: 2-a sequência de pequenas incisões sub

rectangulares acima de uma linha incisiva; 2-b traços incisivos oblíquos em direcção a um vértice, acima de duas linhas a boquique; 2-c linhas incisivas oblíquas (aparentemente caóticas) acima de uma linha de boquique pouco profunda.

O grupo 3 apresenta os motivos impressos: 3-a sequências de impressões circulares; 3-b sequências de impressões circulares organizadas em métopas; 3-c sequência de ungulações; 3-d sequências horizontais de impressões a punção lateral; 2-e linhas horizontais a boquique; 3-f sequência de impressões sub rectangulares. Alguns destes motivos podem ter sido preenchimento de triângulos.

Por último, o grupo 4 apenas apresenta dois motivos incisivos pouco significativos no conjunto, que podem fazer parte de motivos mais complexos: 4- a linhas incisivas oblíquas; 4-b duas linhas paralelas incisivas.

O grupo melhor representado é o 3, com 38 exemplares, dentro do qual predomina claramente o motivo 3-a, seguido do 3-f. Os triângulos encontram-se igualmente bem representados, com 12 exemplares, nos quais dominam os motivos 1-a e 1-b. Os grupos 2 e 4 apresentam apenas 1 ou 2 exemplares de cada motivo (cf. Estampa II)

D. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPÓLIO CERÂMICO

O repertório cerâmico proveniente de Xaires é testemunho dos vários fenómenos pós-deposicionais a que o sítio esteve sujeito; o elevado grau de erosão e fragmentação do conjunto certamente reduziram o seu potencial informativo. No entanto, os dados que pudemos obter no estudo acima descrito permitem-nos conceber algumas reflexões sobre o contexto crono-cultural deste sítio arqueológico.

Os tipos morfológicos identificados integram-se no conjunto de formas amplamente conhecidas para contextos da pré-história das sociedades camponesas, estando presentes em inúmeros sítios do norte de Portugal. Dificilmente por si só constituem indicadores cronológicos específicos, o que, aliado à sua reduzida quantidade, não nos oferece segurança numa atribuição cronológica precisa. Simplesmente, por ausência de outros tipos, nos remetem para um ambiente entre o neolítico e o calcolítico, regionais. Cairá, assim, sobre os ombros dos motivos decorativos a

responsabilidade de uma caracterização histórica mais detalhada.

Como elementos decorativos mais significativos do conjunto encontramos os triângulos, com alguma diversidade de soluções no preenchimento; as organizações em métopa (ou seja, a alternância de espaços decorados com espaços lisos); e as sequências de impressões – simples ou com recurso ao puncionamento arrastado/boquique. Por outro lado, a ausência total da incisão penteada, que em muitas situações surge associada aos triângulos preenchidos, constitui um outro vector a ter em consideração.

Olhando para a evidência disponível para o Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela), encontramos algumas similitudes com os dados relativos aos níveis III e II (Sanches, 1997). O nível III apresenta uma ocupação de carácter habitacional cujo repertório decorativo se apresenta pouco diversificado, no qual predominam



os motivos III1 e III2 – linhas incisas simples ou com pequenas linhas incisas verticais (semelhante ao motivo 2-a de Xaires) e sequências de impressões, por vezes organizadas em métopas (semelhantes aos motivos 3-b e 3-e de Xaires), respectivamente; e ainda os motivos II – triângulos preenchidos com sequências de impressões (Idem, p. 119). As datas situam este nível no último quartel do IV^o milénio “embora possa ter-se prolongado para os inícios/1^o quartel do III^o milénio a.C.” (Idem, p. 118). O nível II, agora com evidências de armazenagem de bens alimentares, apresenta uma maior diversidade de motivos decorativos, dominando igualmente a organização decorativa III, agora com maior variedade de soluções, seguida da organização II, os triângulos, também estes bastante diversificados. Estão, contudo, ausentes em Xaires as organizações decorativas I – vários triângulos ou linhas quebradas com várias linhas incisas paralelas apresentados de diferentes formas compondo decorações mais geométricas (Idem, vol. II, p. 140); e XXIV, XXV; XXIV; XXIX – diversos motivos elaborados a pontilhado reproduzindo, por exemplo, linhas ondulantes (Idem, vol. II, p. 143). Este último nível apresenta datas situadas entre 2800 e 2500 a.C., portanto, primeira metade do III^o milénio cal a. C. (Idem, p. 122).

No povoado do Barrocal Alto (Mogadouro) estão representados vários motivos decorativos dos quais destacamos as organizações decorativas II-B, provenientes dos sectores V; VI e VII – triângulos incisos preenchidos por impressões simples circulares ou por puncionamento arrastado, semelhantes aos motivos 1-a e 1-e de Xaires; e III, grupo maioritário tal como no Buraco da Pala, sequências de punçamentos simples e arrastados, por vezes organizados em métopas com diferentes tipos de apresentação e provenientes de vários sectores de escavação (Sanches, 1992, p. 124-125), com semelhanças com o grupo 3 de Xaires. Estes materiais são provenientes da primeira fase de ocupação datada, genericamente,

4. O CONJUNTO LÍTICO

No estudo dos artefactos provenientes deste arqueossítio, utilizámos a mesma abordagem metodológica, desenvolvida para outros conjuntos artefactuais, de modo a se poder estabelecer possíveis correlações (cf. Leroi-Gourhan, 1968; Tixier, Inizan & Roche, 1980; Senna-Martinez, 1989; Zilhão, 1994 e 1997; Carvalho 1998; Ventura, 1998; Matos, 2011 e Pinheiro,

dos inícios do III^o milénio (Idem, p. 111)

Poucos são os sítios que apresentem sequências estratigráficas estudadas e datadas, como acontece no Buraco da Pala, no território transmontano, sobretudo que apresentem as características decorativas que procuramos.

O núcleo de sítios do terceiro milénio estudado na área de Fornos de Algodres (Guarda – Valera, 2007) apresenta, em termos globais, diferenças significativas relativamente aos contextos transmontanos e a Xaires em particular, não nos permitindo, deste modo, cruzar os motivos decorativos com nenhum contexto em particular. Neste núcleo, concretamente nos sítios do Castro de Santiago (Idem, p. 89-92) e da Malhada (Idem, p. 143-150) são predominantes, em termos gerais, os motivos espinhados, apresentando os triângulos menor percentagem. São igualmente frequentes os motivos penteados.

Estamos conscientes que o caminho que seguimos para a integração cronológica de Xaires pressupõe a comparação entre contextos com um determinado “pacote decorativo”. Pesquisámos segundo critérios de presença/ausência, cientes de que a diversidade de escolhas estilísticas é, entre outros, uma escolha e uma adopção cultural de cada comunidade e que esses pacotes não serão integrados de forma integral e igualitária. Mas, à falta de datações por radiocarbono, pareceu-nos o caminho a seguir. Escolhemos, como variáveis, os triângulos e as sequências de impressões porque maioritárias no nosso conjunto mas considerámos, da mesma forma, a ausência de motivos penteados e espinhados. Os contextos mais próximos que apresentam estas características, de forma geral, são os níveis III e II do Abrigo do Buraco da Pala e o nível mais antigo do Barrocal Alto. Assim, pela similitude decorativa, pensamos poder situar a ocupação pré-histórica de Xaires entre os finais do IV^o /primeira metade do III^o milénios.

2013), procurando-se organizá-los através da elaboração de matrizes de estados de atributos, a partir das quais se tentou estabelecer a respectiva classificação tipológica, para posteriormente poderem ser enquadrados e comparados num panorama mais amplo.

Como foi já salientado anteriormente, o conjunto de

artefactos proveniente do arqueosítio Xaires-1, resulta de duas ações distintas: por um lado recolhas de superfície e recolhas em situação de escavação.

Se no primeiro caso, a amostra apresenta-se extremamente limitada, em termos de quantidade, destacando-se no entanto, alguns elementos não presentes nas recolhas provenientes das intervenções arqueológicas.

Assim, os materiais líticos recuperados do arqueosítio de Xaires-1 são os que se encontram patentemente no **Quadro 1** discriminados por matérias-primas e Unidades Estratigráficas (UE.) onde Sup corresponde às recolhas de superfície, efectuadas durante as diversas prospecções ao local, devidamente identificadas, que diferenciámos das recolhidas da UE.0 durante as intervenções.

QUADRO 1 // XAIRES-1: INVENTÁRIO DOS ELEMENTOS LÍTICOS

	UNIDADE ESTRATIGRÁFICA ¹								Total	%
	Sup	0	1	20	31	5	34			
FLANCOS DE NÚCLEOS EM QUARTZO	***	2	1	***	***	***	***	3	3,1	
PERCUTORES EM QUARTZO	***	1	***	***	1	***	***	2	2,2	
PERCUTORES EM QUARTZITO	***	1	***	***	***	***	***	1	1,0	
SEIXO ROLADO EM QUARTZITO	***	1	1	***	***	***	***	2	2,2	
SEIXO ROLADO EM XISTO	***	2	1	***	1	***	***	4	4,2	
ELEMENTOS DE MOAGEM EM XISTO	1	2	***	***	***	***	***	3	3,1	
RESTOS DE DEBITAGEM EM QUARTZO	2	17	6	1	11	1	***	39	42,3	
RESTOS DE DEBITAGEM EM ÁGATA	***	***	1	***	***	***	***	1	1,0	
PRODUTOS DEBITADOS EM QUARTZO	***	5	5	2	3	1	***	16	17,3	
UTENSÍLIOS EM XISTO	3	1	***	***	1	***	***	5	5,4	
UTENSÍLIOS EM QUARTZO	1	5	5	***	***	1	1	13	14,1	
UTENSÍLIOS EM ANFIBOLITE	4	***	***	***	***	***	***	4	4,2	
TOTAL	11 (%)	37 (%)	20 (24%)	3 (3,1%)	17 (%)	3 (3,1%)	1 (1%)	92	100	

Alguns aspectos são de reter neste inventário: o relativo equilíbrio entre a categoria «restos de debita-gem» sobre os utensílios e produtos debitados, com 43,3% para os primeiros e 41% para os segundos, consubstanciando um carácter habitacional do arqueosítio, em complemento com a presença de percutores e elementos de moagem, ainda que escassos. Deva-se salientar que, ao contrário dos elementos cerâmicos, mais valorizados nas recolhas de superfície, os materiais líticos provêm na sua grande maioria de recolhas efectuadas nas áreas escavadas nas três campanhas efectuadas nesta estação (89% da amostra).

Outro aspecto a reter, será a total dominância das matérias-primas locais em todas as categorias, com

99% dos casos registados, isto considerando os restos de debita-gem [Xaires-1 9/2008] em ágata, recolhido da UE.1, na Campanha 1/2008, que parece corresponder a uma matéria-prima exógena à zona, situação que ainda não podemos confirmar, ainda que possam ocorrer em zonas mais a norte, nomeadamente no concelho de Chaves.

Infelizmente existem poucos estudos onde se têm abordado as realidades do talhe em ambientes pós-paleolíticos a norte do Douro, pelo que com raras excepções faltam-nos dados que nos permitam relacionar este conjunto com outros devidamente enquadrados crono-culturalmente.

Isto deve-se sem dúvida à preferencial valorização

¹ Relembre-se que a UE.1 em conjunto com a UE.20 e UE.31 correspondem a uma matriz de terras castanhas, onde eram visíveis diversos sulcos do arado, que remexeu o solo para o plantio do olival, por isso camadas remexidas; a UE.5 em conjunto com a UE.6 e UE.4, correspondem ao topo do piso de ocupação (Piso 1), tendo os materiais sido integrados nesta matriz, aquando da sua criação/utilização; e por fim a UE.34, corresponde ao enchimento de um «buraco de poste» estruturado, associado ao «Piso 2» de habitação detectado no arqueosítio

dos elementos cerâmicos nos arqueosítios na Pré-História recente, escasseando elementos que vão para além da mera descrição da componente lítica.

No actual momento, podemos considerar regionalmente apenas dois estudos, um relativo ao Buraco da Pala, Mirandela (Sanches, 1997) e outro relativo à Fraga do Corvos, Macedo de Cavaleiros (Matos, 2011), complementados por estudos relativos a arqueosítios na zona de Chaves (Jorge, 1986), Foz Côa (Carvalho, 2004) aos quais podemos também adicionar um arqueosítio em Zamora (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán, 2008).

No Buraco da Pala, Nível II – que julgamos, pela análise dos recipientes cerâmicos e da sua decoração, ser coevo a nível arqueológico com o arqueosítio de Xaires-1 – a dominância do Quartzo e de outras matérias-primas locais atinge os 91% (Sanches, 1997:44), com o Quartzo isolado, a constituir 65% da amostra, situando-se, em Xaires-1, esse valor nos 84,9% para o Quartzo, enquanto a percentagem para o total de matérias-primas locais, se situa nos 98,8%, confirmando a preferência pelas matérias-primas locais, bem como indiciar dificuldades no acesso a outras fontes de aprovisionamento.

No caso da Fraga dos Corvos, sector A – relembre-se integrável na Primeira Idade do Bronze regional – a predominância do Quartzo como matéria-prima primordial é de 63%, com o quartzo leitoso a atingir os 32% (Matos, 2011:41), dominância essa que é total no caso da amostra de Xaires-1, com a ausência de outras variedades de quartzo.

Aqui encontramos um primeiro ponto em comum, com outros arqueosítios regionais, onde ocorre a preferência ou mesmo exclusividade da utilização de matérias-primas locais, em especial para o quartzo e o xisto.

Um dos aspectos a não esquecer, será sem dúvida a facilidade de acesso a fontes de aprovisionamento locais, como sejam os filões e blocos de quartzo e

xisto disponíveis localmente, correspondente a uma estratégia de aprovisionamento directo e dentro da exploração do território imediato de captação de recursos, dos arqueosítios.

A presença de seixos rolados, maioritariamente em Quartzo, ainda como presença de elementos em quartzito e xisto, parece indicar uma estratégia mista de abastecimento, por um lado objectiva, no caso de Quartzo leitoso, para o talhe preferencial de produtos alongados e de utensílios e por outro, oportunista e provavelmente casual, associada à deslocação periódica aos cursos de água mais próximos, dos quais destacamos o rio Sabor.

A área de implantação do sítio caracteriza-se, do ponto de vista geológico, pelo domínio de séries metamórficas paleozóicas presididas por xistos e quartzofilitos ordovícicos, de onde destacamos os xistos anfíbolíticos, que compõem a Formação de Macedo de Cavaleiros (Pereira, s/d). Existe ainda a ocorrência de liditos e jaspes, que poderiam ser também utilizados na debitage, mas não detectados na amostra.

No que diz respeito à análise funcional da indústria de pedra talhada este foi efectuado conforme moldes já anteriormente desenvolvidos por alguns dos signatários (Ventura, 1998 e Pinheiro, 2012), e apenas envolveu os elementos encontrados em situação de escavação, com excepção dos utensílios polidos, devido à sua ausência em contextos de escavação.

Foram os mesmos classificados em três categorias: Núcleos; materiais de preparação/reavivamento; produtos de debitage não modificados por retoque, constituindo potenciais suportes, com componentes de utensílios ou utensílios em bruto (Tixier, Inizan & Roche, 1980; Carvalho, 1998; Ventura, 1998; Matos, 2011) e utensílios, ou seja, produção lítica modificada por retoque. Na primeira fase desta análise, foi possível determinar os artefactos patentes no Quadro 2.

QUADRO 2 // XAIRES-1: INVENTÁRIO DA INDÚSTRIA LÍTICA DE PEDRA LASCADA (N=72)

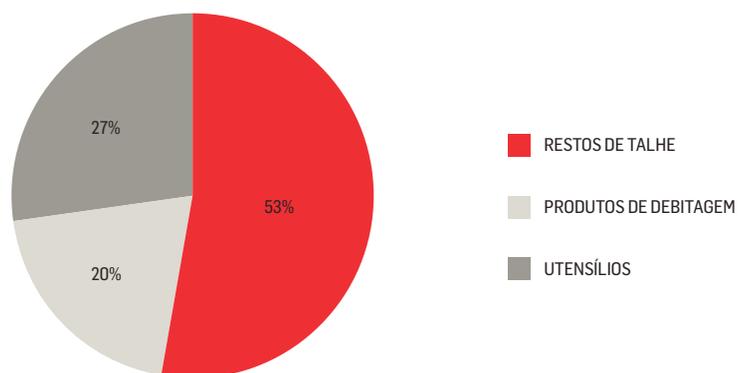
	Ágata	Xisto	Quartzo	Total	%
Flancos de Núcleo	***	***	3	3	4,2
Material Residual (Restos de Debitagem)	1	***	39	40	55,6
Lascas parcialmente corticais	***	***	1	1	1,4
Lamelas	***	***	6	6	8,3
Lamelas parcialmente corticais	***	***	2	2	2,8
Lâminas	***	***	4	4	5,5
Lâminas parcialmente corticais	***	***	4	4	5,5
Furador sobre lasca	***	***	1	1	1,4
Furadores sobre lâmina	***	***	2	2	2,8
Buril ***	***	1	1	1,4	
Pontas de seta	***	1	***	1	1,4
Raspadores	***	***	7	7	9,7
Total	1 (1,4%)	1 (1,4%)	70 (97,2%)	72	100

Mais uma vez verifica-se a dominância do quartzo, como matéria-prima de eleição, por parte da comunidade que ocupou Xaires-1, atingindo 97% da amostra, estando totalmente ausente o sílex, ao contrário de outros arqueosítios, como por exemplo o Buraco da Pala e, surgindo no presente sítio o já referido resto de debitage em ágata.

Como já foi inferido, este predomínio de matérias-primas locais não é rara, quer regionalmente, como

supra-regionalmente, verificando-se, para além dos arqueosítios já referidos em Mirandela, em momentos atribuíveis ao Calcolítico inicial regional e, em Macedo de Cavaleiros, em ambientes da Primeira Idade do Bronze, bem como no “Santuário” de El Pedroso, em Zamora (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán, 2008), integrável num espectro crono-cultural mais amplo, desde um Neolítico Final-Calcolítico regional até à Idade do Bronze.

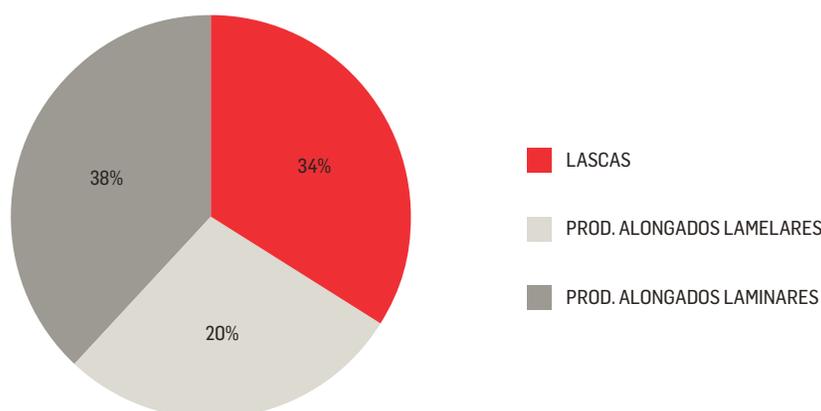
RELAÇÃO RESTOS / PRODUTOS / UTENSÍLIOS (n=8)



No que diz à relação entre restos de debitação, produtos debitados e utensílios, é manifesto a dominância de restos de talhe ou de debitação, correspondendo a 53% das ocorrências, seguidas pelos utensílios (27%), só depois os produtos de debitação (20%), indiciando antes de mais a presença de

debitagem dentro da área do habitat – consubstanciada pela presença de 3 pequenos flancos de núcleo em quartzo – não eliminando, no entanto a hipótese de parte da debitação, ser efectuada na área de captação da matéria-prima.

MÓDULO DE DEBITAGEM (n=9)



Os dados disponíveis parecem indicar uma estratégia de debitação baseada em dois módulos: produtos alongados (66%), alguns deles orientados para a produção de utensílios, responsáveis por 25% das ocorrências nesta categoria, e secundariamente para a produção de lascas (34%), que apesar de minoritárias no módulo de debitação primário, constituem o suporte preferencial da maioria dos utensílios recuperados (75%), em especial com a presença maioritária (na amostra) de raspadores (58% dos utensílios), onde dominam os raspadores laterais (cinco presenças em sete) normalmente sobre lasca espessa e em forma tendencialmente ogival, com retoque marginal lateral.

Não se deve ainda descartar a hipótese de alguns destes produtos de debitação, poderem ter sido utilizados como utensílios de «ocasião» directamente, sem conformação específica, situação não confirmada por análise macroscópica.

A extrema fragmentação da maioria das peças recuperadas sobre lasca, não nos permite o estabelecimento de valores médios para o comprimento e a largura.

O conjunto de lascas, provenientes de Xaires-1, parece assim indiciar, a presença de duas

realidades, em termos de métodos de debitação. Por um lado, processos de conformação final de núcleos parcialmente descorticados², indicado pela presença significativa de elementos com córtex parcial (26% dos elementos detectadas), ao mesmo tempo que se assinala também a presença de uma exploração de pequenas lascas, eventualmente, através do reaproveitamento de pequenos núcleos, lascas estas que podiam ser utilizadas, eventualmente em instrumentos compostos, como por exemplo, «elementos de foice». No entanto, a ausência deste tipo de núcleos apenas pode levantar a questão mas não confirmá-la.

Aqui o raspador parece configurar-se como um utensílio multi-facetado e facilmente adaptado a uma variedade de funcionalidades, logo uma escolha consciente por parte da comunidade que se instalou e explorou o planalto de Xaires.

Apesar do aparente domínio das lascas como suporte para a produção de utensílios – situação também identificada no Nível II do Buraco da Pala, onde a percentagem é de 74% relativamente ao tipo de suporte – é preciso não esquecer que nos módulos de debitação, a preferência vai para os produtos alongados responsáveis por cerca de 66% dos elementos talhados neste arqueosítio. Por outro lado, a baixa percentagem de utensílios (22%) parece caracterizar

² Os núcleos teriam sido transportados para a eventual zona de habitat, parcialmente já descorticados, daí a ausência de lascas e produtos alongados corticais, neste conjunto.

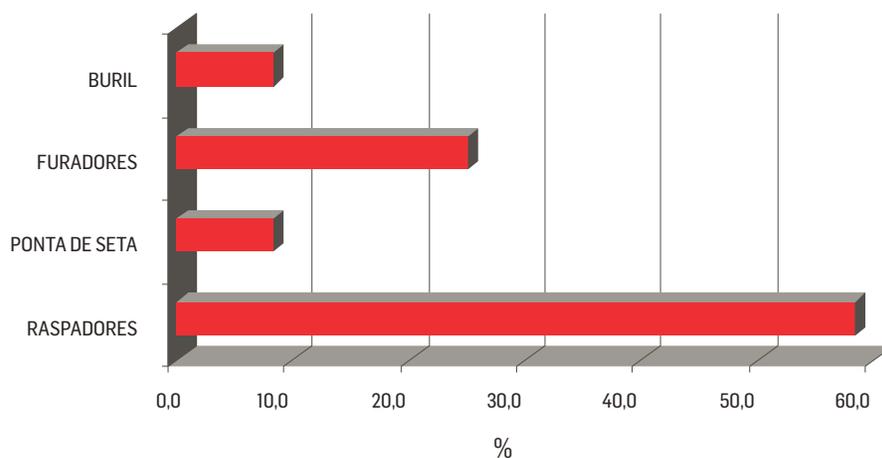
muita da produção lítica dos sítios detectados até ao momento no nordeste transmontano.

Esta orientação para a obtenção de lascas, suporte predominante da maioria dos utensílios identificados, parece ocorrer também noutros conjuntos, tal como no Buraco da Pala (Sanches, 1997:44) onde ao longo da estratigrafia esta percentagem varia entre 45%, para os níveis tardios [Camada 1] e 66% a 74% para a Camada 3. Também na Fraga dos Corvos, sector A, apesar da sua integração em momentos

mais tardios, onde esta realidade também ocorre (Matos, 2011). O mesmo acontece no “Santuário” de El Pedroso, ainda que neste último a integração crono-cultural do sítio aponte para um espectro mais amplo, que irá do Neolítico Final-Calcolítico até ao Bronze inicial (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán, 2008).

A baixa percentagem de utensílios, também se reflecte na variedade destes, em termos de classes funcionais.

UTENSÍLIOS: CLASSES FUNCIONAIS



Em termos funcionais, nota-se pouca variedade de categorias de utensílios, o que pode indicar duas situações: uma relativa a uma amostra truncada, ou então, uma situação de uma certa especialização da área ou da comunidade que se instalou em Xaires-1. Em qualquer dos casos não possuímos, no momento, indícios para validar qualquer interpretação nesta área.

Uma das inferências a tirar, parece apontar para além de uma certa limitação de utensílios, para a ausência, até ao momento de elementos de foices ou denticulados, presentes em outras estações regionais, como no Buraco da Pala, Nível II, para momentos coevos com Xaires-1.

Se é verdade, que foram recuperados elementos de moagem, três até ao momento, dois deles em situação de escavação, nas camadas remexidas superficiais – para cereais ou outros tipos de produtos – tudo parece indicar a ausência de utensílios especializados

no corte e recolha desses mesmos produtos, ainda que alguns dos elementos laminares, pudessem preencher essa lacuna, situação para a qual não temos resposta. Estudos mais ou menos recentes, têm permitido estabelecer padrões estatísticos, utilizando a evolução dos produtos alongados do Paleolítico final até ao Neolítico final da Estremadura e vale do Tejo (Zilhão, 1994 e 1997; Carvalho, 1998), onde se tem observado uma evolução de uma tendência lamelar no Neolítico antigo, para a utilização preferencial de módulos de talhe alongados laminares, em momentos crono-culturais posteriores.

Numa primeira abordagem similar aplicada às colecções líticas, provenientes de habitats (do Neolítico antigo ao Neolítico final regional) e monumentos megalíticos da plataforma do Mondego foi possível estabelecer que padrões estatísticos similares também ocorreriam nessa área de estudo (Ventura, 1998, Senna-Martinez & Ventura, 2000a, 2000b, 2006 e 2008). Assim, numa perspectiva complementar, seria

relevante que uma abordagem similar pudesse ser efectuada com a actual amostra, apesar da mesma se apresentar como limitada e diminuta, de modo a criar mais um elemento de análise e de comparação com outros arqueosítios.

No total foram recuperados – unicamente em situação de escavação, lembre-se – dezanove peças sobre produtos alongados, dos quais apenas dezassete permitiram análise deste parâmetro, com a seguinte distribuição em termos de categorias de larguras:

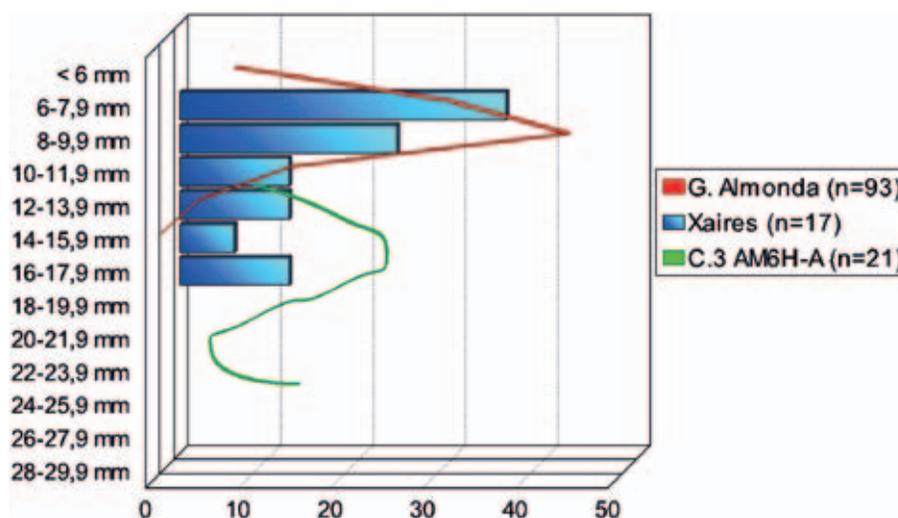
LARGURAS	QUANTIDADES
8-9,9mm	6
10-11,9mm	4
12-13,9mm	2
14-15,9mm	2
16-17,9mm	1
18-19,9mm	2

Em análises efectuadas anteriormente por um dos signatários usou-se como padrão de aferição os elementos disponibilizados por Zilhão (1994) e Carvalho (1998) para os níveis do Neolítico Antigo da Gruta do Almonda, não só pela proximidade do tipo de análise, bem como a dimensão e fiabilidade da amostra.

No entanto, apesar da sua importância e fiabilidade – confirmada por estudos similares em outros arqueosítios da Estremadura e Alentejo (Carvalho, 1998; Simões, 1999; Diniz, 2001, 2003, 2007 e 2008)

– apenas nos permite aferir conjuntos próximos do Neolítico antigo, pelo que recorremos, apesar da amostra limitada em termos de número, ao conjunto fechado, proveniente da Cabana 3 do Habitat do Ameal-VI (Senna-Martinez 1989, Senna-Martinez & Ventura, 2000a, 2000b e 2006), a cujos dados tivemos acesso. Esta opção, apenas se deveu à impossibilidade de termos acesso a dados do Nível IV, III e II do Buraco da Pala, que consideramos serem os que melhor nos permitem aferir o actual conjunto lítico, não só pela proximidade geográfica, bem como o enquadramento crono-cultural.

RELAÇÃO DAS LARGURAS DOS PRODUTOS ALONGADOS (FREQUÊNCIAS RELATIVAS)





Uma rápida análise do gráfico, permite-nos constatar uma proximidade interessante com o conjunto Neolítico antigo da Gruta do Almonda, mesmo tendo em conta a limitação da amostra, a matéria-prima utilizada, a sua inserção geográfica e crono-cultural.

Esta inquietante proximidade, pode não significar nada, ou então lançar uma pista sobre as tradições líticas da comunidade que se instalou no planalto de Xaires: uma dependência de matérias-primas locais (realidade já identificada não só para outros sítios localizados no nordeste transmontano, bem como na plataforma do Mondego) e quando procedem à debitage de produtos alongados domina uma tecnologia centrada na obtenção de produtos lamelares, provavelmente para a criação de utensílios compostos, igualmente na sequência de uma tradição do Neolítico antigo.

Os dados provenientes da Cabana 3 do Ameal-VI, inseríveis em momentos que designamos por Epi-neolítico final (Senna-Martinez & Ventura, 2008) apesar das proximidades crono-culturais, indicam uma evolução diferenciada, com uma maior percentagem de elementos laminares a servirem de suporte aos utensílios utilizados pelas comunidades da plataforma do alto e médio Mondego, numa tendência também observável nas comunidades do Neolítico final da Estremadura.

Durante a campanha de 2009, foi possível recuperar, ainda que do nível de remeximentos superficiais [UE.0] uma ponta de seta, talhada em xisto negro (XAIRES-1 96), por isso com uma inserção estratigráfica similar à maioria dos materiais recuperados neste arqueosítio.

Consiste num pequena peça, talhada sobre lasca de xisto fina, com cerca de 26,5mm de comprimento máximo, por 17,5mm de largura máxima e uma espessura máxima de 3,2mm. Apresenta uma base convexa, com retoque parcial, alternante e rasante, com uma secção transversal trapezoidal assimétrico.

Se noutros arqueosítios, a presença de pontas de seta não é estranha, a sua ocorrência é mesmo assim excepcional. Em termos regionais, pontas de seta em xisto com tipologias similares às de Xaires-1, foram recuperadas na Vinha da Soutilha, níveis II e III (Jorge, 1986:Est. XLVI; LI & LIV), S. Lourenço (Idem: Est. XCVIII), Pastoria (Idem: Est. CLI) e

Castelo de Aguiar (Idem: Est. CXCIII), abrangendo integrações crono-culturais do Neolítico final ao Calcolítico final, bem como o Nível II, do Buraco da Pala, mas desta vez com duas em sílex e uma terceira em xisto (Sanches, 1997:123), mas em todos estes sítios em valores muito baixos, não ultrapassam a meia dúzia.

Se noutras regiões mais meridionais, a presença de pontas de projectil, em especial em monumentos megalíticos é comum, em especial na plataforma do médio e alto Mondego, o que nos permitirá retirar algumas ilações acerca da sua inserção crono-cultural (Senna-Martinez & Ventura, 2004), à falta de dados mais próximos em termos regionais.

Assim, na plataforma do Mondego, como também se verifica nas estações de Vila Pouca de Aguiar/Chaves (Jorge, 1986) não podemos considerar a existência de tipos exclusivos de bases (o elemento de análise mais comum) para determinados momentos crono-culturais, das comunidades da pré-história recente, pelo que de uma maneira ou outra quase todos as tipologias de base parecem coexistir, ainda que num primeiro momento bases triangulares com/sem com aletas, preferencialmente sobre elementos laminares e de retoque unifacial, parecem predominar – casos da Anta da Mondegã/Lapa de Tourais e da Orca de S. Tisco (Senna-Martinez, 1989, Senna-Martinez & Ventura, 2004).

Posteriormente assiste-se a uma evolução nas tipologias, com o surgimento em momentos já do Neolítico final de pontas com retoque bifacial e a dominância parece incidir nas bases concavas, bicôncavas e mesmo pedunculadas, com um excelente retoque bifacial total ou cobridor, normalmente sub-paralelo ou paralelo – como sejam os casos das Orcas dos Fiais, Outeiro do Rato e Pinhal dos Amiais (Senna-Martinez, 1989, Senna-Martinez & Ventura, 2004, Pinheiro, 2013).

Note-se que do Nível II, Buraco da Pala, as três pontas de projectil recuperadas são de base côncava, sendo uma delas em xisto e as restantes em sílex, com uma tipologia de retoque similar à detectada em Xaires-1.

A presente peça, num contexto megalítico da plataforma do Mondego, poderia muito bem integrar um conjunto de materiais, coevo do Neolítico final



regional, o momento de apogeu do Megalitismo local, mas com possíveis continuidades para momentos mais tardios.

Para além da pedra talhada, referida, foram ainda recuperados, em situação de prospecção, os seguintes artefactos:

- Conta de colar em xisto (Xaires-1 83), provavelmente de origem local, uma vez que os solos são constituídos por afloramentos xistosos. Este artefacto apresenta-se sob a forma discoidal achatada, com 6,35mm de diâmetro externo, e perfuração cilíndrica unidirecional tendo um diâmetro interno de 2,55 mm.
- Conta talhada em xisto esverdeado (Xaires-1 R67), sub-circular, com um diâmetro máximo de 19,5mm, espessura máxima de 4,7mm e uma perfuração central bicónica, com 2,9 de largura máxima. Apresenta os bordos exteriores ligeiramente polidos. Peças similares, foram identificadas na Vinha da Soutilha e Pastoria (Jorge, 1987:est.XLI & CLII) onde o primeiro caso, de diâmetro ligeiramente superior, foi considerado como «cossoiro» e o segundo caso, como elementos de adorno. No presente caso consideramos tratar-se de um elemento de adorno.
- Também de xisto esverdeado, foi recuperado em 2007, uma peça ligeiramente ovóide (Xaires-1 R86), com 5,55 cm de comprimento e 5,59 cm de largura, com perfuração icónica na parte superior, que se encontra fragmentada. Apresenta ainda um trabalho de polimento em quase toda a sua superfície. Peças similares, provenientes de outros ambientes crono-culturais são considerados como pesos de tecelagem, situação que julgamos também aplicar-se ao presente caso, ainda que não possamos inferir a sua verdadeira função.
- Na prospecção realizada no verão de 2006, foi recuperado no sector do olival, correspondente ao sítio de Xaires-1, num dos taludes que delimitavam o olival, um seixo rolado, em Talcoxisto, onde numa das superfícies se notavam três sulcos finos, com perfil em V, com uma largura máxima de 2,5mm e um outro, mais largo (10,25mm) de perfil em meia-cana, que julgamos corresponder a um possível afiador.

A PEDRA POLIDA

Durante as prospecções, foram recolhidos quatro elementos de pedra polida, em xisto anfibólico: dois fragmentos de enxós (Xaires-1 R88 e 88); um fragmento de machado (Xaires-1 R89) e uma goiva (Xaires-1 R91).

O estado de fragmentação das enxós não permite grandes dados, excepto que ambas apresentam secção transversal rectangular ou sub-rectangular, o polimento tende para o integral, e o talão de um dos artefactos é truncado (Xaires-1 88).

O Machado, também ele bastante danificado, configura-se como com bordos convergentes no talão, secção transversal sub-rectangular, polimento tendendo para o integral.

A elevada fragmentação das enxós e machado, deve-se não só aos movimentos de terras provocados pela lavra mecânica no local, bem como à extrema utilização dos mesmos nas actividades do quotidiano.

Quanto à goiva apresenta uma secção transversal trapezoidal e a longitudinal é sub-rectangular, o talão encontra-se fragmentado e o polimento é integral.

Se por um lado a presença de artefactos em pedra polida é algo comum em outros contextos, supra-regionais, nomeadamente em monumentos megalíticos, também é verdade que a sua ocorrência, em espaços habitacionais no nordeste transmontano, é regular, como acontece, quer no Buraco da Pala, em Mirandela e no conjunto de povoados estudado por Susana Oliveira Jorge em Vila Pouca de Aguiar e Chaves (Sanches, 1997 e Jorge, 1986).

Também é comummente aceite que machados e enxós de secção rectangular ou sub-rectangular, com polimento integral ou tendendo para o integral, são mais comuns em ambientes tardios, associados a momentos do Neolítico final ou posteriores, ainda que possam co-existir em contextos inseríveis, no Neolítico antigo ou de tradição antiga, com modelos



de secção sub-circular, corpo picotado e polimento limitado aos gumes, como acontece por exemplo no caso da Várzea do Lírio, Figueira da Foz, onde foram recolhidos 18 exemplares (16 machados e 2 enxós) dominando as secções transversais sub-elípticas e rectangulares e somente 2 exemplares apresentam secção sub-circular (Cf. Jorge., 1979:66-7, Ventura, 1998)

Isto permite pelo menos determinar, que a tipologia destes objectos só por si, não é suficiente para permitir a correcta inserção crono-cultural dos contextos de onde são provenientes.

Também, tudo parece indicar, que estes instrumentos que se encontram associados a trabalhos de desbravação da floresta e, nalguns casos ao próprio trabalho dos solos, aumentem a sua frequência, como por exemplo nos monumentos da bacia do médio e alto Mondego, conforme se assiste a uma intensificação da produção agrícola, com os respectivos trabalhos de preparação dos solos (Cf Valera, 1997:123).

5. ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS...

Estamos conscientes que o caminho que seguimos para a integração cronológica de Xaires pressupõe a comparação entre contextos exclusivamente com base num determinado “pacote artefactual”, através da comparação com contextos escavados dentro da mesma área regional ou em regiões vizinhas, estes, por sua vez, escassos.

- Produção cerâmica com pouco investimento sobre tudo ao nível dos acabamentos;
- Presença de recipientes com alguma capacidade volumétrica, mas sem indicadores de armazenagem de longa duração
- Motivos decorativos integrados no “ambiente cultural” transmontano, com reprodução de estilos bastante difundidos e de longa duração, com especial relevância para os triângulos preenchidos; mas reinterpretados localmente.

A base da utensilagem lítica, consiste no que alguns autores consideram como «indústrias expeditas» em termos da pedra talhada, fundamentalmente baseada num baixo investimento na conformação de núcleos ou na transformação dos produtos debitados, com uma produção vocacionada maioritariamente para a produção de lascas – logo uma certa falta de normalização – ao contrário das indústrias baseadas na debitação quase exclusiva de produtos alongados, como ocorre no Maciço Calcário Estremenho (Zilhão, 1994 e Carvalho, 1998).

Apesar de «expedita» o conjunto artefactual é suficiente polivalente para permitir uma exploração de largo espectro da região em que o povoado de Xaires se insere, desde a caça, ao qual se encontra asso-

No caso da cerâmica, apesar das limitações de estudo da cultura material, devido sobretudo ao seu estado de fragmentação e conservação, foi possível tecer algumas considerações:

ciada a ponta de seta, ao trabalho da madeira, com machados, goivas e enxós, recolha e processamento de vegetais, com elementos de moagem e vários instrumentos que poderiam ser utilizados «per si» ou em elementos compósitos, como sejam os casos dos produtos debitados alongados.

Apesar do estado de conservação da maioria dos produtos de debitação e, a impossibilidade de análise dos respectivos talões bem como das plataformas de debitação, não é improvável, que tendo em conta a matéria-prima preferencialmente utilizada – o Quartzo – se tenha privilegiado o método de talhe bipolar, em especial para os produtos alongados, como se encontra plenamente comprovado, por exemplo no Abrigo 2 da Fraga dos Corvos, bem



como no “Santuário” de El Pedroso, pela presença de bigornas para este tipo de talhe.

Esta tecnologia, parece ser a mais adequada para a debitagem de produções em matérias-primas de inferior qualidade, como sejam o quartzo, bem como parece permitir o talhe com menor esforço muscular, permitindo à maioria dos elementos da comunidade a produção expedita de suportes e utensílios úteis às actividades quotidianas (Fábregas Valcarce e Rodríguez Rellán, 2008).

Se destacamos um certo «arcaísmo», roçando o tecnologicamente simples, das produções talhadas, ao mesmo tempo que se nota a sua pouca diversidade em termos de utensílios produzidos, existem no entanto alguns traços comuns com outras amostras de utensílios talhados regional, nomeadamente a do Sector A, da Fraga dos Corvos (Matos, 2011) com a qual existem alguns paralelismos, em termos do módulo de debitagem e instrumentos produzidos, bem um certo «ar de família» com os conjuntos conhecidos quer do Buraco da Pala, quer dos povoados de Vila Pouca de Aguiar e Chaves.

Em suma o instrumental lítico da comunidade de Xaires-1 é fundamentalmente objectiva e simples, determinado antes de mais pela matéria-prima e pela pouca quantidade de utensílios formais produzidos, formalmente concentrada em instrumentos multifuncionais, como os raspadores e os furadores, com a função de corte a ser preenchida pelos produtos alongados sem conformação.

Perante isto estamos perante um sítio aberto, sem preocupações naturais de defesa, constituído por estruturas arquitectonicamente simples e pouco robustas. Trata-se provavelmente de uma comunidade de vocação agrícola e pastoreia, com aproveitamento dos recursos naturais regionais, mas algumas das suas manifestações culturais permaneceram plasmadas nos recipientes de uso quotidiano, bem como na utensilagem lítica.

Os conjuntos cerâmicos e líticos parecem poder integrar-se entre os finais do IV – inícios do III milénio cal a.C. e a primeira metade do III cal a.C.

Pelo que vai dito, seria importante continuar as investigações em torno do sítio arqueológico, garantindo-se antes de mais a sua protecção.



ANEXOS GRÁFICOS



ESTAMPA 1 - PLANTA DE XAIRES-1 NO FINAL DA CAMPANHA (3) DE 2010



TABELA DE FORMAS - XAIRES

Formas Abertas

Taças (forma 2)



Formas fechadas

Globulares (forma 6)

Esféricos Achatados
(forma 8)

ESTAMPA II



Xaires - 79

Xaires - R18

Xaires - R47

Xaires - R49

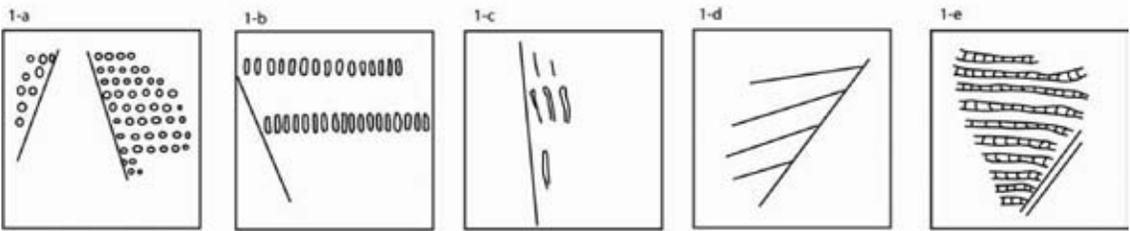


5 cm

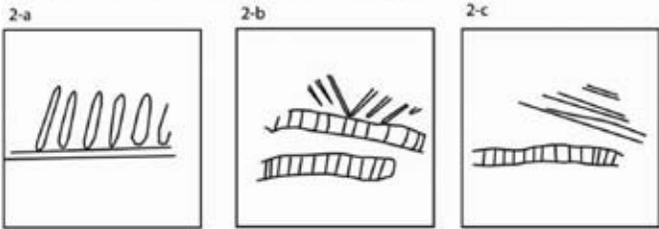
DECORAÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS DA CERÂMICA DE XAIRES-1



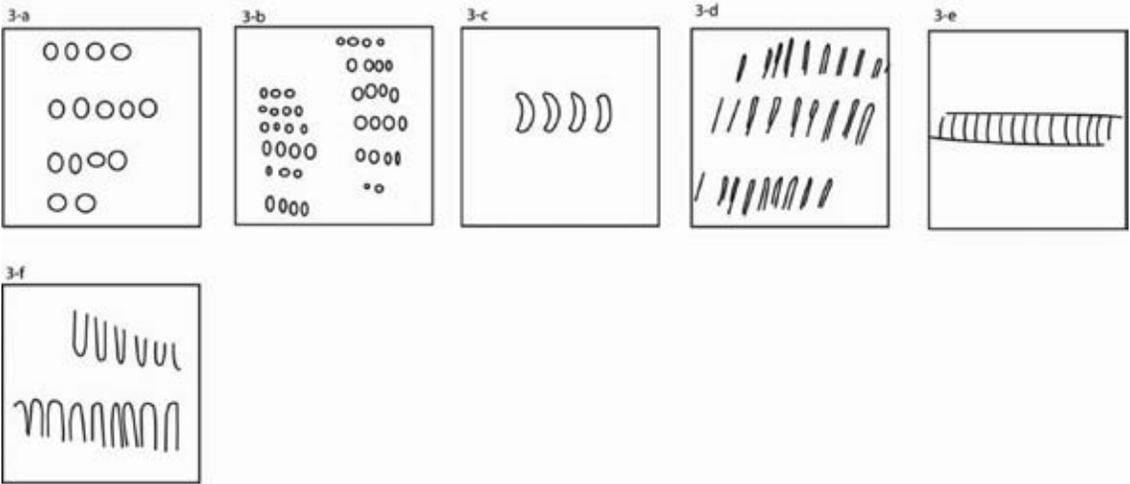
GRUPO 1 // TRIÂNGULOS



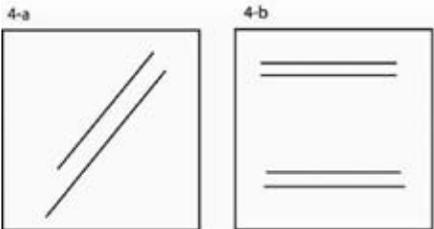
GRUPO 2 // OUTROS MOTIVOS COMPOSTOS



GRUPO 3 // IMPRESSÕES



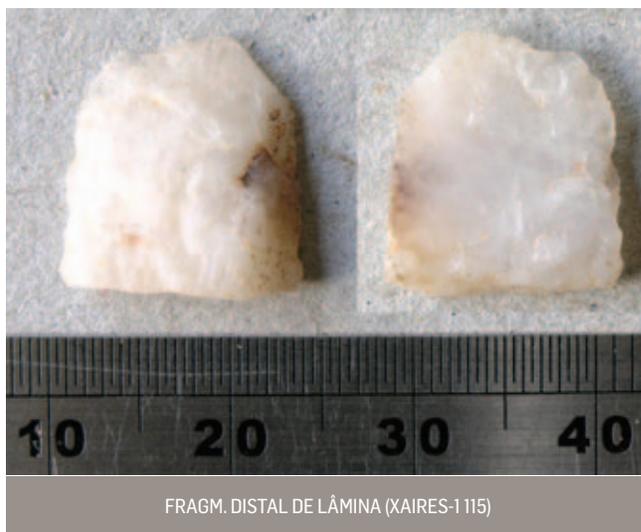
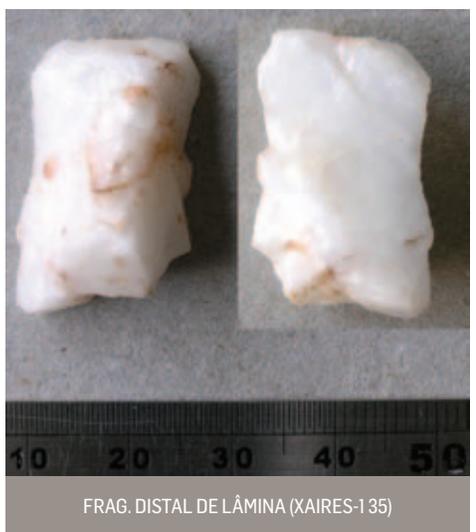
GRUPO 4 // INCISÕES



ESTAMPA III - AS DECORAÇÕES - TÉCNICAS E MOTIVOS



ESTAMPA IV - INDÚSTRIA LÍTICA EM QUARTZO DE XAIRES - 1





ESTAMPA V - INDÚSTRIA LÍTICA EM XISTO DE XAIRES-1



PONTA DE SETA EM XISTO NEGRO (XAIRES-1 96)



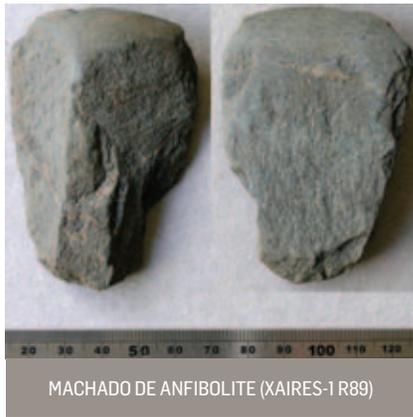
CONTA EM XISTO ESVERDEADO (XAIRES-1 R67)



«PESO»(?) EM XISTO ESVERDEADO (XAIRES-1 R86)



«AFIADOR» EM TALCOXISTO (XAIRES-1 66)



MACHADO DE ANFIBOLITE (XAIRES-1 R89)



ENXÓ DE ANFIBOLITE (XAIRES-1 R88)



FRAGMENTO DE ENXÓ DE ANFIBOLITE (XAIRES-1 88)



GOIVA DE ANFIBOLITE (XAIRES-1 R91)



Bibliografia

- BETTENCOURT, A. M. S. (2000) – O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal. Ed. Cadernos de Arqueologia. Monografias - 9, Braga.
- CARVALHO, A. F. (1998) – Talhe da pedra no Neolítico antigo do maciço calcário das Serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico. Lisboa: EAM - Estudos Arqueológicos da Bacia do Mondego.
- CARVALHO, A. F. (2004) – "O povoado do Furno (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)", in: Revista Portuguesa de Arqueologia, 7 (1), pp.185-219.
- CARVALHO, H. A. VENTURA, J. M. Q. & PINHEIRO, P. A. (2009) – "Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Pré-História Recente em Trás-os-Montes Oriental. A Sondagem (2008)", in: Cadernos «Terras Quentes», 6, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.91-96
- CARVALHO, H. A. VENTURA, J. M. Q. & PINHEIRO, P. A. (2010) – "Um Habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental. O Arqueosítio de Xaires (Macedo de Cavaleiros)", in: Cadernos «Terras Quentes», 7, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.7-13
- DAUVOIS, M. (1976) – Précis de dessin dynamique et structural des industries lithiques préhistoriques. Paris: Ed. Pierre Fanlac
- DINIZ, M. (2001) – O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: IPA, 4:1, p. 45-59.
- DINIZ, M. (2003) – O Neolítico antigo do interior alentejano: leituras a partir do sítio da Valada do Mato (Évora). In II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Monsaraz, Maio de 2000.
- DINIZ, M. (2008) – A indústria de pedra lascada do povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato (Évora, Portugal): ensaio de caracterização tecno-tipológica. Actas do IV Congresso del Neolítico Peninsular. Alicante, Novembro de 2006. Alicante: MARQ, p. 248-257.
- DINIZ, M.; Vieira, T. (2007) – Instrumentos de Pedra Polida e Afeiçoada do Povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato (Évora): estratégias de produção e modelos de uso. VÍPASCIA, 22, p. 81-94.
- FÁBREGAS VALCARCE, R., RODRÍGUEZ RELLÁN, C. (2008) – "Gestión del cuarzo y la pizarra en el Calcolítico peninsular: el "Santuário" de El Pedroso (Trabazos de Aliste, Zamora)". In: Trabajos de Prehistoria, Vol. 65, 1, p. 125-142
- JORGE, S. O. (1978) – Pontas de seta provenientes de túmulos megalíticos do Noroeste de Portugal. Minia. 2ª Série. Ano 1. 2. Braga, p. 1-77.
- JORGE, S. O. (1986) – Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 3 Vols.
- LUÍS, E. (2010) – A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: o Conjunto Cerâmico da Sondagem 2 do Sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- MATOS, D. (2011) – A exploração do quartzo e do xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Cadernos Terras Quentes, 8, p. 47-54.
- MENDES, C. A. S. (Coord) (2005) – "Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Campanha 1/2004", in: Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.5-49
- PEREIRA, E. (s/d) – Breve História Geológica do NE de Trás-os-Montes (Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Maciço de Morais) <http://www.azibo.org/geohistorappaa.pdf>
- PINHEIRO, Patrícia (2013) – A Orca do Pinhal dos Amiais no contexto do Megalitismo da Plataforma do Mondego. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- SANCHES, M. J. (1992) – Pré-história recente no planalto mirandês (leste de Trás-os-Montes. Monografia Arqueológicas 3. Porto: GEAP.
- SANCHES, M. J. (1997) – Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional. Porto: SPAE, 2 vols.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E. (2009) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 6, pp.69-79
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) – "A Fraga dos Corvos: Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros", in: Cadernos «Terras Quentes», 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do "Mundo Carrapatas" da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental", in: Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81
- SENNA-MARTINEZ, J. C. et alii. (2006) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, pp.60-85
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2007) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006)", in: Cadernos «Terras Quentes», 4, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.84-110
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & LUÍS, E. (2009) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)". Cadernos «Terras Quentes». Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal. 6, p.69-79.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & LUÍS, E. (2010) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 7 (2009)". Cadernos «Terras Quentes». Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal. 7, p.29-40.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. (2000) – Pastores, recolectores e construtores de megalitos: O Neolítico Final. SENNA-MARTINEZ, J. C. PEDRO, I., Eds., – Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, p. 53-62.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. (2004) – A luz e as sombras: A encenação da morte no Neolítico do Centro de Portugal. Torres Veteras. Torres Vedras. 6, p. 17-33.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. (2008a) – Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego: Algumas reflexões sobre Transição Neolítico Antigo/Neolítico Médio. Actas do IV Congreso del Neolítico en la Península Ibérica. Alicante. II, p. 77-84.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. (2008b) – Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o Megalitismo da Beira Alta, meio século depois. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 16, p. 317-350.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2007) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006)". Cadernos «Terras Quentes». Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 4, p.85-110
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat do «Mundo Carrapatas» da primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental". Cadernos «Terras Quentes». 2, Macedo de Cavaleiros, p.61-81.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A. & FIGUEIREDO, E. (2006) – "A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat da primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005)". Cadernos «Terras Quentes». 3, Macedo de Cavaleiros, pp.61-85.
- SIMÕES, T. (1999) – O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. «Trabalhos de Arqueologia», 12
- TIXIER, J., INIZAN, M-L., ROCHE, H. (1980) – Preshistoire de la Pierre Taillée. Terminologie et Technologie, Tomo I. CREP.
- VALERA, A. C. (1997) – O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda). Aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego. Textos Monográficos 1, Lisboa. Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, A. C. (2007) – Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda). Município de Fornos de Algodres / Terras de Algodres – Associação de Promoção do Património de Fornos de Algodres.
- VENTURA, J. M. Q. (1998) – A Necrópole Megalítica do Ameal, no contexto do Megalitismo da Plataforma do Mondego, Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Policopiado.
- VENTURA, J. M. Q.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2004) – Do Conflito à Guerra: Aspectos do desenvolvimento e institucionalização da violência na Pré-História Recente Peninsular. Torres Veteras. Torres Vedras. 5, p. 9-19.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-calcolítica de Casa de Baixo (Caixarias, Vila Nova de Ourém). Trabalhos de Arqueologia da EAM. Lisboa: Edições Colibri, 2, p. 35-46).
- ZILHÃO, J. (1997) – O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa. Lisboa. Colibri.



“I IDADE DO FERRO”

Existe uma “I Idade do Ferro” em Trás-os-Montes Oriental?
o exemplo da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo
de Cavaleiros)

Jéssica Levy Reprezas

Mestre em Arqueologia, jessicareprezas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico da Fraga dos Corvos, implantado num esporão rochoso na vertente noroeste da Serra de Bornes (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros), tem sido alvo de trabalhos arqueológicos, extensamente publicados, desde 2003. Estando, hoje,

a sua ocupação identificada no “Sector A” relativa à “I Idade do Bronze” bastante bem caracterizada, os trabalhos iniciados em 2011 no denominado “Sector M” têm trazido à luz novos e surpreendentes dados relativamente à ocupação humana deste sítio.



FIG. 1 – VISTA AÉREA DA FRAGA DOS CORVOS, COM A LOCALIZAÇÃO DOS SECTORES A E M.



Desde há muito identificado com um “castro” em função de uma muralha em talude que circunscreve o cabeço, supunha-se que o sítio tivesse conhecido uma “fase de apogeu”, materializada por essa mesma estrutura, enquadrável no Bronze Final. Os materiais arqueológicos recolhidos no processo de limpeza da muralha (nomeadamente uma fibula de filiação mediterrânica, paralelizável com o espólio metálico recolhido do Abrigo do Sector A), sustentaram esta hipótese, e motivaram o investimento numa plataforma adjacente à estrutura (Luís, Reprezas e Senna-

Martinez, 2012). O decorrer dos trabalhos trouxe a lume evidências mais complexas¹ e cronologicamente mais problemáticas, e que motivam a presente discussão .

Importa lembrar que a investigação dirigida para o Sector M é ainda recente, pelo que todas as hipóteses aqui levantadas são necessariamente provisórias; procuramos, antes de apresentar respostas, introduzir no debate hipóteses que norteiem os trabalhos vindouros.

2. TRÁS-OS-MONTES E A IDADE DO FERRO

A compartimentação dos períodos históricos, como é sabido, é tradicionalmente utilizada para definir intervalos temporais em que determinada ordem se manteve, nos vários planos que caracterizam as sociedades humanas. O arranque da Idade do Ferro no espaço peninsular deriva de uma contingência que lhe é externa, o que necessariamente condiciona os seus ritmos, e fragmenta, no espaço e no tempo, as comunidades humanas por ela afectadas. Desta forma, a informação sobre a chegada de agentes externos oriundos do oriente mediterrânico, é facilmente rastreável no mundo peninsular meridional, uma vez que se materializa em alterações abruptas e palpáveis do mundo indígena – na organização do espaço doméstico e nos seus hábitos de consumo; duas dimensões materiais arqueologicamente rastreáveis. A esta fase de recepção e adopção da novidade, tem-se atribuído a designação de “período orientalizante”, tanto mais expressiva quanto maior a proximidade às zonas de estabelecimento dessa mesma interface. Em regiões remotas relativamente ao foco de instalação das “feitorias” fenícias, como o é Trás-os-Montes (e o Norte de Portugal de uma forma geral), os dados arqueológicos revelam uma manutenção do *status quo*, quer seja no que diz respeito ao povoamento, quer quanto à cultura material. Os contactos estabelecer-se-iam de forma esporádica, pontual, sem que aparentemente tenham motivado uma indução efectiva de mudança arqueologicamente visível. Assim, caracterizar, em Trás-os-Montes, uma “I Idade do Ferro”, obriga a que nos descolemos do paradigma meridional, isto é, que não procuremos o “pacote” de transformações observável no espaço me-

ridional efectivamente colonizado, mas antes, a uma outra escala, que compreendamos os moldes e o verdadeiro impacto das relações entre esse mundo e as regiões que lhe são periféricas. Por outro lado, obriga também a que não concebamos essa mesma “I Idade do Ferro” apenas como “período orientalizante”, em que o mundo indígena é progressivamente substituído por um novo paradigma por força da chegada de um agente colonizador, mas também como um período cronológico onde esse mesmo agente colonizador é conhecido mas não determinante (ou fracturante) na ordem estabelecida.

Estão, em Trás-os-Montes, estudados sítios da II Idade Ferro romanizados (como a Terronha do Pinhavelo, Macedo de Cavaleiros) (Barranhão e Terezo, 2006), que marcam já uma fase tardia desta “proto-história”, enquanto o Bronze Final é um período pobremente caracterizado. Para o nosso território, há um longo e mal definido “Bronze Final”, cuja transição para uma Idade do Ferro “observável”, começamos agora a desbravar.

No paradigmático sítio do Crasto de Palheiros é também este momento transicional aquele que oferece menos certezas; “(...) a reduzida área das duas unidades estratigráficas identificadas com a Idade do Bronze Final não permite a caracterização necessária do tipo de ocupação presente nem que se afirme com absoluta segurança a continuidade ou descontinuidade entre a ocupação da I. do Bronze Final e da I. do Ferro” (Sanches, 2008, p. 48). Para a autora, com base na morfologia dos artefactos e nas datações radiométricas, o Bronze Final

¹ Os resultados da campanha de 2011 estão disponíveis no artigo A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A Campanha 9(2011) – Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?, publicado do nº9 dos Cadernos Terras Quentes.

O presente trabalho consiste na sistematização, de cariz mais teórico, do estudo do espólio cerâmico do Sector M (Campanhas de 2011 e 2012), cuja divulgação preliminar foi feita no II Encontro de Jovens Investigadores da bacia do Douro, promovido pela Zamora Protohistórica, em Outubro de 2012 – Problemas da transição do Bronze Final para a Idade do Ferro em Trás-os-Montes Oriental: primeira notícia sobre o espólio cerâmico do Sector M da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). O trabalho será publicado nas actas do encontro.

prolongar-se-ia até ao séc. VI/V a.C., seguida da ocupação atribuível à Idade do Ferro, numa “*longa ocupação que não mostra hiatos temporais de permanência no local, nem marcadas discontinuidades do ponto de vista arqueológico.*” (idem, p. 50). Assim, apesar das subtilidades artefactuais que denunciam o avançar do tempo e fazem eco das enormes transformações

sociais, económicas e “políticas” que se desenrolam a Sul, o Crasto de Palheiros não apresenta alterações de fundo na sua organização e na sua economia. Tal afirmação podemos traslada-la para a Fraga dos Corvos, com base nas primeiras informações que o Sector M tem fornecido.

3. A EVIDÊNCIA MATERIAL

A Campanha de 2011 proporcionou, logo à partida, uma quantidade anómala de artefactos metálicos (Senna-Martinez, *et al*, no prelo), que, apesar da sua tipologia, surgem numa quantidade difícil de compreender, sobretudo quando assumida uma cronologia onde se crê que os contactos com os mundos meridionais fossem muito raros e não sistemáticos. A inexistência, até ao momento, de datações radiométricas para o sítio, obrigou a que se propusesse um intervalo cronológico baseado em paralelismos tipológicos, sobretudo com base nesses mesmos objectos metálicos - a metalurgia foi, efectivamente, durante uma fase precoce dos trabalhos, o único indicador concreto da *decalage* cronológica entre os Sectores M e A (este último com vestígios de ocupação durante a I Idade do Bronze). A filiação tipológica das fíbulas com modelos mediterrânicos de tipo *Acebuchal* e *Bencarrón* (apesar de representarem modelos “adaptados” ou reinterpretados dos protótipos fenícios originais) (Senna-Martinez, *et al*, no prelo) motivaram o balizamento do sítio em torno do séc. VIII – VII a.C. As fíbulas são, como é sabido, artefactos de acentuada longevidade e dispersão geográfica; a complexidade dos mecanismos, caminhos e processos que subjazem à sua chegada à Fraga dos Corvos não permitiam a nosso ver, e por si só, datar com segurança o Sector M. A já referida abundância deste tipo de objectos, tão raros em cronologias recuadas, permite problematizar, por um lado, a verdadeira dimensão dos contactos estabelecidos com o Sul, e por outro, a expressão social que teriam no seio das ‘elites’ que habitariam a Fraga.

O espólio cerâmico, por sua vez, não forneceu inicialmente respostas satisfatórias que pudessem calibrar a proposta cronológica até então admitida. Trata-se de

um reportório cerâmico extremamente monótono – com semelhanças assinaláveis com o Sector A (nomeadamente quanto ao fabrico), o que nos permite entrever a permanência no tempo e no espaço das comunidades da Fraga, e o acentuado conservadorismo da sua cultura material². Esta manifesta tendência para a continuidade está também expressa no conjunto cerâmico do Crasto de Palheiros, onde “*a continuidade técnica ao nível das pastas cerâmicas é um ponto assente na história deste povoado desde o IIIº milénio. (...) no Bronze Final / Idade do Ferro há uma evidente inovação ao nível formal mas não a nível técnico*” (Sanches, 2008, p. 130). Do ponto de vista morfológico, podemos afirmar que há, no Sector M da Fraga dos Corvos, uma pequena margem de recipientes “novos”, enquanto a maioria repete as formas já identificadas no Sector A.



FIG 2. - FRAGMENTO Nº 11025

2 Nesta linha, achamos pertinente sublinhar que nos níveis da Idade do Ferro da Terronha do Pinhovo, às vésperas da romanização, “O conjunto artefactual caracteriza-se pela quase exclusividade dos fabricos manuais (...)” (Barranhão e Tereso, 2006, p.22).

Foi a exumação de um conjunto de fragmentos cerâmicos de proveniência / inspiração alógena que permitiu estabelecer paralelismos profícuos, desta vez a Este. Trata-se de recipientes dotados de decoração “penteada” (incisões com recurso a pentes), cujo foco original encontramos na Meseta espanhola, e com distribuição muito circunscrita no actual território português. Para além do Crasto de Palheiros, que se vai afigurando como um povoado cuja história tocará num determinado momento a da Fraga dos Corvos, e onde também se verifica o “*Uso extensivo de decorações penteadas (...) semelhantes àquelas que ocorrem em muitos sítios da Meseta*” (Sanches, 2008, p. 134), apenas conhecemos o foco do Alto Côa, onde a decoração penteada parece abundar. Em sítios como Sabugal e Sabugal Velho, foram recolhidos fragmentos deste tipo, de “*nítida proveniência mesetenha*” (Osório, 2009, p. 95), normalmente associadas a recipientes de fabrico a torno, muitas vezes pintados, cuja vigência se baliza entre os séculos V e IV-III a.C., bem como à generalização do ferro (Osório, 2005, p. 44).

Os autores são unânimes ao colocar as cerâmicas penteadas numa fase precoce da Idade do Ferro mesetenha, eventualmente ainda num momento transicional, concretamente naquilo a que comumente se designa por “Período Soto” (apesar de permanecerem até momentos bem mais recentes). Elas abundam em diversos sítios mesetenhos, como La Sanchorreja e Las Paredejas (Fabián Garcia, 1986-1987), La Mota (Delibes de Castro e Romero Carnicero, 1992), etc. Apesar da relativa longevidade deste tipo decorativo, parece-nos pacífico associá-la à Idade do Ferro, desde o seu início às suas fases mais avançadas. Segundo a proposta de Alvaro-Sanchis, podemos balizar a sua génese não antes nos finais do séc. VII a.C. (1999). Pensamos, por isso, que a sua presença na Fraga dos Corvos trará necessari-

Parece existir, efectivamente, uma permanência de uns a par com a introdução de outros, convivendo na estratigrafia de forma indestrinçável. Não podendo prever a identificação, no futuro, de um ‘momento estratigráfico’ perfeitamente paralelizável com o mundo Cogotas I (Bronze Final pleno mesetenho), ele parece-nos, neste momento, pouco provável.

amente a cronologia para diante, pelo menos até ao séc. VI a.C. A transição Cogotas I – Soto é lida por alguns autores como um momento de transição do regime de povoamento, de um ritmo de mobilidade plurianual para um perfeitamente sedentário, num processo induzido por agentes externos (Delibes de Castro, Romero Carnicero, 1992); a Fraga dos Corvos estará imbricada nesta problemática transicional, ainda que no contexto da sua condição periférica a estas “ondas de choque”.

Foram também, ainda que em menor quantidade, exumados fragmentos dotados de decoração de tipo “protocogotas”, idênticos àqueles que constituem a “norma” decorativa do Sector A (Luís, 2010). A “personalidade decorativa” da Fraga dos Corvos caracteriza-se também pela “reinvenção” e reconjunção local de gramáticas decorativas, sistematicamente apegadas aos modelos mesetenhos. Se este facto era observável no Sector A, (na prevalência absoluta das gramáticas decorativas “protocogotas”) (Luís, 2010), é, agora, também no Sector M - há, em toda a Fraga dos Corvos, um aparente “vazio” entre os modelos decorativos “protocogotas” e a cerâmica penteada, atribuída ao “horizonte Soto de Medinilla”.

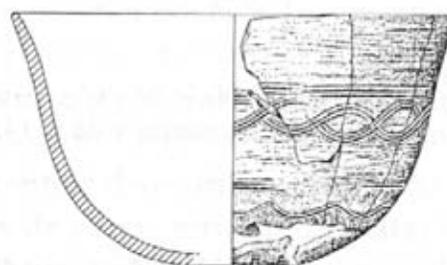


FIG. 3 - RECIPIENTE DECORADO “A PENTE”, PROVENIENTE DE LA MOTA (RETIRADO DE TRECEÑO LOSADA E SECO VILLAR, 1995).

Aventamos, para já, a possibilidade de uma evolução artefactual própria e a manutenção dos protótipos “protocogotas”, que passam, num dado momento, a conviver com a nova vaga de influências, corporizadas pelas decorações penteadas. Há, no entanto, que esperar pelos resultados das próximas campanhas de escavação.

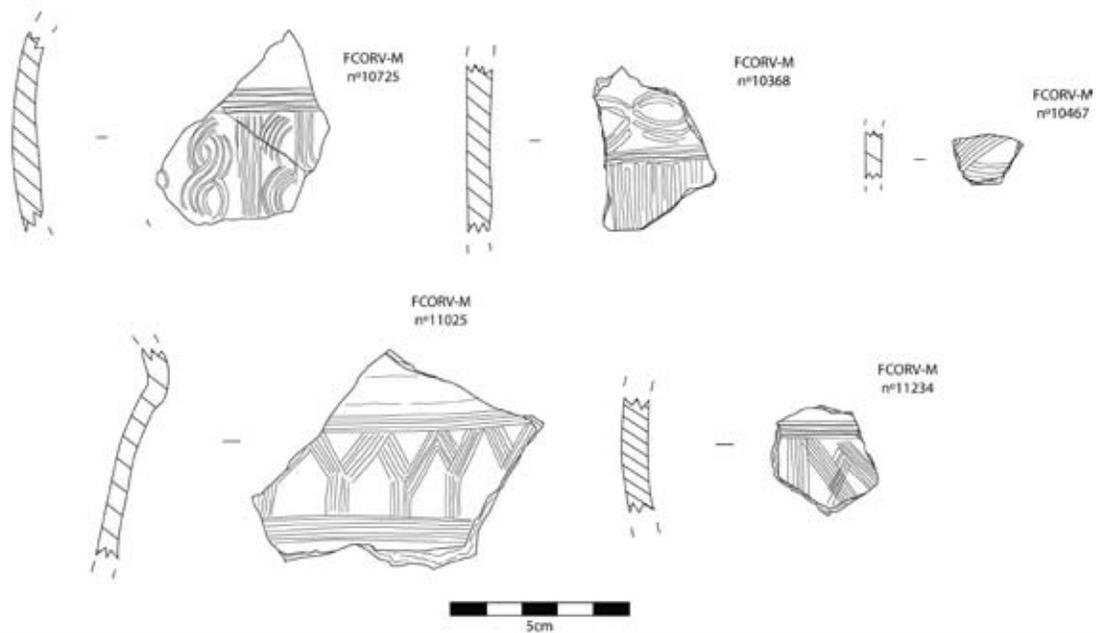


FIG. 4 - MOTIVOS DECORATIVOS PENTEADOS DO SECTOR M

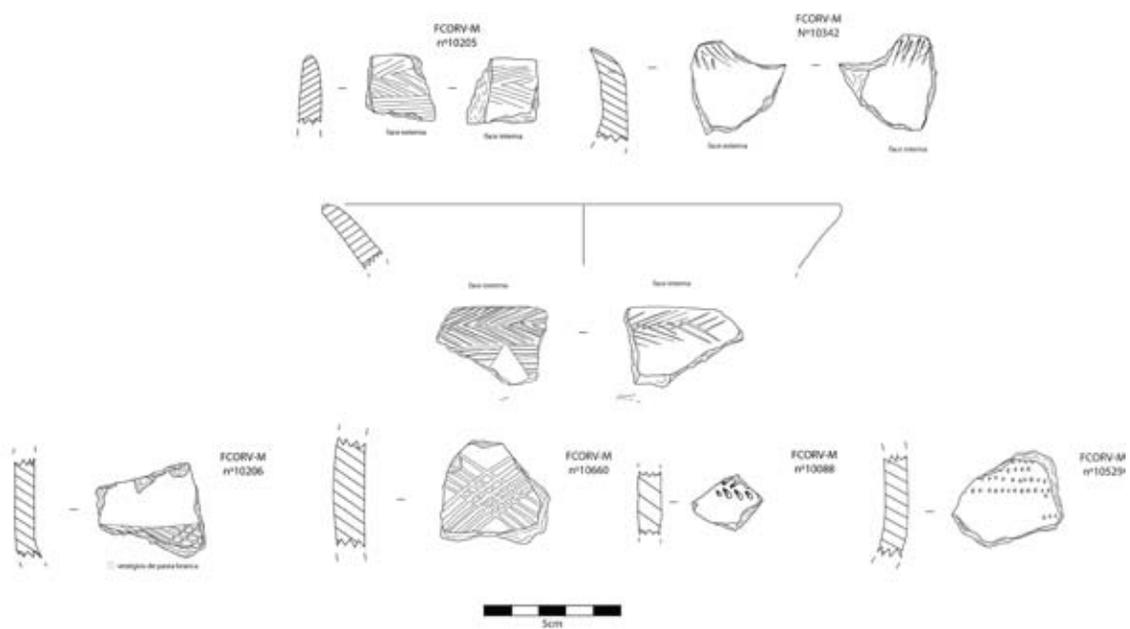


FIG. 5 - MOTIVOS DECORATIVOS COM PARALELOS NO DO SECTOR A.

Estas elações permitem, num sentido lato, considerar a Fraga dos Corvos como um exemplo de 'absorção activa' da influência externa. Quer sejam os objectos de excepção que emanam do sul, quer sejam as decorações cerâmicas vindas de este, as comunidades da Fraga dos Corvos parecem ter adoptado no seu seio apenas uma parte do outro. O que subjaz a estas

escolhas constitui ainda, e talvez para sempre, uma incógnita. Por outro lado, a Meseta espanhola é a região com que a Fraga tem relações privilegiadas e preferenciais, numa muito longa diacronia. Esta região parece ser, durante esta época, um pulsante centro de produção cultural, que se propaga por uma vasta área de influência.



4. CONCLUSÕES

O panorama que se vislumbra para Trás-os-Montes oriental durante a transição do Bronze Final para a Idade do Ferro, ainda que toldado pela escassez dos dados, é o de um mundo consciente e integrado nas dinâmicas supra-regionais, mas fortemente apegado às suas estruturas económicas e culturais, com pronunciados traços de conservadorismo material. Assim, a Fraga dos Corvos, neste quadro, afigura-se um mundo com ritmos próprios, perfeitamente integrado no seu contexto supra-regional, com relações preferenciais com a Meseta espanhola, em toda a diacronia diagnosticada até agora.

A difícil leitura de “momentos de transição” levamos muitas vezes a que nos socorramos de “pacotes transicionais” - conjuntos de variáveis arqueologicamente visíveis (roturas na cultura material, na organização do espaço, etc.), que lemos de forma integrada, e consideramos os “requisitos mínimos” para validar propostas cronológicas. Na Fraga dos Corvos, a evidência sugere-nos que as mudanças tenham sido paulatinas e “truncadas” - se por um

lado observamos a proliferação de objectos de adorno de bronze, bem como a ocorrência, ainda que tímida, de objectos de ferro (Reprezas, *et al*, 2013), por outro o espólio cerâmico é de produção manual (à excepção de um único fragmento exumado em 2011) (Luís, *et al*, 2012).

A leitura integrada do espólio da Fraga dos Corvos leva-nos, ainda que com as naturais reservas, a propor um intervalo provável e prudente de ocupação entre os séculos VIII e V a.C.

Resta acrescentar que a pergunta que é lançada no título não encontra resposta nestas linhas – os constrangimentos que resultam do estudo de um sítio arqueológico “isolado” no seu contexto regional são também oportunidades de criar novas perguntas. Temos a convicção de que o Sector M da Fraga dos Corvos será certamente um sítio-chave na compreensão das dinâmicas económicas, sociais e culturais das comunidades de Trás-os-Montes Oriental entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro.

Bibliografia

- ÁLVAREZ-SANCHIS, J. (1999) – Los Vettones. Madrid: Real Academia de la Historia.
- BARRANHÃO, H.; TERESO, J. (2006) - A Terronha de Pinhovo na ciuitas zoelarum: primeira síntese. *Cadernos Terras Quentes*, 3.
- DELIBES DE CASTRO, G.; RÓMERO CARNICERO, F. (1992) – El último milénio a.C. en la Cuenca del Duero. Reflexiones sobre la secuencia cultural. *Complutum*, 2-3, pp. 233-258.
- FABIÁN GARCIA, J. (1986-1987) – El Bronce Final y da Edad del Hierro en “El Cerro del Berrueco” (Ávila-Salamanca). *Zephyros - Revista de prehistoria e arqueologia*, nº 39-40, pp. 273-287.
- LUÍS, E. (2010) – A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: o conjunto cerâmico da Sondagem 2 do Sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- LUÍS, E.; REPRESAS, J.; SENNA-MARTINEZ, J.C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) - Campanha 9(2011). Primeira análise comparativa dos Sector A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?. *Cadernos Terras Quentes*, 9.
- OSÓRIO, M. (2005) – Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa. *Actas das 2ª Jornadas de Património da Beira Interior - Lusitanos e Romanos no Noroeste da Lusitânia*. Guarda, pp. 35-65.
- OSÓRIO, M. (2009) – A Idade do Ferro no Alto Côa: os dados e as problemáticas. In SANABRIA MARCOS, Primitivo Javier (Ed). *Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo – Cáceres* (Memorias; 9). Museo de Cáceres, p. 95-115.
- SANCHES, M. J. (2008) – O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto, Murça – Portugal). Câmara Municipal de Murça.
- SECO VILLAR, M.; TRECEÑO LOSADA, F. (1995) - Perfil arqueológico de un poblado de la Edad de Hierro al sur del Duero – La Mota, Medina del Campo. *Arqueología y Medio ambiente: el primer milenio a. C. en el Duero medio / coord. por Germán Delibes de Castro, Zoa Escudero Navarro, Fernando Romero Carnicero, Arturo Morales Muñiz*, pp. 219-246.
- SENNAMARTINEZ, J.C.; REPRESAS, J.; LUÍS, E.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; GOMES, S.; ARAÚJO, M.F. e SILVA, R.J. (no prelo) – Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): A First Appraisal. *O Arqueólogo Português*. 2012.



INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO

E RESTAURO NA OFICINA DA ASSOCIAÇÃO
TERRAS QUENTES - ANO 2012

Joana Afonso

Licenciada e Mestre em Conservação e Restauro, Ramo Património Móvel pelo Instituto Politécnico de Tomar

Face ao desentendimento e desconhecimento da área da conservação e restauro nunca é demais salientar alguns aspectos relativos a ela. A melhor forma de a compreender é apresentar casos práticos, onde se mostra a complexidade e metodologias de trabalho, que vão muito além e são distintas de grande parte das intervenções que se fazem e se julgam correctas, esperando desta forma trazer entendimento nesta área.

Com isto mostra-se algum do trabalho levado a cabo na oficina de conservação e restauro da Associação Terras Quentes, durante o ano de 2012, nas áreas de escultura em pedra, cerâmica arqueológica e escultura em madeira policromada, das quais seguidamente se apresentam algumas a título exemplificativo.

A área da conservação e restauro e metodologia de trabalho envolve uma série de procedimentos pré-intervenção, extensos e detalhados, como o estudo artístico e técnico, exames e análises, que se tornam imprescindíveis para melhor compreensão da obra em termos materiais e técnicos. Com a apresentação destes trabalhos pretende-se apenas uma abordagem prática das intervenções efectuadas, ilustrando de uma maneira geral os procedimentos numa intervenção, limitando-se à descrição do estado de conservação e tratamento propriamente dito.

É necessário ter em mente que todas as intervenções foram sustentadas tendo em conta o carácter, função, materiais e danos e patologias da obra, apoiando-se nos critérios¹ de intervenção mínima, diferenciação, bem como de reversibilidade, compatibilidade e estabilidade de materiais, no sentido de fomentar a salvaguarda a integridade do valor cultural e cultural, autenticidade e historicidade da obra.

¹ Os critérios da intervenção são pautas de actuação que dizem respeito aos materiais e métodos numa intervenção, tendo em conta princípios éticos fundamentais. Como exemplo temos a Teoria do Restauro, de Cesare Brandi, assim como diversas Cartas Internacionais e resoluções que expõem os princípios de intervenção e resoluções e instituições que regulamentam a profissão (ex.: ECCO, ICCROM, ICOM, IPCR, entre outras).



1. SÃO PEDRO, IGREJA DE SÃO PEDRO, MACEDO DE CAVALEIROS



IMAGEM 1 – SÃO PEDRO,
MACEDO DE CAVALEIROS

Esta escultura, do século XIV/XV, em pedra de granito, encontrava-se no nicho exterior da igreja, sujeita às intempéries e agressões externas. O seu estado de conservação era, no mínimo, preocupante. Caracterizava-se por uma alteração cromática (pátina), derivada do envelhecimento natural, pulverização, expressa pela desagregação da rocha em fragmentos sob a forma de grãos, depósitos superficiais e acumulação de materiais estranhos à obra (poeiras, sujidades), fraturação na zona das mãos, cabeça e vestes (imagem 2), incrustações, caracterizadas pela formação de depósitos superficiais sobre a rocha, por acumulação de materiais estranhos como substâncias inorgânicas e de natureza biológica (imagem 3) e acima de tudo, intervenções anteriores, manifestadas pela ligação da cabeça e da mão com um material incompatível com o original (cimento) para ocultar as fraturas existentes, que para além de exercer pressão excessiva interfere esteticamente com a leitura da obra (imagens 4 e 5).

A intervenção teve um carácter conservativo, no sentido de restabelecer a unidade física e estrutural da obra e iniciou-se pela remoção das intervenções anteriores (preenchimentos na ligação da cabeça e da mão), com recurso a ferramentas manuais que, embora seja um processo lento, permitiu uma remoção gradativa e controlada, de modo a não danificar o material original (imagens 6 e 7). Após remoção de toda a argamassa notou-se que esta ligação era reforçada por espigões de ferro (imagem 8), que se encontravam altamente oxidados e dado contaminarem a pedra foram removidos e desoxidados por abrasão, para serem reutilizados numa colagem posterior.



IMAGEM 2 – FRACTURA
NA ZONA DAS VESTES.



IMAGEM 3 – COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA NA BASE.



IMAGEM 4 E 5 – INTERVENÇÃO ANTERIOR DANOSA.



IMAGEM 6 E 7 – REMOÇÃO DE INTERVENÇÕES ANTERIORES.



Seguiu-se a limpeza pela lavagem por escoamento superficial de água e ferramentas manuais (imagem 9), onde a superfície da obra foi submetida a escoamento de água durante o tempo necessário ao amolecimento das sujidades, seguida de escovagem de modo a remover os materiais incrustados. Esta operação deve também ser controlada e gradativa, em todas as e não originar materiais perigosos para a conservação da pedra (como os sais solúveis) nem modificações nas superfícies.

Posteriormente avançou-se para a colagem de fragmentos e tratamento das juntas, direccionada para a cabeça, mão direita e uma zona das vestes. No caso da ligação da mão e cabeça foram utilizados os antigos espigões de ferro (já desoxidados e protegidos), que se fixaram com a argamassa utilizada no tratamento das juntas e, posteriormente, unidas as duas partes separadas com uma resina acrílica, reforçada de fibras de vidro (imagem 10). Na zona das vestes foi apenas utilizada a resina acrílica. O tratamento das juntas (imagem 11) envolveu colmatar as fendas e descontinuidades decorrentes da colagem dos fragmentos anteriores, como forma de reforçar as zonas de união e reduzir a possibilidade de adesão de produtos atmosféricos, de penetração de água e soluções agressivas. O preenchimento foi realizado com recurso a uma argamassa constituída por sulfato de cálcio com aditivos², com características de cor, porosidade e resistência mecânica o mais próxima possível da pedra original. Para obtenção de propriedades ópticas idênticas ao original, adicionou-se pigmentos e pó de pedra, no momento de obtenção da pasta de preenchimento, assim como a adição de umas gotas de adesivo sintético, para melhor aderência ao original.

Finalmente e dado que os materiais rochosos sofrem acção da intempérie e recolonização biológica, associada aos produtos de poluição é necessário aplicar uma protecção como forma de atrasar as acções de degradação da rocha (imagem 12). O produto utilizado deve ter pouca influência sobre as propriedades ópticas da pedra, ser estável aos agentes químicos, às radiações UV e impermeável à água líquida. Como tal foi utilizado um hidrofugante à base de siloxanos e solventes, como forma de reduzir a absorção de água no interior da estrutura e como tal, prevenir contra o desenvolvimento de fungos e algas e formação de eflorações de sais solúveis.



IMAGEM 8 - ESPIGÃO DE REFORÇO OXIDADO.



IMAGEM 9 - LIMPEZA POR ESCOAMENTO SUPERFICIAL DE ÁGUA E ESCOVAGEM.



IMAGEM 10 - COLAGEM DE FRAGMENTOS.



IMAGEM 11 - PREENCHIMENTO DAS JUNTAS.



IMAGEM 12 - APLICAÇÃO DE HIDROFUGANTE.

2 A argamassa usada é à base de sulfatos de cálcio e aditivos (cal apagada, cargas minerais-pó de pedra, éter de celulose, ácido oxcarbólico natural) de fórmula química $\text{CaSO}_4\text{H}_2\text{O}$. Esta argamassa é bastante resistente às modificações do tempo (chuva, gelo, etc.).





CONJUNTO DE IMAGENS 1 – PORMENOR DA OBRA ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO.



CONJUNTO DE IMAGENS 2 – VISTA GERAL DA OBRA (FRENTE E TRÁS), ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO.

2. CERÂMICA ARQUEOLÓGICA, TERRONHA DE PINHOVELO

A intervenção seguidamente relatada incidiu sobre três objectos cerâmicos provenientes do sítio arqueológico da Terronha de Pinhovel, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Os materiais cerâmicos, pela sua fragilidade estão sujeitos a diversos tipos de degradação derivada de factores ambientais, uso, manipulação e transporte, assim como da natureza das matérias-primas, forma e espessura dos objectos.



IMAGEM 13, 14 E 15 – FRAGMENTOS DE VASO COM DECORAÇÃO INCISA.



IMAGEM 16 - FRAGMENTOS DE UM POTE.



IMAGEM 17 - FRAGMENTOS DE UMA TAÇA, COM A CONSOLIDAÇÃO EXECUTADA NO LOCAL DE ESCAVAÇÃO.

No caso destes objectos cerâmicos os danos mais comuns apresentados eram de ordem física, tendo como resultado a separação em vários fragmentos, assim como a perda de material nas zonas de fractura e formação de pequenas lascas nas extremidades. Também foram registados depósitos superficiais não incrustados, sob a forma de partículas de poeiras, sedimentos de enterramento e restos de adesivos.

No que concerne ao tratamento, este iniciou-se pela limpeza do objecto (imagem 18), com o intuito de remover as matérias estranhas ao original, que desfiguram o objecto e podem originar outros problemas de deterioração (fracturas, destacamentos, entre outros). Igualmente é um procedimento essencial, na medida em que influencia a continuidade dos tratamentos, pois para obter um bom ajuste dos fragmentos numa posterior colagem é necessário que as zonas de fractura se encontrem limpas. Dado que os depósitos eram pouco aderente e o tipo de material cerâmico e estado de conservação o permitia, a escolha do método de limpeza, recaiu sobre a lavagem com água desionizada e auxílio da acção mecânica por escovagem macia.



IMAGEM 18 - LIMPEZA POR ESCOVAGEM.

Seguiu-se a colagem dos fragmentos (imagem 19 e 20), com o intuito não de devolver a utilidade ao objecto, mas de devolução da sua forma e aspecto estético, já que contém um valor histórico e cultural significativo que torna legítima a sua exposição. A colagem também evita a perda dos fragmentos e a degradação das zonas de fracturas. Em primeiro lugar foi essencial estabelecer uma ordem de colagem e um ensaio de montagem provisório, para não correr o risco de deixar um fragmento de fora e verificar se há lacunas e fragmentos a colar numa ordem específica. Neste procedimento foi usado um adesivo acrílico adicionado de um solvente da categoria das cetonas, numa concentração de 50%, que preenche os requisitos de reversibilidade e compatibilidade com o material cerâmico ao mesmo tempo que tem uma boa resistência de ligação mecânica, permitindo o seguro manuseamento da peça. O adesivo é colocado numa das faces da fractura, unindo-se os fragmentos e aplicando pressão. Sucedeu-se a reconstrução volumétrica, que relativamente às zonas de lacunas é fundamental, pois confere maior resistência à colagem e evita penetração de sujidades e humidade, ao mesmo tempo que devolve a estética da obra. No caso dos fragmentos



IMAGEM 19 E 20 - COLAGEM DE FRAGMENTOS.





IMAGEM 21 – MOLDE COM PLACAS DE CERA.



IMAGEM 23 – PREENCHIMENTO DO MOLDE COM GESSO.



IMAGEM 22 – MOLDE COM PLACAS DE CERA.



IMAGEM 24 – NIVELAMENTO DOS PREENCHIMENTOS.

do pote e vaso cerâmico (imagens 13, 14, 15 e 16), estes evidenciam formas claras, como continuidade de formas e simetria, pelo que a reconstrução é admissível. No que é relativo à taça com motivos decorativos (imagem 17), a intervenção passou apenas pela colagem de fragmentos, pois não há indícios claros de qual a forma do objecto.

Assim o processo de reconstrução iniciou-se pela execução de um molde do local a preencher, com placas de cera de dentista (imagem 21 e 22), para garantir um suporte durante as colagens assim como para material de moldagem. A escolha do material de preenchimento depende do material cerâmico, pelo que o gesso no caso de cerâmicas arqueológicas é o mais apropriado (imagem 23), já que permite um preenchimento branco, duro e de resistência semelhante ao material original. Para aumentar a sua resistência após secagem, durante a preparação adicionou-se uma emulsão vinílica na água. No acabamento dos preenchimentos foram usadas cartas abrasivas de várias granulometrias (imagem 24).

O local onde serão expostas ou armazenadas as obras deverá ser tido em conta, uma vez que influencia a escolha de materiais, metodologias e tratamento a adoptar. No caso destes objectos que se destinam a um espaço museológico, o tratamento está finalizado, com a opção viável de diferenciar os preenchimentos executados do original, sem reintegração cromática.



CONJUNTO DE IMAGENS 3 – ASPECTO DOS OBJECTOS CERÂMICOS APÓS TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO.



3. ESCULTURA EM MADEIRA POLICROMADA

Durante o ano de 2012 efectuaram-se conjuntamente intervenções de conservação e restauro em diversas esculturas em madeira policromada. Pelo valor artístico e histórico que detêm, mas igualmente pelo estado de conservação e tratamento, as seguintes obras de diversas paróquias do concelho de Macedo de Cavaleiros merecem algum destaque: São Caetano, proveniente da Capela de Santa Ana de Limãos, São Martinho, da Igreja de São Martinho de Lagoa, São Brás, da Igreja de Santa Catarina de Alexandria das Arcas, Santo António, da Igreja de São Miguel na Cernadela e São Paio, da Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Castelãos.



CONJUNTO DE IMAGENS 4 - ASPECTO INICIAL DAS ESCULTURAS DE SÃO CAETANO, SÃO MARTINHO, SÃO BRÁS, SANTO ANTÓNIO E SÃO PAIO (DA ESQUERDA PARA A DIREITA).

De um modo geral as esculturas apresentavam um estado de conservação diverso e danos e patologias comuns a todas elas, mais ou menos proeminentes consoante a obra e local de exposição. É o caso de elementos metálicos em avançado estado de oxidação, visíveis a olho nu ou evidenciados por consequentes eflorescências de partículas de óxidos metálicos na camada cromática, assim como a presença de fissuras, fendas e perdas de material lenhoso (imagem 25), resultantes dos movimentos de contracção e dilatação da madeira e da própria natureza da madeira e seu processo de obtenção e envelhecimento. A nível da camada de policromia era comum a acumulação de sujidades superficiais (tais como fuligem e cera de velas) (imagem 26), desgaste, lacunas da camada de preparação e policromia (imagem 27 e 28) e risco de destacamento. Estes danos são devido ao envelhecimento e características dos componentes dos materiais, que se traduz na falta de coesão e flexibilidade da preparação para acompanhar os movimentos do suporte. Verificava-se ainda o envelhecimento da camada de protecção, devido à polimerização dos seus constituintes, pela acção da luz e poluição ambiental.



IMAGEM 25 - PORMENOR ONDE É VISÍVEL A PERDA DE MATERIAL E FENDAS.



IMAGEM 26 - ACUMULAÇÃO DE SUJIDADES E LACUNAS AO NÍVEL DA CAMADA POLÍCROMA.





IMAGEM 27 - FISSURAS NA CAMADA DE POLICROMIA.



IMAGEM 28 - DESGASTE DA CAMADA DE POLICROMIA, COM CAMADA DE PREPARAÇÃO VISÍVEL.



IMAGEM 29 - PORMENOR DE SÃO CAETANO.

Para além destes, existiam danos específicos de cada obra que convém realçar dado a sua particularidade. No que respeita a São Caetano a camada de polichromia era praticamente inexistente, sendo apenas visível pontualmente, nas carnações e panejamentos (imagem 29). Por seu lado, a escultura de São Martinho (imagem 30) encontrava-se em mau estado de conservação, muito próximo da ruína, em risco se perder totalmente, causado por problemas de ordem estrutural derivados do ataque de agentes biológicos que afectaram a resistência do suporte, assim como o seu aspecto estético (já que envolveu a consequente perda de polichromia e de suporte, resultando na difícil leitura e interpretação da obra, já que perdeu elementos essenciais à sua identificação). No que concerne à escultura de São Brás esta sofreu uma intervenção anterior desmesurada (imagem 31), perceptível pela camada de polichromia dourada que se vê sob a camada de repinte. Esta intervenção efectuada com um intuito meramente estético (com a intenção de ocultar danos) ocultava a camada original e naturalmente altera a leitura estética e provoca sérios danos na obra, já que os materiais e técnicas são inadequados e incompatíveis com os materiais originais.



IMAGEM 30 - PORMENOR DE SÃO MARTINHO.



IMAGEM 31 - PORMENOR DE SÃO BRÁS.



IMAGEM 32 - FIXAÇÃO DA CAMADA POLÍCROMA.



IMAGEM 33 - REMOÇÃO DO REPINTE, MECANICAMENTE.

No que se refere ao tratamento de conservação e restauro este seguiu tanto uma linha conservativa (São Caetano e São Martinho) sobretudo no sentido de estabilizar física e materialmente as obras e retardar a sua degradação, como de restauro (São Brás, Santo António e São Paio), para restituir a sua função estética, já que se tratam de objectos de devoção.

A metodologia adoptada iniciou-se pela pré-fixação das camadas de preparação e cromática (imagem 32), no sentido de devolver a coesão e flexibilidade à camada polícroma e preparação e a adesão desta ao suporte. Posteriormente (e respeitando apenas à escultura de São Brás), removeu-se as intervenções anteriores mecânica e quimicamente (imagem 33). Este procedimento foi uma opção exequível após a análise da camada de polichromia original, pela abertura de “janelas” em locais diversos da obra, onde se pode constatar que era maioritariamente completa e seria mais rica que a original.



No que se refere ao tratamento de conservação e restauro este seguiu tanto uma linha conservativa (São Caetano e São Martinho) sobretudo no sentido de estabilizar física e materialmente as obras e retardar a sua degradação, como de restauro (São Brás, Santo António e São Paio), para restituir a sua função estética, já que se tratam de objectos de devoção.

A metodologia adoptada iniciou-se pela pré-fixação das camadas de preparação e cromática (imagem 32), no sentido de devolver a coesão e flexibilidade à camada policroma e preparação e a adesão desta ao suporte. Posteriormente (e respeitando apenas à escultura de São Brás), removeu-se as intervenções anteriores mecânica e quimicamente (imagem 33). Este procedimento foi uma opção exequível após a análise da camada de policromia original, pela abertura de “janelas” em locais diversos da obra, onde se pode constatar que era maioritariamente completa e seria mais rica que a original.

Seguidamente passou-se à desoxidação ou remoção de elementos metálicos, quando estes já não desempenham a sua função inicial e, deste modo, pode-se avançar para a imunização do suporte, para prevenir um eventual ataque de agentes biológicos (imagem 34).

Nesta fase e segundo a metodologia geral de escultura em madeira policromada, procedeu-se à consolidação do suporte, efectuada apenas na escultura de São Martinho, já que o material lenhoso se encontrava fragilizado e era necessário restabelecer a coesão à estrutura física do suporte (imagem 35). Esta consolidação é feita por impregnação de um adesivo no suporte. Ainda relativo aos tratamentos de suporte seguiu-se o preenchimento de fendas e lacunas, que pretendem conferir uma maior resistência e estabilidade ao suporte nas áreas fragilizadas (imagem 36 e 37).

Concluídos os tratamentos de suporte, avançou-se para os tratamentos da superfície, iniciando pela limpeza, por meio de solventes, da camada de policromia, com a finalidade de eliminar a sujidade ou qualquer adição ou material que cause danos ou interfira com o aspecto original da obra (depósitos superficiais, verniz envelhecido, vestígios de cera, entre outros).

No que respeita ao tratamento conservativo (São Caetano e São Martinho) e dado que as características técnicas e conservativas (não havendo evidências estéticas na obra) dessas obras não permitiam o avançar da intervenção procedeu-se à aplicação de camada de protecção final, indispensável para protecção da camada pictórica contra agentes atmosféricos.

No caso das restantes esculturas o tratamento avançou para o preenchimento ao nível da camada de preparação e nivelamento (imagem 38). Este processo adquire uma função de protecção, já que funciona como material de apoio e sustentação da matéria cromática original e ao mesmo tempo recupera o nível da camada de preparação perdida, com o intuito de com a reintegração cromática (pro-



IMAGEM 34 – IMUNIZAÇÃO DO SUPORTE.



IMAGEM 35 – CONSOLIDAÇÃO DO SUPORTE.



IMAGEM 36 E 37 – PREENCHIMENTOS DE SUPORTE, COM MADEIRA DE Balsa E PASTA PREENCHIMENTO CELULÓSICA.



cedimento seguinte - imagem 39) minimizar a interferência que as lacunas causam. O método de reintegração foi definido consoante o tipo de lacunas das diversas obras e a sua extensão, privilegiando métodos diferenciados (*tratteggio* e *pontilhismo*). Por fim e, tal como nas restantes obras foi aplicada uma camada de protecção final (imagem 40).

Todas estas intervenções apresentadas mostram a diversidade de materiais que compõem as obras e por consequência a diversidade e complexidade dos tratamentos de conservação e restauro, que na maior parte dos casos se tornam essenciais para a preservação do espólio artístico. No entanto é necessário reter que este trabalho de preservação do património não cabe apenas ao conservador-restaurador (já que na maior parte das vezes ele só intervém quando as obras se encontram num estado de degradação avançado, dependendo do entendimento e limitações existentes face a esta área, ou no sentido da prevenção de riscos e preservação das colecções) mas é um trabalho de toda a comunidade, pois a preservação do património que é de todos nós, implica um maior conhecimento e estudo das obras e a própria preservação da nossa memória cultural.



IMAGEM 38 - PREENCHIMENTOS A NÍVEL DA CAMADA DE PREPARAÇÃO.



IMAGEM 39 - REINTEGRAÇÃO CROMÁTICA.



IMAGEM 40 - APLICAÇÃO DA CAMADA DE PROTECÇÃO.



CONJUNTO DE IMAGENS 5 - ESCULTURAS DE SÃO CAETANO, SÃO MARTINHO, SÃO BRÁS, SANTO ANTÓNIO E SÃO PAIO (DA ESQUERDA PARA A DIREITA)), ANTES E APÓS O TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO.



Bibliografia

Aires-Barros, Luís, As Rochas dos Monumentos Portugueses, tipologias e patologias, Volume I, Cadernos IPPAR, Lisboa, 2001

Brandi, Cesare, Teoría de la Restauración, Alianza Editorial, ed. Castellana, 1988.

Knut, Nicolaus, Manual de Restauracion de Cuadros, Köneman, (s.l.?) (s.d.?).

Triães, Ricardo P., Apontamentos teóricos de Conservação e Restauo 2 – Materiais cerâmicos, Instituto Politécnico de Tomar, ESTT, DACR, 2006.







“O FOGO- DE-SANTO-ANTÃO”

E OS EX-VOTOS DE SANTO ANTÃO DA BARCA

Carlos A.S. Mendes Licenciado em Arqueologia e História, Mestre em História Regional e Local, Doutorando em Arte e Património, pela Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. Presidente da Associação “Terras Quentes” e responsável do projecto com o mesmo acrónimo.

Joana Domingues Afonso Licenciada e Mestre em conservação e restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar. Técnica da oficina de Conservação e restauro da Associação Terras Quentes

*“Nada pode haver mais útil para o cristão, do que pensar todos os dias:
Hoje estou a começar a servir a Deus, e o dia de hoje pode ser o meu último.”*
(ensinamento de Santo Antão)

INTRODUÇÃO

Santo Antão nasceu cerca do ano 250 em Como, cidade próxima de Heracleia, no Alto Egípto.

«Se queres ser perfeito, disse-lhe Jesus, vai, vende tudo o que possúires, dá o dinheiro aos pobres e terás um tesouro nos céus; depois vem e segue-Me». (S. Mateus 19-21). Terá sido esta passagem do evangelho, (palavras que ouvira já tantas vezes), que adquirem um novo significado para ele, e pareceram ser-lhe diretamente dirigidas, o que impressiona fortemente Santo Antão e o fará seguir uma via de entrega á oração, à meditação e à contemplação sobre a grandeza de Deus

Retira-se para o deserto, para a região de Heracleia, tornando-se anacoreta numas antigas ruínas no cimo de um monte. Ali passou, isolado do mundo, cerca de vinte anos. Procurado por amigos, que entusiasmados e atraídos pela sua sabedoria se tornaram discípulos predispostos a ter uma vida de recolhimento semelhante à sua. Ter-se-á formado, assim, uma comunidade de ermitãos.

Torna-se patriarca dos cenobitas de Tabaida. (nome deriva de Tebas, antiga capital do Egito que, por volta do



século V d.C., foi lugar de refúgio para os cristãos eremitas - Será considerado o Fundador da vida monástica). No início do século IV sai do deserto para acorrer aos cristãos perseguidos em Alexandria. Combate ferozmente as concepções do heresiarca Ario (arianismo: figura central e polémica do cristianismo, final do século III início do IV d. C, que negava a natureza divina de Cristo).

Terminada a perseguição (c 312), retirou-se para o monte de Colzim (Monte de Santo Antão) onde continuou a vida de eremita. Em visões proféticas, Deus mostrou-lhe o futuro da Igreja.

A vida já ia longa e sentindo a morte aproximar-se, chamou os discípulos e dirigiu-lhes os últimos conselhos: “Deus me chama, meus filhos, e tenho desejo de entrar no céu. Lembrai-vos sempre dos meus ensinamentos. Evitai o veneno do pecado e respeitai a vossa fé. Sede conscienciosos em observar a lei de Deus; vivei como se tivésseis de morrer todos os dias, e guardai vossa alma isenta de todos os maus pensamentos”. Depois pediu que o sepultassem sem grande aparato, e não revelassem a ninguém o lugar da sepultura.

Santo Antão morreu a 17 de janeiro de 356. São vários os locais que reclamam para si a posse das suas relíquias: La Mote, casa matriz da ordem dos Hospitaleiros, fundada em 1100 e outras fontes afirmam que as suas relíquias se encontram, após serem salvas das mãos dos Serracenos em 635, em Constantinopla, actual Istambul (Turquia), Siena (Itália), ou Burngunday que, também, reclamam para si a posse das relíquias de Santo Antão.

Mais de sete séculos passados, no final do século XI (cerca do ano 1095), surge, mormente no Ocidente, uma doença terrível, devido à ingestão de pão de centeio. Era o resultado de se comer o pão fabricado com farinha que continha detritos da cravagem, doença terrível que dizimou milhares de vidas. Essa doença ficou conhecida como “fogo-se-santo-antão”.

A origem deste mal que afligia a Humanidade mais de cinco séculos, só foi detectado no século XVII.

Do dicionário dos Santos, referido na bibliografia, retiramos os atributos de Santo Antão: *Os seus atributos são o tau, que lhe serve de cruz abacial, tau que também traz bordado a azul sobre o ombro. Uma sineta suspensa do tau servia para espantar os demónios que o apoquentavam e para afastar tentações. O porco, animal que lhe é devotado, aparece amigavelmente ao lado do santo, porque a sua banha era usada como remédio para o mal que tinha o seu nome – fogo-de-santo-antão, aliviando as chamas de ardência causada por esta doença.* Esta doença, também chamada fogo sagrado, leva a evocar a devoção a Santo Antão, tendo as suas relíquias tornado polo de grande devoção. Esta devoção faz aparecer a nova Ordem dos Clérigos Regulares – Cónegos de Santo Antão – que a partir do final do século XII seguem as regras de Santo Agostinho, isto é, dedicam-se, quase exclusivamente, à cura de doentes. Adoptam hábito preto com uma cruz branca em forma de tau. Foi no reinado de Sancho II (por volta do ano 1297) que esta congregação se estabeleceu em Portugal.

Santo Antão tornou-se, assim, num santo padroeiro de curas milagrosas.

Esta primeira parte do artigo pretende fazer uma introdução objectiva e explicativa à extensa colecção de ex-votos (18) existentes na Igreja de Santo Antão da Barca, Parada, Alfândega da Fé, a qual está a merecer, desde Outubro passado, uma intervenção de conservação e restauro na Oficina da Associação Terras Quentes.

De facto, o advento da oferta votiva (do Latim; ex-voto, em tradução; Por força de uma promessa, de um voto; ou a abreviação de *ex-voto suscepto* - o voto realizado) trata-se de uma representação/expressão/relação que se imagina tão antiga como a própria existência humana, relação entre o frágil mundo dos homens e o imperscrutável mundo dos deuses.



INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NA COLECÇÃO DE EX-VOTOS DA IGREJA DE SANTO ANTÃO DA BARCA – PARADA.

Uma intervenção de conservação e restauro é sempre precedida por um estudo detalhado dos materiais e técnicas utilizados na composição da obra e por um diagnóstico de danos e patologias, para obter um maior conhecimento sobre as características técnicas das obras, assim como sobre o seu estado de conservação. Deste modo, é possível, após interpretação, definir uma metodologia de intervenção adequada e fundamentada, já que cada obra é única em todas as suas valências, quer artística, histórica ou técnica.

Com o intuito de revelar e divulgar o trabalho que está a ser desenvolvido na Oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes, a par de conjunto de oito pinturas sobre tela, alusivas à vida de Santo Antão, provenientes do mesmo local, focar-nos-emos, por agora, no estado de conservação bem como na intervenção em curso dos ex-votos.

1. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O conjunto de ex-votos relatado abrange uma série de técnicas e materiais, desde os suportes em tela e papel até à madeira, na sua grande maioria. A camada cromática é no conjunto a óleo, com uma camada de preparação branca e, em alguns casos a têmpera e aguarela, no caso dos suportes de papel.

Esta multiplicidade de materiais e técnicas leva a uma diversidade de danos e patologias. De um modo geral, considera-se que se encontravam num avançado estado de degradação que poderia, num curto espaço de tempo, levar à sua perda, como é o caso de dois ex-votos, onde mal se identificam as composições pictóricas, se não fossem salvaguardados e alvos de uma intervenção atempada. O estado de conservação foi analisado averiguando, por um lado, os problemas do suporte e problemas da camada pictórica, nas distintas técnicas.

Relativamente às **pinturas sobre tábuas**, verificou-se na maioria do conjunto a existência de elementos metálicos em avançado estado de oxidação, principalmente no reverso das obras, mas em certos casos evidenciados por consequentes eflorações de partículas de óxidos metálicos na camada cromática. Igualmente os elementos de sustentação das obras não seriam os mais adequados (imagem 1).

Constatou-se, igualmente, a presença de fissuras, fendas e perdas de material (imagem 2), derivados dos movimentos de contracção e dilatação da madeira e da própria natureza do material lenhoso e seu processo de obtenção e envelhecimento. À semelhança destes e com base nas mesmas patologias, verificaram-se juntas de ligação das tábuas deficientes com grandes espaços entre si (imagem 3), bem como um empenamento generalizado.



IMAGEM 1 - ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO INADEQUADO.



IMAGEM 2 - FALTA DE MATERIAL LENHOSO.



Analisando ainda os danos do suporte lenhoso, é de realçar alguns problemas específicos mais evidentes em alguns ex-votos, como vestígios de fuligem (imagem 4), vestígios de tintas bem como ataque biológico actualmente inativo (imagem 5), visível pelas galerias no seio da madeira e orifícios de saída, causados por insectos xilófagos.

Verificou-se ainda a existência de algumas manchas escuras, que poderão ter origem em escorrências aquosas com que o material tenha entrado em contacto, ou por outro lado, devido a fenómenos de acidificação causados quer por fungos quer por outro tipo de microrganismos (imagem 6).

No que toca à camada cromática, verificamos uma diversidade de problemas mais ou menos avançados, consoante a obra. De um modo geral, era possível atestar a perda de material pontual, atingindo tanto um só estrato como todos os estratos (camada cromática e camada de preparação) deixando exposto o suporte (imagem 7). Especificamente este dano era mais acentuado em alguns ex-votos, afectando directamente a leitura estética e formal da obra. Verificava-se também o risco de destacamento da camada pictórica, assim como pulverulência da camada de preparação (imagem 8), associada ao envelhecimento dos materiais ou má proporção entre aglutinante e carga na preparação da matéria-prima.

As camadas de protecção das obras, para além de bastante envelhecidas e em alguns casos praticamente inexistentes, também apresentavam manchas esbranquiçadas, possivelmente derivadas da presença de humidade e produtos de limpeza, em reacção com o verniz (assim como depósitos superficiais - depósitos de sujidade e poeiras, biológicos, cera de velas (imagem 9 e 10) - em toda a extensão.

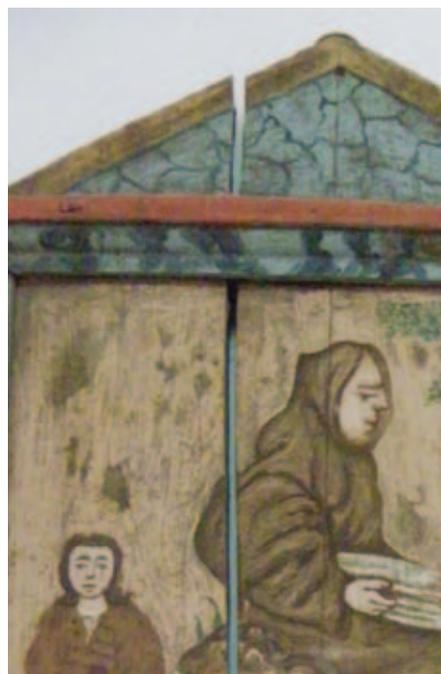


IMAGEM 3 - PORMENOR DE UMA FENDA, QUE SE ESTENDE A TODO O SUPORTE.



IMAGEM 4 - VESTÍGIOS DE FULIGEM NO REVERSO.



IMAGEM 5 - ATAQUE BIOLÓGICO LATENTE.



IMAGEM 6 - MANCHAS DE PRESENÇA DE ÁGUA.



IMAGEM 7 - LACUNAS AO NÍVEL DA CAMADA DE PREPARAÇÃO E CROMÁTICA.



IMAGEM 8 - PULVERULÊNCIA DA CAMADA DE PREPARAÇÃO E CONSEQUENTE PERDA DE MATERIAL.

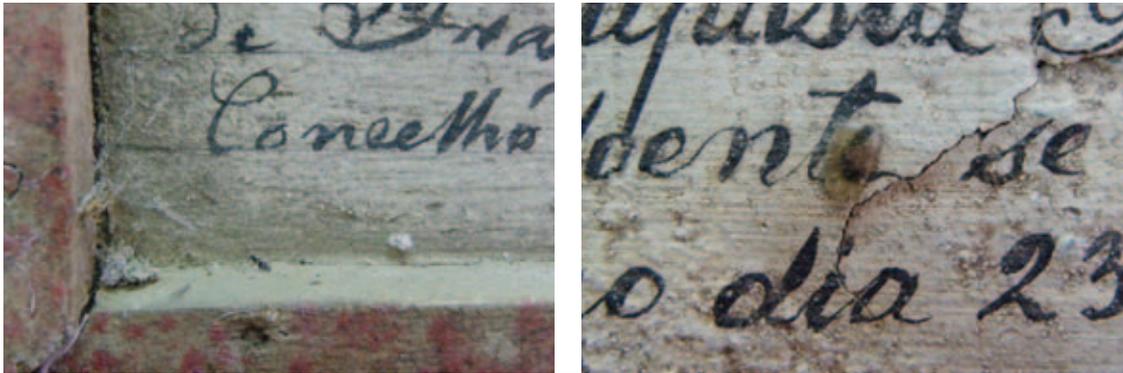


IMAGEM 9 E 10 - DEPÓSITOS DE SUJIDADE SUPERFICIAL E CERA DE VELAS.

No que respeita ao **suporte têxtil**, este não apresenta danos graves, sendo apenas de realçar a deformação do suporte, traduzido num ligeiro enfolamento das fibras, assim dobras e vincos (imagem 11), principalmente na periferia da pintura, devido ao elemento de sustentação em cartão não ser adequado (imagem 12), pois não permitiu o correcto tensionamento do suporte têxtil e distribuição uniforme das tensões, agravado por condicionantes exteriores de variações ambientais. Verifica-se ainda a acumulação de sujidade superficial, vestígios de tinta, bem como manchas do seu contacto com a estrutura de suporte, e algumas lacunas ao nível do suporte nas extremidades pela má fixação. A nível dos estratos superficiais é possível registar lacunas pontuais da camada cromática, assim como sujidade superficial, caracterizada pela deposição de poeiras e cera de velas, bem como de manchas de humidade e alteração cromática da camada de protecção, traduzida no embranquecimento geral da superfície (imagem 13). Este dano pode estar associado aos factores ambientais, como a humidade e temperatura e, principalmente, a iluminação inadequada.



IMAGEM 11 - DEFORMAÇÃO DO SUPORTE TÊXTIL.

IMAGEM 12 - REVERSO DA OBRA
(É POSSÍVEL VER O SUPORTE DE CARTÃO).IMAGEM 13 - DEPÓSITOS SUPERFICIAIS DE SUJIDADE
E EMBRANQUECIMENTO DA CAMADA DE PROTECÇÃO.

IMAGEM 14 - LACUNAS AO NÍVEL DO SUPORTE.



Em relação às pinturas **sobre papel**, estas encontram-se com o suporte bastante enfolado, com dobras e vincos, assim como com lacunas ao nível do suporte (imagem 14), provocadas pela presença de microrganismos, que encontraram um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, bem como depósitos de sujidade em toda a sua extensão. É evidente uma oxidação e acidificação geral (imagem 15), que se traduz pelo amarelecimento do papel. Este fenómeno é causado pela diminuição do PH das fibras vegetais em contacto com o suporte de cartão (elemento de sustentação com pH ácido), o ar e a humidade.

Apesar do cenário um pouco deteriorante de alguns ex-votos, há casos em que se encontram bastante preservados, como se pode ver pela imagem ao lado (imagem 16), mantendo a maior parte das suas características originais, como resistência mecânica do suporte e estabilidade dos materiais, pelo que não exigem, desde já, um tratamento aprofundado, mas sim conservativo, no sentido de retardar a sua degradação.



IMAGEM 15 - ACIDIFICAÇÃO DO SUPORTE.



IMAGEM 14 - LACUNAS AO NÍVEL DO SUPORTE.

2. TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Até à data, encontram-se em fim de intervenção dez ex-votos em pintura sobre tábua e o ex-voto em pintura sobre tela. Os tratamentos seguem uma linha conservativa e de restauro, no sentido de devolver, principalmente, a sua unidade material, mas também a sua função estética, já que se tratam de objectos de devoção popular e se inserem num conjunto, o que influencia os processos de tratamento.

Os procedimentos adoptados no que concerne aos ex-votos em suporte de madeira são, de uma maneira geral, idênticos em todo o conjunto, iniciando-se pela protecção da camada cromática, designada por facing pontual¹, nos casos em que se encontrava em risco de destacamento (imagem 17). Este procedimento pretendeu o manuseamento seguro sem risco de perda da camada cromática durante os tratamentos de suporte, assim como se torna um auxiliar na consolidação das camadas de preparação e pictórica.

Seguiu-se a remoção de elementos metálicos e desoxidação dos mesmos que ainda exerciam a sua função, assim como uma imunização do suporte (imagem 18), para prevenir uma infestação biológica futura. Nos casos onde o suporte lenhoso se encontrava descoeso e fragilizado, efectuou-se a consolidação do reverso, com o intuito de devolver a coesão e estrutura mecânica ao material lenhoso.

Continuando o tratamento ainda conservativo, reviu-se a estrutura, com correcção de empenos, colagens de elementos soltos (imagem 19) e preenchimentos a nível do suporte (imagem 20), deixando concluídos os tratamentos relativos a este.

¹ Antes de iniciar o tratamento realiza-se um teste de resistência de pigmentos para avaliar a resistência dos pigmentos aos produtos usados no tratamento.



IMAGEM 17 – FACING DA CAMADA CROMÁTICA.



IMAGEM 18 – IMUNIZAÇÃO DO SUPORTE.

Avançando no tratamento efectuou-se a remoção do facing (imagem 21), que deixa a descoberto a superfície pictórica para o seu tratamento, iniciado pela limpeza da camada pictórica por meio de solventes² (imagem 22), com o intuito de remover depósitos de sujidade e a camada de protecção alterada, que, para já, não exerce qualquer função, facilitando a legibilidade da obra.

Posteriormente efectuaram-se os preenchimentos a nível da camada de preparação (imagem 23) e respectivos nivelamentos, de modo a obter o nível da camada de preparação perdida, para posterior reintegração, servindo também como material de apoio e sustentação da matéria cromática envolvente, principalmente nas zonas de fronteira entre o preenchimento e o original. Nesta fase as obras passam à fase final de reintegração cromática (imagem 24), que é feita para diminuir a interferência das lacunas na leitura da obra e o método foi definido consoante o tipo de lacunas das diversas obras e a sua extensão, bem como o contexto em que se inserem.

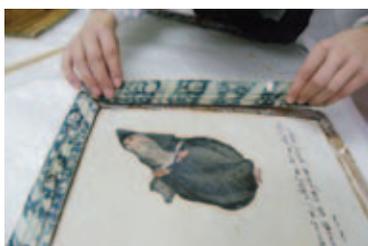


IMAGEM 19 – COLAGEM DE ELEMENTOS SOLTOS.



IMAGEM 20 – PREENCHIMENTOS A NÍVEL DO SUPORTE.



IMAGEM 21 – REMOÇÃO DO FACING.



IMAGEM 22 – LIMPEZA POR MEIO DE SOLVENTES DA CAMADA CROMÁTICA.



IMAGEM 23 – PREENCHIMENTO A NÍVEL DA CAMADA DE PREPARAÇÃO.



IMAGEM 24 – REINTEGRAÇÃO CROMÁTICA.

Finalmente foi aplicada uma camada final de protecção, indispensável à protecção da camada pictórica e para homogeneização do brilho.

² Previamente a este tratamento é realizado um teste de solventes, onde se verifica a resistência dos pigmentos da camada cromática aos solventes, bem como a capacidade destes para solubilizar as substâncias que se pretendem remover.



Abordando agora o tratamento do ex-voto em **suporte têxtil**, este iniciou-se pelo desemolduramento (imagem 25) e desengradamento, procedimento inevitável para se proceder à intervenção e retirar o suporte de cartão que sustentava a tela. Seguiu-se a limpeza mecânica superficial do reverso, de modo a evitar que, nas operações seguintes, as sujidades não se depositem ou migrem para outras camadas.

Posteriormente realizou-se o melhoramento da superfície (imagem 26 e 27), para correcção de deformações do suporte³, dado que para uma futura protecção da camada cromática e tratamentos de suporte, é necessário que a obra se encontre planificada.



IMAGEM 25 – DESEMOLDURAMENTO.



IMAGEM 26 E 27 – MELHORAMENTO DA SUPERFÍCIE (APLICAÇÃO DE HUMIDADE, CALOR E PRESSÃO).

Seguidamente efectuou-se facing geral da camada pictórica (imagem 28), que para além das funções descritas anteriormente, no caso de suportes têxtis, é um auxiliar da planificação da tela, pois mantém-na em tensão.

Deste modo pôde seguir-se para a limpeza mecânica do suporte, onde se eliminaram incompatibilidades, tais como fibras oxidadas, partículas soltas entre fios, nós e óxidos. Esta limpeza é agora mais profunda que a anterior, pois a obra já se encontra protegida.

Posteriormente procedeu-se à consolidação geral do suporte (imagem 29), para restituir a coesão e resistência das fibras do suporte e a sua hidratação.



IMAGEM 28 – FACING.

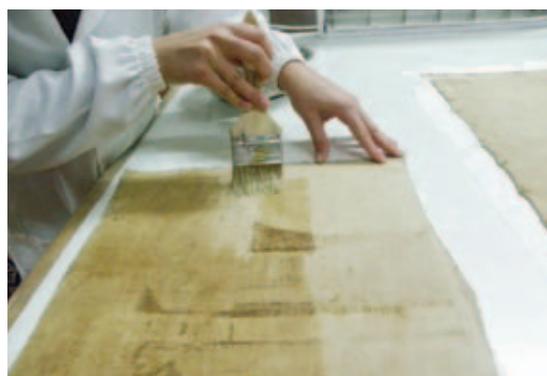


IMAGEM 29 – CONSOLIDAÇÃO DO SUPORTE.

³ Previamente a este procedimento é realizado um teste de resistência de pigmentos e uma prova de humidade, para atestar a resistência dos pigmentos da camada cromática como do suporte têxtil.



Seguiu-se o tratamento de lacunas e rasgões (imagem 30), que se baseia na inserção de tecidos ou fios para o preenchimento do suporte. Nesta fase, e dado que o suporte se encontra íntegro física e mecanicamente, mas não apresenta bandas, procedeu-se à aplicação de bandas (imagem 31), um tratamento alternativo que se baseia na aplicação de tecido idêntico ao original na periferia da tela, para permitir a subsequente colocação em grade. Terminados os tratamentos de suporte, avançou-se para os tratamentos de superfície, que se iniciam pela remoção do facing e posterior limpeza da camada pictórica por meio de solventes (imagem 32), preenchimentos a nível da camada de preparação e respectivos nivelamentos (imagem 33).



IMAGEM 30 - TRATAMENTO DE RASGÕES E LACUNAS (REFORÇO PROVISÓRIO).



IMAGEM 31 - APLICAÇÃO DE BANDAS.

O tratamento, nesta altura, ainda não está terminado, pelo que se seguirá o engradamento, reintegração cromática e emolduramento da obra, juntamente com os restantes ex-votos em suporte de madeira e papel.

Toda esta intervenção realizada, a decorrer sobre o espólio artístico de Santo Antão da Barca era e é imperativa, já que implica a preservação da nossa própria memória cultural, assim como permite um maior conhecimento e estudo das obras e divulgação do património artístico a um público mais abrangente.

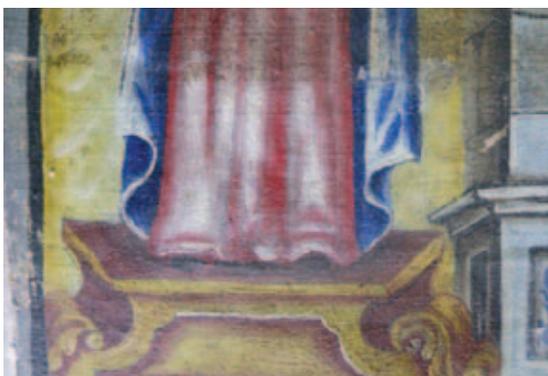


IMAGEM 32 - PORMENOR DURANTE A LIMPEZA POR MEIO DE SOLVENTES.



IMAGEM 33 - EX-VOTO APÓS PREENCHIMENTO A NÍVEL DA CAMADA DE PREPARAÇÃO.



Bibliografia

Brandi, C., Teoría de la Restauración, Alianza Editorial, ed. Castellana, 1988

Fontes, A. Rocha; in "BIOGRAFIAS DE SANTOS", Edição do Autor, Torrozelos -1993

Kühn, Hermann, Conservation and Restoration of Works of Art and Antiquities - Volume 1, Butterworths, England, 1985

Tavares, Jorge Campos, Dicionário dos Santos 3ª edição, Lello editores, Julho 2004, pp 21/22.

Villarquide, Ana, La pintura sobre tela I- Historiografía, técnicas y materiales, Editorial Nerea, San Sebastián, 2004

Villarquide, Ana., La pintura sobre tela II - Alteraciones, materiales y tratamientos de restauración, Editorial Nerea, San Sebastián, 2005.

Edições electrónicas:

[Http://pt.wikipedia.org/wiki/Espor%C3%A3o-do-centeio.](http://pt.wikipedia.org/wiki/Espor%C3%A3o-do-centeio)

[http://www.ecclesia.com.br/ekklesia/biblioteca/hagiografia/santo_antao_grande.](http://www.ecclesia.com.br/ekklesia/biblioteca/hagiografia/santo_antao_grande)

<http://www.canico-online.com/santoantao.htm>

[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ergotismo&oldid=2963979"](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ergotismo&oldid=2963979) <http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat8>

ochas dos Monumentos Portugueses, tipologias e patologias, Volume I, Cadernos IPPAR, Lisboa, 2001

Brandi, Cesare, Teoría de la Restauración, Alianza Editorial, ed. Castellana, 1988.

Knut, Nicolaus, Manual de Restauracion de Cuadros, Köneman, (s.l.?) (s.d.?)

Triães, Ricardo P., Apontamentos teóricos de Conservação e Restauo 2 - Materiais cerâmicos, Instituto Politécnico de Tomar, ESTT, DACR, 2006.



FICHA TÉCNICA

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
Rua D. Maria Mascarenhas, apartado 110
5340-900 Macedo de Cavaleiros
Tel. 278448007

Endereços eletrónicos

E-mail: administração@terrasquentes.com.pt
E-mail: arqueologia@terrasquentes.com.pt
E-mail: patrimónioartístico@terrasquentes.com.pt
E-mail: restauro@terrasquentes.com.pt
E-mail: antropologia@terrasquentes.com.pt
Site: www.terrasquentes.com.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção

João Carlos Senna-Martinez
Carlos Alberto Santos Mendes
Manuel José de Sousa Cardoso
José Manuel Quintã Ventura
Manuel José de Sousa Cardoso
Belmira Mendes
Vitor Veríssimo Serrão
Miguel Sanches Baêna

Colaboradores neste número

Carlos Alberto Santos Mendes
João Carlos Senna-Martinez
Miguel Sanches Baêna
Manuel José de Sousa Cardoso
José Ventura
Hélder Carvalho
Patrícia Pinheiro
Elsa Luís
Jéssica Represas
Joana Afonso
Adriana Ramos
Ana Rita
Sofia Jorge

Design e grafismo

Vera Ferreira

Impressão

VRI- Impressores, Ld.ª

Depósito Legal

212756/13

Edição

Nº 10, Maio 2013